



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JAQUELINE APARECIDA BARBOSA

**Gênero, Sexualidade e Educação na ANPEd:  
uma análise bourdieusiana do GT 23**

Goiânia  
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

Jaqueline Aparecida Barbosa

#### 3. Título do trabalho

Gênero, sexualidade e educação na ANPed: uma análise bourdieusiana do Gt 23

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Aparecida Barbosa, Discente**, em 20/04/2023, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Penna Corte Real, Professor do Magistério Superior**, em 23/05/2023, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3685234** e o código CRC **7C1D71DC**.

---

JAQUELINE APARECIDA BARBOSA

**Gênero, Sexualidade e Educação na ANPEd:  
uma análise bourdieusiana do GT 23**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE/UFG) como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Cultura e processos educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Penna Corte Real

Goiânia  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Barbosa, Jaqueline Aparecida

Gênero, Sexualidade e Educação na ANPEd [manuscrito] : uma análise bourdieusiana do GT 23 / Jaqueline Aparecida Barbosa. - 2023.

276 f.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Penna Corte Real.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Educação. 2. Gênero e Sexualidade. 3. ANPEd. 4. GT 23. 5. Pierre Bourdieu. I. Real, Márcio Penna Corte, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**ATA DE DEFESA DE TESE**

Ata Nº 16 da sessão de Defesa de Tese de **Jaqueline Aparecida Barbosa** que confere o título de **Doutora em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFMG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três (28/02/2023)**, a partir das **08:30**, em plataforma virtual no link público <http://meet.google.com/tzu-cprc-try>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada "**Gênero, sexualidade e educação na ANPed: uma análise bourdieusiana do Gt 23**". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador Prof. Dr. **Márcio Penna Corte Real (PPGE/FE/UFMG)**, doutor em **Educação** pela **UFSC**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **João Ferreira de Oliveira (PPGE/FE/UFMG)**, doutor em **Educação** pela **USP** - integrante titular interno, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Miriam Fábila Alves (PPGE/FE/UFMG)**, doutora em **Educação** pela **UFMG** - integrante titular interna, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto (UEG)**, doutora em **Educação** pela **UFG** - integrante titular externa e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Cristina Helou Gomide (FE/UFMG)**, doutora em **História** pela **PUC/SP** - integrante titular externa. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Márcio Penna Corte Real, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Márcio Penna Corte Real

Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Miriam Fábila AlvesProf.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sylvana de Oliveira Bernardi NoletoProf<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristina Helou Gomide

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Helou Gomide, Professor do Magistério Superior**, em 28/02/2023, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Ferreira De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 28/02/2023, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Penna Corte Real, Professor do Magistério Superior**, em 28/02/2023, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **SYLVANA DE OLIVEIRA BERNARDI NOLETO, Usuário Externo**, em 07/03/2023, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Fábria Alves, Professor do Magistério Superior**, em 11/04/2023, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3556337** e o código CRC **CB44C076**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.009503/2023-17

SEI nº 3556337

À

*Profª Drª Lisete Regina Gomes Arelaro  
Profª Drª Maria Emília de Castro Rodrigues e  
bell hooks*

*Mulheres que, cada uma a sua maneira, marcaram de forma  
indelével meu processo formativo. Mulheres-professoras cujo  
legado sobrevive!*

À

*Cecília Ferraz Barbosa de Paula,  
a menina encantadora que nasceu minha filha e adora  
dedicatórias!*

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho - como outros desenvolvidos sobretudo entre 2020 e 2021 - traz a marca da pandemia. Essa afirmação, tão forte, nada tem a ver com a necessidade de justificar possíveis faltas no trabalho desenvolvido aqui. Na verdade, se relaciona com a importância de lembrar os muitos motivos que tenho para ser grata: assim, agradeço por estar viva, agradeço pelas pessoas que amo continuarem sadias, agradeço às/aos cientistas pelo trabalho árduo. Reconheço que sou privilegiada, pessoas na ordem dos milhões pelo mundo não podem/puderam agradecer por tanto!

Registro aqui meus maiores incentivos para cursar e concluir o doutorado: minha mãe, Aparecida, e minha filha, Cecília. Para minha mãe busco ser motivo de orgulho, se tudo der certo serei a primeira doutora da família de agricultoras/es; para Cecília, minha razão de tudo, quero ser exemplo de que a dedicação àquilo que desejamos traz seus frutos. Cecília dividiu toda sua vida com o doutorado, sinto que criei filhas gêmeas até aqui! Agradeço ainda às minhas irmãs, Josiane e Agatha e ao meu irmão, Juliano, pela torcida. Também sou grata aos meus sobrinhos Augusto, Dante e Rhavi simplesmente por existirem e fazerem de mim uma tia babona (ainda que estejamos mais longe do que eu gostaria que estivéssemos). Faço questão de um agradecimento especial ao meu marido, Marcelo, pelo cuidado e pelo incentivo, não poderia ter encontrado parceiro melhor para esta vida!

Não posso deixar de citar, também, as amigas que tanto me ajudaram a lidar com os desafios que o doutorado me impôs. Assim, agradeço à Ana Flávia, a *gata gliteadora da pós*, que me acolhia quando surgia qualquer tipo de questão com seus lendários *podcasts*; à Aldenora, amiga de SEDF e de vida, parceira de produções acadêmicas, de resolução de burocracias trabalhistas e de conversas sobre milhares de assuntos (geralmente misturados); à Ivana, à Cinthia e à Indira, que também estão muito mais longe do que gostaria, mas mesmo à distância vêm dividindo comigo momentos importantes de minha vida nos últimos 15 anos. Todas são para mim exemplos de mulheres fortes, competentes e independentes!

Agradeço ainda ao corpo docente das faculdades que me formaram (FEUSP, FE-UnB, FEUFG), pois cada etapa de minha formação fez a diferença no desenvolvimento desta pesquisa, com especial destaque e grande carinho ao Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa, orientador no mestrado, que me apresentou de forma competente e amorosa o trabalho de Pierre Bourdieu: essa herança se fez presente de forma estruturante na pesquisa desenvolvida no doutorado. Sou grata também por ter tido como meu orientador no doutorado o Prof. Dr. Márcio Penna Corte Real: agradeço a companhia e a mentoria neste processo de formar-me doutora, e ainda pela paciência e pelos conselhos nestes mais de quatro anos de acompanhamento. Da mesma forma, agradeço à banca da qualificação, que se repetiu na defesa, composta por Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sylvana de Oliveira Bernardi, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Helou Gomide, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Miriam Fábria Alves e Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira, pela leitura atenta, pelas contribuições pertinentes e pela humanidade no processo de avaliação: elas/es fizeram a diferença no encaminhamento do trabalho para esta versão final.

Reservo ainda um espaço, como já fiz na dissertação do mestrado, para agradecer à Secretaria de Educação do Distrito Federal pela possibilidade de afastamento remunerado para estudos, mas destaco que reconheço essa conquista como uma vitória alcançada pelas/os aguerridas/os parceiras/os de profissão que vieram antes de mim. Obrigada companheiras/os!

*Construir o jogo como tal, ou seja, como um espaço de posições objetivas, que está no princípio, entre outras coisas, da visão que os ocupantes de cada posição podem ter das outras posições e de seus ocupantes, é dar-se o meio de objetivar cientificamente o conjunto das objetivações mais ou menos brutalmente redutoras às quais se entregam os agentes engajados na luta, e de percebê-las tais como são: estratégias simbólicas que visam impor a verdade parcial de um grupo como a verdade das relações objetivas entre os grupos.*

Pierre Bourdieu

## RESUMO

A pesquisa da qual se origina esta tese teve a ANPEd como *locus* e se propôs a analisar o processo de constituição, consolidação e as características dinamizadoras do GT 23 (Gênero, Sexualidade e Educação) e a possibilidade do estabelecimento de um grupo dominante no interior dele, observando quais foram as estratégias mobilizadas pelas/os agentes sociais e como elas influenciaram seus posicionamentos e suas participações nas atividades do GT. A interlocução teórico-metodológica fundamental se deu com a obra de Pierre Bourdieu, notadamente no que se refere às suas incursões pela consolidação de um método, a defesa de uma economia dos bens simbólicos e a exploração do conceito de campo e subcampo. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa para a qual elencamos como instrumentos a pesquisa documental e bibliográfica, o levantamento sistemático dos trabalhos sobre gênero, sexualidade e educação apresentados nas Reuniões Nacionais da ANPEd no período de 2004 a 2021 e a consulta a depoimentos disponíveis em vídeos e textos na *internet*. Como resultados destacamos que há permanências na produção no interior do GT, mas também sutis transformações, como a utilização cada vez maior do conceito de gênero em substituição ao de “mulher” e o aumento gradativo de pesquisadores do sexo masculino envolvidos nas pesquisas sobre gênero e sexualidade. A leitura dos relatórios evidenciou uma aproximação com um aparato institucional receptivo, iniciativa do próprio GT, o que gerou uma profícua colaboração entre estas esferas no período de 2005 a 2016. Depois disso, entre 2017-2022, houve um acelerado processo de desinstitucionalização das demandas do GT 23 e de outros movimentos sociais progressistas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), a partir do trabalho de Guacira Lopes Louro e Dagmar Estermann Meyer aparecem de forma contundente na constituição de um grupo dominante no GT 23 e, apesar da desigualdade regional ainda ser uma realidade, outras pesquisadoras despontam como referências importantes na ampliação do número de trabalhos em suas regiões.

**Palavras-chave:** Educação; Gênero e Sexualidade; ANPEd; GT 23; Pierre Bourdieu.

## ABSTRACT

This investigation had the National Association of Post-Graduation and Research in Education as locus and intended to examine the process of constitution, consolidation, and the most relevant elements of the Working Group 23 - Gender, Sexuality, and Education. Further it proposed to analyze a dominant group within it, noting the strategies mobilized by social agents and how they influenced their positions and participation in the WG's activities. The fundamental theoretical-methodological interlocution was based on the works of Pierre Bourdieu, especially those about his incursions on the consolidation of a method, the defense of an economy of symbolic goods, and as well as the use of the concepts of field and subfield. Qualitative research was used for which we listed as instruments the documentary and bibliographical research, the systematic survey of the works on gender, sexuality, and education presented at the National Meetings of ANPEd from 2004 to 2021, and the reference to testimonials available in videos and texts on the internet. As a result, we ascertained the permanency of WG's production, such as an abiding of the geographical origin of its researchers. But, also, we noticed small transformations, such as the use of the gender's concept in substitution of "woman" and the gradual increase of male researchers working with gender and sexuality. The reports' readings stated that the initiative in approaching the receptive institutional apparatus came from the WG, which generated a fertile collaboration between the spheres in the period of 2005 to 2016. After that, between 2017-2022, there was an accelerated demands' deinstitutionalization process of WG 23 and other progressive social movements. The UFRGS and GEERGE, according to Guacira Lopes Louro and Dagmar Estermann Meyer's work, appear strongly in the constitution of a dominant group in WG 23, and, despite the regional inequality is still a reality, other researchers emerge as important references in the expansion of the number of works in their regions.

**Keywords:** Education; Gender and Sexuality; ANPEd; WG 23; Pierre Bourdieu.

**LISTA DE GRUPOS DE TRABALHO ATIVOS NA ANPEd/  
COMPOSIÇÃO DAS SUBÁREAS**

- GT 2 - História da Educação;
- GT 3 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos;
- GT 4 - Didática;
- GT 5 - Estado e Política Educacional;
- GT 6 - Educação Popular;
- GT 7 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos;
- GT 8 - Formação de Professores;
- GT 9 - Trabalho e Educação;
- GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita;
- GT 11 - Política da Educação Superior;
- GT 12 - Currículo;
- GT 13 - Educação Fundamental;
- GT 14 - Sociologia da Educação;
- GT 15 - Educação Especial;
- GT 16 - Educação e Comunicação;
- GT 17 - Filosofia da Educação;
- GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas;
- GT 19 - Educação Matemática;
- GT 20 - Psicologia da Educação;
- GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais;
- GT 22 - Educação Ambiental;
- GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação;
- GT 24 - Educação e Arte;
- GE - Cotidianos: éticas, estéticas e políticas.

**Composição das subáreas (GT's participantes)**

**Subárea 1:** 02, 14, 17, 20

**Subárea 4:** 05, 09, 11

**Subárea 2:** 03, 06, 18, 21, 22, 23

**Subárea 5:** 07, 10, 13, 15

**Subárea 3:** 04, 08, 12, 16, 19, 24

## LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

### Quadros

<b>Quadro 1:</b> Sistematização de informações sobre as reuniões nacionais desde a fundação da ANPEd (1978-2021).....	94
<b>Quadro 2:</b> Sistematização de textos sobre o GT 23 da ANPEd considerados nesta pesquisa.....	108
<b>Quadro 3:</b> Divisão de funções quando do estabelecimento do GE 23 da ANPEd.....	112
<b>Quadro 4:</b> Divisão de funções para o biênio 2006-2007 no GT 23 da ANPEd.....	115
<b>Quadro 5:</b> Coordenações e vice-coordenações do GE/GT 23 da ANPEd (2004-2022).....	116
<b>Quadro 6:</b> Lista de grupos de estudos e pesquisas citados nos <i>currículos lattes</i> das/os pesquisadoras/es do GT 23 da ANPEd.....	164

### Figuras

<b>Figura 1:</b> Esquematização da localização do GT 23 em um espaço ampliado.....	56
<b>Figura 2:</b> Frequência da utilização de termos nas palavras-chave de trabalhos e pôsteres apresentados no GT 23 (2004-2021).....	142
<b>Figura 3:</b> Frequência da utilização de termos nas palavras-chave de trabalhos e pôsteres apresentados nos demais GT's (2004-2021).....	143
<b>Figura 4:</b> Relações de orientação estabelecidas entre as/os pesquisadoras/es.....	162

### Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Número de trabalhos apresentados na ANPEd por pesquisadores/as de cada estado brasileiro (2007-2021).....	146
<b>Tabela 2:</b> Número de trabalhos apresentados no GT 23 da ANPEd dividido por período - 2004-2010 e 2011-2021, por estado da federação e por região.....	151

## LISTA DE SIGLAS

ABETH - Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura

ANPEC - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia

ANPEd - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação

ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBE - Conferência Brasileira de Educação

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CENP - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPII - Colégio Pedro II

CREFAL - Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y El Caribe

CUML - Centro Universitário Moura Lacerda

DAAD - Deutscher Akademischer Austauschdienst

EDGES - Grupo de Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual (FEUSP)

EE - Escola Estadual

FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco

FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAPESq - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba

FAPITEC - Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe

FNDEP - Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública

FCC - Fundação Carlos Chagas

FGV/IESAE - Fundação Getúlio Vargas/ Instituto de Estudos Avançados em Educação

FUNDECT/MS - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

GE - Grupo de Estudos

GEERGE - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero

GT - Grupo de Trabalho

IES - Instituição de Ensino Superior

IF - Instituto Federal

IFBA - Instituto Federal da Bahia

IFES - Instituto Federal do Espírito Santo

IFFar - Instituto Federal Farroupilha

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPs - Instâncias Participativas

MEC - Ministério da Educação

ONU - Organização das Nações Unidas

PDEE - Programa de Doutorado com Estágio no Exterior

PDSE - Programa de Doutorado- sanduíche no Exterior

PICDT - Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnico-Administrativo

PM - Prefeitura Municipal

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

PROEX - Programa de Excelência Acadêmica do Governo Federal

PROSUC - Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC - Pontifícia Universidade Católica

REDE CEDES - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

SEE - Secretaria de Estado de Educação

STF - Superior Tribunal Federal  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
SUS - Sistema Único de Saúde  
UCDB - Universidade Católica Dom Bosco  
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina  
UEA - Universidade do Estado do Amazonas  
UECE - Universidade Estadual do Ceará  
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana  
UEL - Universidade Estadual de Londrina  
UEM - Universidade Estadual de Maringá  
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão  
UEMG - Universidade Estadual de Minas Gerais  
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense  
UEPA - Universidade do Estado do Pará  
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande  
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo  
UFF - Universidade Federal Fluminense  
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul  
UFG - Universidade Federal de Goiás  
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados  
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora  
UFPA - Universidade Federal de Lavras  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
UFMT - Universidade Federal Do Mato Grosso  
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto  
UFPA - Universidade Federal do Pará  
UFPB - Universidade Federal da Paraíba  
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco  
UFRR - Universidade Federal de Roraima

UFS - Universidade Federal de Sergipe  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos  
UFT - Universidade Federal do Tocantins  
UFU - Universidade Federal de Uberlândia  
UFV - Universidade Federal de Viçosa  
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil  
UMinho - Universidade do Minho  
UnB - Universidade de Brasília  
UNEB - Universidade Estadual da Bahia  
UNESA - Universidade Estácio de Sá  
UNESP - Universidade Estadual de São Paulo  
UNIARAXÁ - Centro Universitário do Planalto de Araxá  
UNIBH - Centro Universitário de Belo Horizonte  
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas  
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste  
UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
UNILASALLE - Universidade La Salle  
UNILESTE - Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais  
UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense  
UNIPLI - Centro Universitário Plínio Leite  
UNIR - Universidade Federal de Rondônia  
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
UNISANTOS - Universidade Católica de Santos  
UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul  
UNISINOS - Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos  
UNISO - Universidade de Sorocaba  
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina  
UNIT - Universidade Tiradentes  
UNITAU - Universidade de Taubaté  
UNIUBE - Universidade de Uberaba  
UNIVALE - Universidade do Vale do Itajaí  
UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville  
USP - Universidade de São Paulo  
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
UTP - Universidade Tuiuti do Paraná

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1. ABRINDO A CAIXA DE FERRAMENTAS, ORGANIZANDO A BANCADA DE TRABALHO: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS.....</b>	<b>27</b>
1.1. Trabalhar com Bourdieu: pressupostos do método e conceitos fundamentais .....	28
1.2. O campo acadêmico-científico e a necessidade de uma “sociologia da sociologia” na perspectiva bourdieusiana.....	46
1.3. Campo, subcampo, espaço social: um olhar multiposicional para a disposição das/os agentes sociais .....	53
<b>2. QUAIS PEDRAS SERÃO ESCULPIDAS? GÊNERO, SEXUALIDADE, A ANPEd E OS DIREITOS HUMANOS EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E RELACIONAL .....</b>	<b>59</b>
2.1. Gênese e desenvolvimento dos conceitos de gênero e sexualidade .....	60
2.2. A ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: origem, estruturação, estratégias e posições .....	79
2.3. O debate sobre gênero e sexualidade no interior da ANPEd: da dispersão ao estabelecimento de um GT específico .....	107
2.4. Direitos humanos, democracia participativa e o debate sobre gênero e sexualidade: o processo de institucionalização, desinstitucionalização e reinstitucionalização pós-transição democrática .....	118
<b>3. ESCOLHIDAS AS PEÇAS DE MÁRMORE, CINZEL E MARTELO EM AÇÃO: OS/AS AGENTES EM CAMPO .....</b>	<b>135</b>
3.1. Critérios adotados para o levantamento sistemático dos trabalhos e outras questões organizativas da pesquisa .....	136
3.2. Uma análise comparativa entre as características gerais dos trabalhos sobre gênero e sexualidade .....	140
3.3. Os números no interior do GT 23 da ANPEd (2004-2021) .....	149
3.4. Notas sobre o estabelecimento de uma hierarquia acadêmica .....	157
3.5. As relações estabelecidas pelo GT 23 ao longo de sua existência .....	169

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>191</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>197</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>206</b>
<b>Apêndice 1.....</b>	<b>206</b>
Trabalhos e pôsteres apresentados no GT 23 (2004 a 2021) .....	206
<b>Apêndice 2.....</b>	<b>230</b>
Trabalhos e pôsteres apresentados fora do GT 23 (2004 a 2021) .....	230
<b>Apêndice 3.....</b>	<b>245</b>
Pesquisadores/as que fizeram parte da coordenação, vice-coordenação, comitê científico ou avaliação <i>ad hoc</i> do GT-23 (2004-2020) .....	245
<b>Apêndice 4.....</b>	<b>252</b>
Outras atividades: Minicursos, Trabalho Encomendado, Sessões Especiais, Sessões conversa/Intercâmbio. ....	252
<b>Apêndice 5.....</b>	<b>259</b>
Frequência da utilização de termos nas palavras-chave de trabalhos e pôsteres apresentados no GT 23 (2004-2021) .....	259
<b>Apêndice 6.....</b>	<b>268</b>
Frequência da utilização de termos nas palavras-chave de trabalhos e pôsteres apresentados fora do GT 23 (2004-2021) .....	268
<b>Apêndice 7.....</b>	<b>275</b>
Estrutura da ANPEd.....	275

## INTRODUÇÃO

É de amplo conhecimento os ataques que as pautas relacionadas a gênero e sexualidade vêm sofrendo no Brasil e no mundo. Diversas iniciativas, em diferentes partes do globo, sinalizam para um grande retrocesso no que diz respeito às políticas referentes aos direitos reprodutivos, à violência contra a mulher e aos direitos de pessoas LGBTQIA+<sup>1</sup>, entre outras. Não nos faltam exemplos, também, na área da educação: por figurar entre os mais emblemáticos no Brasil, relembramos as cruzadas realizadas pelo movimento *Escola sem Partido*<sup>2</sup> contra a inserção das discussões de gênero e diversidade em documentos curriculares, principalmente nos planos municipais e estaduais de educação; a perseguição orquestrada por este movimento contra professoras e professores que abordam estes temas em sala de aula; e o embate mais recente, que se dá contra a inserção de uma linguagem inclusiva de gênero<sup>3</sup> nos documentos e estabelecimentos escolares<sup>4</sup>. Entendemos que estas iniciativas contrariam os preceitos de uma educação de qualidade para todas e todos, uma vez que ferem a autonomia pedagógica docente e dos estabelecimentos

---

<sup>1</sup> O movimento LGBTQIA+ é um movimento social e político que pauta o respeito à diversidade sexual e de gênero em busca de representatividade e garantia de direitos para esta população. Atualmente a sigla LGBTQIA+ é a mais utilizada, e designa tanto orientações sexuais quanto identidades de gênero: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, *queer*, intersexo, assexuais e o símbolo “+” aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não respondem ao padrão cis-heteronormativo e não estão destacados antes do símbolo.

<sup>2</sup> Movimento surgido em 2004, sob a coordenação do advogado Miguel Nagib, que se opõe à liberdade de cátedra docente e combate o debate sobre as questões de gênero e sexualidade no interior das escolas. Parlamentares ligados ao Movimento Escola Sem Partido apresentaram PL's que intentam modificar a LDB e incluir o Projeto Escola Sem Partido em seu texto. Para aprofundar o assunto, indicamos a leitura do artigo “Pensamento freireano em tempos de escola sem partido” (RAMOS; SANTORO, 2017) publicado na Revista Inter-Ação.

<sup>3</sup> Ainda que em muitos lugares essa questão seja colocada como o uso de uma linguagem neutra, preferimos e utilizaremos a expressão *linguagem inclusiva de gênero*, pois entendemos que não existe neutralidade na língua, uma vez que ela se expressa as necessidades sociais de suas e seus falantes e por isso expressa os valores presentes em cada sociedade, que são sempre parciais e localizados.

<sup>4</sup> Exemplos destas iniciativas podem ser consultadas em:

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/12/04/carlos-bolsonaro-apresenta-projeto-para-proibir-genero-neutro-em-escolas.htm>> e

<<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/parlamentares-bolsonaristas-pretendem-proibir-linguagem-neutra-de-genero-em-instituicoe1>>.

escolares e minam a possibilidade de disseminação de um entendimento sobre gênero, diversidade e sexualidade que esteja em consonância com a discussão acadêmica sobre o tema.

O presente texto que expõe a pesquisa realizada, reconhecendo a atualidade e importância dos estudos de gênero e sexualidade para a sociedade num sentido mais amplo, mas nomeadamente para a educação, se debruça sobre a discussão destes temas na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) em um Grupo de Trabalho específico, o Grupo de Trabalho 23 (Gênero, sexualidade e educação). Porém, diferentemente de outros trabalhos sobre gênero, sexualidade e educação (ROSEMBERG, 2001; VIANNA *et al.*, 2011), a proposta não é a de realizar um levantamento bibliográfico ou um estado da arte, pois partimos do *fazer* pressuposto no método praxiológico de Pierre Bourdieu, que foca justamente na dinâmica dos campos/subcampos, ou seja, traz à tona os desdobramentos da luta por capital – no caso, um capital *simbólico*, o científico – ocorrida em um espaço concorrencial.

Mobilizamos para tanto a teoria dos campos de Bourdieu, ou seja, adotamos uma perspectiva teórica que compreende os diversos campos sociais “ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas que visam transformar este campo de forças” (BOURDIEU, 1989, p. 66), entendimento que será explorado de forma detalhada no Capítulo 1. Assim, nosso problema de pesquisa se relacionou à intenção de analisar o processo de constituição, consolidação e as características mais importantes do GT 23 e de um grupo dominante no interior dele, observando quais foram as estratégias mobilizadas pelas/os agentes sociais e como elas influenciaram seus posicionamentos e suas participações no GT 23.

A ANPEd foi fundada em 1978, constituindo-se como uma entidade científica sem fins lucrativos que reúne professoras/es e estudantes vinculadas/os a programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação e demais pesquisadoras/es da área, os sócios individuais, mas também sócios institucionais, representados pelos coordenadores e coordenadoras de programas de pós-graduação em educação brasileiros. Em seu interior, há a organização de acordo com os temas de pesquisas em 23 GT's (e um GE aprovado na 40ª reunião nacional, nomeado como “Cotidianos: éticas, estéticas

e políticas”) temáticos. O GT 23 existe enquanto tal desde 2004<sup>5</sup> e reúne pesquisadoras e pesquisadores que estudam essas temáticas em todas as regiões do país. Atualmente as reuniões nacionais são organizadas bianualmente pela entidade, e nos anos em que elas não acontecem são organizadas as reuniões regionais<sup>6</sup>, que ocorrem em cada uma das cinco regiões brasileiras<sup>7</sup>. A criação de um GT específico na ANPEd foi um marco no processo de institucionalização da discussão sobre gênero e sexualidade em suas interlocuções com a educação no Brasil.

A elaboração do problema da pesquisa que resulta nesta tese teve como ponto de partida a leitura do primeiro trabalho encomendado escrito pelo então Grupo de Estudos (GE), em 2004. Neste artigo, intitulado “Gênero, sexualidade e educação: ‘olhares’ sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo GE” (MEYER; RIBEIRO; RIBEIRO, 2004), há a defesa da discussão de gênero e sexualidade na ANPEd e a apresentação dos grupos de pesquisa que atuaram na instituição do então GE. Dos três grupos apresentados no artigo, todos localizados em universidades das regiões sul e sudeste do país, dois se embasavam fundamentalmente numa perspectiva pós-estruturalista, relacionada aos Estudos Culturais, o que chamou a nossa atenção pela predominância dessa abordagem teórico-metodológica já na constituição do GT. Além disso, este mesmo artigo menciona, como características da área de gênero e sexualidade, a pluralidade teórico-metodológica e a constante autocrítica que acompanha a produção de conhecimento no GT (MEYER; RIBEIRO; RIBEIRO, 2004, p. 2). Neste sentido, nos pareceu oportuno investigar se a alegada pluralidade se sustenta no interior do GT 23, inclusive acompanhada da autocrítica também mencionada, ainda que tenha havido mudanças no objeto da pesquisa desde então.

Já possuíamos uma proximidade com a teoria bourdieusiana advinda da pesquisa anteriormente desenvolvida no mestrado em educação do PPGE/FE/UFG, na linha de pesquisa “Movimentos sociais e educação”, sob a orientação do Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa, na qual analisamos aspectos

---

<sup>5</sup> Sua proposição como grupo de estudos data de 2003, quando foi aprovado, funcionando em 2004 e 2005 nestes termos e, a partir de 2006, respondendo às prerrogativas de um GT.

<sup>6</sup> Algumas regiões já realizavam reuniões científicas regionais antes deste período, mas a partir desta data elas passaram a ser intercaladas com as reuniões anuais.

<sup>7</sup> A estrutura da ANPEd pode ser conferida no Apêndice 7 desta tese.

relacionados às feminilidades em meninas que não correspondiam a um estereótipo de boa aluna, tomando Pierre Bourdieu como interlocutor privilegiado. Assim, por conta da pertinência e do acúmulo proporcionado por tal experiência, adotamos novamente como horizonte epistemológico o método de Pierre Bourdieu, que responde a nomes como método praxiológico, teoria da prática, método relacional ou sociologia reflexiva. Assumimos o desafio de trabalhar a partir do método desenvolvido por ele, pois entendemos que só assim incorporamos o *modus operandi* defendido por Bourdieu, utilizando sua teoria com toda a potência que possui.

Compreendemos que *habitus* e campo, principalmente, são conceitos fundamentais, considerados mesmos como operatórios da teoria da prática (MARTINS, 1987, p. 33) e por isso essenciais para o entendimento da dinâmica de funcionamento do método proposto por Bourdieu. Dessa forma abordamos, juntamente com a discussão específica sobre os pressupostos da teoria da prática, os conceitos de *habitus*, campo, subcampo e a defesa da ideia de uma economia dos bens simbólicos, explorando também a noção de capital, passo importante para o entendimento do campo científico. Destarte, a abordagem dos conceitos é feita de forma integrada aos pressupostos metodológicos, uma vez que o próprio Bourdieu nos alerta sobre o desserviço de se atomizar os elementos do trabalho científico (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999). Neste prisma, para ele a sociologia deve fornecer a base para “análises concretas de situações concretas”, ou seja, teoria e prática devem estar concertadas. Entendemos que adotar o *modus operandi* bourdieusiano de forma coerente, neste sentido, só é possível quando há essa articulação.

Neste sentido, nosso objetivo geral foi analisar os aspectos referentes à criação e às dinâmicas de funcionamento do GT 23, visando apreender as estratégias empreendidas pelas/os agentes e como isso influencia na legitimação e no funcionamento do GT tendo em vista a sua compreensão como um subcampo. Os objetivos específicos consistiram em: reconstituir o momento histórico de criação da ANPEd, do GT 23, da discussão sobre gênero e sexualidade em suas interlocuções com a área dos direitos humanos, principalmente, no intento de destacar a configuração de interesses e de forças associadas a essas iniciativas; identificar onde se posicionam e se é possível notar estratégias adotadas pelas/os agentes no interior do GT 23; realizar um

levantamento sistemático dos trabalhos sobre gênero, sexualidade e educação apresentados na ANPEd e verificar se são apresentados trabalhos desse tipo em outros GT's e quais suas principais características.

Sobre a alegoria mobilizada neste texto como base para desenvolvimento do seu método expositivo, ela surge da inspiração proporcionada pela leitura da expressão utilizada pelas/os organizadoras/es no livro *Vocabulário Bourdieu* (2017), cujo prefácio foi intitulado como “Abrindo a caixa de ferramentas”. Essa leitura nos remeteu, por sua vez, a uma passagem do livro *O ofício de sociólogo*, quando os autores refutam justamente a possibilidade de uma leitura tecnicista da técnica ao ser entendida como ferramenta e afirmam: o instrumento é uma teoria em ato (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 190-191). Ao extrapolar esse referencial, entendemos que os constructos teóricos de Bourdieu podem ser vistos pela/o pesquisador/a como ferramentas para a construção de um trabalho, no caso, o trabalho acadêmico, por definição meticuloso, rigoroso, criativo. Assim, em um exercício imaginativo, recorreremos à ideia de um ofício manual, ao modo do trabalho de escultoras/es que, ao aliar suas disposições às ferramentas necessárias para a execução de seu ofício e ao material que utilizam, criam o novo. Esse recurso retórico nos auxiliou, então, a expressar metaforicamente, na exposição textual da tese, alguns pressupostos do trabalho científico que desenvolvemos com base na teoria bourdieusiana.

Abrimos um parêntese para explicar porque optamos por não trabalhar com a obra “A dominação masculina”, de Pierre Bourdieu. Já na ocasião da escrita de nossa dissertação de mestrado, tendo como base principalmente os trabalhos de Mariza Corrêa (1999) e Marília Pinto de Carvalho (2011), argumentávamos que essas autoras levantavam pontos relevantes para que a referência se fizesse a todo o respeitado trabalho de Bourdieu (CARVALHO, 2011) e não somente a essa obra, que possui limitações e que, mesmo trazendo análises que já circulavam nos estudos feministas, não faz referência a isso (BARBOSA, 2016, p. 35-36). Assim, mesmo considerando que no livro supracitado há uma análise relevante sobre a dimensão simbólica da dominação de gênero seguimos o conselho de Carvalho e, mesmo abordando questões que envolvem gênero e sexualidade nesta tese, preferimos explorar todo o potencial do restante da exímia obra de Pierre Bourdieu.

É relevante que conste ainda nesta introdução algumas ponderações sobre nossa proposta de pesquisa para a tese e a pandemia que assola o mundo desde o final de 2019 e o Brasil desde princípios de 2020. O andamento de nossa pesquisa foi bastante prejudicado pela realização *online* da 40ª reunião da ANPEd em 2021 devido à pandemia de COVID-19, pois numa reunião presencial poderíamos analisar a atuação das/os agentes *in loco*, as alianças formadas, as discordâncias que poderiam ocorrer com relação aos encaminhamentos propostos etc., o que não foi possível em um encontro *online*, como o de 2021. Participamos em 2019 da reunião presencial que ocorreu na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, mas a intenção deste primeiro contato era a aproximação e uma exploração inicial do terreno a ser pesquisado, pois o projeto de pesquisa estava sendo finalizado e ainda não havia a aprovação do Comitê de Ética da UFG para o levantamento oficial de dados para a pesquisa. Como as reuniões nacionais da ANPEd são bianuais, as de 2019 e 2021 seriam as únicas oportunidades de observar as/os agentes atuando presencialmente seguindo o prazo estabelecido para a realização do doutorado em educação no PPGE/FE/UFG. Buscamos, em algumas situações, rememorar o que foi relevante na reunião de 2019, mas com a cautela de que não se configure como uma falha ética na condução da pesquisa.

Cabe ainda uma observação que se relaciona a esta sobre os efeitos deletérios da pandemia na pesquisa acadêmica produzida no período. Enquanto registro histórico de uma tese produzida nestas condições, é necessário salientar não só as questões regimentais, como prazos e alterações de calendário e cronograma, mas também as imensas demandas de saúde mental e física, principalmente pelo adoecimento e falecimento de pessoas queridas e do próprio adoecimento e tratamento de possíveis sequelas da COVID, além das de cuidado com pessoas de grupo de risco e crianças pequenas, tendo em vista o fato das escolas, no Brasil, terem permanecido fechadas por cerca de um ano e meio. Isso afetou a dedicação à pesquisa de muitas pessoas, principalmente mulheres e mães na pós-graduação, o que evidencia que os prejuízos para este grupo vão muito além dos provocados pelo cancelamento de um semestre letivo, como foi o caso no PPGE da UFG. Não podemos nos furtar a mencionar estes aspectos para sermos condizentes com os caminhos que a discussão sobre gênero nos leva, principalmente tendo conhecimento de que a carga mental e

física das atividades de cuidado é, na maioria esmagadora dos casos, atribuída às mulheres.

Em termos da organização do presente trabalho, a qual respeita a lógica argumentativa do método expositivo, reservamos ao primeiro capítulo o papel de apresentar Bourdieu, o seu método de pesquisa e o porquê de compreendermos que este método é adequado para alcançar os objetivos da pesquisa proposta, ou ainda, na lógica inversa, porque esta proposta de pesquisa só poderia ter surgido a partir de um olhar bourdieusiano para a realidade social. A caixa de ferramentas será aberta, expondo os instrumentos necessários para o processo de lapidação da pedra que será escolhida adiante. Assim, nesta seção, além de realizar uma breve explanação sobre a trajetória intelectual e científica do autor, realizamos uma apresentação dos pressupostos do método, mencionamos a importância de uma “sociologia da sociologia”, nas palavras de Pierre Bourdieu, e ainda trazemos os conceitos de *habitus*, campo, subcampo e a discussão em torno da existência de uma economia dos bens simbólicos para incluirmos sua noção de capital, principalmente. Ainda que toda essa sistematização seja considerada até certo ponto antibourdiesiana (CATANI *et al.*, 2017, p. 15), já que Bourdieu explicitou em diversas ocasiões que mais importante do que a descrição era a aplicação de sua teoria a contextos práticos, avaliamos que em uma situação como a de escrita de uma tese, que comunica uma pesquisa realizada, é bem-vinda a elucidação pormenorizada da base que a sustentou.

A partir do segundo capítulo nossa intenção é expor os critérios utilizados para escolher a pedra que será lapidada mais à frente: traçamos o percurso histórico do campo teórico de gênero e a implicação dele para os estudos sobre sexualidade, com o foco na elaboração do conceito tanto no Brasil quanto no mundo, atentando para as disputas, os reveses e sua singular trajetória dentro do movimento feminista, particularmente, mas também num contexto social mais amplo, principalmente no campo acadêmico-científico em pauta aqui. Abordamos, assim, a circulação acadêmica do conceito, mas sem perder de vista a articulação entre este âmbito e o dos movimentos sociais, uma forte característica dos temas que compõem os estudos feministas e, por consequência, os de gênero.

Retornamos ainda, com a mesma intenção, ao contexto de formação e consolidação da pós-graduação e da pesquisa em educação no Brasil, a fim de

entendermos em qual contexto sociopolítico surgem as associações de pós-graduação até o estabelecimento da ANPEd: os antecedentes históricos, as discussões em torno de sua criação, as e os agentes envolvidas/os, a sistematização das reuniões já ocorridas, seus primeiros anos de funcionamento, entre outros aspectos considerados pertinentes à análise que propomos e depois seguimos, principalmente a partir dos temas das reuniões, até os dias atuais.

Finalizamos o segundo capítulo trazendo a discussão sobre a alocação dos temas abordados aqui no escopo da defesa de princípios dos direitos humanos, elucidando o que são eles, a ideia de uma democracia participativa forjada no período pós-transição democrática no Brasil, e quais atos – retomando um encaminhamento iniciado no percurso histórico da ANPEd – tomados principalmente pelos governos presidenciais desde então, expressam o processo de institucionalização, desinstitucionalização e (re)institucionalização das pautas abordadas pelo GT 23, explorando conceitos-chave para o entendimento do tema.

Falta, justamente, a exposição do motivo pelo qual nos propusemos a operar o *modus operandi* bourdieusiano, isto é, a oportunidade de efetivar uma análise da composição do campo, uma visão das rupturas e permanências, sua estrutura, as estratégias mobilizadas pelas/os agentes, e este é o objeto do terceiro capítulo do trabalho. Nele realizamos uma análise dos anos de funcionamento do GT 23 por meio da leitura sistemática dos Relatórios de Atividades e dos Relatórios de Reunião de 2004 a 2020, com o objetivo de demarcar as fronteiras do GT 23 enquanto subcampo e visibilizar as relações mantidas por ele com sujeitos e atores institucionais diversos ao longo de sua existência. A exposição neste capítulo também evidencia características dos trabalhos apresentados em comunicação oral, pôsteres, minicursos e trabalhos encomendados, entre outros, e destaca os atrelamentos institucionais, vínculos de orientação e participação em grupos de pesquisa de um grupo menor, principalmente, com vistas ao mapeamento do espaço analisado. Ou seja, o cinzel e o martelo entram em ação neste capítulo!

Ainda abordando os princípios que nos mobilizam na produção desta tese, explicitamos nosso posicionamento em relação à adoção de uma linguagem que seja a mais inclusiva possível, tanto em relação a gênero quanto a outras

questões. Desta maneira, no texto que segue tentamos escapar de algumas “armadilhas” da língua, buscando, sempre que possível, usar termos e fazer substituições para que sejamos inclusivos ao comunicar a pesquisa que realizamos. Por exemplo, no lugar de *Homem*, quando nos referimos a todos os seres humanos, preferimos *humanidade*; em vez de *escravos* usamos *pessoas escravizadas*; não utilizamos *civilidade* ou *urbanidade* como sinônimo de *boa educação*; tentamos abolir, ainda, expressões capacitistas, ou seja, aquelas que ofendem e discriminam pessoas com deficiência, como as formas ultrapassadas *pessoas especiais/portadores de deficiências* ou construções como “o movimento social era *cego* às demandas deste grupo”.

Essa inflexão, entretanto, se defronta com algumas limitações advindas da própria língua portuguesa. Com relação ao gênero, por exemplo, em parte do texto constará apenas a versão no masculino genérico padrão da língua; em outras, quando considerarmos ser mais relevante a afirmação do papel feminino – como quando nos referimos a professoras e pesquisadoras – faremos uso do feminino e do masculino; ainda, mencionaremos o nome completo da autora de um texto citado pela primeira vez como uma maneira de visibilizar autorias femininas (ou de quem quer que se identifique com um nome considerado feminino) e colocaremos o prenome das/os autoras/es nas referências bibliográficas. Como é possível perceber, essas escolhas ainda esbarram no binarismo de gênero, o que se dá principalmente diante da falta de consenso, inclusive entre os grupos feministas, da melhor forma de se fazer alusão àquelas e àqueles que se identificam fora desta dualidade.

Obviamente existirão limites e falhas nesta postura adotada na escrita, já que este é um texto que, assim como o processo formativo de sua autora, está aberto às contribuições e às críticas construtivas que virão. Como iniciativa semelhante e inspiradora, trazemos o exemplo de Paulo Freire: após o período de exílio imposto pela ditadura militar, quando viveu em vários países e teve a oportunidade de conhecer muitas realidades diferentes, aprendeu que a

[...] discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa. A recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a

recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo (FREIRE, 1992, p. 12).

E nós aprendemos com ele, mas também e principalmente com o movimento feminista, que não é só o que é comunicado que importa, mas também a forma como nos comunicamos. E não há aqui uma ilusão ingênua de que mudanças na língua podem transformar, sozinhas, uma realidade social de exclusão, mas entendemos que esta se constitui como uma das ações possíveis, e como diz Paulo Freire é uma parte importante da busca progressista por um mundo mais justo e inclusivo.

No desfecho desta introdução destacamos a compreensão de que a análise que realizamos poderá contribuir para o avanço da produção de conhecimento no campo educacional. A natureza de nosso problema de pesquisa pode auxiliar na superação de uma visão reducionista de educação em direção a um horizonte ampliado, focando em processos educacionais outros, apostando que tais processos se instituem nas diversas esferas da sociedade e da cultura, em consonância com aquilo que preconiza nossa linha de pesquisa. Uma análise como a nossa, que contempla as estratégias de legitimação presentes em âmbitos educacionais diversos, pretende atuar em prol do fortalecimento da autonomia da pesquisa educacional ao apresentar um olhar que se pretende desvelador de mecanismos dissimulados no processo de constituição do campo acadêmico-científico da educação.

## 1. ABRINDO A CAIXA DE FERRAMENTAS, ORGANIZANDO A BANCADA DE TRABALHO: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

*Luta, não reprodução, é a metáfora-chave operante do pensamento de Bourdieu (WACQUANT, 2007, p. 305).*

A epígrafe na abertura deste capítulo foi escolhida por sintetizar nossa compreensão acerca do pensamento de Bourdieu e a intenção de propor uma pesquisa baseada no *modus operandi* bourdieusiano: aderir a um método rigoroso, que se preocupa fundamentalmente com os *processos* da relação estabelecida entre aquelas e aqueles consideradas/os agentes - a escolha do termo será explicada a seguir - e suas atuações em um campo social, guiadas/os por uma racionalidade, um senso de jogo e de competição entre pares, que as/os ajudaria a tomar a decisão mais *sensata* – expressão entendida num sentido bourdieusiano - em cada situação. A epígrafe contraria ainda um dos lugares-comuns quando se trata da incorporação da teoria de Bourdieu na educação (SILVA, 1996): retira o foco da interpretação determinista da qual Bourdieu foi alvo quando das primeiras traduções de suas obras no Brasil e recoloca sua teoria na perspectiva de uma sociologia da sociologia – isto é, dinâmica e com potencial heurístico.

Sabemos que incorporar o *modus operandi* de Bourdieu não significa apenas “incorporar os conceitos e sua lógica, mas a forma de pensar e ver o mundo social que deram origem a esses conceitos. Os conceitos são a expressão de uma visão, de uma perspectiva, que não fazem sentido sem ela” (SILVA, 1996, p. 232). Entendemos, porém, que a abordagem dos conceitos fundamentais colabora com a apreensão e dinamização da perspectiva bourdieusiana do trabalho científico, por isso os exporemos de forma articulada para que contribuam com o entendimento dos pressupostos do método e a pertinência dele para a análise do problema de pesquisa proposto.

Neste capítulo, que tem como objetivo a arrumação de nossa bancada de trabalho, ou seja, a exposição e delimitação de nossos instrumentos teórico-analíticos, fazemos uma apresentação sobre Bourdieu e sua trajetória e justificamos a adoção deste olhar teórico-metodológico, que será desdobrado de

forma pormenorizada, explicitando os pilares que sustentarão nossa análise. Na sequência, abordamos os conceitos de *habitus*, campo, subcampo e a discussão de uma economia dos bens simbólicos para compreendermos sua noção de capital, principalmente o científico enquanto capital simbólico, e então finalizamos com a importância de uma “sociologia da sociologia” nas palavras de Pierre Bourdieu.

### **1.1. Trabalhar com Bourdieu: pressupostos do método e conceitos fundamentais**

Pierre Bourdieu (1930-2002) figura entre os maiores nomes da sociologia mundial<sup>8</sup>, tendo alcançado ao longo de sua trajetória grande reconhecimento pelos esforços teóricos realizados, os quais tiveram como objetivo “fazer da sociologia uma ciência total, capaz de restituir a unidade fundamental da prática humana” (BONNEWITZ, 2003, p. 18), a partir do pensamento dos considerados fundadores da sociologia – Marx, Durkheim e Weber. Para Micelli (2013), pela ampla gama de temas e de instrumentos de pesquisa adotados, de diversas áreas de pesquisa, Bourdieu poderia facilmente esbarrar numa espécie de ecletismo leviano, mas o conjunto de sua obra materializa a criação de uma concepção teórica rigorosa capaz de desvelar “as condições materiais e institucionais que presidem a criação e a transformação de aparelhos de produção simbólica cujos bens deixam de ser vistos como meros instrumentos de comunicação e/ou de conhecimento” (MICELI, 2013, p. XII).

O intento de descompartimentalização da sociologia fez com que ele fundasse um método que buscou a unidade que julgou inexistente nesta área do conhecimento. Pautado neste princípio, erigiu as bases do que chamou de *modo de conhecimento praxiológico*, cujo objetivo foi romper com as visões polarizadas da relação entre agente e estrutura presente no embate entre subjetivismo e objetivismo e propor uma articulação dialética entre sujeito e estrutura social. Em suas palavras:

---

<sup>8</sup> Para dar uma ideia da influência do pensamento de Bourdieu na sociologia mundial sugerimos a leitura dos artigos “Pierre Bourdieu, un intellectuel globalisé”, de Nicolas Chevassus-au-Louis, e o de Gisèle Sapiro e Mauricio Bustamante, intitulado “Translation as a Measure of International Consecration. Mapping the World Distribution of Bourdieu's Books in Translation”.

[...] o conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações *dialéticas* entre essas estruturas e as *disposições* estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 1983b, p. 47, *grifado no original*).

Bourdieu reconhece que as contribuições para a compreensão do mundo social trazidas pelos modos de conhecimento anteriores são indiscutíveis (MARTINS, 1987, p. 39), mas argumenta que o método praxiológico visa a superação da dicotomia entre agente e estrutura ainda presente nestas interpretações. A teoria da prática proposta por ele sustenta, contra o materialismo positivista, “que os objetos de conhecimento são construídos, e não passivamente registrados”, ao mesmo tempo em que advoga, “contra o idealismo intelectualista, que o princípio dessa construção é o sistema de disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática e que é sempre orientado para funções práticas” (BOURDIEU, 2009, p. 86). Com relação ao objetivismo, aponta que fazer

[..] da regularidade, isto é, do que se produz com uma certa frequência, estatisticamente mensurável, o produto do regulamento conscientemente editado e conscientemente respeitado (o que supõe que expliquemos a gênese e a eficácia), ou da regulação inconsciente de uma misteriosa mecânica cerebral e/ou social é escorregar do modelo da realidade para a realidade do modelo (BOURDIEU, 1983b, p. 59).

Essa tendência pode ser verificada quando tomamos a categoria classe como exemplo: seu significado, em muitas pesquisas, estaria dado *a priori*, caracterizando o que apontou na citação como o ato de “escorregar do modelo da realidade para a realidade do modelo”. Ao mesmo tempo, entretanto, a praxiologia de Bourdieu é distinta de uma abordagem fenomenológica por não ter a pretensão de “simplesmente rejeitar o conhecimento objetivista, mas conseguir, uma vez explicitados seus limites, ultrapassá-los” (ORTIZ, 1983, p. 12). O próprio autor afirma que o que pratica é uma espécie de “estruturalismo genético” porque entende que

[...] a análise das estruturas objetivas – as estruturas dos diferentes *campos* – é inseparável da análise da gênese, nos

indivíduos biológicos, das estruturas mentais (que são em parte produto da incorporação das estruturas sociais) e da análise da gênese das próprias estruturas sociais: o espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produto de lutas históricas (nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço) (BOURDIEU, 2004a, p. 26).

Logo, trata-se de estruturalismo porque analisa as estruturas objetivas dos diferentes campos, mas as entende como produto de uma gênese, da incorporação das estruturas previamente existentes resultantes de jogos anteriores e atuais, cujo intuito é o de reencontrar a mediação proporcionada pela relação dialética estabelecida entre o campo e o *habitus* das/os agentes, enquanto interiorização da exterioridade (expressa na formação de um *habitus*) e de exteriorização da interioridade (como a atuação num campo).

O que foi discutido até este ponto já nos permite entender sua preferência pelo termo agente no lugar de sujeito. Bourdieu afirma que prefere agentes porque sua concepção é a de que a ação não é simplesmente “execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam” (BOURDIEU, 2004a, p. 21). E é nesta perspectiva que realizamos este trabalho, vislumbrando a compreensão, a partir do conceito de campo, que as/os agentes envolvidas/os com a consolidação e legitimação do GT 23 podem ter se engajado em lutas por posição. O método de Bourdieu é considerado uma sociologia da prática, e esta concepção de prática não se resume à mera execução, mas sim à efetivação de uma relação dialética entre uma situação (no campo) e o *habitus*. Nesse sentido é que afirmamos que o modo de conhecimento proposto por Bourdieu se pauta numa prática que é, de fato, *praxis*, entendida como relação entre interioridade e exterioridade materializada na atuação do sujeito em um campo/subcampo – e a partir daí ela/e é visto como agente social –, concomitante à sua própria constituição enquanto ser social.

Quanto à construção do método, mirando no percurso bibliográfico do autor, Oliveira e Pessoa (2013, p. 15-20) apontam três momentos distintos na trajetória intelectual de Pierre Bourdieu: reconhecem um primeiro Bourdieu, o “antropólogo”, que se ocupou da situação de desajustamento do povo cabila, na

Argélia, época em que esteve em serviço militar neste país; um segundo Bourdieu, o “sociólogo”, preocupado com a elaboração do método e com a explicação de seus conceitos fundamentais; e o terceiro Bourdieu, de maior engajamento político, quando publica obras como *A miséria do mundo*. Segundo eles o método foi sistematizado pelo “segundo” Bourdieu, mas tendo como fundamento para sua elaboração tanto a experiência na Argélia quanto as demais obras publicadas entre as décadas de 1960 e 1980.

Ainda nessa perspectiva, o retorno às obras da juventude de Pierre Bourdieu, da fase em que esteve envolvido com o trabalho etnográfico na Argélia e no Béarn, sua região natal na França, nos revela indícios do equívoco da leitura meramente reproducionista de sua obra, pois a preocupação com a transformação social e o desajustamento frente a essas mudanças está presente desde então e se configura como uma marca de seus esforços teóricos desde os primórdios de sua atuação enquanto pesquisador. Para Wacquant (2006),

[...] prestar atenção aos trabalhos de campo feitos na juventude permite colocar toda a abordagem intelectual de Bourdieu numa nova perspectiva. Dissolve definitivamente a imagem caricatural do “teórico da reprodução” [...], alguém indiferente à mudança histórica e incapaz de dar conta na sua grade conceitual da contradição social. De fato, o autor de *Algérie 60* desenvolveu suas preocupações e noções centrais num esforço para descrever as forças dinâmicas que dilaceravam a estrutura social e mental da aldeia comunitária na qual cresceu, e que confluíam na violenta transformação da sociedade de castas da Argélia colonial (p. 15).

É a partir desse exercício ao olhar para o mundo social que o método é paulatinamente construído em sua trajetória intelectual. Em um texto breve, mas bastante pertinente, Silva (1996) lista de forma sucinta alguns pontos que caracterizariam esse olhar metodológico bourdieusiano. São eles:

- 1) problematizar as categorias e mecanismos sociais tomados como dados e naturais pelo senso prático, aí incluídos as do próprio sociólogo-observador); 2) pensar relacionalmente, o que implica não a busca da essência dos fenômenos, dos processos ou dos elementos do mundo social, mas situá-los uns em relação aos outros e na estrutura à qual pertencem; 3) perceber padrões na aparente desordem e falta de sentido do mundo social; 4) historicizar o mundo social, relativizá-lo, demonstrar a arbitrariedade histórica dos artefatos da criação humana e social; 5) objetivar o mundo social, vinculando-o às condições objetivas de sua produção; 6) mostrar desconfiança em relação

as formas oficiais e correntes de nomear e classificar o mundo – tomadas não como nomeações da realidade, mas como operações de constituição interessada da realidade; 7) não dicotomizar o mundo social: estrutura/sujeito, micro/macro, indivíduo/sociedade, ação/estrutura, objetivismo/subjetivismo, mas considerar esses elementos de forma integrada; 8) destacar como unidades de análise não o mundo social em sua totalidade, a sociedade em seu conjunto, mas instituições ou práticas localizadas, governadas por práticas específicas, embora homólogas a outras práticas sociais; 9) ver todas as práticas como *interessadas*, situá-las em relação aos interesses de manutenção das estruturas existentes de acumulação de prestígio simbólico e vantagens materiais e formas particulares de poder – a sociologia é para Bourdieu e ciência do poder, das lutas de poder (p. 232-233, *grifado no original*).

A citação é longa, porém oportuna por sistematizar os principais pressupostos do método, que remetem à existência de dimensões simbólicas, à dominação e à luta pelo poder para exercer esta dominação (tanto material quanto simbólica), que devem estar incluídas em toda a análise do mundo social feita pela socióloga e pelo sociólogo, inclusive a sua própria atuação num campo científico e na sociedade de forma mais ampla. Por isso, muitos dos pontos mencionados na citação de Silva se referem basicamente ao papel da sociologia e dos e das profissionais desta área do conhecimento em conjunto com o questionamento das pré-noções, das instituições oficiais e seus sistemas de classificação e de legitimação. Há, assim, o delineamento da dimensão epistemológica da produção de Bourdieu, que se refere justamente à delimitação de princípios do método ao desvelar quais aspectos norteariam a pesquisa realizada de acordo com a sociologia que preconiza, que ao mesmo tempo que faz avançar o conhecimento sobre um problema no escopo do campo, fortalece e legitima o próprio campo teórico.

Daí resulta a necessidade de romper com o que Bourdieu chama de sociologia espontânea e com o senso comum. O trabalho do sociólogo e da socióloga é desnaturalizar o que está posto como óbvio, como natural, e neste sentido tomar seu lugar na luta pela representação legítima da realidade social, sem esquecer que seu compromisso é com o avanço da sociologia. Esse tema foi explorado no conjunto de sua obra, mas magistralmente exposto em sua aula inaugural no *Collège de France*, em 1982, discurso registrado no livro *Lições da aula* (BOURDIEU, 2001a). Ainda neste sentido, Bourdieu, Passeron e Chamboredon (1999), sublinham a necessidade da/o socióloga/o prezar por uma

perene vigilância epistemológica, entendida como a subordinação da “utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade” (p. 14), postura importante principalmente para as ciências sociais.

A vigilância epistemológica impõe-se, particularmente, no caso das ciências do homem nas quais a separação entre a opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa do que alhures. [...] A familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as condições de sua credibilidade (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 23).

Consideramos que os principais conceitos empregados por Bourdieu – *habitus*, campo e capital – facilitam o entendimento de alguns desdobramentos dos pressupostos mencionados por Silva (1996). Ao abordá-los, iniciamos pelo conceito de *habitus*. Esse termo latino advém do grego *hexis*, empregado por Aristóteles e pela escolástica medieval e a sua tradução para o latim foi feita no século XIII por Tomás de Aquino em sua Suma Teológica. O conceito e correlatos transitaram pela sociologia clássica e pela filosofia, sendo utilizados por autores como Weber, Elias, Durkheim, Mauss, Panofski e Husserl (WACQUANT, 2007, p. 65). Entretanto, é a partir das obras de Bourdieu escritas na década de 1960 que o conceito é renovado e sistematicamente empregado, ocupando posição central na teoria da prática para expressar a mediação entre indivíduo e sociedade em busca da superação do embate entre subjetivismo e objetivismo. *Habitus*, neste sentido, é

[...] um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem supor a adesão consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 1983b, p. 60-61).

A noção de *habitus* ressignificada pelo autor parte do pressuposto de que o sujeito nasce inserido numa realidade que o estrutura, mas que ele também tem seu papel na estruturação desta realidade, caracterizando um movimento dialético e, neste sentido, “o *habitus* enquanto sistema de disposições duráveis

é a matriz de percepção, de apreciação e de ação”, mas “que se realiza em determinadas condições sociais” (ORTIZ, 1983, p. 19). O conceito de *habitus*, tal qual dinamizado por Bourdieu, apresenta inclinações à conservação, uma vez que é o aprendizado passado, por meio da noção de *habitus*, que operaria a mediação entre sujeito e história. É oportuno mencionar de passagem que para Sartre, por exemplo, essa mediação se dá com o conceito de projeto, que enfatiza a ação futura (ORTIZ, 1983, p. 14). Existe, todavia, a possibilidade de transformações, que partiriam das experiências das/os agentes ao longo de sua vida e das modificações próprias de cada momento histórico, afinal

[...] o *habitus* é uma capacidade infinita de engendrar em toda liberdade (controlada) produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações – que sempre tem como limites as condições historicamente e socialmente situadas de sua produção, a liberdade condicionada e condicional que ele garante *está tão longe de uma criação de imprevisível novidade quanto de uma simples reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais* (BOURDIEU, 2009, p. 89, grifado por nós).

Consideramos que é mister insistir nessa capacidade também criadora do *habitus* principalmente por estarmos inseridos na área da educação, que rotulou Bourdieu como reprodutivista a partir do primeiro contato com suas obras por meio da tradução de alguns de seus livros no Brasil. Dessa forma, reafirmamos que o *habitus* não é

[...] uma espécie de essência a-histórica, cuja existência seria apenas o desenvolvimento, enfim, um destino definido de uma vez por todas. Os ajustes que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação a situações novas e imprevisas podem determinar transformações duradouras do *habitus*, mas que permanecem dentro de certos limites: entre outras razões, porque o *habitus* define a percepção da situação que o determina (BOURDIEU, 1983a, p. 106).

Ou seja, há sempre a necessidade de ajustes pela imposição ao ser humano de constante adaptação ao longo de sua vida. O que destaca Bourdieu, entretanto, é que o *habitus*, uma vez formado, tende a deixar suas marcas: sotaques, trejeitos, valores, alguns hábitos relacionados a uma tradição que persistem por mais que, conscientemente, desejemos a superação ou tenhamos passado por um processo de socialização posterior, como acontece com

crianças das classes populares que passam pela escola, por exemplo. Corroborando essa afirmação, Setton (2002) afirma que o *habitus*

[...] embora seja visto como um sistema engendrado no passado e orientando para uma ação no presente, ainda é um sistema em constante reformulação. *Habitus* não é destino. *Habitus* é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. *Habitus* como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas (SETTON, 2002, p. 61).

Quanto ao conceito de campo, de grande relevância para a análise que propomos, Pierre Bourdieu também o desenvolveu a partir da junção de ideias presentes em universos teóricos distintos, como os de Durkheim e Weber, com inegável prevalência das ideias deste último (CATANI *et al.*, 2017, p.64). Trata-se de um conceito central para a teoria bourdieusiana e, juntamente com a noção de *habitus*, garantiria o funcionamento da teoria denotando o *modus operandi* do método, pois, como já dito, eles expressariam a interiorização de uma exterioridade (a aquisição de um *habitus*) e a exteriorização da interioridade (a atuação dos/as agentes nos diversos campos sociais).

Os variados campos podem ser entendidos “ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas que visam transformar este campo de forças” (BOURDIEU, 1989, p. 66). Em *Questões de Sociologia* (1983a), no capítulo “Algumas propriedades dos campos”, consta ainda que eles são espaços estruturados “de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 1983a, p. 89). Constituem-se como *espaços estruturados de posições* por apresentar estrutura invariante, com a distribuição desigual de capitais específicos e de luta por conservação ou subversão de posições pelos/as agentes sociais, mas que também dependem das condições de produção do capital e das hierarquias inerentes a cada campo específico. No caso do GT 23, a circulação é de um capital simbólico, o científico, como será visto adiante. Bourdieu assinala a existência de

[...] *princípios gerais dos campos*: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião, possuem leis de funcionamento invariantes (é isto que faz com

que o projeto de uma teoria geral não seja absurdo e que, desde já, seja possível usar o que se aprende sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos, superando assim a antinomia mortal entre a monografia idiográfica e a teoria formal e vazia). Cada vez que se estuda um novo campo, seja o campo da filologia no século XIX, da moda atual ou da religião da Idade Média, *descobre-se propriedades específicas, próprias a um campo particular*, ao mesmo tempo que se faz avançar o conhecimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em função de variáveis secundárias. Por exemplo, as variáveis nacionais fazem com que mecanismos genéricos tais como a luta entre os pretendentes e os dominantes assumam formas diferentes. Mas sabe-se que em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência (BOURDIEU, 1983a, p.89, grifado por nós).

Ou seja, ao mesmo tempo em que há homologias estruturais e funcionais entre os campos, sabemos que, devido ao histórico de constituição e às relações estabelecidas pelas/os agentes sociais em seu interior, há características advindas de especificidades do funcionamento de determinado campo. As homologias é que autorizam “as transferências racionais de esquemas explicativos de um campo a outro” (CATANI *et al.*, 2017, p. 47) e admitem a existência de leis gerais de funcionamento dos campos, enquanto as especificidades de cada campo se relacionam ao “processo de depuração em que cada género se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo” (BOURDIEU, 1989, p. 10), culminando em sua autonomia relativa. Relativa porque cada campo se pauta então pelos processos históricos relativos à sua constituição, mas também responde às homologias estruturais e funcionais com os outros campos, interagindo com eles em sociedade. Assim,

[...] compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas (BOURDIEU, 1989, p. 69, grifado no original).

Também se apresenta como uma característica da teoria dos campos defendida por Bourdieu o emprego de diversos termos trazidos da economia, tema que foi explorado pelo próprio autor, que alega que seus objetos de pesquisa é que exigiram tal transferência e justificaram sua utilização.

A teoria geral dos campos que, pouco a pouco, se foi assim elaborando, nada deve, ao contrário do que possa parecer, à transferência, mais ou menos repensada, do modo de pensamento económico, embora, ao reinterpretar numa perspectiva relacional a análise de Weber, que aplicava à religião um certo número de conceitos retirados da economia (como concorrência, monopólio, oferta, procura, etc), me achei de repente no meio de propriedades gerais, válidas nos diferentes campos, que a teoria económica tinha assinalado sem delas possuir o adequado fundamento teórico. Em vez de ser a transferência que está na origem da construção do objecto – como quando se vai buscar a outro universo, de preferência prestigioso, etnologia, linguística ou economia, uma noção descontextualizada, simples metáfora com função puramente emblemática – é a construção do objecto que exige a transferência e a fundamenta (BOURDIEU, 1989, p. 68).

Orientado por esses pressupostos são incorporados em sua teoria dos campos sociais outros conceitos essenciais para o entendimento de suas proposições: o de capital e seus correlatos. Essas considerações derivam de suas primeiras pesquisas sobre a Cabília, na Argélia, e sobre os campos literário, artístico, científico e religioso, quando Bourdieu nota que os conceitos utilizados pela teoria económica clássica devem ser estendidos às demais trocas realizadas em sociedade, incluindo as simbólicas, o que auxiliaria no entendimento das dinâmicas sociais que regem tais intercâmbios.

É de fato impossível explicar a estrutura e o funcionamento do mundo social, a menos que se reintroduza o capital em todas as suas formas e não apenas na única forma reconhecida pela teoria económica. A teoria económica permitiu impor uma definição da economia das práticas que é a invenção histórica do capitalismo; e ao reduzir o universo das trocas à troca mercantil, objetiva e subjetivamente orientada para a maximização do lucro, ou seja, (economicamente) o interesse próprio, definiu implicitamente as outras formas de troca como não-económicas e, portanto, desinteressadas. Em particular, define como desinteressadas aquelas formas de troca que asseguram a transubstanciação através da qual os tipos mais importantes de capital – aqueles que são económicos no sentido restrito – podem se apresentar na forma imaterial de capital cultural ou capital social e vice-versa. O interesse, no sentido restrito que é dado na teoria económica, não pode ser produzido sem produzir sua contraparte negativa, o desinteresse. [...] Em outras palavras, a constituição de uma ciência das relações mercantis que, na medida em que toma por base os próprios fundamentos da ordem que pretende analisar – propriedade privada, lucro, trabalho assalariado, etc. – e não é sequer uma ciência do campo da produção económica, impediu a constituição de uma ciência geral da economia das práticas, que

trataria as trocas mercantis como um caso particular de troca em todas as suas formas (BOURDIEU, 2011a, p. 15-16, *tradução nossa*<sup>9</sup>).

Constitui-se, desse modo, uma crítica ao economicismo, que apresenta todas as trocas que não envolvem um valor monetário como desinteressadas, o que seria um erro segundo o autor. A proposição de uma economia que abrangeria as diversas práticas sociais é assim incorporada na formulação de sua teoria, o que o motiva a advogar em favor de uma ciência geral da economia das práticas, incluídas aí as de cunho simbólico, capaz de

[...] reapropriar-se da totalidade das práticas que, embora objetivamente econômicas, não são e não podem ser socialmente reconhecidas como econômicas, e que só podem ser realizadas à custa de todo um trabalho de dissimulação ou, mais precisamente, de eufemização, [e que] deve procurar captar o capital e lucrar em todas as suas formas e estabelecer as leis pelas quais os diferentes tipos de capital (ou poder, o que equivale à mesma coisa) se transformam em um outro (BOURDIEU, 2011a, p. 16, *tradução nossa*<sup>10</sup>).

A proposta é a de adoção de uma economia que abarque todas as práticas, inclusive aquelas que nos parecem desinteressadas e, para isso, indica que pensemos em termos de uma economia de bens simbólicos que “é uma economia fluida e indeterminada. Ela se apoia no tabu da explicitação (tabu que a análise enfrenta, expondo-se assim a mostrar como calculistas e interessadas

---

<sup>9</sup>No original: “It is in fact impossible to account for the structure and functioning of the social world unless one reintroduces capital in all its forms and not solely in the one form recognized by economic theory. Economic theory has allowed to be foisted upon it a definition of the economy of practices which is the historical invention of capitalism; and by reducing the universe of exchanges to mercantile exchange, which is objectively and subjectively oriented toward the maximization of profit, i.e., (economically) self-interested, it has implicitly defined the other forms of exchange as non-economic, and therefore disinterested. In particular, it defines as disinterested those forms of exchange which ensure the transubstantiation whereby the most material types of capital - those which are economic in the restricted sense - can present themselves in the immaterial form of cultural capital or social capital and vice versa. Interest, in the restricted sense it is given in economic theory, cannot be produced without producing its negative counterpart, disinterestedness. [...] In other words, the constitution of a science of mercantile relationships which, inasmuch as it takes for granted the very foundations of the order it claims to analyze - private property, profit, wage labor, etc. - is not even a science of the field of economic production, has prevented the constitution of a general science of the economy of practices, which would treat mercantile exchange as a particular case of exchange in all its forms”.

<sup>10</sup>No original: “A general science of the economy of practices, capable of reappropriating the totality of the practices which, although objectively economic, are not and cannot be socially recognized as economic, and which can be performed only at the cost of a whole labor of dissimulation or, more precisely, euphemization, must endeavor to grasp capital and profit in all their forms and to establish the laws whereby the different types of capital (or power, which amounts to the same thing) change into one another”.

práticas que se definem contra o cálculo e o interesse)” (BOURDIEU, 2011b, p. 193). O que ocorre é a *denegação* dos interesses por trás dos atos, parecendo a todas/os que compartilham de um mesmo *habitus* que as ações sancionadas pelo grupo são as melhores escolhas, as mais sensatas (no sentido de estar em concordância com este “senso de jogo”), nas diversas situações.

A economia das trocas simbólicas é guiada pela máxima do “interesse em desinteresse” (BOURDIEU, 1983a, p.321), isto é, as ações das/os agentes estão sempre organizadas de forma a recalcar o interesse na aquisição de capital. O senso de honra e o dom “são os dois exemplos paradigmáticos do modo de funcionamento da economia dos bens simbólicos: eles se baseiam na recusa do cálculo, da lógica do valor, que está na origem do economicismo” (CATANI *et al.*, 2017, p. 55). As três principais características dessa economia simbólica são 1) a denegação da economia “economicista”, com o recalçamento do interesse; 2) a transmutação de ações econômicas em atos simbólicos, de forma a eufemizar o caráter interessado da troca; 3) a constatação de que a acumulação de capital simbólico se dá por meio da circulação dos bens que são reconhecidos pelos que compartilham conosco um *habitus* (CATANI *et al.*, 2017, p. 55).

O que muitas vezes nomeamos como capital simbólico não se constitui como um tipo específico de capital justamente pela peculiaridade dos bens simbólicos e dos processos de acumulação deles. Bourdieu defende que, na verdade,

[...] todo tipo de capital (econômico, cultural, social) tende (em graus diferentes) a funcionar como capital simbólico (de modo que talvez valesse mais a pena falar, a rigor, em *efeitos simbólicos do capital* quando alcança um reconhecimento explícito ou prático, o de um *habitus* estruturado segundo as mesmas estruturas do espaço em que foi engendrado. Em outros termos, capital simbólico (a honra masculina das sociedades mediterrâneas, a honorabilidade do notável ou do mandarim chinês, o prestígio do escritor renomado etc.) não constitui uma espécie particular de capital, mas justamente aquilo em que se transforma qualquer espécie de capital quando é desconhecida enquanto capital, ou seja, enquanto força, poder ou capacidade de exploração (atual ou potencial), portanto reconhecida como legítima. Mais precisamente, o capital existe e age como capital simbólico (proporcionando ganhos como diz, por exemplo, a constatação-preceito, *honesty is the best policy*) na relação com um *habitus* predisposto a percebê-lo como signo e como signo de importância, isto é, a conhecê-lo e a reconhecê-lo em função de estruturas cognitivas aptas e tendentes a lhe

conceder o reconhecimento pelo fato de estarem em harmonia com o que ele é (BOURDIEU, 2001a, p. 295-296).

Pelo que afirma no excerto estes “ganhos simbólicos” não se referem a um tipo de capital específico, mas sim a transmutações dos outros tipos de capital quando alcançam o reconhecimento de sujeitos que compartilham de um mesmo *habitus*. Deste modo, o autor aponta que o mais adequado seria falar em *efeitos simbólicos do capital*, uma vez que todas as práticas – simbólicas ou materiais – podem levar a ganhos (ou perdas) em nível simbólico. E ainda,

[...] o trabalho de negação, de recalque, só pode ter êxito porque é coletivo e está fundamentado na orquestração dos *habitus* daqueles que o põem em prática ou, em termos mais simples, em um acordo não intencionalmente firmado ou concluído entre as disposições dos agentes direta ou indiretamente interessados. A economia das trocas simbólicas não se apoia na lógica da ação racional ou do *common knowledge* (sei que tu sabes que sei que retribuirás), que leva a julgar as ações mais características dessa economia como contraditórias ou impossíveis, mas no *desconhecimento compartilhado* (sou feito de tal modo, de tal modo disposto, que sei e não quero saber que tu sabes e não quero saber que sei, nem quero saber que retribuirás a dádiva) (BOURDIEU, 2011b, p. 193, grifado no original).

Os efeitos simbólicos do capital mencionados vêm à tona quando as/os agentes com um mesmo *habitus* se relacionam, quando estão reunidas/os, o que justificaria um processo de recalque coletivo, uma vez que estas/es agentes compartilhariam valores e princípios, ou seja, sentidos comuns para as ações que valeriam mais ou menos reconhecimento em nível simbólico e teriam interesse que tais práticas continuem parecendo desinteressadas. Cabe aqui, portanto, a menção ao conceito de *illusio*, que se refere justamente a essa “relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 2011b, p. 139-140).

Neste ponto nos questionamos, por ser relevante para o procedimento intelectual acerca do problema de pesquisa que nos orienta, se as estratégias mobilizadas pelas/os agentes são fruto de um cálculo racional e premeditado ou não. Em *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (2011), Bourdieu rebate a ideia da ação das/os agentes como um cálculo consciente, aludindo, para isso, à

[...] relação de cumplicidade ontológica entre o *habitus* e o campo. Entre os agentes e o mundo social há uma relação de

cumplicidade infraconsciente, infralinguística: os agentes utilizam constantemente em sua prática teses que não são colocadas como tais. Uma conduta humana tem sempre como objetivo, como finalidade, o resultado que é o fim, no sentido de termo, dessa conduta? Acho que não (BOURDIEU, 2011b, p. 143).

A relação dialética estabelecida entre campo e *habitus* explicitada por Bourdieu não permite a redução das ações e das/os agentes a uma atuação meramente utilitarista, uma versão cínica e maniqueísta do jogo social. Entretanto, mais adiante no mesmo texto, Bourdieu toma como exemplo a honra, conforme tratada em livro não traduzido para o português sobre a crise da agricultura tradicional na Argélia<sup>11</sup>, que permite a afirmação de que a crise em determinado campo pode impactar a ação dos sujeitos com relação à consciência de seus interesses.

No caso da honra, na situação de tensão tratada no livro mencionado anteriormente, seus valores foram “se desgastando à medida que as trocas monetárias se generalizavam e, através delas, o espírito calculista, que acompanha a possibilidade objetiva de cálculo” (BOURDIEU, 2011b, p. 152). Ou seja, se não é possível restringir as ações das/os agentes a um cálculo cínico e a interesses explícitos, também não podemos descartar que, em determinadas situações, principalmente nas de crise ou em campos altamente competitivos, há a possibilidade de atos premeditados que visam a obtenção de maior lucro num campo. Antecipando alguns achados da pesquisa para exemplificar o que citamos anteriormente, perceberemos na análise da empiria que parece haver uma busca pela formação na UFRGS (e de participação no GEERGE) em nível de pós-doutorado quando as/os agentes não fizeram sua formação inicial neste espaço formativo estratégico na consolidação do GT 23, o que pode ser uma estratégia adotada no sentido do que afirmamos aqui. Essas considerações permitem o entendimento da utilização da ideia de estratégia de forma articulada com a de senso do jogo, como um senso prático, e o termo adquire em Bourdieu a força de um conceito, que a vê como

[...] o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente). Mas pode-

---

<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmaiek. *Le Déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les édition des minuit, 1964.

se recusar a ver a estratégia como o produto de um programa inconsciente, sem fazer dela o produto de um cálculo consciente e racional. Ela é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 81).

Tendo em vista o que foi exposto sobre *habitus*, campo e capital, principalmente em sua forma simbólica, podemos avançar e buscar a compreensão de quem são as/os agentes dominantes e dominadas/os em um campo partindo do entendimento de que, para Bourdieu, esta oposição “não significa a luta entre classes dominante e subordinada, mas sim o valor e o potencial relativos das várias espécies rivais de capital que compõem a estrutura de um determinado espaço social” (HEY, 2008, p.21). Ou seja, essa oposição não é um equivalente da luta de classes para outras concepções teóricas, uma vez que não se limita ao capital econômico e tangível: os termos são empregados para nomear a posição de agentes num campo segundo a detenção de mais - ou menos - capital específico, que pode variar de acordo com o campo no qual se está inserido, além da legitimidade para se pronunciar sobre determinado assunto. Em nosso caso, por exemplo, o que pretendemos é objetivar as posições das/os agentes no interior do GT 23 da ANPEd, dando visibilidade aos vínculos que parecem existir e configurar um grupo dominante dentro dele.

Resumindo, um campo pode ser considerado como “de forças e de lutas” justamente porque as/os agentes sociais inseridas/os nele disputam estrategicamente, motivadas/os pelo capital desigualmente distribuído e a partir de seus lugares de dominantes ou dominadas/os, a acumulação desse capital e, com a sua posse, determinado grupo impõe a definição do que seria legítimo sobre o tema de principal interesse para eles. Nesta situação concorrencial, as/os agentes que ocupam a posição de dominadas/os, ou seja, que não possuem muito capital, buscam a subversão de seus lugares, podendo adotar condutas heterodoxas, de ruptura com o estabelecido pelo grupo de maior prestígio, enquanto as/os dominantes, dotadas/os de capital e de legitimidade para se pronunciar sobre o objeto específico do campo, buscam a conservação de suas posições, geralmente por meio da aquiescência e da defesa de posturas mais ortodoxas com relação ao objeto de conhecimento do campo.

Por sua vez, essa concorrência inerente à dinâmica dos campos não afeta de forma fatal a estrutura e a existência deles, pois demonstra a aceitação e adesão tácita ao modo de funcionamento daquele campo por parte de seus agentes sociais.

Um dos fatores que coloca os diferentes jogos ao abrigo das revoluções totais, cuja natureza destrói não apenas os dominantes e a dominação, mas o próprio jogo, é precisamente a própria importância do investimento, em tempo, em esforços, etc., que supõe a entrada no jogo e que, como as provas dos ritos de passagem, contribui para tornar praticamente impensável a destruição pura e simples do jogo (BOURDIEU, 1983a, p. 91).

Esmiuçando o que afirmamos anteriormente, as/os agentes sociais divididas/os entre dominantes e dominadas/os adotam posturas ortodoxas ou heterodoxas, expressões que Bourdieu retoma da sociologia da religião de Weber: àqueles que estão no polo dominante correspondem “as práticas de uma ortodoxia que pretende conservar intacto o capital social acumulado, ao polo dominado, as práticas heterodoxas que tendem a desacreditar os detentores reais de um capital legítimo” (ORTIZ, 1983, p.22). Entretanto, conforme mencionado anteriormente, as duas posturas salvaguardam o jogo, no sentido de que a oposição existente entre elas marca o reconhecimento do capital em questão naquele campo e a legitimidade da luta em si.

Há críticas à teoria bourdieusiana e seus conceitos que precisam ser levadas em conta aqui. Para Bernard Lahire (2002) há, na obra de Bourdieu, uma grande insistência “no aspecto ‘sistemático’ e ‘unificador’ do *habitus*” (p. 18). Comentando uma citação do livro *A distinção: crítica social do julgamento* que ilustra essa situação, na qual Bourdieu descreve o *habitus* de um velho marceneiro, o autor comenta que este tipo de abordagem

[...] que às vezes condensa ou cumula o conjunto das propriedades estatisticamente mais ligadas a um grupo social, é útil para ilustrar modelos macrosociológicos. No entanto, pode se tornar enganoso e caricatural quando não tem mais o *status* de exemplo, mas é tomado como um caso particular do real. Porque a realidade social encarnada em cada ator singular é sempre menos lisa e menos simples que aquele. Além disso, se os cruzamentos das grandes pesquisas nos indicam as propriedades, atitudes, práticas, opiniões, etc., estatisticamente mais ligadas a este grupo social ou aquela categoria social, não nos dizem que cada indivíduo, que compõe o grupo ou a

categoria, nem sequer a maioria deles, reúne a totalidade, nem mesmo a maioria, dessas propriedades (LAHIRE, 2002, p. 18).

Essa apreciação posiciona a validade da ideia de *habitus* em Bourdieu na escala macrossociológica, como uma tendência, mas sendo pouco útil, ou mesmo enganadora, quando é tomada para se referir a um/a atriz/ator social específica/o. Dessa forma, constitui-se como um alerta importante a quem pretende trabalhar a partir de pressupostos bourdieusiano ao chamar a atenção para esta necessidade de localizar o conceito de acordo com o seu alcance. Esse mesmo raciocínio pode ser aplicado à crítica de Lahire à noção de campo. Segundo ele, a teoria dos campos sociais de Bourdieu

[...] empenha muita energia para iluminar os grandes palcos em que ocorrem os desafios de poder, mas pouca para compreender os que montam esses palcos, instalam os cenários ou fabricam seus elementos, varrem o chão e os bastidores, xerocam documentos ou digitam cartas etc. [...] A teoria dos campos mostra, portanto, pouco interesse para a vida fora-do-palco ou o fora-do-campo dos agentes que lutam dentro de um campo (LAHIRE, 2002b, p. 50).

Mesmo trabalhando em uma perspectiva bourdieusiana, Lahire aponta limites e possibilidades desta abordagem para a sociologia que pratica, que nomeia como “uma sociologia à escala individual”, ao defender que “a apreensão do singular enquanto tal, ou seja, do indivíduo como produto complexo de diversos processos de socialização, obriga a ver a pluralidade interna do indivíduo: o singular é necessariamente plural” (LAHIRE, 2005, p. 25). E, por isso, em contraposição à uniformidade das disposições individuais pressuposta pelas sociologias dos grupos ou das instituições (entre as quais ele aloca a de Bourdieu), a postulada por ele assume “uma visão mais complexa do indivíduo, menos unificado e portador de hábitos (de esquemas ou de disposições) heterogêneos e, em alguns casos, opostos, contraditórios” (LAHIRE, 2005, p. 25).

Apresentamos também as contribuições de Maria da Graça J. Setton (2002) no que diz respeito aos limites do conceito bourdieusiano de *habitus*. Com o objetivo de compreender a singularidade do processo de socialização e construção das identidades dos sujeitos na atualidade, ela defende o que chama de uma interpretação contemporânea para o *habitus*, uma vez que estaria em voga “uma nova configuração cultural, em que o processo de construção dos

*habitus* individuais passa a ser mediado pela coexistência de distintas instâncias produtoras de valores culturais e referências identitárias” (SETTON, 2002, p. 60). Ao refletir sobre este cenário, a autora defende uma nova visão para a socialização e para as agências socializadoras às quais os sujeitos estariam expostos na contemporaneidade, tendo como norte para essa interpretação o conceito de configuração, de Norbert Elias. A partir disso, aponta que há, na atualidade, experiências singulares de socialização, nas quais as interpretações do mundo trazidas pelas agências tradicionais, como a família e a escola, coexistiriam com a onipresença das mídias difusoras de culturas de massas.

A coexistência de distintas e interdependentes instâncias de socialização configuram, no meu entender, um campo híbrido e diversificado de referências e padrões identitários, caracterizando a socialização da modernidade com base em múltiplos modelos de referência. Assim, é possível identificar a tendência de forjar um outro *habitus*, é possível pensar na construção de um novo agente social portador de um *habitus* alinhado às pressões modernas. No caso específico dos indivíduos da atualidade, grande parte deles precocemente socializados pela mídia, a realidade da cultura de massa parece ser inexorável. Pulverizando e tornando visível uma série de experiências biográficas, modelos identitários distintos dos apreendidos nos contextos locais da família e da escola, a mídia opera como agente socializador descontextualizado (SETTON, 2002, p. 69).

Dessa forma, Setton contribui para uma atualização dos sentidos atribuídos ao conceito, pois, em consonância com o que afirmamos anteriormente sobre a capacidade também criadora do *habitus*, destaca a vivacidade do conceito ao utilizá-lo para refletir sobre este novo panorama vigente que alterou de forma bastante profunda a relação entre as instâncias formais e informais de socialização, o que impactou de forma profunda a construção do *habitus* nos tempos atuais.

Reitero a necessidade de considerar o *habitus* um sistema flexível de disposição, não apenas resultado da sedimentação de uma vivência nas instituições sociais tradicionais, mas um sistema em construção, em constante mutação e, portanto, adaptável aos estímulos do mundo moderno: um *habitus* como trajetória, mediação do passado e do presente; *habitus* como história sendo feita; *habitus* como expressão de uma identidade social em construção (SETTON, 2002, p. 67).

É, de fato, uma interpretação bastante instigante, pois, ao considerá-lo como um “sistema flexível de disposição”, a autora parece ampliar de forma considerável o alcance do *habitus* e, com o apoio do conceito de reflexividade de Anthony Giddens, dar novos contornos a ele. Questionamo-nos, entretanto, quais seriam os limites para isso e em quais pontos esse conceito renovado guardaria relações com aquele criado e defendido por Pierre Bourdieu que em um outro momento histórico e em uma determinada sociedade, se apegava de forma mais contundente - ainda que não terminantemente - aos efeitos das aprendizagens passadas na constituição do *habitus*.

Nesta seção do texto concretizamos uma incursão sobre a teoria e o método de Bourdieu, apresentando as ferramentas teóricas (CATANI *et al.*, 2017) determinantes para a construção de nosso problema de pesquisa e também essenciais para a análise proposta, uma vez que explicita o fundamento teórico-metodológico que sustenta a pesquisa que serviu de base para este texto. O conhecimento dos princípios que regem a teoria desenvolvida por Bourdieu é que dá inteligibilidade ao nosso problema de pesquisa, pois se trata da explicitação das lentes utilizadas para a leitura do posicionamento de agentes no interior do GT 23, compreendendo-o como resultado de uma configuração de forças fruto de luta por legitimidade científica. Na próxima parte, o foco será a caracterização do campo acadêmico-científico e de uma “sociologia da sociologia”.

## **1.2. O campo acadêmico-científico e a necessidade de uma “sociologia da sociologia” na perspectiva bourdieusiana**

Como já realizamos uma exposição sobre os campos sociais no geral, iniciamos este tópico sistematizando as peculiaridades e as homologias – estruturais e funcionais – do campo científico com os demais. Essa explanação tem o objetivo de preparar o terreno para a abordagem da movimentação das/os agentes no interior do GT 23, entendendo suas ações como estratégicas, mas também as implicações ao propor um problema de pesquisa desta natureza sob a ótica bourdieusiana. Segundo Bourdieu (1983c), o campo científico

[...] enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nesta luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983c, p. 122-123, grifado no original).

Ou seja, as/os agentes do campo científico também se inserem numa luta concorrencial e interessada pelo monopólio da autoridade científica, o que nos leva a abandonar a ideia de que há uma razão puramente técnica que motivaria os interesses científicos. Ainda que seja óbvio que existam objetivos relacionados ao avanço da ciência, “o próprio funcionamento do campo científico *produz e supõe uma forma específica de interesse*” (BOURDIEU, 1983c, p. 123, grifado no original). Como exemplo, o autor cita a sensação que acomete uma/um cientista quando está prestes a fazer uma descoberta científica importante, mas é superada/o por outra/o pesquisador/a da mesma área. Decorrem de sua especificidade a dinâmica própria de avaliação, as formas de reconhecimento e a legitimação do objeto de conhecimento do campo científico.

É neste sentido que Bourdieu (2004b) expressa sua discordância com a concepção estruturo-funcionalista da sociologia da ciência, cujo nome mais representativo é o de Robert K. Merton. Ao comentar sobre a visão de ciência dos mertonianos, ainda que veja mérito na tentativa de objetivação empreendida, afirma que ela “[...] não faz a menor referência à forma como são resolvidos os conflitos científicos. Aceita, de facto, a definição dominante, logicista, da ciência, à qual entende limitar-se (mesmo que possa ferir um pouco esse paradigma) (BOURDIEU, 2004b, p. 25). Critica, ainda, a ideia de *comunidade científica* defendida por esta abordagem, pois neste entendimento ela se constitui como “uma dessas entidades colectivas que alcança os seus fins através de mecanismos sem sujeito orientados para fins favoráveis aos sujeitos ou, pelo menos, aos melhores dentre eles” (BOURDIEU, 2004b, p. 24). Essa visão é diametralmente oposta à da teoria dos campos sociais bourdieusiana, pois é “pacífica” – o próprio termo comunidade remete à comunhão, à harmonia – e assim exclui justamente o conflito de seu escopo.

Ao assumirmos uma perspectiva bourdieusiana do subcampo acadêmico-científico em pauta, partimos do pressuposto de que as/os agentes estão envolvidas/os em uma luta por legitimidade e as ações empreendidas por elas/es estão imbuídas de intenções nem sempre explícitas ou conscientes, mas que se constituem enquanto estratégias utilizadas primeiramente para a criação do GT 23 e fortalecimento do grupo e, posteriormente, de legitimação de uma perspectiva teórica neste espaço concorrencial. Este é o cerne da análise que fizemos da movimentação das/os agentes no interior do GT 23 da ANPEd, pois parte do princípio de que as estratégias das/os agentes, seus investimentos, “se organizam com referência a uma antecipação – consciente ou inconsciente – das chances médias de lucro em função do capital acumulado” (BOURDIEU, 1983c, p. 123). Como mencionado na seção anterior, trata-se de um “senso de jogo”, que é

[...] um senso da história do jogo, no sentido do futuro do jogo. Como um bom jogador de *rugby* sabe para onde vai a bola e se põe lá onde a bola vai cair, o bom cientista jogador é aquele que, sem ter necessidade de calcular, de ser cínico, faz as escolhas que compensam. Aqueles que nasceram no jogo têm o privilégio do "inatismo". Eles não têm necessidade de serem cínicos para fazer o que é preciso quando é preciso e ganhar a aposta (BOURDIEU, 2004b, p. 28, grifado por nós).

Entendemos, no caso de nosso problema de pesquisa, que “aqueles que nasceram no jogo” nas palavras de Bourdieu são as e os pesquisadoras/es que estiveram direta ou indiretamente implicados na fundação do GT 23 e atuaram em seus primeiros anos de funcionamento, fase importante para a legitimação do GT frente à ANPEd (FERREIRA; CORONEL, 2017), mas também num contexto social mais amplo, como o estatal, conforme mencionado por Guacira Lopes Louro<sup>12</sup> em evento sobre o trabalho conjunto desenvolvido por

---

<sup>12</sup> Guacira Lopes Louro, de acordo com as informações disponíveis em seu currículo Lattes, é licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1969), mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1976) e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1986). É professora titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi fundadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) e participa deste grupo de pesquisa desde 1990. Teve papel central na fundação do GT 23, tendo atuado como coordenadora nos primeiros anos de funcionamento do GT. Publicou diversos livros e artigos e orientou dissertações e teses sobre questões de gênero, sexualidade e teoria *queer* em articulação com o campo da Educação. (<[https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?jsessionid=FFEA3EC8DA4770173FEE9940CE9B840F.buscatextual\\_65](https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?jsessionid=FFEA3EC8DA4770173FEE9940CE9B840F.buscatextual_65)>).

membras/os do nascente GT 23 e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)<sup>13</sup>, por exemplo. Dessa forma, esta/e cientista jogador/a bem posicionada/o, que conhece a fundo o *ethos* do GT, consegue obter vantagens de seu posicionamento privilegiado para si e para as suas/os seus, vantagem objetivada por meio dos vínculos de orientação e de participação comum em grupos de estudos, por exemplo.

Segue-se que as estratégias dos agentes têm sempre, de algum modo, dupla face, ambíguas, interessadas e desinteressadas, pois são inspiradas por uma espécie de interesse pelo desinteresse e que se pode fazer delas duas descrições opostas, mas igualmente falsas, uma vez que unilaterais, uma hagiográfica e idealizada, outra cínica e redutora que faz do "capitalista cientista" um capitalista como os outros (BOURDIEU, 2004b, p. 31).

Esse é um assunto que extrapola o âmbito da especulação incauta e tem implicações diretas na condução da pesquisa desta tese, mantendo relação com a proposição do que Bourdieu nomeou como a realização de uma “sociologia da sociologia”. Sérgio Miceli, que enquanto doutorando na Universidade de São Paulo (USP) foi à França e trabalhou pessoalmente com Bourdieu em parte de sua trajetória acadêmica, comenta que, quanto à recepção de seu trabalho, defendido ao retornar da França para o Brasil, notou que

[...] a maior resistência ao argumento que elaborara a respeito dos intelectuais brasileiros tinha a ver com seu retrato de corpo inteiro, dissecados nas repercussões sociais e simbólicas de sua sexualidade, revirados em suas mazelas e expedientes, flagrados nos espaços de sociabilidade em que de fato se moviam e de onde extraíam a matéria-prima de suas obras e tomadas de posição. Ainda que se pudesse sinalizar o desconforto com o tratamento dado no texto aos efeitos sobre o trabalho intelectual intermediados pela sexualidade, o marco divisório não era outro senão a postura (favorável ou não) diante de um extremado tratamento sociologizante que deixava pouco

---

<sup>13</sup> A SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão foi criada em 2004 como SECAD, pois ainda não incluía as ações relacionadas à educação especial em seu escopo. Durante os primeiros governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) a ela competia, entre outros, “planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial e apoiar o desenvolvimento de ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas intersetoriais”. (<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes>).

lugar tanto às ideias e obras dos intelectuais como a suas tomadas de posição e aos seus feitos políticos. Quer dizer, os intelectuais tinham sido analisados com prismas que faziam ruir os discursos bem (ou mal) intencionados dos críticos e louvaminheiros especializados em cantar em verso e prosa sua "missão" para a "redenção" do mundo social. E nisso residia o pulsar do desconforto (MICELI, 2001, p. 413-414).

Sabemos que transitamos em terreno minado ao propor o tipo de análise que realizamos, já que é muitas vezes vista como inconveniente pois, emprestando as palavras de Miceli, ela tira um “retrato de corpo inteiro” daqueles e daquelas que praticam a denegação de seus objetivos enquanto “interessadas/os no desinteresse”. Além disso, há ainda o fato de que também podemos ser considerados como aspirantes a participar do GT 23 e, quanto ao fato de se estar implicada/o no campo pesquisado, Bourdieu explicita que a análise de um campo científico nestas condições

[...] pode, à primeira vista, parecer muito próxima das representações que os agentes produzem, especialmente para as necessidades da polêmica contra seus concorrentes. A diferença, no entanto, é radical: de fato, às objetivações parciais e interessadas dos agentes engajados no campo, opõe-se a objetivação do campo como um conjunto de pontos de vista (no duplo sentido de visões configuradas com base num ponto do campo e em posições dos campos a partir das quais essas interessadas se configuram) que implica tomar distância com relação a cada um dos pontos de vista particulares, de cada uma das tomadas de posição, comumente críticas (BOURDIEU, 2004b, p. 44).

Entendemos que a palavra-chave deste excerto é objetivação. A adoção deste procedimento proporciona o necessário para que, juntamente com as ações dos agentes, sejam considerados o contexto e as motivações para suas ações enquanto quadro explicativo para determinadas características do campo analisado. Em *Lições da aula* (2001), desenvolvendo essa ideia, Bourdieu afirma que a construção do

[...] jogo como tal, ou seja, como um espaço de posições objetivas, que está no princípio, entre outras coisas, da visão que os ocupantes de cada posição podem ter das outras posições e de seus ocupantes, é dar-se o meio de objetivar cientificamente o conjunto das objetivações mais ou menos brutalmente redutoras às quais se entregam os agentes engajados na luta, e de percebê-las tais como são: estratégias simbólicas que visam impor a verdade parcial de um grupo como a verdade das relações objetivas entre os grupos (BOURDIEU, 2001b, p. 22).

A construção do objeto por meio de sua objetivação é parte imprescindível do processo de pesquisa, por isso trataremos de forma cuidadosa e rigorosa os elementos que contribuem para esse processo para que o GT 23 se constitua como um subcampo, a partir da elaboração das teias de relações entre agentes e com outros campos e instâncias. Partimos do princípio de que é esse exercício que proporciona o descolamento da posição de meras/os agentes interessadas/os e nos alça à condição de cientistas empenhadas/os em desvelar os determinantes sociais das ações dos agentes, com a consciência de estarmos, nós também, implicadas/os nesta realidade.

Essa postura de desconfiança de objetos pré-construídos e de superação do senso comum na elaboração do objeto de pesquisa se relaciona com outra, “uma das propriedades mais fundamentais da sociologia, tal como a concebo: todas as proposições que essa ciência enuncia podem e devem aplicar-se ao sujeito que faz a ciência (BOURDIEU, 2001b, p. 4)”. O entendimento dos desdobramentos dessa proposição possibilita a mobilização “contra a ciência que se faz, as aquisições da ciência já feita” e por isso se constitui como “um instrumento indispensável do método sociológico: fazemos ciência e sobretudo sociologia – tanto em função de nossa própria formação quanto contra ela” (BOURDIEU, 2001b, p. 6). E aí estão lançadas as bases para a formulação de uma sociologia da sociologia em termos bourdieusianos.

Isso gera, também, a necessidade de problematizar o papel do/a sociólogo/a, pois “deixar em estado impensado o seu próprio pensamento é, para um sociólogo mais ainda que para qualquer outro pensador, ficar condenado a ser apenas um instrumento daquilo que ele quer pensar” (BOURDIEU, 1999, p. 36). Por conseguinte, essa e esse cientista devem colocar em xeque sua visão de mundo, as condições de produção social da ciência e seu papel num contexto macrossocial.

O sociólogo tem um objeto a conhecer, o mundo social, de que ele próprio é produto e, deste modo, há todas as probabilidades de os problemas que põe a si mesmo acerca desse mundo, os conceitos [...] sejam produtos desse mesmo objeto. [...] Uma prática científica que se esquece de pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz (BOURDIEU, 1999, p. 34-35).

Desse modo, nos alinhamos ao posicionamento de Miceli (2001) que entende “uma concepção teórica sedimentada pela exigência de uma sociologia da sociologia como único instrumento de combate às complacências e aos confortos do elenco disponível de verdades prontas a respeito do mundo social” (p. 415). Dessa maneira, a sociologia da educação que objetivamos construir se pauta neste modo de buscar a compreensão da realidade social que não se limite às aparências; mas, sobretudo, que vá além das expectativas de convivência com a manutenção das condições científicas que validam e permitem que as dissimulações que as compõem continuem sendo tidas como inexistentes.

Abordadas então as intenções das estratégias mobilizadas no jogo científico e a relevância de uma “sociologia da sociologia”, avançamos na explicitação de uma de nossas opções conceituais, refinando os instrumentos analíticos para o processo de lapidação que será realizado. A ideia aqui é localizar o GT 23 entendido como um subcampo – este conceito será explicado em seguida – num âmbito maior, caracterizando o campo no qual se aloca. Assim, apesar de, na obra de Bourdieu, encontrarmos menções ao campo universitário, campo científico e campo acadêmico, Ana Paula Hey (2008), por exemplo, opta pelo termo campo acadêmico ao afirmar que

[...] no Brasil, tem-se mais presente a ideia de academia - de Platão -, com cada área do conhecimento sendo uma espécie de sociedade de caráter científico e com membros próprios, mas que tem um *ethos* comum global. O campo acadêmico é entendido como o *lócus* onde ocorrem práticas institucionalizadas de produção do conhecimento, o que envolve sobretudo a ideia de universidade (HEY, 2008, p. 15-16).

Consideramos, entretanto, que a justificativa da autora não se aplica de forma completa à nossa perspectiva, pois ainda que nossa pesquisa abranja aspectos que podem ser considerados acadêmicos, mais próximo da ideia de universidade, como ela aponta, engloba também aqueles tidos como científicos, ou seja, mais relacionados à pesquisa que pode ou não ocorrer no âmbito da universidade. Campo universitário é utilizado por Bourdieu principalmente quando aborda especificamente as *grandes écoles* francesas, envolvendo um âmbito eminentemente universitário em um ponto de vista mais restrito, como em *Homo Academicus* (BOURDIEU, 2019): neste caso, parece que nossa situação guarda pouca relação com esse recorte. Já os textos mais utilizados

por nós se referem a um campo científico, como é possível perceber no início desta seção, que traça os contornos específicos deste campo. Assim, considerando o que foi argumentado sobre isto, decidimos tratar o âmbito no qual se localiza o GT 23, entendido como um subcampo, como o campo acadêmico-científico da educação, pois pensamos que é a forma que melhor descreve o posicionamento de nosso objeto de pesquisa.

### **1.3. Campo, subcampo, espaço social: um olhar multiposicional para a disposição das/os agentes sociais**

Ainda com relação à arrumação de nossa bancada de trabalho, ou seja, à exposição e delimitação de nossos instrumentos teórico-analíticos, é relevante ponderar sobre a relação estabelecida entre os conceitos de campo, subcampo e espaço social, pois todos eles aludem ao posicionamento das/os agentes em uma determinada sociedade em um também determinado momento histórico, à distribuição desigual de capital em seu interior e interferem diretamente na leitura que podemos fazer da atuação de agentes no GT 23 da ANPEd.

A noção de espaço social, minudenciada em obras como *Coisas ditas* (2004a), *Razões práticas* (2011b) e em *A distinção: crítica social do julgamento* (2007), faz referência ao sistema social formado pelo conjunto das posições ocupadas pelos agentes em certa formação social, ou seja, o espaço social “se define a partir do modo como se distribuem numa dada sociedade diferentes formas de poder, ou seja, diferentes tipos de capital” (CATANI *et al.*, 2017, p. 177-178). Visando o entendimento de tal conceito, Bourdieu explora as possibilidades e limites da comparação com a ideia de espaço geográfico:

É possível [...] comparar o espaço social a um espaço geográfico no interior do qual se recortam regiões. Mas esse espaço é construído de tal maneira que, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum; quanto mais afastados, menos propriedades em comum eles terão. As distâncias espaciais – no papel – coincidem com as distâncias sociais. Isso não acontece no espaço real. Embora se observe praticamente em todos os lugares uma tendência para a segregação no espaço, as pessoas próximas no espaço social tendem a se encontrar próximas – por opção ou por força – no espaço geográfico, as pessoas muito afastadas no espaço social podem se encontrar,

entrar em interação, ao menos por um breve tempo e por intermitência, no espaço físico. As interações, que proporcionam uma satisfação imediata às disposições empiristas – podemos observá-las, filmá-las, registrá-las, em suma, tocá-las com a mão –, escondem as estruturas que se concretizam nelas (BOURDIEU, 2004a, p. 153, grifos nossos).

Entendemos, a partir dessa afirmação, que apesar de guardar relação com a distribuição das/os agentes no espaço geográfico, tal questão no espaço social se reveste de uma camada simbólica, de distribuição de poder, mantida velada pelas interações que por acaso podem ocorrer no plano físico. O *quantum* de capital – tanto simbólico quanto material – acumulado pelas/os agentes determina os espaços ocupados por elas/es no espaço social e a força e legitimidade delas/es para se pronunciarem nos espaços sobre seus temas específicos de interesse e atuação.

No espaço social se organizam outros cosmos, os campos, nos quais se dá a ação preponderante da/o agente, com o devido fluxo de capital específico. Isso porque no que tange à sua distribuição no espaço social global, as/os agentes estariam ordenados, “na primeira dimensão, de acordo com o volume global de capital que eles possuem sob diferentes espécies”, mas numa segunda dimensão posicional, se organizariam “de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital, econômico e cultural, no volume total de seu capital” (BOURDIEU, 2004a, p. 154, grifos nossos). Essa perspectiva caracteriza a compreensão bourdieusiana de uma atuação multiposicional das e dos agentes no espaço social.

Assim, por já termos explorado o conceito de campo no início do capítulo, deteremo-nos sobre os limites dos campos<sup>14</sup> neste momento, buscando a compreensão do que, então, qualificaria o GT 23 como um universo menor

---

<sup>14</sup> Utilizamos a palavra limite, mas cientes de que “os limites de um campo não são fixados para sempre, mas são objetos de lutas que visam deslocar as linhas: é por isso que ele [Bourdieu] considera a noção de fronteira mais justa. Os campos não são caixas. Eles se dividem, lutam nas fronteiras, trocam entre si, encaixam-se como bonecas russas, e tendem para um limite que é mais frequentemente no sentido matemático da expressão como se vê, por exemplo, no caso do mercado matrimonial ou do espaço rural” (BOURDIEU, 2013, p. 17). (No original: Les limites d'un champ ne sont pas fixées pour toujours mais sont l'objet de luttes visant à déplacer les lignes : c'est pour quoi il trouve que la notion de frontière est plus juste. Les champs ne sont pas des boîtes. Ils se divisent, luttent aux frontières, échangent entre eux, s'emboîtent comme des poupées russes, et s'ils tendent vers une limite c'est le plus souvent au sens mathématique de l'expression comme on le voit par exemple dans le cas du marché matrimonial ou de l'espace villageois).

vinculado originalmente ao campo acadêmico-científico sobre educação, mas também relacionado ao dos estudos feministas, de gênero e sexualidade mais amplos, principalmente. Para isso, é pertinente explicitar que os campos, por sua vez, também se dividem em porções menores, constituindo o que Bourdieu nomeou como subcampos, e é neste âmbito que localizamos os estudos sobre gênero e sexualidade abordados neste texto. Alertamos para a cautela necessária ao se operar com essa divisão, ressaltando seu caráter didático e destacando que se dá fundamentalmente no sentido de organizar a compreensão sobre o âmbito e o alcance da atuação dos agentes no GT 23 da ANPEd, no nosso caso.

Assim, como é possível perceber, entendemos que “é necessário refletir sobre as relações entre campo e subcampo: o que é dividir um campo? De acordo com quais critérios? Há fronteiras?”<sup>15</sup> (BOURDIEU, 2013, p. 17, tradução nossa) para que as relações estabelecidas entre o GT 23 e outros âmbitos relacionados a essa discussão sejam devidamente analisados em suas proximidades, distanciamentos e inter-relações estabelecidas.

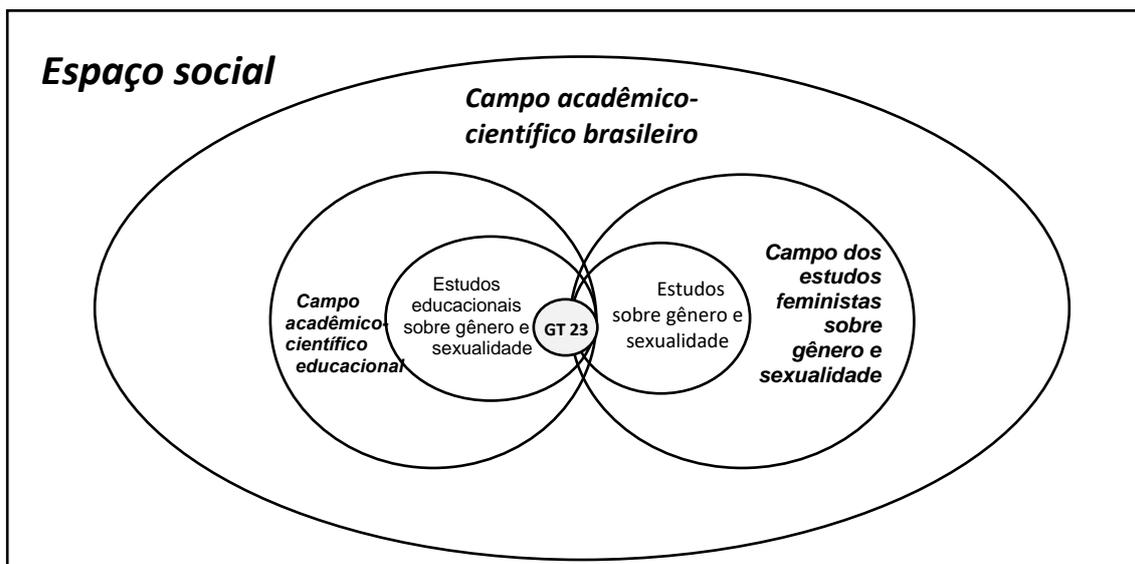
Com o intuito de ilustrar a importância desta análise para a compreensão da problemática em pauta, reportamo-nos ao artigo de Fúlvia Rosemberg intitulado “Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica”. Neste texto, no que diz respeito às teses e dissertações sobre gênero e educação defendidos na década de 1990, ela afirma que o campo da Educação não ignorava que havia um debate sobre gênero na academia, mas que as devidas produções discentes não forneciam indícios da consolidação de um campo de conhecimentos na disciplina, fato que se repetia com relação às revistas acadêmicas da área educacional (ROSEMBERG, 2001, p. 50). Já com relação às revistas feministas, verificou que nelas havia muito pouco espaço dedicado aos temas educacionais. Partindo então da configuração destes âmbitos segundo Rosemberg, mas incluindo aí o GT 23 da ANPEd, a disposição das esferas de discussão poderia ser esquematizada<sup>16</sup> da seguinte forma:

---

<sup>15</sup> No original: “Il faut réfléchir sur les relations entre champ et sous-champ : qu'est-ce que découper un champ ? Selon quels critères ? A-t-il des frontières ?”.

<sup>16</sup> Os organizadores do número 200 da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, que publicou os textos decorrentes de falas de Bourdieu sobre o campo entre 1972 e 1975 e que integraram os *Séminaires sur le concept de champ, 1972-1975*, apontam que “nos seminários, mas também na sua prática de pesquisa, Bourdieu recorreu a esquemas que constituíam a

**Figura 1:** Esquemática da localização do GT 23 em um espaço ampliado



**Fonte:** Elaboração própria a partir da extrapolação de informações disponíveis em Rosenberg (2001).

A imagem acima ilustra nossa visão sobre o posicionamento do GT 23 neste cenário. Detalhando-a, apontamos que no espaço social há, entre outros, o campo acadêmico-científico brasileiro e, dentro dele, também respondendo às prerrogativas de um campo, há aquele que trata dos temas educacionais – ainda que muitas vezes em situação de heteronomia, conforme aponta Hey (2008). Em seu interior existe, em um âmbito reduzido, aquele que se ocupa das interlocuções entre educação, gênero e sexualidade, dentro do qual se localiza o GT 23. Entretanto, essa não é a única esfera que discute questões relacionadas a gênero e sexualidade. Há um outro campo, o dos estudos feministas, que é anterior e fornece uma parte do referencial teórico para a discussão educacional sobre o tema<sup>17</sup>. Neste outro âmbito também existem discussões que tratam de temas que podem ser considerados afins aos educacionais, mas tomam como ponto de partida outras áreas de conhecimento.

---

representação espacial ou gráfica mais ajustada à teoria dos campos” (BOURDIEU, 2013) e o mesmo tentamos fazer aqui. Ainda que haja imprecisões, como a alocação dos estudos feministas apressadamente como um campo acadêmico-científico, quando sabemos que se trata de um tema multidisciplinar que precisaria ser estudado com acurácia para saber se se constitui, de fato, como um campo, entendemos que tal representação esquemática auxilia no entendimento do que argumentamos aqui.

<sup>17</sup> Reiteramos que esse campo, da forma como o construímos, é uma abstração teórica, pois o campo dos estudos feministas é multidisciplinar desde o princípio de sua existência.

Esses dois campos se interseccionam e se relacionam, ainda que haja indícios, como menciona Rosemberg, de que na década de 1990 ainda não dialogavam prolificamente de forma colaborativa.

O exemplo trazido para debater essa questão da fronteira entre campos e a sua divisão em subcampos nos pareceu útil porque sabemos que, inclusive no caso do campo/subcampo que nos interessa, o limite “não se trata de uma linha real inscrita na realidade, marcada por um fosso ou uma barreira. É o objeto de um combate [...] os conflitos de fronteiras entre as disciplinas são de lutas pela delimitação do campo<sup>18</sup> (BOURDIEU, 2013, p. 17, tradução nossa). Ou seja, o campo e seus subcampos não existem por si só, com contornos previamente determinados que se prolongam indefinidamente, mas são frutos de lutas constantes por divisão, classificação, definição e redefinição de sua importância e seu alcance, estabelecendo-se assim, conforme já dito, em arena de lutas por parte de agentes em busca de reconhecimento simbólico, principalmente, mas em alguns casos também material.

Ao mapear algumas aparições do conceito de subcampo na obra de Pierre Bourdieu, encontramos nos livros *Economia das trocas linguísticas* (BOURDIEU, 2008, p. 44-45), *Razões práticas* (BOURDIEU, 2011b, p. 68) e *As regras da arte* menções explícitas a dois subcampos que comporiam tanto o campo literário quanto o de aquisição e domínio de estilos expressivos constituintes de um campo linguístico: um seria o da produção restrita, ou seja, aquele no qual as/os produtoras/es produzem prioritariamente para outras/os produtoras/es e um segundo, o da grande produção ou da produção pura, que atenderia ao grande público. Neste caso, o subcampo corresponderia a um ajuntamento de representantes de determinados gêneros textuais, literários e estilos expressivos que pautariam, de acordo com suas características, as lutas simbólicas e as hierarquias existentes no interior deles. Em “Os usos sociais da ciência” (2004c), explorando questões concernentes ao campo científico, Bourdieu retoma a noção de campo/subcampo e, mais aprofundadamente, de sua autonomia:

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis

---

<sup>18</sup> No original: “[...] ce n’est pas une ligne réelle inscrite dans la réalité, marquée par un fossé ou une barrière. C’est l’objet d’un combat [...] les conflits de frontières entre les disciplines sont des luttes pour la délimitation du champ”.

próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem (BOURDIEU, 2004c, p. 20-21).

Neste excerto Bourdieu admite a existência de subcampos no campo científico, atribuindo o embate entre autonomia e heteronomia também a eles. A partir desta e das outras menções mapeadas, compreendemos que há um respaldo teórico para o trabalho a partir deste ponto de vista e que os subcampos partilhariam da mesma estrutura dos campos, caracterizando-se como espaços reduzidos de atuação das/os agentes no interior destes, ou seja, que guarda relação com as características do campo, inclusive a de se constituir como parte de cosmos maiores.

É justamente pela homologia com os campos que entendemos ser necessário considerar, em nosso trabalho, a perspectiva dos limites do subcampo com o qual nos envolvemos: a relação estabelecida pelo GT 23 com a Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH) e com o Conselho Nacional Popular LGBTI, parceiros da sociedade civil de muitas iniciativas recentes (ambos os espaços possuem inclusive representantes comuns aos do GT 23), ou a proximidade com a SECADI ao longo dos anos 2000, por exemplo, nos fornece indícios da busca por apoios institucionais considerados interessantes nos diferentes momentos históricos e políticos do país. Esse é um aspecto que será levado em consideração no momento da análise dos dados da pesquisa empírica.

Delimitada metodologicamente a pesquisa e apresentados os desdobramentos no olhar para as questões que são postas em função disso, no próximo capítulo nos voltamos para a construção da trajetória histórica do campo teórico dos estudos de gênero e sexualidade e da criação e consolidação do GT 23 e da ANPEd, passo importante para o processo de objetivação, já citado, ao oportunizar a visualização do tema em uma moldura maior, a do contexto de movimentação de agentes mobilizadas/os em prol da legitimação do campo de pesquisa (e militância), que em nosso recorte se expressa na confluência entre gênero, sexualidade e educação.

## 2. QUAIS PEDRAS SERÃO ESCULPIDAS? GÊNERO, SEXUALIDADE, A ANPEd E OS DIREITOS HUMANOS EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E RELACIONAL

*Só teremos alguma possibilidade de compreendermos justamente as paradas em jogo nos jogos científicos do passado se tivermos consciência de que o passado da ciência é uma parada em jogo nas lutas científicas presentes (BOURDIEU, 1983, p.84).*

É relevante traçar um histórico de usos e interpretações sobre elementos importantes em nossa tese para situar o ponto de vista do qual partimos para as considerações tecidas em seguida sobre tais temas. Com relação ao gênero, o objetivo é evidenciar seu caráter de conceito em constante construção, revisão e aperfeiçoamento, que se encontra muito longe de uma trajetória uniforme e evolucionista. Os questionamentos foram e são muitos e a sobrevivência do conceito atesta sua importância e reafirma que ainda hoje se expressa como relevante cientificamente. Por isso, abordamos aspectos históricos e contextuais sobre o conceito de gênero e da construção de um campo teórico em torno dele (abarcando inclusive a discussão sobre sexualidade), mas também das implicações de suas interpretações e as ideias subjacentes a cada momento histórico de seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à sua relação com o movimento feminista.

No que diz respeito à ANPEd, pretendemos apresentar os aspectos e os acontecimentos determinantes em sua origem e consolidação, mas, extrapolando a composição de um relato meramente histórico deste processo, nosso foco são as relações que mantém com outros campos, principalmente com o Estado, o que se torna particularmente relevante se considerarmos que a política de estabelecimento da pós-graduação no Brasil aconteceu sob o impulso dos governos militares, da parte do qual havia uma expectativa de que a ANPEd assumisse um papel regulatório dos programas junto à CAPES (CARVALHO, 2001<sup>19</sup>; FERRARO, 2005; SANTOS, 2011; SOUSA e BIANCHETTI, 2007).

---

<sup>19</sup> Trata-se de um documento publicado no Boletim ANPEd, v. 8, nº 3-4, p. 3-7, jul./dez. 1988, mas que foi transcrito em uma edição de 2001 na seção *Documentos* da Revista Brasileira de Educação. A referência completa do artigo encontra-se junto às demais, ao final do texto.

Notamos, nos relatos das pioneiras e pioneiros da entidade, discursos cuja intenção é justamente afastar a entidade deste lugar, enfatizando seu caráter democrático e de luta por uma pós-graduação e pesquisa em educação livre deste tipo de amarra.

Reservamos ainda ao segundo capítulo a discussão sobre a alocação dos temas abordados anteriormente no escopo da defesa de princípios dos direitos humanos, elucidando o que são eles, a relação estabelecida com a democracia participativa forjada no período pós-transição democrática no Brasil e quais atos tomados pelos governos presidenciais desde então – e, neste sentido, retomando uma condução iniciada na parte do texto em que nos debruçamos sobre o percurso histórico da ANPEd – expressam o processo de institucionalização, desinstitucionalização e (re)institucionalização das pautas abordadas pelo GT 23, explorando para um melhor entendimento conceitos-chave desta abordagem teórica.

Com esse movimento realizamos, por conseguinte, a escolha do pedaço de mármore a ser esculpido, apresentando suas características, ao trazer uma história do campo dos estudos de gênero e sexualidade, da consolidação da ANPEd e dos direitos humanos, procedimento destacado por Bourdieu como uma maneira de conhecer e mapear as relações estabelecidas entre campos num espaço social, mas também de entender as estratégias passadas e atuais das/os agentes visando manter ou melhorar seu posicionamento e o de seu grupo no jogo social em que estão inseridas/os.

## **2.1. Gênese e desenvolvimento dos conceitos de gênero e sexualidade**

A base para a discussão de gênero que se desenvolve no movimento feminista nasce a partir de questionamentos sobre a diferenciação sexual e social entre homens e mulheres, visto que o estabelecimento dos critérios para essa distinção é uma questão que nos acompanha desde a Antiguidade. Thomas Laqueur (2001) chama a atenção para o fato de que durante milhares de anos, até meados do século XVIII,

[...] acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que – como dizia Nemesius, bispo de Emesa, do século IV – "a dela fica dentro do corpo e não fora". Galeno, que no século II d.C. desenvolveu o mais poderoso e exuberante modelo da identidade estrutural, mas não espacial, dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa (LAQUEUR, 2001, p. 16).

O autor cita vários exemplos cotejados desde a Antiguidade clássica que dariam suporte a essa interpretação. Entretanto, toda a argumentação trazida por ele se dá no sentido de que esse paralelismo constatado entre o corpo feminino e masculino, que poderiam, no caso, ser vistos como complementares, atua no sentido de reforçar uma ordem social e metafísica vigente pautada na falta de perfeição feminina, causada pela ausência de calor vital presente no ser humano do sexo masculino, e, neste sentido, a anatomia “podia, nessas circunstâncias, ser construída como metáfora, outro nome para a ‘realidade’ da perfeição menor da mulher [e] serve mais como ilustração de um ponto conhecido que como evidência de sua verdade” (LAQUEUR, 2001, p. 43).

Já no final do Iluminismo é constatada a existência de diferenças mais profundas entre o sistema reprodutor feminino e masculino e há uma guinada radical com relação à interpretação do sexo único, citada anteriormente, a partir do reconhecimento de que o orgasmo não era essencial para que a mulher pudesse conceber. Ou seja, “a presença ou ausência do orgasmo tornou-se um marco biológico da diferença sexual” (LAQUEUR, 2001, p. 16). Assim,

[...] o antigo modelo no qual homens e mulheres eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja causa final era masculina, deu lugar, no final do século XVIII, a um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica. Uma anatomia e fisiologia de incomensurabilidade substituiu uma metafísica de hierarquia na representação da mulher com relação ao homem (LAQUEUR, 2001, p. 17).

Nesta visão pós-iluminista da diferença entre os sexos há o reforço da distinção entre homens e mulheres que, nesta nova interpretação, seriam diferentes em seus mínimos detalhes. Linda Nicholson aponta que ocorre, neste momento histórico, a passagem de um modelo unissexuado, no qual a diferença entre homens e mulheres se dava em gradações, para uma bissexuada, de

divisão indelével entre o masculino e o feminino (NICHOLSON, 2000, p. 18-19). Sobre isso, Laqueur destaca que ainda que as evidências científicas, mais elaboradas se pensarmos que já abrangia os estágios de desenvolvimento embrionário, eram utilizadas justamente até onde poderiam corroborar a ordem social vigente e, assim, descobriu-se que

[...] os isomorfismos galênicos dos órgãos masculinos e femininos foram, na década de 1850, rearticulados no plano embriológico como homólogos: o pênis e o clitóris, os lábios e o escroto, os ovários e os testículos tinham origens comuns na vida fetal, descobriram os cientistas. Havia, portanto, evidência científica para apoiar a visão antiga, caso isso fosse culturalmente relevante. Por outro lado, *só houve interesse em buscar evidência de dois sexos distintos, diferenças anatômicas e fisiológicas concretas entre o homem e a mulher, quando essas diferenças se tornaram politicamente importantes* (LAQUEUR, 2001, p. 21, grifado por nós).

Em sua argumentação, Laqueur (2001) aponta a dificuldade em se distinguir gênero e sexo e, mais, quais aspectos de cada constructo seriam tributários de lutas de poder e interesses externos à biologia, por exemplo, o que o leva a fazer afirmações como “o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica” (p. 19) ou ainda “o sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder” (p. 23).

Neste sentido, comentando o percurso de seu livro, afirma que “o que começou com uma história de prazer sexual feminino e sua tentativa de apagar isso, tornou-se a história de como o sexo, assim como o gênero, foram construídos” (LAQUEUR, 2001, p. 8-9), insistindo no fato de que o que se supõe que seja fruto de uma descoberta científica imparcial na verdade também se configura como uma confluência de forças sociais na seleção de fatos científicos que corroborem uma posição com o *status* de científica, mas a serviço do patriarcado, no caso. Ou seja, Laqueur se aproxima de uma visão bourdieusiana na leitura desta realidade social, pois nas palavras de Bourdieu esse movimento retrata, da parte das e dos cientistas, uma tentativa de “impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem” (BOURDIEU, 1983b, p. 128).

Com relação especificamente ao conceito de gênero, ele tem em sua origem uma forte vinculação com o movimento feminista, pois nasce na esteira

das discussões sobre a diferença sexual e os significados atribuídos a ela levados a cabo principalmente por mulheres articuladas em torno da pauta da chamada segunda onda feminista<sup>20</sup>. Apesar disso, atribui-se correntemente o primeiro uso do termo a Robert J. Stoller no livro *Sex and gender*, de 1968 (GATES, 1985, p. 145). Tributário da psicanálise, neste livro Stoller se debruçou sobre o que considerou distúrbios biológicos, como no caso de indivíduos intersexos, e o que nomeou como distúrbios de ordem psicológica, como a transvestilidade: ao primeiro, apontado pelo pesquisador como de origem biológica, ele reservou o conceito de sexo e, ao segundo, tido como de ordem cultural, o de gênero.

Trata-se, desde o uso feito por Stoller, de um conceito emprestado da gramática, adotado com primazia por feministas estadunidenses a partir do final da década de 1960 para se referir à “organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 72). Apesar dessa origem, Joan Scott (1995) aponta que a relação estabelecida com a gramática é, “ao mesmo tempo, explícita e cheia de possibilidades não-examinadas” (p. 72): ainda que a origem seja óbvia em inglês, não se exploram todas as possibilidades, como o sexo indefinido ou neutro das línguas indo-europeias, por exemplo. É atual a grande discussão em torno da adoção de uma linguagem inclusiva de gênero (sobretudo onde o movimento LGBTQIA+ é bastante articulado, como nos EUA), mas que enfrenta uma forte resistência por parte de alguns setores da sociedade, tanto devido ao preconceito contra as pessoas *trans* e as que não respondem ao binarismo de

---

<sup>20</sup> A história do movimento feminista costuma ser dividida didaticamente em ondas: a *primeira onda*, ainda no século XIX, seria a da luta das mulheres sufragistas e viria na esteira dos ideais iluministas e das Revoluções Francesa e Americana, iniciando na Europa para então ampliar-se pelo mundo; a *segunda*, que tem a década de 1960 como marco, encamparia o combate à opressão masculina mais difusa e os direitos femininos com relação à reprodução e sexualidade (no Brasil essa onda ficou bastante atrelada à luta contra o regime militar); na década de 1990 se desenvolveria a *terceira onda*, marcada pela segmentação do movimento, a busca por políticas públicas para as mulheres, em um contexto social no qual as mulheres mais pobres, principalmente, sentiam os efeitos nefastos do neoliberalismo. Há, ainda, a discussão sobre uma *quarta onda* feminista, a do *ciberfeminismo*, na qual a *internet* se constitui como veículo de retomada, redefinição e criação de pauta e articulação feminista. Conforme mencionado anteriormente, essa é uma categorização didática que apresenta parcialidades, que serve apenas como uma ilustração da trajetória desse movimento social. Tendo isso em mente, concordamos com a problematização dos discursos hegemônicos ocidentais feitos por Oyèwùmí (2021), como quando afirma que “a ideia de que a mulher branca (ou homem branco) é a norma - medida de todas as coisas - é etnocêntrica e dominou os escritos acadêmicos ocidentais, ao menos, nos últimos dois séculos”. Essa problemática será abordada e aprofundada no texto que segue.

gênero – e, neste sentido, suas demandas não são entendidas como dignas de consideração – quanto por causa da falta de consenso, até mesmo no interior dos movimentos feministas, sobre a melhor forma de escapar deste binarismo padrão de muitas línguas, como a portuguesa.

Apesar de seu pioneirismo, a concepção forjada por Stoller não é a que se consolidou nos estudos subsequentes, pois em sua versão feminista esta distinção simplista entre natureza e cultura foi paulatinamente sendo questionada. Tendo isso em mente, notamos que a concepção de gênero adotada pelo movimento feminista mantém uma relação muito mais próxima às discussões trazidas por Simone de Beauvoir, porque, apesar de suas teorizações serem anteriores à elaboração do conceito em si, ela aborda a desnaturalização da categoria mulher, mesmo que não verse sobre as multiplicidades deste “ser mulher” como em elaborações feministas posteriores. Em 1949, na obra *Le deuxième sexe*, Beauvoir<sup>21</sup> questiona se basta ao ser humano possuir um útero para ser considerado mulher e conclui que

[...] todos concordam que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e, contudo, dizem-nos que a feminilidade "corre perigo"; e exortam-nos: "Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres". Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade (BEAUVOIR, 1970, p. 7).

A filósofa aponta que os atributos biológicos não suprem todas as condições para que o ser humano seja reconhecido socialmente como mulher ou homem, pois são estabelecidos socialmente comportamentos distintos e apropriados para que sejam considerados femininos ou masculinos. A partir daí, entende-se que a diferenciação biológica não basta para compreendermos a

---

<sup>21</sup> Berenice Bento (2006, p. 69) se refere a três tendências explicativas ao abordar a trajetória os estudos de gênero. De Beauvoir até o início da década de 1990 vigoraria a primeira tendência explicativa, chamada *universal*, que versaria sobre a subordinação universal da mulher ao homem e no qual se questiona a supremacia social masculina, mas ainda sem colocar em causa a universalidade feminina. Em seguida, seria a vez da tendência *relacional*, que complexifica a discussão inicial e abrange as diversas masculinidades e as feminilidades negras, latinas, lésbicas etc. E então viria o momento *plural*, que a autora relaciona à teoria *queer*, no qual seriam incluídas as pessoas transexuais e aquelas consideradas “terroristas de gênero”, que explodiriam os limites das dicotomias sexuais e de gênero impostas socialmente. Adotamos aqui parcialmente essa divisão, com a inclusão de alguns pontos e questionamentos que não foram levantados na argumentação de Bento.

desigualdade social estabelecida entre homens e mulheres e a dominação masculina exercida sobre elas. Apesar disso, segundo Linda Nicholson (2000), mesmo o termo gênero sendo utilizado pelo movimento feminista de forma sistemática a partir de 1960, as feministas do final da década de 1960 e início da de 1970, em sua maioria, aceitaram a premissa

[...] da existência de fenômenos biológicos reais a diferenciar mulheres de homens, usadas de maneira similar em todas as sociedades para gerar uma distinção entre masculino e feminino. A nova ideia foi simplesmente a de que muitas das diferenças associadas a mulheres e homens não eram desse tipo, nem efeitos dessa premissa. Assim, o conceito de "gênero" foi introduzido para suplementar o de "sexo", não para substituí-lo. Mais do que isso, não só o "gênero" não era visto com substituto de "sexo" como também "sexo" parecia essencial à elaboração do próprio conceito de "gênero" (NICHOLSON, 2000, p. 11).

As proposições deste movimento social, neste momento histórico, questionam o chamado determinismo biológico, mas, em muitos casos, no lugar deste paradigma explicativo surge o que Nicholson nomeia como fundacionismo biológico, que assume uma relação mais do que incidental com a biologia e que mantém a relação com o determinismo biológico, apostando na convivência entre comportamento, caráter e biologia, admitindo, dentro de alguns limites, um construcionismo social (NICHOLSON, 2000, p. 12). Essa visão, segundo a autora, permite que as feministas do período se aproveitem das vantagens do determinismo biológico, sem precisar se justificar por suas desvantagens.

O fundacionismo biológico é apontado por Nicholson como um problema para o desenvolvimento do feminismo, uma vez que, apesar de admitir um grau de colaboração social na formação do caráter e dos comportamentos, não o faz de forma suficiente para abranger as diferentes experiências das mulheres, tornando-se insensível para a forma como raça e classe impactam as experiências femininas, por exemplo, admitindo apenas a coexistência dessas características, sem perceber a forma como elas se interseccionam e podem fazer com que as diferentes experiências femininas divirjam de forma contundente. Há, por parte da autora, o questionamento do essencialismo que permanece “nas concepções feministas que concebem o sexo como uma realidade biológica (base material), sobre a qual o “gênero” (construção cultural)

se adiciona tal como uma cobertura de bolo, ou, se quisermos, uma dimensão superestrutural” (CORRÊA, 2011, p. 342).

O entendimento da crítica ao que Nicholson chama de fundacionismo biológico nos faz adentrar em outra esfera problemática para o feminismo da época. Ainda segundo a autora, “não é de surpreender que a guinada ginocêntrica dos anos 70 logo se transformou em protestos de mulheres negras, lésbicas e das classes trabalhadoras, que não viam suas experiências refletidas nas histórias contadas” (NICHOLSON, 2000, p. 28) e isso apesar de esses questionamentos não terem surgido apenas neste momento do feminismo<sup>22</sup>. Não é uma questão banal a de que o feminismo enquanto movimento organizado, principalmente em seus primórdios, constituía-se como majoritariamente branco, composto por mulheres escolarizadas das classes dominantes e que por isso refletia a demanda feminina a partir deste recorte social. Assim, a entrada de novos sujeitos na arena política já ao final do século XX implica não só a ampliação do escopo de reivindicações deste movimento, mas também uma revisão da própria concepção de quais seriam as pessoas abrangidas pelas ações do feminismo.

Relacionado a isso, Nicholson (2000) se refere ainda ao sujeito do feminismo e aponta que a mulher universal deveria ser desconstruída como o homem universal o foi. Assim, indica que a palavra *mulher* poderia ser compreendida de forma semelhante a que Wittgenstein sugeriu que se entendesse *jogo*, ou seja, “como palavra cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características” (NICHOLSON, 2000, p. 35). Em seu texto, para elucidar essa questão, ela retoma a argumentação de Wittgenstein: ao nos referirmos aos diversos tipos de atividades que recebem o nome de jogo (como jogo de cartas, de tabuleiro, aqueles que utilizam uma bola), não vemos

---

<sup>22</sup> É bastante conhecido, por exemplo, o discurso de Sojourner Truth, pseudônimo de Isabella Baumfree, mulher negra norte-americana nascida escravizada e que se tornou livre ao longo da vida, que tomou para si a palavra na *Woman's Rights Convention* em Akron, Ohio, em 29 de maio de 1851, e que se manifesta sobre essas diferenças de experiência entre mulheres brancas e negras já na primeira onda do feminismo, durante as mobilizações pelo sufrágio universal. O famoso discurso pode ser conferido na íntegra por meio da versão digitalizada do *The anti-slavery bugle*, jornal abolicionista pioneiro ao apresentar uma transcrição disponível em <[https://chroniclingamerica.loc.gov/data/batches/ohi\\_desdemona\\_ver01/data/sn83035487/00237283776/1851062101/0313.pdf](https://chroniclingamerica.loc.gov/data/batches/ohi_desdemona_ver01/data/sn83035487/00237283776/1851062101/0313.pdf)> .

um todo coeso e idêntico, e sim uma “complicada rede de similaridades se sobrepondo e se cruzando; às vezes similaridades globais, às vezes no detalhe” (WITTGENSTEIN, 1953 *apud* NICHOLSON, 2000, p. 34)<sup>23</sup>. Partindo desta concepção, o sujeito do feminismo não estaria biologicamente dado, mas seria passível de construção a partir do que a autora aponta como a busca de uma política de coalizão interna ao movimento.

Acontece, entre o final da década de 1980 e início da de 1990<sup>24</sup>, a passagem para um novo momento dos estudos de gênero nomeado por Bento como *relacional* porque o desafio teórico, neste momento,

[...] era desconstruir essa mulher universal, apontando outras variáveis sociológicas que se articulassem para a construção das identidades dos gêneros. A categoria analítica "gênero" foi buscar nas classes sociais, nas nacionalidades, nas religiosidades, nas etnias e nas orientações sexuais os aportes necessários para desnaturalizar e desessencializar a categoria mulher, que se multiplica e se fragmenta [...] (BENTO, 2006, p. 74).

Assim, as experiências de novos sujeitos são validadas e consideradas como pertinentes aos estudos de gênero. As mulheres lésbicas, por exemplo, conseguem trazer para o feminismo inquietações e reflexões sobre as peculiaridades de suas existências com relação às mulheres heterossexuais. Outro grupo social bastante ativo neste momento é o de mulheres negras que se sentiam pouco representadas pelas primeiras iniciativas feministas. Esse é o caso de bell hooks<sup>25</sup>, que tece o seguinte comentário sobre suas impressões com a leitura de Paulo Freire:

---

<sup>23</sup> Considerando um panorama científico mais amplo, é inegável a influência da chamada *virada linguística* neste momento dos estudos de gênero. Também chamada de giro linguístico, marca o desenvolvimento da filosofia ocidental e da linguística, influenciando de forma indelével a relação entre filosofia e linguagem, apontando que a língua atua de forma contundente na constituição da realidade. A virada linguística se desenvolveu ao longo do século XX, influenciando ainda hoje muitas áreas do conhecimento, e Wittgenstein é um dos grandes nomes associados a ela.

<sup>24</sup> Cabe a lembrança de que esses marcos são aproximados, podendo ter ocorrido um pouco antes ou um pouco depois de acordo com a realidade de cada local e também de acordo com os fatos considerados como relevantes por cada pesquisadora.

<sup>25</sup> O pseudônimo bell hooks foi adotado pela pensadora negra norte-americana Glória Jean Watkins como uma homenagem à sua bisavó materna. Ela diz: “I chose the name bell hooks because it was a family name, because it had a strong sound. Throughout childhood, this name was used to speak to the memory of a strong woman, a woman who spoke her mind. Then in the segregated world of our black community - a strong woman was someone able to make her own way in this world, a woman who possessed traits often associated only with men - she would kill for family and honor - she would do whatever was necessary to survive - she would be true to her

[...] me senti incluída em *Pedagogia do Oprimido*, um dos primeiros livros de Freire que li, muito mais do que me senti incluída – em minha experiência de pessoa negra de origem rural – nos primeiros livros feministas que li, obras como *The Feminine Mystique* e *Born Female*. Nos Estados Unidos não conversamos o suficiente sobre o modo com que a classe social molda nossa perspectiva da realidade. Visto que tantos dos primeiros livros feministas refletiam um certo tipo de sensibilidade burguesa branca, essas obras não tocaram profundamente muitas mulheres negras; não porque não reconhecêssemos as experiências que todas as mulheres partilham, mas porque esses pontos em comum eram mediados por diferenças profundas em nossas realidades, criadas pelas políticas de raça e classe social (HOOKS, 2013, p. 73).

O pressuposto basilar desse posicionamento é o de que um olhar universalista para as demandas femininas não alcança a experiência de todas as mulheres, pois, para que todas mulheres tenham seus direitos garantidos, é importante que

[...] se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. Como as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais definidos são muitas vezes obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero, a extensão total da sua vulnerabilidade interseccional ainda permanece desconhecida e precisa, em última análise, ser construída a partir do zero (CRENSHAW, 2002, p. 174).

A discussão sobre interseccionalidade se estabelece nestes termos, primeiramente nos Estados Unidos e depois no mundo todo. O protagonismo neste âmbito é inegavelmente de mulheres negras<sup>26</sup>, mas outros grupos se juntam a elas na defesa de que o feminismo e a discussão sobre gênero não podem reproduzir, em seu interior, a exclusão e a invisibilidade de alguns grupos sociais em benefício da pauta de outros, historicamente privilegiados. O conceito

---

word. Claiming this name was a way to link my voice to an ancestral legacy of woman speaking - of woman power» (HOOKS, 2015, p. 270). Sobre a forma de grafá-lo, isso também guarda relação com esse desejo da autora de que o foco estivesse na mensagem transmitida, e não nela mesma. Em respeito à vontade dela mantivemos no texto a grafia em letras minúsculas.

<sup>26</sup> Há um questionamento bastante pertinente do feminismo negro sobre o *status* de um chamado feminismo interseccional enquanto vertente do movimento. Isso é problemático porque pode acarretar num apagamento das contribuições primordiais do feminismo negro, podendo mesmo configurar um caso de racismo epistêmico. Assim como essa linha de pensamento defende, o feminismo negro poderia ser considerado como vertente, e a interseccionalidade seria uma metodologia formulada por essa vertente, conforme defende Akotirene (2019).

de interseccionalidade é explicado por Kimberlé Crenshaw (2002) da seguinte forma: partindo da ideia de intersecção, ela tece uma analogia na qual

[...] os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções (p. 177).

É também essa perspectiva relacional que permite que os estudos de gênero passem a abranger os estudos sobre masculinidades, uma vez que um dos

[...] fios condutores que orientarão as diversas pesquisas e reflexões desse novo campo de estudos é a premissa de que o masculino e o feminino se constroem relacionalmente e, de forma simultânea, apontam que este "relacional" não deveria ser interpretado como o homem se constrói numa relação de oposição à mulher, em uma alteridade radical, ou absoluta, conforme Beauvoir, mas em um movimento complexificador do relacional (BENTO, 2016, p. 74-75).

Há, a partir do desenvolvimento do feminismo enquanto teoria, a ideia de que se faz necessária uma epistemologia feminista, ou seja, há a defesa de que a própria ciência como a conhecemos se desenvolveu tendo como pressuposto características que historicamente são associadas a valores patriarcais, e isso em detrimento da valorização de conhecimentos outros, advindos principalmente da experiência de grupos subalternizados socialmente, entre eles as mulheres. Neste sentido,

[...] a própria teorização é, em si mesma, perigosamente patriarcal, porque presume a separação entre aquele que

conhece e aquilo que é conhecido, entre sujeito e objeto, e supõe a possibilidade de uma visão eficaz, exata e transcendente, pela qual a natureza e a vida social tomam a perspectiva que nos parece correta. Tememos reproduzir o que nos parece ser uma associação patriarcal entre saber e poder, em detrimento das mulheres cujas experiências ainda não foram inteiramente expressas na teoria feminista (HARDING, 2019, p. 97-98).

Essa é uma questão fulcral para este momento do desenvolvimento teórico feminista, porque depois do enfrentamento da ideia de universalidade da humanidade como masculina, por meio da atuação de um feminismo em desenvolvimento, é a vez de se enfrentar, em um movimento endógeno, a universalidade da “mulher”, entendendo as experiências e realidades a que estão submetidas as diferentes mulheres. Isto é, uma vez que entendemos como mítico o homem universal “que foi sujeito e objeto paradigmáticos das teorias não feministas, começamos a duvidar da utilidade da análise que toma como sujeito ou objeto uma mulher universal – como agente ou como matéria de pensamento” (HARDING, 2019, p. 96). O feminismo, então, pressupõe a superação de uma ciência que se pretende neutra para abarcar as diferentes experiências femininas em seu escopo, pois se aceita e adere a considerada ciência normal

[...] o feminismo se arrisca a reproduzir, na teoria e na prática política, a tendência das explicações patriarcais para policiar o pensamento, presumindo que somente os problemas de algumas mulheres são problemas humanos, e que apenas são racionais as soluções desses problemas. [...] Uma vez que se tenha dissolvido a ideia de um homem essencial e universal, também desaparece a ideia de sua companheira oculta, a mulher. Ao invés disso, temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura (HARDING, 2019, p. 96-97).

Como já foi dito, esse é um momento histórico de forte renovação feminista, com a entrada em cena de novos sujeitos e suas demandas, e isso é abarcado por um entendimento também ampliado do conceito de gênero. No caso do Brasil, se na onda feminista que foi de meados de 1970 até fins de 1980 a principal frente de luta havia sido a pela redemocratização do país, a partir dos anos 1990 ela também se torna mais plural e “gênero” entra definitivamente em pauta na pesquisa acadêmica em diversas áreas do conhecimento. Esse

processo ocorre, nos lugares onde a discussão de gênero se encontra mais avançada, já na década de 1980. A partir de então há uma forte institucionalização do conceito, com a consolidação enquanto campo teórico, e isso porque o gênero

[...] parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – pretensamente escandalosa – do feminismo. Neste uso, o termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto a expressão "história das mulheres" revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o "gênero" inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica (SCOTT, 2019, p. 53).

Neste excerto há um alerta para uma possível busca de neutralidade com o uso do conceito, uma vez que ele não explicita a fonte das desigualdades sociais que pode denunciar. Isso pode ser visto tanto no exemplo acima, no caso da nomeação de mulheres, quanto quando comparado a outros conceitos utilizados com objetivos parecidos, como o de patriarcado, por exemplo. Justamente por isso, parte da militância feminista criticou um caráter potencialmente desmobilizador do gênero, que não destaca a presença masculina na dominação praticada e isto porque ele

[...] não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Aparentemente um detalhe, esta explicitação permite considerar o conceito de gênero como muito mais amplo que a noção de patriarcado [...] Para a discussão conceitual, este ponto é extremamente relevante, uma vez que gênero deixa aberta a possibilidade do vetor da dominação-exploração, enquanto os demais termos marcam a presença masculina neste pólo (SAFFIOTI, 1999, p. 82).

Esta afirmação se relaciona à anterior e carrega uma importância muitas vezes negligenciada nos debates sobre gênero – e o mesmo acontece, mais recentemente, com a noção de interseccionalidade. É comum que, principalmente pesquisadoras/es pouco experientes, imaginem que haja a necessidade de que, ao trabalhar com o conceito de gênero, os sujeitos da pesquisa sejam as mulheres. No caso da interseccionalidade, na situação acima delineada, a atenção se voltaria às mulheres negras, pobres, migrantes. Como vem sendo discutido até aqui, ainda que estes grupos estejam entre os das

origens da pesquisa nestes temas, houve um desenvolvimento teórico que ampliou o olhar, justamente para dar conta da perspectiva relacional que estes estudos adquirem com o tempo. Um desdobramento dessa postura redutora alimenta a concepção de que haveria a norma, um padrão de comportamento e de existência (o homem branco e rico, cristão e heterossexual) e assim lança os demais grupos ao *status* de “outros”, que são os que precisam ser estudados e entendidos. Compreendemos, entretanto, que ao formularmos um problema de pesquisa que englobe gênero ou interseccionalidade e que leve seriamente em consideração sua relacionalidade é um exercício de monta produzir conhecimento também acerca dos homens e da branquitude, em consonância com o entendimento de que as *relações* entre os grupos é que forneceriam a materialidade para a análise das implicações sociais de cada uma destas identidades.

E esse mesmo processo acontece com a noção de sexualidade. Diferenciando-a da de gênero, Louro (2000) coloca a questão nos seguintes termos:

Estudiosas e estudiosos feministas têm empregado o conceito de *gênero para se referir ao caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo*; assim sendo, as *identidades de gênero* remetem-nos às *várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade*. Por outro lado, o conceito de *sexualidade* é utilizado, nesse contexto, para se referir às *formas como os sujeitos vivem seus prazeres e desejos sexuais*; nesse sentido, as *identidades sexuais* estariam relacionadas aos *diversos arranjos e parcerias que os sujeitos inventam e põem em prática para realizar seus jogos sexuais* (LOURO, 2000, p. 63-64, grifado por nós).

Neste trabalho distinguimos o conceito de sexualidade do de gênero, mas os abordamos de forma articulada, uma vez que, no que diz respeito ao gênero, entendemos que ele “perpassa as concepções, atitudes e práticas referentes ao sexo. Deste modo, a maneira como nos entendemos enquanto sujeitos sexuais estabelece a maneira como também nos entendemos enquanto homens e mulheres” (GONINI, 2014, p. 191). No que se refere à teorização sobre a sexualidade, as obras de Michel Foucault têm grande relevância para os estudos sobre o tema, mostrando que nos séculos XVIII e XIX a perspectiva médico-higienista foi a dominante com relação à produção do conhecimento sobre a sexualidade. Grande parte dos trabalhos produzidos ainda hoje sobre o tema

são embasadas na teoria foucaultiana da sexualidade. Em *A história da sexualidade*, livro lançado em 1976, Foucault coloca em causa uma hipótese repressiva da sexualidade e aponta que

[...] no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. [...] Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir (FOUCAULT, 1999, p. 9).

Destacamos, na interpretação de Foucault, o salto existente entre dois momentos distintos da sexualidade no mundo ocidental, que passa de, até o século XVII, certa liberdade e livre tráfego pelos diversos grupos, âmbitos e momentos da vida para, nos séculos que seguem, um entendimento como um dispositivo analítico, contábil e classificatório sobre o sexo, com os sujeitos considerados desviantes submetidos a práticas de higienização e à intervenção médica e psiquiátrica. Assim, no século XIX, “o conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência constituiu o núcleo sólido das novas tecnologias do sexo” (FOUCAULT, 1999, p. 54-55). Não se tratou de uma interdição fatalista, da proibição pura e simples de tudo que se relaciona à sexualidade, mas sim da produção incessante apenas de discursos *autorizados* sobre o sexo e de criação e aperfeiçoamento de todo um aparato de controle e de mecanismos de vigilância. Ao longo do século XIX o sexo parece se inscrever “em dois registros de saber bem distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas” (FOUCAULT, 1999, p. 54-55). Ele explica que acontece esse descompasso porque por trás

[...] da diferença entre a fisiologia da reprodução e a medicina da sexualidade seria necessário ver algo diferente e a mais do que um progresso desigual ou um desnivelamento nas formas da racionalidade: uma diria respeito a essa imensa vontade de saber que sustentou a instituição do discurso científico no Ocidente, ao passo que a outra corresponderia a uma vontade obstinada de não-saber (FOUCAULT, 1999, p. 54-55).

Já no século XX, quando parece haver uma reação antirrepressiva no que diz respeito ao sexo, Foucault a localiza, na verdade, como um “deslocamento e uma reversão tática no grande dispositivo de sexualidade” (p. 123), ou seja, uma movimentação histórica, mas que ainda faz parte da busca da verdade sobre o sexo iniciada nos séculos anteriores. O que acontece no novo século, segundo ele, não é uma ruptura com o passado, mas sim uma inflexão da curva da histórica sobre a sexualidade, a partir da qual os mecanismos da repressão teriam iniciado um processo de afrouxamento de códigos sociais sobre o sexo, mas continuariam existindo os aparatos de controle e os mecanismos de vigilância sobre a sexualidade.

Partindo dessa perspectiva de Michel Foucault, que entende então a sexualidade como um dispositivo histórico, Guacira Lopes Louro explica que “ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’” (LOURO, 2000b, p. 26). A autora defende que, como outros aspectos relacionados ao corpo humano (o vigor físico ou a cor dos cabelos, por exemplo), a sexualidade seria fluida e inconstante, mas não costuma ser vista socialmente dessa forma, e assim é instituído um lugar para aquelas pessoas que seguem a norma, os que são “normais”, e as demais, relegadas à anormalidade.

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2000b, p. 10).

É essa a perspectiva sobre sexualidade que vigora com maior intensidade no interior do GT 23, resultado da atuação forte da própria Guacira Lopes Louro, fato que será detalhado mais a frente nesta tese. No que diz respeito à abordagem do tema na educação brasileira, sabemos que a Igreja Católica teve grande influência em seus rumos até pelo menos a segunda metade do século XX, o que impedia um enfoque educativo de questões relacionadas à sexualidade. Na década de 1960, as primeiras iniciativas de educação sexual,

levadas a cabo em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, foram reprimidas também pelo regime militar por causa de um viés moralista da instituição. Apenas na década de 1980, com a abertura política, é que o tema ganha algum espaço de discussão com o objetivo de combater a gravidez na adolescência, a epidemia de AIDS e a de outras infecções sexualmente transmissíveis (IST's). No entanto, foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), por meio de seus temas transversais, que promoveram uma institucionalização mais efetiva da educação sexual (GONINI, RIBEIRO, 2011, p. 3837-3838).

Colocada de forma breve essa história da sexualidade importante para o GT 23, avançamos trazendo um desdobramento relevante com relação à distinção entre os conceitos de gênero e sexualidade:

[...] com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato de os(as) pesquisadores(as) reconhecerem as relações entre o sexo e (o que os sociólogos da família chamaram) "os papéis sexuais", eles(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do "gênero" coloca ênfase sobre o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p. 75-76).

Esta distinção entre a prática sexual e os papéis atribuídos a mulheres e homens citada por Scott se relaciona às discussões atuais do conceito e se constitui como um ponto nevrálgico na comunicação entre os estudos acadêmicos sobre gênero e sexualidade e uma concepção do senso comum sobre o tema. Há reiteradas tentativas de se explicitar, principalmente por meio das redes sociais, a diferença entre orientação sexual, identidade de gênero e sexo biológico<sup>27</sup>: o primeiro se refere à orientação do desejo sexual e da afetividade; o segundo à percepção que a pessoa possui de si em relação ao gênero; o terceiro ao sexo cromossômico e genital, relacionado a disposições reprodutivas. Essa é uma pauta é incorporada pelos estudos de

---

<sup>27</sup> Em algumas dessas situações é incluída a noção de expressão de gênero, que se relaciona à forma como as pessoas se manifestam socialmente por meio da roupa, do corte de cabelo, dos traços, podendo estar ligado ao que socialmente se dividiria entre masculino e feminino, mas podendo se manifestar de forma fluida e não binária. Acreditamos, porém, que as três dimensões mencionadas no corpo do texto são as mais polêmicas.

gênero de forma sistemática a partir da década de 1980 quando passa então do momento *relacional* para o *plural*.

Tanto no primeiro quanto no segundo momento, considerados aqui como "universal" e "relacional", respectivamente, a sexualidade, o gênero e a subjetividade não foram pensados fora de uma relação binária. São os estudos *queer* que apontarão o heterossexismo das teorias feministas e possibilitarão, por um lado, a despatologização de experiências identitárias e sexuais até então interpretadas como "problemas individuais" e, por outro, dedicarão uma atenção especial às performances que provocam fissuras nas normas de gênero (BENTO, 2006, p. 78).

A teoria *queer*<sup>28</sup>, que teve como inspiração teórica leituras da teoria foucaultiana anteriormente apresentada e a obra de Judith Butler, principalmente *Gender and Trouble - Feminism and the Subversion of Identity*, – publicado em 1990 e traduzido para português como *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* – coloca em xeque uma suposta estabilidade sexual e de gênero que parece vigorar nos momentos anteriores do conceito. A autora argumenta que há uma matriz heterossexual imposta culturalmente que fornece uma inteligibilidade tanto ao sexo quanto ao gênero baseado no dimorfismo dos corpos. Em seu livro há uma tentativa de “desfazer” o gênero, no sentido de mostrar que o conceito, como vinha sendo utilizado, talvez não se diferenciasse do de sexo, pois Butler entende que talvez o sexo, quando tomado nesta perspectiva

[...] sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (BUTLER, 2010, p. 25).

Bento (2006) aponta que a consideração de novos grupos por meio da teoria *queer* não se deu sem embates com aquelas e aqueles que já ocupavam um papel na esfera pública de discussão sobre o tema. Muitos *gays* e *lésbicas* norte-americanos, que a duras penas conseguiram ter seu lugar de fala e suas vivências – tanto por meio da atuação no movimento feminista quanto no

---

<sup>28</sup> Miskolci (2012) localiza as origens do que conhecemos como *queer* atualmente na década de 1960, na esteira das movimentações contraculturais que marcaram a década e associado às demandas dos chamados “novos” movimentos sociais: a segunda onda do movimento feminista, o movimento negro e o homossexual.

movimento LGBTQIA+ que se consolidava – reconhecidas e levadas em consideração na arena acadêmica e na criação de políticas públicas, por exemplo, não viam com bons olhos a existência de demandas relacionadas às experiências das pessoas *trans* e bissexuais, tidos pela sociedade como repulsivos, abjetos, que são os significados traduzidos para a palavra inglesa *queer*. Ao lembrar uma situação ocorrida nos EUA, na qual *gays* e lésbicas foram instadas/os a opinar sobre este assunto e rechaçado publicamente a presença de pessoas *trans*, bissexuais e aqueles e aquelas que não se enquadravam num comportamento de gênero socialmente aceito, Bento (2006) comenta que os interesses em jogo

[...] na defesa das identidades coletivas são complexos e vão desde o apego à manutenção de espaços de fala, que visibilizam sujeitos silenciados pelas normas de gênero, à manutenção de benefícios materiais obtidos por meio da reprodução das categorias rígidas e transparentes que fundam essas identidades [...]. Para muitos, as “políticas *queer*” são identificadas como um assalto, uma invasão à identidade lésbica e *gay*, pois propõem pensar essas identidades em seu caráter performativo e contingente, contrapondo e denunciando qualquer tentativa de gravar as identidades sexuais e de gênero como se fossem pedras, fixas (BENTO, 2006, p. 84)

E a mesma postura pouco incluyente – e que podemos entender como de defesa de uma posição – se materializa no juízo de adeptas a um feminismo radical, que questiona a pertinência da permanência de mulheres *trans* no movimento feminista partindo do pressuposto de que as identidades *trans* se fundariam em estereótipos de gênero e que o nascimento com um pênis, no caso, proporcionaria uma socialização de gênero incompatível com as experiências femininas. É oportuno perceber, nestas críticas, um retorno ao determinismo biológico, uma vez que divide e condiciona os aspectos culturais da socialização a uma concepção limitada do que seria biológico, natural. É explícita nestas passagens a configuração de um campo de forças transmutado em campo de lutas, tal qual aponta Bourdieu ao conceituar campo. Desta forma, é possível perceber que a teoria *queer* significou, para os estudos de gênero e sexualidade, uma grande porta de entrada para sujeitos que ainda não haviam sido admitidos de forma massiva nos momentos anteriores do desenvolvimento do campo teórico.

Há, entretanto, questionamentos não só à teoria *queer*, mas às várias explicações sobre gênero e sexualidade advindas das teorias psicanalíticas e desconstrucionistas, consideradas identitaristas, surgidas no final do século passado. Com relação à utilização da teoria lacaniana para interpretação do gênero, por exemplo, Scott aponta que “falta uma maneira de conceber a ‘realidade social’ em termos de gênero” (SCOTT, 1995, p. 63). Para Connell (2014) é inegável o grande impacto de teorias desconstrucionistas nos estudos de gênero e sexualidade na atualidade, numa tendência advinda principalmente do chamado Norte global, dando grande importância às pautas identitárias. Salienta, contudo, que as necessidades dos países que compoem o Sul global exigem dos estudos de gênero atenção às demandas que se referem a temas como a justiça social, pois, sob a nossa perspectiva

[...] o mundo parece diferente e os problemas relevantes são diferentes. Consideremos, por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio adotados pelas Nações Unidas [...]. Os Objetivos incluem questões de gênero, mas não se tratam de questões sobre identidade. Tais metas são sobre educação, saúde, assistência médica, desigualdade econômica e poder. De fato: problemas sociais. Podemos acrescentar a violência de gênero como um problema massivo em grande parte do Sul global. É a partir da análise social de gênero que temos que abordar essas questões, sendo que às ciências sociais cabe fornecer uma base de conhecimento relevante (CONNELL, 2014, p. 13).

Connell destaca que as ciências sociais nos países considerados periféricos são chamadas a produzir conhecimentos que respondam a essa necessidade local de abordagem das questões de gênero. Isso explica o espaço que as perspectivas feministas interseccionais ou decoloniais, por exemplo, vêm ganhando no âmbito dos estudos de gênero no Brasil, pois são entendimentos que complexificam as análises que levam em consideração o gênero e se voltam para como ele interage com outros marcadores sociais da diferença, analisando as distintas trajetórias dos sujeitos considerados em suas idades, raças e etnias, nacionalidades, classes sociais, etc.

Essa não é uma história acabada. Os estudos de gênero se beneficiam da vivacidade das movimentações feministas e, como afirmado no início, entendemos que este é o grande trunfo do conceito, que se amplia e é sempre colocado à prova quanto à sua validade para as necessidades dos grupos sociais

que dele fazem uso. Novas perspectivas e necessidades são trazidas com o feminismo decolonial, com as “epistemologias do Sul”, com o vigor do feminismo negro, com os movimentos que, do interior do feminismo, pretendem “desfazer o gênero”, entre outras iniciativas que escapam a uma categorização acadêmica do debate e que contam com a instantaneidade da *internet* para a difusão de suas interpretações sobre o assunto.

Ao mesmo tempo, porém, a rapidez e falta de regulação da *internet* e suas redes sociais trazem um desafio hercúleo para os direitos humanos, incluída aí a discussão sobre gênero e diversidade: lidar com as chamadas *fake news* e com a difusão de entendimentos enviesados de conteúdos relacionados a esses temas, como a recente retomada da existência de uma “ideologia de gênero” que corromperia a educação oferecida às crianças na escola. Esse tipo de conteúdo, geralmente produzidos com o objetivo religioso-conservador de promover desinformação sobre tais questões e ganhar prestígio político a partir disso, não se configura como uma estratégia nova<sup>29</sup>, mas as consequências deste processo foram agudizadas com o desenvolvimento da *internet*. A abordagem aprofundada dos desdobramentos – principalmente políticos – desta questão será realizada no próximo capítulo, uma vez que as e os agentes envolvidas/os com a ANPEd e com o GT 23 o forjam como *locus* de resistência a essa tendência, como quando atuaram, em 2020, como *amicus curiae*<sup>30</sup> junto ao STF nas diversas ações contra a inclusão de gênero e diversidade sexual em planos estaduais e municipais de educação.

## **2.2. A ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: origem, estruturação, estratégias e posições**

---

<sup>29</sup> Consideramos que não se trata de uma novidade porque a Igreja Católica e grupos pró-vida e pró-família norteamericanos adotaram uma estratégia semelhante na Conferência Internacional sobre População, no Cairo (1994), e na Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim (1995), ao espalhar uma interpretação distorcida sobre o tema em geral, mas principalmente sobre o texto “Five sexes: why male and female are not enough”, de Anne Fausto-Sterling. Sobre este assunto, conferir o artigo de Junqueira (2018) intitulado “A invenção da ‘ideologia de gênero’: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero”.

<sup>30</sup> *Amicus curiae* é uma expressão advinda do latim que significa “amigos da Corte”. Segundo o *site* do próprio STF, trata-se de um expediente por meio do qual entidades da sociedade civil podem assumir um papel de colaboradores processuais “com a prerrogativa de apresentar elementos de informação que contribuam para o debate da matéria constitucional a ser apreciada pelos ministros” (<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asConteudo=461304&ori=1>).

Como já foi dito, a criação de um GT para tratar do objeto gênero, sexualidade e educação na ANPEd foi um marco no processo de institucionalização da discussão sobre gênero e sexualidade, uma vez que este se constitui como um importante fórum nacional de discussão científica na área da educação. Rememorando o que foi mencionado na Introdução desta tese, a ANPEd foi fundada em 1978, constituindo-se como uma entidade científica sem fins lucrativos que reúne professoras/es e estudantes vinculadas/os a programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação e demais pesquisadoras/es da área, que se organizam de acordo com os temas de suas pesquisas em GT's temáticos. Além dos sócios individuais, a entidade reúne também os institucionais, representados por coordenadores e coordenadoras dos cursos de pós-graduação em educação do Brasil agregadas/os no Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (FORPREd)<sup>31</sup>.

Nesta parte de nosso texto pretendemos abordar a ANPEd de forma abrangente, mergulhando na conjuntura da concepção e da existência dessa entidade até a criação do GT 23. Com este intento em mente, fizemos, antes, um retorno ao contexto legal e sociopolítico que propiciou a institucionalização da pós-graduação, no Brasil, o que, obviamente, precedeu a criação das associações de pós-graduação. Isso porque, com Bourdieu, entendemos que as ações das/os agentes não acontecem num vácuo, mas que são, enquanto ação humana, fruto da articulação entre diversos campos e do contexto cultural, político e econômico das quais insurgem. Portanto, importa para nós a movimentação sociopolítica em torno da ANPEd e o contexto de criação das condições de sua existência, isto é, a pesquisa e a pós-graduação em educação no Brasil.

Nas décadas de 1920 e 1930 os governos nacionalistas de alguns países da América do Sul, como Argentina, Chile, México e Brasil, além da realização de investimentos, “estimularam a indústria nacional e o mercado interno, sujeitaram corporativamente os grandes grupos operários e camponeses, e criaram assim as bases de um modelo de desenvolvimento capitalista nacional” (AGUILAR, 2006, *s.p.*), que conheceria seu ápice décadas depois. Esse foi um importante fator para a consolidação da ideia de universidade e, mais do que

---

<sup>31</sup> No Apêndice 7 desta tese há uma sistematização de toda a estrutura da ANPEd.

isso, para o fomento à formação profissional em nível superior e técnico ensejando, também, a qualificação de corpo docente para atender a essa demanda. Neste sentido, a pós-graduação que se implantaria anos depois no país estaria vinculada a essas duas necessidades: a formação de mão de obra qualificada para a função docente e a de pesquisadores para o desenvolvimento técnico-científico brasileiro. Contudo, no que diz respeito à pesquisa, até a década de 1930 não foi o ensino superior que a abrigou,

[...] mas uma série de outras instituições – os museus, os observatórios, os institutos de pesquisa – todas elas extremamente frágeis, dependendo das vicissitudes do apoio do Estado. Floresceram, realmente, aquelas que se legitimaram em termos de uma utilidade prática imediata, como os dedicados ao combate das epidemias humanas e ao desenvolvimento da produção agrícola (SAMPAIO, 1991, p. 8).

A pesquisa em educação no Brasil segue esse mesmo movimento, uma vez que ela é anterior à institucionalização da pós-graduação. Em suas origens, a pesquisa educacional se dá no interior de órgãos governamentais, sendo apresentado como marco a fundação, em 1938, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Inep<sup>32</sup>, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, com o objetivo de “realizar pesquisas sobre os problemas de ensino nos seus diferentes aspectos” (GOUVEIA, 1971, p.1). Ainda que esse movimento se constitua como um reconhecimento da importância da pesquisa na condução das políticas públicas, Angelucci *et al.* (2004) constatam que a relação entre a pesquisa e a política de educação foi, desde os primórdios, “entendida em termos rigidamente instrumentais: cabia aos pesquisadores trazer subsídios práticos à formulação e avaliação de ações oficiais no campo da educação escolar” (p. 53).

Aparecida Joly Gouveia (1971) divide didaticamente em três o período abordado em seu artigo (1940-1970), de acordo com as características da pesquisa educacional que se desenvolveu em cada um deles. O primeiro período, de 1940 à primeira metade da década de 1950, foi marcado pelo caráter

---

<sup>32</sup> No Decreto-lei 580, de 30 de julho de 1938 há a informação de que foi criado no ano anterior o Instituto Nacional de Pedagogia, por meio da Lei n. 378 de 13 de janeiro de 1937, que passa a se chamar, a partir dele, de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Este decreto está disponível em [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/b/a/b/bab4f270c94705c7698cb39425b156c61a674b8183010d2a669df22b8e4ea7d7/CBPE\\_m196p01\\_DecretoLeiOrganizacaoINEPeDecretoLeiExtincaoDivisaoEnsinoPrimarioPassandoEncargosProINEP\\_1938\\_1946.pdf](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/b/a/b/bab4f270c94705c7698cb39425b156c61a674b8183010d2a669df22b8e4ea7d7/CBPE_m196p01_DecretoLeiOrganizacaoINEPeDecretoLeiExtincaoDivisaoEnsinoPrimarioPassandoEncargosProINEP_1938_1946.pdf).

psicopedagógico das pesquisas, uma vez que esses estudos tiveram como foco os instrumentos de avaliação e de desenvolvimento psicológico e os processos de ensino. A existência de uma Divisão de Psicologia Aplicada é uma evidência da influência dos preceitos da Escola Nova no aparato governamental, e notadamente no Inep, o que pode ser observado também pela presença de Lourenço Filho, psicólogo e educador escolanovista, na direção dessa divisão (ANGELUCCI *et al.*, 2004).

Parecia haver, neste momento histórico, um clima institucional propício para a tentativa de articulação entre ensino e pesquisa, o que ainda acontecia majoritariamente em centros de pesquisa como o Instituto Bacteriológico de São Paulo (1893), Museu Paulista (1893), Instituto Butantã<sup>33</sup> (1899), Manguinhos/Oswaldo Cruz (1900), entre outros. De 1808, com a vinda da família real para o Brasil, quando foram criadas algumas escolas superiores, até pelo menos as primeiras décadas do século XX, o ensino superior seguiu o modelo das escolas isoladas de formação para profissões tradicionais, como direito, medicina e engenharias (SAMPAIO, 1991).

Nesse íterim, há a criação, em 1951, no início do segundo mandato de Getúlio Vargas, tanto do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que a partir de 1974 passa a se chamar Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, utilizando a mesma sigla, quanto da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (MARTINS, 2006, *s.p.*), que também podem ser apontados como passos iniciais importantes no percurso de estabelecimento da pesquisa científica no Brasil e que leva posteriormente à estruturação da pós-graduação em nosso país.

No que diz respeito a estas agências de fomento que se tornaram centrais para o desenvolvimento da pesquisa brasileira, o CNPq foi institucionalizado pela lei 1.310 de 15 de janeiro de 1951 com a finalidade de promover o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em todos os domínios do conhecimento, mas também recebeu a função, neste primeiro momento, de controle de ações relacionadas a energia nuclear. Entretanto, apesar dos

---

<sup>33</sup> Que ao ser fundado, em 1892, se chamava Instituto Vacinogênico Brasileiro.

[...] objetivos abrangentes, o CNPq atuou muito mais no campo da formação de recursos humanos do que no da investigação tecnológica. Contribuiu decisivamente para isso a dependência tecnológica do Brasil. Seus recursos concentraram-se, de início, na pesquisa biológica, física, química e agrônoma, mas esvaziaram-se, passando a representar de 0,28% a 0,11% do orçamento estatal entre 1956 e 1961. No governo de João Goulart suas dotações orçamentárias aumentaram, mas o golpe militar abortou essa experiência e redefiniu a atuação do CNPq. Incorporou a ele dois novos campos para o fomento à pesquisa (ciências sociais e veterinária), desvinculou-o do campo da energia atômica, concentrou sua atuação na formulação de políticas científicas e tecnológicas e restringiu sua autonomia financeira, enfatizando a necessidade de coordenar-se com outros órgãos do governo (MARTINS, 2006, *s.p.*).

Conforme mencionado anteriormente, a CAPES também nasceu em 1951, inicialmente como Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, apresentando como objetivo principal o de capacitar os e as trabalhadores e trabalhadoras de nível superior, em particular o corpo docente das universidades, para atender às necessidades de desenvolvimento do país. Na ocasião de sua fundação, respondia diretamente à presidência da república e estava vinculada ao Ministério da Educação. Entre 1951 e 1964, seu secretário-geral foi Anísio Teixeira, um entusiasta da iniciativa e, “apesar do orçamento modesto – dez vezes inferior ao do CNPq –, tornou-se a primeira agência a apoiar as ciências sociais” (MARTINS, 2006, *s.p.*).

Em 1956<sup>34</sup>, de acordo com a divisão anteriormente proposta por Gouveia (1971), tem início um segundo período com a instalação e o funcionamento do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE), sediado no Rio de Janeiro, então capital do país, e de outros cinco Centros Regionais de Pesquisa Educacional (CRPE), sediados em Minas Gerais, São Paulo, Recife, Bahia e no Rio Grande do Sul<sup>35</sup>. Ainda que a pesquisa em educação continuasse sendo vista como uma maneira privilegiada de atingir fins governamentais, há uma mudança com relação ao primeiro período: com a consolidação do nacional-

---

<sup>34</sup> Apesar de Gouveia (1971) afirmar que o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os centros regionais foram criados em 1956, na verdade isso aconteceu ainda ao final de 1955, por meio do Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955, que instituiu o CBPE e os CRPE's. O decreto pode ser acessado em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38460-28-dezembro-1955-334313-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

<sup>35</sup> Estão disponíveis no Arquivo Histórico do Inep muitos documentos históricos sobre o CBPE e os CRPE's, abrangendo desde atas de reunião até transcrição de discursos de Anísio Teixeira. Eles estão disponíveis *online* no endereço <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/>>.

desenvolvimentismo, se tratava de “mapear a sociedade brasileira de modo a fornecer dados a uma política educacional que alavancasse o progresso econômico do país, levando em conta as diferenças regionais” (ANGELUCCI *et al.*, 2004, p.53-54). Se no primeiro período as pesquisas, em sua maioria, expressavam a influência da psicologia, neste estiveram em evidência as ciências sociais – ainda que numa perspectiva funcionalista – pois, sob a responsabilidade de sociólogas/os e antropólogas/os, foram produzidas “monografias, ‘surveys’ e tentativas de análises macroscópicas em que o foco de atenção são as relações entre a escola, ou o sistema escolar, e certos aspectos da sociedade local, regional e nacional” (GOUVEIA, 1971, p. 3-4).

Entre os últimos dias de março e os primeiros de abril de 1964 se instaura o processo que ficou conhecido como golpe militar brasileiro, implantando um governo autoritário de caráter nacionalista e de alinhamento político e ideológico aos Estados Unidos, num contexto internacional mais amplo da chamada Guerra Fria e, em nível latino-americano, de outros golpes da mesma natureza. Foi fruto da materialização da aliança entre a classe média urbana, a elite brasileira, os militares, a Igreja e a imprensa, com o apoio internacional dos Estados Unidos, para derrubar João Goulart, que havia sido democraticamente eleito vice-presidente nas eleições de 1961. Ele já havia enfrentado uma tentativa de impedimento de sua posse quando da renúncia do presidente eleito, Jânio Quadros, e, mesmo conseguindo assumir, enfrentou um governo tumultuado, que culminou neste episódio de nossa história, que duraria até meados dos anos 1980. Neste contexto sociopolítico, inicia-se o terceiro período apontado por Aparecida Joly Gouveia, que vai de 1964 – ano do golpe militar – até 1970, cuja característica predominante das pesquisas realizadas, muitas delas no âmbito do Inep, era a proximidade com os temas da economia.

A educação passou a ser assunto exclusivamente técnico. Dominam soluções tecnicistas para os problemas do ensino, tendo em vista garantir rapidez e eficiência à escolarização de parte maior da população, na proporção dos interesses da internacionalização do mercado interno. Daí o prestígio dos testes psicológicos e pedagógicos; das máquinas de ensinar e da instrução programada; das taxonomias dos objetivos do ensino; do condicionamento operante na escola; do planejamento do ensino em termos de *input* (competências e habilidades iniciais do aprendiz); processamento (o ensino) e *output* (os objetivos a serem atingidos), tudo isso detalhado em

Guias Curriculares que, elaboradas nos órgãos centrais, chegavam às escolas como roteiro a ser cumprido (ANGELUCCI *et al.*, 2004, p. 54)

A concepção econômica predominante neste momento é a da teoria do capital humano, na qual a educação, reduzida a esta perspectiva tecnicista, é vista de maneira estratégica para o crescimento do país e entendida enquanto meio para o tipo de desenvolvimento técnico-científico valorizado pelo Estado autoritário. As pesquisas continuam sendo realizadas, em sua maioria, nos órgãos governamentais e não no interior das universidades, e ainda neste momento a maior parte dos trabalhos realizados por docentes nas universidades é resultado de esforços individuais “relacionados com interesses intelectuais ou acadêmicos. A pesquisa é praticamente negligenciada nos orçamentos das universidades e, em geral, desempenha papel secundário na carreira do professor universitário” (GOUVEIA, 1971, p. 10).

A década de 1960 marca a trajetória da tentativa de institucionalização – ao menos na esfera legal – da pós-graduação no Brasil, aí sim via universidade. Embora já existissem cursos considerados livres antes disso, apenas em 1965 foi apresentado pelo Conselho Federal de Educação - CFE, atendendo a pedido do então Ministro da Educação Moniz Aragão, o Parecer nº 977, que versava sobre o artigo 69 da Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente na época. Este artigo da LDB tratava dos cursos oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior de forma vaga e sem aprofundamento, ensejando elucidações. Coube então ao Parecer nº 977, alcunhado “Parecer Sucupira”, conceituar e normatizar os cursos de pós-graduação no Brasil e o fez “caracterizando-os em dois tipos: *stricto sensu* e *lato sensu*. Não havia, antes disso, diferenciação e menção explícita ao mestrado e doutorado, cujas concepções e estruturas consolidaram-se a partir daquele ano” (PILATI, 2006, p. 8). Surgiu, em 1965, o primeiro curso de mestrado em educação, oferecido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, mas a primeira tese só seria defendida em novembro de 1970 na Universidade Federal de Santa Maria (CUNHA, 1979, p. 4).

Em 1968, foi aprovada a Lei nº 5.540 de 28 de novembro, denominada “Lei da Reforma Universitária”, decorrente de alguns fatos principais que culminaram neste ato de institucionalização do ensino de pós-graduação no

Brasil, como o Parecer Sucupira, já citado, e desdobramentos do polêmico acordo entre o MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID (sigla para *United States Agency for International Development*, em inglês)<sup>36</sup>. Essa lei, que fixava as normas de organização e funcionamento do ensino superior, estabeleceu que “o modelo de Instituição de Educação Superior (IES) passa a ser a universidade e esta é definida como a instituição produtora de conhecimento, via pesquisa” (MOROSINI, 2009, p. 128).

A influência externa se destacou como uma das marcas importantes na história da graduação e da pós-graduação no Brasil. Os modelos mais influentes foram o norte-americano e o francês<sup>37</sup> tanto na institucionalização da pós-graduação, tal como expressa o conteúdo “do parecer n. 977/65, como na constituição/criação autônoma das universidades brasileiras, que se serviram de intelectuais estrangeiros para implantar ou consolidar cursos de graduação e pós-graduação” (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 536). Com relação aos EUA, essa influência adquire também outros contornos, que se tornam bastante explícitos no episódio já citado do acordo MEC/USAID. Outra característica forte, também relacionada a esta ocorrência, tem a ver com a gênese do ensino superior e da pós-graduação brasileiros durante o regime militar, pois as políticas implementadas no período materializavam uma “filosofia de ação tecnicista apoiada em um tipo de regulação própria de regimes de exceção”, além de, como já foi dito, “se basearem no modelo norte-americano, país que procurava estabelecer controles sobre as sociedades periféricas – como era o nosso caso” (CUNHA, 1991, p.59-60).

No final da década de 1960 existiam no Brasil 11 cursos de doutorado e 27 de mestrado em funcionamento, e “os primeiros cursos de doutorado, instalados antes da regulamentação, concentravam-se na Biologia, Física, Matemática e Química, enquanto no mestrado distribuía-se de modo mais

---

<sup>36</sup> O acordo MEC/USAID foi alvo de grande polêmica, pois mesmo tendo sido assinado em 23 de junho de 1965, as primeiras informações oficiais, após pressão popular, só foram disponibilizadas ao final de 1966, e ainda assim com inconsistências e de forma parcial. Sobre o assunto, vale a pena conferir Alves (1968).

<sup>37</sup> Em artigo que trata de sua experiência na França, nos EUA e no acompanhamento da instalação dos primeiros programas de pós-graduação no país, Lüdke (2005) enxerga uma hibridez na pós-graduação brasileira, constatando que o Brasil conseguiu avançar na construção de uma proposta autóctone baseada nas melhores soluções apresentadas por estes sistemas, considerados mais maduros que o nosso.

disperso pelas áreas do conhecimento” (VELLOSO, 2002, p. 35). A intenção, naquele momento histórico, com a proposta deste modelo sequencial e com cursos independentes, era que o mestrado fizesse a qualificação de pessoal para a atuação no ensino superior e o doutorado, além disso, formasse a/o pesquisador/a altamente habilitada/o para a atuação científica, o que delineia os contornos de um projeto de nação e de ciência e também confirma a relevância dada a algumas áreas do conhecimento em detrimento de outras. É importante frisar, porém, que estudiosas e estudiosos do tema afirmam que “a institucionalização da pós-graduação no Brasil pela via legal, como era de se esperar, não foi suficiente para atingir os objetivos traçados naquele momento” (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p.536).

Também apoiado no trabalho de Aparecida Joly Gouveia, Cunha (1979, p. 4) reconhece, ainda, um quarto período, iniciado em 1971, apresentando como característica marcante a importância dos programas de pós-graduação. A década de 1970 foi importante para a pós-graduação brasileira porque foi o período de sua estruturação e, por isso, pelo volume de políticas públicas propostas para a área. Destacando apenas alguns destes atos, com maiores desdobramentos na análise proposta aqui, em 1973 houve a criação de um grupo de trabalho para estabelecer as medidas iniciais para a constituição das políticas da pós-graduação brasileira. No ano de 1974 instituiu-se por meio do decreto nº 73.411, de 4 de janeiro, o Conselho Nacional de Pós-Graduação, um órgão colegiado interministerial “cujas funções giravam em torno da formulação da política de pós-graduação e sua execução” (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 537) e em 1975 foi lançado o Programa de Pós-Graduação em Educação, “um programa especial concebido com a intenção de institucionalizar um sistema na área, consolidar cursos existentes, melhorar a qualidade do ensino, aumentar a rentabilidade e controlar sua expansão” (CAPES, 1975 *apud* FERREIRA, 1999).

Neste íterim foi ainda formulado o I Plano Nacional de Pós-Graduação – PNGP com vigência entre 1975-1979. Analistas afirmam que este plano

[...] retomou as funções gerais da pós-graduação formar professores para o magistério universitário, a fim de atender à expansão do ensino superior em quantidade e qualidade; formar pesquisadores para maior incremento do trabalho científico e preparar profissionais de nível elevado, em função da demanda de mercado de trabalho nas instituições privadas e públicas.

Tudo isso considerando que o sistema de pós-graduação, exercendo adequadamente suas funções, conseguiria chegar ao objetivo fundamental de transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes. Os destaques principais da política de pós-graduação nesse documento eram a capacitação dos docentes das universidades e a integração da pós-graduação ao sistema universitário, além da preocupação com as ciências básicas e com as disparidades regionais, que deveriam ser evitadas (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 537).

Durante os estudos realizados para a elaboração do I PNPG a CAPES previu a constituição de associações dos cursos de pós-graduação. No que diz respeito à área da educação, em 1976, os/as coordenadores/as dos programas de mestrado da “UFC, UFPE, UFRJ, UFMG, UFF, UFSCAR, UFBA, UnB, UFRGS, PUC-RS, PUC-RJ e FGV-IESAE reuniram-se no Rio de Janeiro para discutir as bases para a organização, funções e funcionamento da associação” (HEY, 2008, p. 140-141). Entre o final de 1976 e o início de 1977 o anteprojeto para o estatuto da ANPEd foi redigido em um grupo de trabalho formado pelos/as coordenadores/as das instituições de ensino superior do Rio de Janeiro. Segundo Carvalho (2001), essa comissão era composta por Lyra Paixão (UFRJ), Célia Frazão Soares Linhares (UFF), Sérgio Fernandes (FGV/IESAE) e José Carmelo Carvalho (PUC-Rio) e contou também com a colaboração de Vera Candau. Eles seguiram a seguinte sistemática de trabalho:

Os quatro coordenadores dos cursos de mestrado em educação do Grande Rio reuniram-se rotativamente, nas diversas instituições, por cinco vezes, entre os meses de setembro de 1976 e março de 1977. As atividades desse grupo de trabalho, para a elaboração de um anteprojeto de estatuto para a ANPEd, calcaram-se largamente no estatuto da congênere ANPEC e na ficha de inscrição do CGC da mesma. Essencialmente, esse grupo de estudo procurou “reler”, sob a ótica específica dos programas da PG/EDU, os temas e artigos do estatuto da ANPEC (CARVALHO, 2001, p. 136)<sup>38</sup>.

Essa versão foi encaminhada para a CAPES, que a engavetou até o ano seguinte. Por fim, em 1978 aconteceu, entre 14 e 16 de março, a reunião para a

---

<sup>38</sup> Consta na versão citada e reproduzida na seção Documentos da Revista Brasileira de Educação que este texto foi publicado originalmente no *Boletim ANPEd*, v.8, n. 3-4, p. 3-7, jul./dez. 1988.

formalização da fundação da ANPEd, na FGV-lesae<sup>39</sup>, que contou com a participação de 34 representantes dos programas de pós-graduação em educação existentes até então: seis representantes do FGV/IESAE, três da UFRJ e da PUC-Rio, dois da UnB, UNICAMP, PUC/SP, UFSM, UFRS, UFPB, UFMG, UFF; um da UFC, UFPE, UFSC, UFPR, UFBA, PUC/RS (CARVALHO, 2001). Assim, a data considerada como de fundação da ANPEd é 16 de março de 1978.

A própria Maria Julieta Costa Calazans, que fez parte da diretoria da ANPEd como Secretária-Geral de 1978 a 1981 e depois como Presidenta, no período 1981-1983, assume que esse processo não se deu sem conflitos. Segundo ela, existiu

[...] uma discordância muito forte do grupo da UFRJ, que não aceitou a ANPEd como foi criada e nunca participou. Quando assumimos a criação da associação (porque praticamente assumi junto com o Jacques e com um grupo muito pequeno), houve reações estranhas. Havia gente que achava que havíamos nos promovido para fazer aquilo. Nos acusavam de fundar um sindicato da pós-graduação. Achavam que tínhamos estruturado a ANPEd de surpresa, que tínhamos feito um tanto escondido e tal. [...] Na proposta delas, a associação teria o papel de assessoria à CAPES; nós propusemos uma associação da categoria. Eu vinha de uma militância sindical, estava habituada a esse tipo de coisa; na Europa meu trabalho também foi ligado ao sindicalismo. Por isso via a ANPEd como algo mais liberto, até porque não é possível você ficar com uma categoria profissional subordinada às instâncias do Estado. Quem virou a mesa foi o Arroyo: “Se a associação é nossa, é nossa!”. O divisor de água dessa história foi termos assumido não só os programas como sócios, como era a proposta da CAPES, mas também professores e pesquisadores, e mais tarde pós-graduandos (BIANCHETTI; FÁVERO, 2005).

Por isso, ainda com relação ao contexto de surgimento e consolidação da ANPEd, evocamos Calazans (1995), Carvalho (2001), Ferraro (2005), Bianchetti (2005), Sousa e Bianchetti (2007) e Santos (2011), principalmente, com suas valiosas contribuições para a discussão de um tema que muito importa para a abordagem teórico-metodológica adotada por nós: a de autonomia da

---

<sup>39</sup> Recomendamos a leitura da entrevista concedida a Bianchetti e Fávero (2005, p. 154-155) na qual Maria Julieta Calazans discorre sobre a atuação nacional do programa de mestrado da FGV/IESAE neste momento histórico. Talvez isso seja parte da explicação para o grande número de representantes desta instituição nos primeiros movimentos relacionados à criação da ANPEd. Nesta mesma entrevista, ela fornece detalhes de todos os momentos elencados de forma breve aqui.

associação. Considerando que o papel do Estado para a constituição das associações de pós-graduação é incontestável, uma vez que foi o poder público que incentivou, patrocinou e impulsionou as associações de pós-graduação e que, segundo Santos (2011), a intenção da CAPES – ao fomentar a instituição da ANPEd (e das demais associações de pós-graduação) –, era interligá-la “ao sistema de direção do PNPG, constituindo-a como entidade representativa, reguladora e instituidora da pós-graduação em Educação no Brasil” (p. 46), nos pareceu oportuno acompanhar mais de perto as iniciativas relacionadas à entidade neste sentido.

Apesar disso, os relatos de suas/seus fundadoras/es apontam que as primeiras movimentações em torno da ANPEd já demonstravam que ela caminharia em uma direção que reivindicaria sua autonomia frente ao governo autoritário de então. Carvalho (2001) relata, por exemplo, que existia a intenção por parte da CAPES de que a ANPEd se espelhasse na ANPEC, uma vez que o modelo para a formatação da associação da educação era este. Entretanto, já na sessão plenária para a aprovação do estatuto, no dia 16 de março de 1978, “aflorou o questionamento sobre o grau de institucionalização da ANPEd como órgão atuante junto à CAPES, no desenvolvimento do Plano Nacional de Pós-Graduação em Educação” (CARVALHO, 2001, p. 137).

É neste sentido que Maria Julieta Calazans faz questão de distanciar as associações de pós-graduação, dentre elas a ANPEd, dos objetivos político-pedagógicos dos governos militares, os principais impulsionadores das políticas estruturadoras da nascente pós-graduação brasileira e suas entidades representativas. Na entrevista a Bianchetti e Fávero já citada Calazans analisa que a CAPES

[...] tinha interesse de apoiar a ANPEd porque ela poderia ser um veículo de crescimento da pós-graduação. A ANPEd ganhou um certo interesse por ser esse veículo de crescimento. Por exemplo, na primeira Conferência Brasileira de Educação (I CBE), em 1980, percebemos a primeira demonstração disso. Não teve CAPES para organizar nada. A CBE foi organizada pela ANPEd e por outras associações que vieram conosco: o CEDES [Centro de Estudos em Educação e Sociedade], da UNICAMP, e a ANDE [Associação Nacional de Educação] de São Paulo. Portanto, não foi uma reunião oficial. [...] A ANPEd nunca foi tutelada pela CAPES. Em nenhum momento (BIANCHETTI; FÁVERO, 2005a, p.157).

Juracy C. Marques, também em situação de entrevista publicada na edição da Revista Brasileira de Educação que comemorava os 30 anos da ANPEd, complementa essa visão. Para ela, a

[...] CAPES deu muita liberdade, tanto é que quem coordenou a reunião foi uma colega, Vera Candau, escolhida pelo grupo. A CAPES pagou passagens, pagou diárias, mandou o representante, mas foi como se dissesse 'agora vocês se virem'. Havia muita liberdade, e essa liberdade fez emergir as questões políticas que estavam subjacentes nos diálogos que se travavam. Costumávamos dizer que tínhamos apoio financeiro da CAPES, tínhamos apoio técnico dos professores mais experientes, que em geral eram da USP ou da PUC-Rio, que também tinha uma boa tradição de pesquisa em pós-graduação, mas que precisávamos criar entre nós uma rede de apoio afetivo. [...] a ANPEd, na sua origem, é extremamente democrática (BIANCHETTI, 2005, p. 146).

Assumindo uma posição que reforça estes depoimentos, Carvalho (2001) afirma que na sessão de aprovação do estatuto advogou-se que

[...] a ANPEd exercesse função instituinte, como representante da sociedade civil, ecoando mais as necessidades e interesses dos corpos docentes, discentes e de pesquisadores. Argüiu-se contra a função de uma ANPEd muito interligada ao sistema de direção do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Criticou-se ainda o critério da representatividade institucional através dos coordenadores, na suposição dos vínculos técnico-administrativos destes com o sistema de poder interno às instituições e externamente dependentes do PNPG. Reivindicou-se, assim, uma postura mais *instituinte* para a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação. E esta delegação de uma representatividade mais crítica através da ANPEd foi a tônica do mandato atribuído à primeira diretoria da Associação, eleita por um ano, e, em termos gerais, o espírito do estatuto então aprovado (p. 138, grifado no original).

Como podemos perceber, a narrativa sobre a “ANPEd instituinte” é recorrente entre os pioneiros e pioneiras ao se pronunciarem sobre a origem da entidade, o que revela que essa é uma questão cara a elas/es. A reafirmação dessa postura autônoma da ANPEd e seu papel de representante da sociedade civil marca a “representatividade mais crítica” apontada por essas e esses pesquisadores/as quando comparada à já mencionada ANPEC e exprime também a intenção de distanciar a entidade dos objetivos didático-pedagógicos dos governos militares, o que nem sempre foi possível. Segundo Juracy C. Marques:

Em determinado momento a associação foi vista como mais um órgão do governo, de burocratização, de imposição, de orientação, de fiscalização. Os professores não queriam ser representantes da ANPEd, não queriam participar das reuniões, porque as reuniões eram dominadas por três ou quatro figuras que se confrontavam, tendo subjacente a questão de mais ou menos marxismo dentro das propostas envolvidas. E, naturalmente, havia uma rejeição total: não é marxista, não interessa, e boicota, e mina, e tira, e assim por diante. E se estabelecem lutas acirradas. Com isso se cria a ideia de que a educação é sobretudo política, e as pessoas começam a se antenar nos aspectos políticos da educação. Criam grupos de militância política dentro da pós-graduação, e isso fortalece, num certo sentido, e enfraquece no outro (BIANCHETTI, 2005, p.144).

Ou seja, este depoimento serve como ilustração de que, por mais que a intenção das/os pesquisadoras/es notórias/os fosse a de afastar a ANPEd do regime de exceção em voga, era esperado que existissem dúvidas e questionamentos quanto à motivação das agências governamentais de ensino e pesquisa e mesmo das e dos pesquisadoras/es que não mostravam uma postura de enfrentamento ao *status quo* vigente. Isso mostra que as batalhas pela dominação simbólica, fruto de entendimentos diferenciados sobre a situação política do país e sobre a pesquisa e a pós-graduação em educação neste contexto, não se resumiam às questões puramente acadêmicas ou científicas, mas emergiam da atribulada relação entre política e educação que existe de forma perene neste campo do conhecimento.

Em 1981, na 4ª Reunião Anual da ANPEd há, com a aprovação de novo estatuto, a institucionalização dos Grupos de Trabalho. Neste primeiro momento, são criados 8 GT's: Educação de 1º grau; Educação de 2º grau; Educação Superior; Educação Popular; Educação e Trabalho; Educação Rural; Educação e Linguagem e Educação Pré-Escolar. Esses GT's são instalados na reunião nacional do ano seguinte, com eleições de coordenadores e apresentação de relatórios, e são propostos mais dois GT's: Metodologia e Didática e Orientação Educacional e Profissional (BOLETIM DA ANPEd, 1986, p. 2)<sup>40</sup>. Foi também a partir daí que o termo *pesquisa* passou a compor o nome da Associação.

---

<sup>40</sup> Segundo Souza (2019), no que diz respeito à época de criação de GT's, em 1986 foram criados dois GTs (Estado e Política Educacional e Currículo) e em 1987 surge o GT Trabalho e Educação. Na década de 1990, foram criados os GTs Didática, Sociologia da Educação, Educação e Comunicação, Filosofia da Educação, Educação de Pessoas Jovens e Adultas,

Extrapolamos nossos objetivos a realização de um longo e exaustivo estudo sobre cada um dos anos de existência da ANPEd. Desse modo, agora que já realizamos uma breve incursão sobre os anos iniciais da associação, seu contexto e alguns desdobramentos, destacamos os momentos citados por Maria Malta Campos<sup>41</sup> em entrevista concedida a Sousa e Bianchetti (2007)<sup>42</sup>, que divide em três os períodos relevantes da história da ANPEd a partir da década de 1980 no que diz respeito ao posicionamento de seus associados e associadas. Segundo ela houve, inicialmente, a adoção de

[...] uma postura mais combativa, que se intensificou durante a Assembleia Nacional Constituinte, no final dos anos de 1980. Havia coesão e identidade entre os associados, em torno de propostas sobre o capítulo da educação na Constituição Federal e, posteriormente, para a Lei de Diretrizes e Bases. Já num segundo momento, nos anos de 1990, é possível identificar cisões internas à entidade, de natureza partidária. Às questões comuns emergiam respostas divergentes que expressavam preferências partidárias, e essas divergências interferiram na construção de perspectivas coletivas. E, num terceiro momento, iniciado com o primeiro Governo Lula, no qual parece ter havido recuo em posicionamentos e propostas da associação, arrefecendo tanto o debate interno, quanto o externo (SOUSA; BIANCHETTI, 2007, p. 395).

A divisão proposta pela pesquisadora enfatiza novamente a combatividade democrática outorgada à ANPEd ao destacar a coesão de seus membros e membras em torno do processo de aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96. Durante a década de 1990, entretanto, aponta também para as divergências ocasionadas pelas polarizações políticas expressas pelas preferências partidárias. Depois, a partir de 2003, com o início do primeiro

---

Educação Matemática e Psicologia da Educação. Nos anos 2000 foram criados os GTs Educação e Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental, Gênero, Sexualidade e Educação e, por último, Educação e Arte.

<sup>41</sup> Maria Malta Campos é uma renomada pesquisadora da área da educação, cuja vinculação institucional é a de pesquisadora sênior do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Abrange em suas pesquisas as áreas de educação infantil, qualidade da educação e política educacional. Ainda, segundo o texto que nos serviu de referência, “foi coordenadora do grupo de trabalho Educação de Crianças de 0 a 6 anos, vice-presidente da ANPEd no biênio 1993-1995 e presidente nos biênios 1995-1997 e 1997-1999, quando foi também editora responsável da Revista Brasileira de Educação. Participou do Comitê Assessor de Educação do CNPq no período 1989-1991, tendo sido sua coordenadora em 1990-1991. Participou do Comitê Científico da ANPEd em 1993-1995” (SOUSA; BIANCHETTI, 2007, p. 409).

<sup>42</sup> O artigo em pauta é resultado do debate ocorrido em São Paulo na Fundação Carlos Chagas, nos dias 7 e 8 de março de 2007, por ocasião da comemoração dos 30 anos da ANPEd.

governo Lula<sup>43</sup>, fala sobre a percepção de um abrandamento das atuações de atores e atrizes tanto no que dizia respeito à ANPEd quanto num âmbito ampliado. O processo de “estatização” da organização de trabalhadoras/es em sindicatos e partidos sob o governo Lula é um tema expressivo quando se trata dos movimentos sociais e sindicais (DRUCK, 2006) e, de acordo com a entrevistada, este movimento parece ter atingido as entidades científicas como a ANPEd<sup>44</sup>.

Como subsídio para a análise que segue, no Quadro 1 consta uma sistematização de dados relevantes sobre as reuniões científicas/anuais/nacionais<sup>45</sup> da ANPEd até os dias atuais:

**Quadro 1:** Sistematização de informações sobre as reuniões nacionais desde a fundação da ANPEd (1978-2021)

Reunião	Data	Local	Tema central
1 <sup>a</sup>	Agosto de 1978	Fortaleza/CE Universidade Federal do Ceará – UFC	Concepção do mestrado no Brasil
2 <sup>a</sup>	12, 13 e 14 de março de 1979 <sup>46</sup>	São Paulo/SP Pontifícia Universidade Católica-PUC/SP	Doutoramento no Brasil
3 <sup>a</sup>	31 de março a 3 de abril de 1980	São Paulo/SP Pontifícia Universidade Católica-PUC/SP	Política educacional
4 <sup>a</sup>	Março de 1981	Belo Horizonte/MG Fundação João Pinheiro	Núcleos temáticos em pesquisa educacional
5 <sup>a</sup>	10 a 13 de março de 1982	Rio de Janeiro/RJ Universidade Santa Úrsula	Ensino Superior
6 <sup>a</sup>	2 a 4 de março de 1983	Vitória/ES Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	A proposta pedagógica da pós-graduação em educação no Brasil
7 <sup>a</sup>	23 a 25 de maio de	Brasília/DF	O doutorado em

<sup>43</sup> Luís Inácio Lula da Silva foi o 35º presidente do Brasil, quando governou o país por 8 anos no período entre 2003 e 2010, tendo sido eleito novamente nas eleições de 2022.

<sup>44</sup> Essa perspectiva da “estatização” das organizações de trabalhadores estabelece relações com o tema da institucionalização das demandas advindas dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e será explorada de forma aprofundada mais à frente neste texto.

<sup>45</sup> Calazans (1995) se refere a todas as reuniões ocorridas de 1978 a 1995 como reuniões anuais, mas no *site* da ANPEd as 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> reuniões são nomeadas como “científicas”. A partir da 36<sup>a</sup> reunião, ocorrida na Universidade Federal de Goiás, em 2013, a reunião deixou de ser chamada de anual para ser nomeada como nacional, uma vez que depois deste ano ela passou a ser realizada bianualmente, de forma alternada com as reuniões regionais.

<sup>46</sup> A informação das datas exatas desta reunião foi obtida no Boletim da ANPEd, v.1, n.2, março/abril de 1979.

	1984	Universidade de Brasília	de educação no país
<b>8<sup>a</sup></b>	13 a 15 de maio de 1985 <sup>47</sup>	São Paulo/SP Pontifícia Universidade Católica-PUC/SP	A pesquisa nos cursos de mestrado e doutorado em educação no Brasil
<b>9<sup>a</sup></b>	11 a 15 de maio de 1986	Rio de Janeiro/RJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Educação e constituinte
<b>10<sup>a</sup></b>	11 a 15 de maio de 1987	Salvador/BA Universidade Federal da Bahia - UFBA	Educação brasileira: dos dispositivos constitucionais às diretrizes e bases
<b>11<sup>a</sup></b>	Abril de 1988	Porto Alegre/RS Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Em direção às diretrizes e bases da educação nacional
<b>12<sup>a</sup></b>	8 a 12 de maio de 1989	São Paulo/SP Universidade de São Paulo - USP	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB
<b>13<sup>a</sup></b>	15 a 19 de outubro de 1990	Belo Horizonte/MG Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Neoliberalismo e educação, ciência & tecnologia
<b>14<sup>a</sup></b>	1º a 3 de setembro de 1991	São Paulo/SP Universidade de São Paulo - USP	Política Nacional de Educação <sup>48</sup>
<b>15<sup>a</sup></b>	13 a 15 de setembro de 1992	Caxambu/MG	Educação 92
<b>16<sup>a</sup></b>	12 a 16 de setembro de 1993	Caxambu/MG	Educação – Paradigmas, avaliação e perspectivas
<b>17<sup>a</sup></b>	23 a 27 de outubro de 1994	Caxambu/MG	Ética, ciência e educação
<b>18<sup>a</sup></b>	17 a 21 de setembro de 1995	Caxambu/MG	Poder, política e educação
<b>19<sup>a</sup></b>	Setembro de 1996	Caxambu/MG	A política de educação no Brasil: globalização e exclusão social
<b>20<sup>a</sup></b>	Setembro de 1997 <sup>49</sup>	Caxambu/MG	Educação, crise e mudança: tensões entre a pesquisa e a política
<b>21<sup>a</sup></b>	Setembro de 1998	Caxambu/MG	Conhecimento e poder: em defesa da universidade pública
<b>22<sup>a</sup></b>	Setembro de 1999	Caxambu/MG	Diversidade e

<sup>47</sup> Em Calazans (1995) consta a data de “13 a 15 de maio de 1984”, mas acreditamos que se trata de um equívoco, uma vez que em 1984 ocorreu a 7ª Reunião Anual. Além disso, no *site* da ANPEd há a indicação de que a 8ª Reunião Anual ocorreu em maio de 1985.

<sup>48</sup> Calazans (1995) aponta que a 14ª reunião Anual da ANPEd ocorreu de forma diferenciada das demais, por estar integrada na programação da 6ª CBE.

<sup>49</sup> Não encontramos a informação sobre as datas exatas da 19ª, 20ª, 21ª e 22ª reuniões no *site* da ANPEd ou em outra fonte. Felizmente no artigo de Souza (2019) pudemos confirmar seus respectivos temas.

			desigualdade: desafios para a educação na fronteira do século
<b>23<sup>a</sup></b>	24 a 28 de setembro de 2000	Caxambu/MG	“A educação não é privilégio”: centenário de Anísio Teixeira
<b>24<sup>a</sup></b>	7 a 11 de outubro de 2001	Caxambu/MG	Intelectuais, conhecimento e espaço público
<b>25<sup>a</sup></b>	29 de setembro a 2 de outubro de 2002	Caxambu/MG	Educação: manifestos, lutas e utopias
<b>26<sup>a</sup></b>	5 a 8 de outubro 2003	Poços de Caldas/MG	Novo Governo. Novas Políticas?
<b>27<sup>a</sup></b>	21 a 24 de novembro de 2004	Caxambu/MG	Sociedade, democracia e educação: qual universidade?
<b>28<sup>a</sup></b>	16 a 19 de outubro de 2005	Caxambu/MG	40 anos de pós-graduação em educação no Brasil
<b>29<sup>a</sup></b>	15 a 18 de outubro de 2006	Caxambu/MG	Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos
<b>30<sup>a</sup></b>	7 a 10 de outubro de 2007	Caxambu/MG	ANPEd: 30 anos de pesquisa e compromisso social
<b>31<sup>a</sup></b>	19 a 22 de outubro de 2008	Caxambu/MG	Constituição brasileira, direitos humanos e educação
<b>32<sup>a</sup></b>	15 a 18 de outubro de 2009	Caxambu/MG	Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos
<b>33<sup>a</sup></b>	17 a 20 de outubro 2010	Caxambu/MG	Educação no Brasil: o balanço de uma década
<b>34<sup>a</sup></b>	02 a 05 de outubro de 2011	Natal/RN Centro de Convenções de Natal/RN	Educação e justiça social
<b>35<sup>a</sup></b>	21 a 24 de outubro de 2012	Porto de Galinhas/PE Centro de Convenções do Hotel Armação	Educação, Cultura, Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento: o Brasil do Século XXI
<b>36<sup>a</sup></b>	29 de setembro a 02 de outubro de 2013	Goiânia/GO Universidade Federal de Goiás - UFG	Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais
<b>37<sup>a</sup></b>	4 a 8 de outubro de 2015	Florianópolis/SC Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	PNE: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira
<b>38<sup>a</sup></b>	01 a 05 de outubro de 2017	São Luís/MA Universidade Federal do Maranhão - UFMA	Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto

			de resistência
39 <sup>a</sup>	20 a 24 de outubro de 2019	Niterói/RJ Universidade Federal Fluminense - UFF	Educação pública e pesquisa: ataques, lutas e resistências
40 <sup>a</sup>	17 a 22 de outubro de 2021	Belém/PA Universidade Federal do Pará – UFPA <sup>50</sup>	“Educação como prática de liberdade”: cartas da Amazônia para o mundo!

**Fonte:** Sistematização de informações retiradas de Calazans (1995), Santos (2007), Souza (2019) e do *site* da ANPEd (<https://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>).

As informações disponíveis no Quadro 1 permitem que acompanhem as movimentações em torno da ANPEd e das reuniões anuais/nacionais ao longo do tempo. Com relação aos temas delas, Maria Antônia de Souza (2019) propõe que os dividamos em cinco blocos: o primeiro, de 1978 a 1985; o segundo, de 1986-1989; o terceiro, de 1990 a 1998; o quarto, de 1999 a 2012<sup>51</sup> e o quinto de 2013 em diante. A partir dessa divisão é possível notar a evidente relação entre os temas das reuniões e um contexto mais amplo no que concerne aos rumos políticos do país, à consolidação da educação nacional e aos desafios sociais enfrentados pelo Brasil nos diferentes momentos históricos.

As oito primeiras reuniões (1978-1985) são voltadas para assuntos de interesse endógeno, por assim dizer, pois bastante relacionados à pós-graduação e à pesquisa em educação. Souza (2019) atribui isso ao fato de que, neste período, muitas universidades brasileiras estavam estruturando seus programas de pós-graduação em educação, o que explicaria o destaque para a “política educacional com o olhar voltado para a pós-graduação *stricto sensu*, para os núcleos temáticos na pesquisa educacional, para o ensino superior e para a proposta pedagógica da pós-graduação em educação” (SOUZA, 2019, p. 11). Além disso, esse foi o momento de estruturação da própria entidade, o que também pode explicar a escolha pelos temas mais diretamente ligados aos dilemas dos programas de pós-graduação como uma tentativa de criar uma visão da ANPEd e dos programas mais antigos como uma rede de apoio para as

<sup>50</sup> Apesar de possuir uma sede física, a maior parte da 40<sup>a</sup> reunião ocorreu *online*, num formato ampliado, com atividades que abarcaram os meses de setembro e outubro de 2021.

<sup>51</sup> Souza (2019, p. 14) menciona que o 4<sup>o</sup> período analisado por ela abrange os anos de 1999 a 2011, mas se trata de um equívoco. Na verdade, pelo Quadro mostrado, é possível verificar que vai até a 35<sup>a</sup> Reunião, que aconteceu em 2012.

coordenações dos programas mais novos e garantir a adesão deles, avaliando assim a existência da própria entidade.

Num segundo momento, entre 1986 e 1989, é explícita a preocupação com a Constituinte então em marcha, com foco na educação pública no contexto de transição democrática. Uma iniciativa forte deste período é a coalizão formada pela ANPEd e outras entidades<sup>52</sup>, materializada na criação do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública (FNDEP) na IV Conferência Brasileira de Educação. Esse fórum teve um papel político imensurável e fundamental, tanto na Constituinte quanto posteriormente, no processo de discussão, tramitação e aprovação da LDB, no sentido de que

[...] procurava manter as organizações coesas em torno da luta pela escola pública, reivindicando o financiamento público exclusivo para as instituições públicas de ensino, que, por meio do amplo e profundo questionamento da estrutura capitalista, procurava manter vivo o debate ideológico entre o público e o privado na educação brasileira (BOLLMANN; AGUIAR, 2017, p. 412).

Essa iniciativa é estratégica, pois a aliança de movimentos com interesses afins fortalece e amplia o alcance e a visibilidade da pauta defendida por eles. Por isso, da mesma forma, evidenciamos a aliança formada entre a ANPEd e demais entidades mencionadas por Ferraro (2005) para enfrentar os desafios impostos à ciência e à tecnologia no governo de Fernando Collor de Mello e de Itamar Franco:

[...] a relação da ANPEd com a SBPC e com as demais entidades científicas ampliou-se e aprofundou-se com a constituição do Fórum de Entidades Científicas, coordenado pela SBPC, para fazer frente à política de terra arrasada na área

---

<sup>52</sup> Num primeiro momento, o fórum recebeu o nome de Fórum Nacional pela Constituinte e apresentava como objetivo “aglutinar forças em defesa da educação pública no bojo do processo constituinte (1986-1988) [...] Era composto por 15 organizações do campo sindical, estudantil, acadêmico-científico e de classe: Associação Nacional de Educação (Ande), Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Profissionais da Administração Escolar (Anpae), Confederação dos Professores do Brasil (CPB), atual Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra), Federação Nacional de Orientadores Educacionais (Fenoe), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (Seaf), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e União Nacional dos Estudantes” (UNE) (BOLLMANN; AGUIAR, 2017, p. 411-412).

de ciência e tecnologia no Governo Collor, fórum este que se manteve também no Governo Itamar Franco<sup>53</sup> (FERRARO, 2005, p.63).

Percebemos então nos dois exemplos a adoção de uma estratégia de enfrentamento aos ataques à ciência e à educação nacional que se materializou na união com outras entidades, visando a consolidação de uma posição que resguardasse as condições para o desenvolvimento da educação e da ciência em nosso país. Esse é um desdobramento da discussão que desenvolveremos à frente, sobre o embate entre a defesa de uma natureza *política X científica* da entidade e ilustra a impossibilidade de se fazer uma divisão do que seria estritamente científico e do que seria político na trajetória da ANPEd.

Neste momento histórico, é possível constatar, da parte da ANPEd,

[...] a preocupação com a educação brasileira no conjunto dos dispositivos constitucionais e, ao mesmo tempo, com a elaboração das novas diretrizes e bases da educação nacional. Reiterava-se a defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Sindicatos, associações acadêmico-científicas, movimentos e organizações sociais fortaleciam o FNDEP. [...] As maiores visibilidades eram a da defesa da escola pública e a da elaboração da legislação nacional e de seus princípios educacionais (SOUZA, 2019, p. 12).

No período em causa, a coesão da atuação das pesquisadoras e pesquisadores em educação pelo fim da ditadura militar e em prol da Constituição Federal deu lugar a cisões de cunho partidário, mas, mais do que isso, como apontava Malta em citação anterior, de visões de mundo e de atuação do Estado frente às novas demandas educacionais, científicas e tecnológicas. Tudo isso em um contexto sociopolítico mais amplo que abrangeu o fim da Guerra Fria e a vigência do Consenso de Washington e enquanto enfrentávamos nacionalmente os primeiros anos de retorno à democracia marcados pela

---

<sup>53</sup> Sobre os governos Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994) sugerimos a leitura do livro “Brasil, uma biografia”, de Lília Schwarcz e Heloísa M. Starling (2022), que aborda antecedentes da campanha de Fernando Collor de Mello, destacando o papel da imprensa na construção de sua imagem (um candidato moderno, que acabaria com corrupção e a boa vida dos “marajás”), sua vitória, o caos e a corrupção existente em seu governo e a mobilização popular contra ele, culminando no processo de *impeachment* e na assunção de Itamar Franco, seu vice, à Presidência da República e o contexto no qual se deu o governo interino. Segundo as autoras, esse episódio de nossa história se configurou como um grande teste para a Constituição de 1988: o de “dar suporte ao processo de impedimento do primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1961” (p. 495).

instabilidade política e econômica, de intensificação da inflação e dos efeitos da reestruturação produtiva. Nesta conjuntura, a expectativa de consolidação das conquistas e garantias da CF 88 teve que se confrontar com uma realidade de arrocho para as demandas sociais, pois vigoraram no Brasil pós-transição democrática políticas públicas que se apoiavam no redimensionamento do papel do Estado nas políticas sociais e de ajuste fiscal, materializados no controle orçamentário e na diminuição dos gastos públicos.

O contexto aludido acima já nos remete ao terceiro período, que vai de 1990 a 1998. Acontece, neste intervalo de tempo, a ECO 92<sup>54</sup>, a 6ª Conferência da Educação Básica, e os temas abordados pela entidade foram “a educação (básica e superior), a relação sociedade civil e Estado, bem como os sujeitos da educação como crianças, jovens e adultos. Os movimentos sociais rurais e urbanos deixavam suas marcas nas pesquisas apresentadas na ANPEd” (SOUZA, 2019), mostrando novamente a articulação entre a dinâmica político-social do país e as pautas abarcadas pela ANPEd.

Foram nove anos de debates e lutas contra o avanço do ideário neoliberal na educação e na sociedade. A 15ª Reunião Anual foi realizada quando se discutiam meio ambiente e desenvolvimento, conjuntura em que aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento [...] Os estudos englobavam o debate sobre ética, poder, política, ciência e educação, no cenário político de dois anos do governo liderado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A educação a distância conquistou lugar na LDB e avançou com a ação das instituições de educação superior privadas. Tratava-se de um cenário de reformas alinhadas ao ideário neoliberal de enxugamento do Estado no que consiste às políticas públicas e de abertura para maior liberdade do mercado. Reiterava-se o debate sobre a universidade pública num momento de avanço das instituições de ensino superior (IES) particulares (SOUZA, 2019, p.14).

É neste contexto que se dá a aprovação do texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Tratou-se de uma discussão de posições bastante marcadas: de um lado, um grupo composto por movimentos sociais e organizações da sociedade civil,

---

<sup>54</sup> A “Conferência Eco-92 ou Rio-92 foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992. A Conferência teve desdobramentos importantes dos pontos de vista científico, diplomático, político e na área ambiental, além de ceder espaço a debates e contribuições para o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável” (<https://www.politize.com.br/eco-92/>).

representado principalmente pelo FNDEP, alinhados a uma concepção educacional democrático-popular; do outro, parlamentares e representantes de entidades educacionais privadas, defensores de um projeto de educação que se alinhava a uma concepção privatista e neoliberal. Reiteramos que, numa sociedade marcada pela desigualdade como a brasileira, uma lei nacional com o peso de uma LDBEN com certeza refletirá diferentes concepções de mundo e as “forças sociais contraditórias que nela atuam. No embate ideológico entre essas forças são definidos fins, estratégias e conteúdo da educação nacional. Educar para qual sociedade, para que e a favor de quem são questões fundamentais” (BOLLMANN; AGUIAR, 2017, p. 409).

Depois de muitos avanços e recuos em busca da construção de uma proposta realmente democrática, que defendesse uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, a proposta dos atores e atrizes sociais foi suplantada por outra, anti-democrática em todo seu processo de tramitação e aprovação, que acabou sendo aprovada como a nossa LDBEN, a Lei 9.394/96, que foi rapidamente sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Já entre 1999 e 2012, no quarto período analisado por Souza (2019),

[...] a ANPEd ampliou os temas de debate para a sociedade, diversidade, democracia e justiça social [...] Nesse período, houve destaque para a desigualdade e para as lutas dos sujeitos coletivos. Também, um momento de novo governo, tendo como presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por oito anos, marcado pela participação dos movimentos e organizações sociais, por comissões mistas e interministeriais na construção de políticas públicas. Entre as temáticas presentes nas reuniões, houve destaque para democracia, diversidade, novas políticas, novas regulações e debate sobre os 40 anos da pós-graduação *stricto sensu* em educação no Brasil (SOUZA, 2019, p. 14).

É nessa conjuntura que se dá o nascimento de GT's que expressam bem esse novo olhar nas reuniões promovidas pela ANPEd: o 21, Educação e Relações Étnico-Raciais; o 22, Educação Ambiental; o 23, Gênero, Sexualidade e Educação; e finalmente o 24, Educação e Arte. A autora do excerto acima destaca também todo o movimento governamental existente nos governos Lula (2003-2010) que envolvia a participação social, uma marca dos governos do PT. A ANPEd, nesta conjuntura, estabelece uma profícua relação com representantes do governo, como é o caso da colaboração de Maria do Rosário

Nunes, então Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, em uma das Sessões Especiais da 34ª Reunião Nacional, em 2011 (Apêndice 4).

Chegamos, finalmente, ao último período, de 2013 em diante. Se no primeiro governo de Dilma Rousseff<sup>55</sup> (2010-2014), a primeira presidenta do Brasil conseguiu, de alguma forma, dar continuidade ao pacto social firmado anteriormente nos governos de Luís Inácio Lula da Silva, no período seguinte a sua recandidatura, à reeleição e todo seu segundo mandato foram marcados por disputas e polarizações, culminando num processo de *impeachment* marcado por vícios e articulado na forma de um golpe que envolveu a mídia, a oposição partidária, os demais poderes e o então vice-presidente, Michel Temer. Aí foram plantadas as sementes do ódio que se amplificou na eleição presidencial subsequente, em 2018, e que culminou na vitória de Jair Bolsonaro.

No que diz respeito aos temas levantados pela ANPEd nesta conjuntura, ela realizou debates sobre a política educacional “com ênfase na participação popular, no financiamento da educação e no papel da pesquisa. Também, foi um momento de discussão do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, e do Sistema Nacional de Educação” (SOUZA, 2019, p. 16). Evidenciamos o tema das 39ª e 40ª reuniões, respectivamente “Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência” e “Educação pública e pesquisa: ataques, lutas e resistências”, que expressam de maneira cristalina a preocupação com o futuro da educação básica e da democracia, mas sempre associadas à resistência. Ainda nesse sentido, o relatório de atividades da ANPEd no período (ANPEd, 2018-2019, s.p.) menciona o movimento Educação

---

<sup>55</sup> Dilma Vana Rousseff é economista, filiada ao Partido dos Trabalhadores, atuou no governo Lula e foi eleita presidenta da República nas eleições presidenciais de 2010 e 2014. Seu segundo mandato foi interrompido em 2016, quando sofreu um processo de *impeachment*. Adotamos o termo presidenta para marcar uma posição política, pois à altura de sua recandidatura, reeleição, governo e impedimento houve uma celeuma em torno do termo, escolhido pela própria Dilma, provocando linguistas e leigos com relação ao uso do termo. Constatou-se que a forma já existia na língua portuguesa, estando inclusive dicionarizada, caracterizando-se como correta do ponto de vista normativo. Ainda sobre este assunto, constou entre os atos da presidenta a Lei 12.605, de 3 de abril de 2012, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. E, ainda, que logo depois do *impeachment*, o então presidente da República Michel Temer vetou a referência a Dilma como presidenta na Empresa Brasileira de comunicação - EBC <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/05/31/interna\\_politica,767923/palavra-presidenta-e-vetada-na-ebc.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/05/31/interna_politica,767923/palavra-presidenta-e-vetada-na-ebc.shtml)>. A misoginia marcou todo o período do governo de Dilma Rousseff, tendo se agudizado no período de andamento e posterior ao golpe que afligiu nossa democracia em 2016.

Democrática, no qual a ANPEd propôs a Ação Educação Democrática<sup>56</sup>, organizando um *site*, cujo objetivo era que se constituísse como

[...] um repositório de ideias de modo a fomentar trocas, inspirações, roteiros e possibilidades de ações que poderão tomar características locais, refletindo possibilidades e parcerias em cada contexto institucional. Os executores da atividade são um sem número de parceiros, que vão desde programas de pós-graduação em Educação, faculdades de Educação, escolas públicas e privadas a museus, organizações não governamentais e fóruns de discussão de temas em educação (ANPEd, 2013-2014, s.p.).

O GT 23 participou e organizou, por meio de suas/seus membras/os, várias atividades formativas, principalmente, articuladas a esta iniciativa em conjunto com outras entidades científicas e movimentos da sociedade civil (ANPEd, 2019). Ainda sobre o tema das reuniões nacionais, enquanto síntese, Souza (2019) afirma que os temas das reuniões nacionais da entidade

[...] ressaltam a preocupação com a análise da educação no conjunto das relações do Estado capitalista e, nitidamente, a defesa por um projeto político [...] O que se verifica é o desafio de aprofundar o debate público e o diálogo sobre os princípios de cada projeto político em disputa e a lógica discursiva utilizada por governos e coletivos da sociedade que se vinculam ao projeto neoliberal (SOUZA, 2019, p. 17).

Concordamos com Souza quando faz a leitura do que o tema das reuniões significou até aqui, mas entendemos que no interior dos GT's é que podemos encarar o desafio de análise das discussões de fundo sobre os projetos políticos em disputa que ela menciona. Acreditamos que os temas das reuniões nacionais são mesmo mais amplos e abrangentes e nos GT's é que vão acontecer tais aprofundamentos de acordo com a especificidade de cada uma das áreas, problematizando conjuntamente com as discussões intrínsecas a eles o papel da educação num sentido mais amplo e da pesquisa em educação neste contexto. O desafio seria, então, fazer circular entre as áreas os entendimentos trazidos em cada grupo, no sentido de dar uma unidade a eles.

Ainda explorando o Quadro 1, no que diz respeito ao local de realização da reunião, depois do período de 1978-1991, quando as reuniões aconteceram

---

<sup>56</sup> O domínio na internet <<https://www.acaoedudemocratica.org.br/>> se encontra desabilitado, então não conseguimos verificar se esse objetivo foi alcançado.

de forma alternada principalmente nas capitais do eixo sul-sudeste (excluindo-se apenas as de 1978 e 1987, realizadas no Ceará e na Bahia respectivamente), elas passaram a ser sediadas apenas em Caxambu<sup>57</sup>, município de Minas Gerais, o que perdurou até a 33ª reunião. O raciocínio na escolha da cidade, segundo Ferraro (2005), era que

[...] Caxambu apresentava grandes vantagens: 1) como local retirado, favoreceria o almejado caráter científico da reunião e evitaria que esta se transformasse num evento de massa; 2) favoreceria o contato e a convivência entre os participantes; 3) permitiria enorme economia de passagens aéreas, porquanto pelo menos os deslocamentos a partir de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais poderiam ser feitos por rodovia, o que possibilitaria o financiamento para participantes provindos do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul (FERRARO, 2005, p. 60).

Causa estranheza e é no mínimo contraditório o fato de Caxambu ser considerado um local retirado, e isso ser apontado como vantagem, se o objetivo era a participação de um grande número de associadas/os. Esse tipo de posicionamento parece subestimar as implicações de um evento do porte das reuniões nacionais da ANPEd na estrutura de um município, mas principalmente o potencial formativo delas. Além de todo o impacto para a cidade que recebe o evento no que tange à alimentação, transporte e estadia (e também na que deixou de receber com recorrência, no caso, Caxambu), há geralmente a mobilização de professoras/es da rede estadual e municipal, alunas/os dos cursos de pedagogia das universidades públicas e privadas próximas da universidade-sede e também alunas/os de outros cursos, principalmente licenciaturas, uma vez que a distribuição das discussões em GT's temáticos favorece esse interesse setorizado. A participação desse público pode se dar por meio de monitorias, inscrições avulsas ou mesmo o acompanhamento das atividades promovidas pela reunião sem a inscrição<sup>58</sup> e mostra que a reunião abrange muito mais sujeitos do que suas/seus associadas/os.

---

<sup>57</sup> Com exceção da 26ª, em 2003, que aconteceu na cidade vizinha Poços de Caldas.

<sup>58</sup> Abrindo parênteses, eu, enquanto aluna do curso de pedagogia que começava a se envolver com a Iniciação Científica, participei das reuniões de 2007 e 2008 com ajuda de custo da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) para a inscrição nas reuniões e do Centro Acadêmico Professor Paulo Freire (CAPPF) para o transporte até Caxambu e considero que este primeiro contato foi importante para que, hoje, esteja realizando essa pesquisa.

A partir de 2011, então, as reuniões deixaram de acontecer em Caxambu e voltaram a ser itinerantes. Na apresentação da 34ª reunião anual, a diretoria do período destaca que depois de 18 anos sendo realizada na região sudeste, a Reunião Anual da ANPEd estaria sediada na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, “pela necessidade de contribuir para o fortalecimento da pós-graduação em Educação nas regiões norte e nordeste”<sup>59</sup>. Em 2013 as reuniões nacionais começaram a acontecer bianualmente e a serem sediadas nas universidades, sendo a primeira desta nova fase a Universidade Federal de Goiás (UFG), na região centro-oeste do país. Depois disso, em 2015, ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); em 2017, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA); em 2019 na Universidade Federal Fluminense (UFF). As reuniões de 2021 e 2023 foram em direção à região norte do país: a de 2021 foi sediada em Belém, na Universidade Federal do Pará (UFPA), mas a pandemia fez com que as atividades tivessem que ocorrer a distância. Em 2021, na 40ª reunião, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foram as escolhidas para sediar a 41ª edição do evento, que acontecerá em 2023.

Em consonância com o que vimos discutindo, assinalamos que a definição do local de realização da reunião se configura como uma decisão de grande reverberação, e por isso consideramos acertada a decisão de que elas ocorram em cada Assembleia Geral, realizada ao final de cada reunião nacional, quando as/os associadas/os escolhem entre as universidades que se candidatarem, uma vez que isso define quem são as/os pesquisadoras/es associadas/os e demais envolvidas/os com a educação que terão mais chance de participar desse importante momento para a entidade e para a pesquisa em educação no país.

Toda essa discussão sobre o contexto de existência, de atuação e de local de realização das reuniões nacionais da ANPEd remete a uma questão pertinente não só sobre a natureza da ANPEd, mas sobretudo a propósito da relação entre ciência e política no campo acadêmico-científico da educação brasileira. Os depoimentos de pioneiros e pioneiras da ANPEd (BIANCHETTI, 2005; CALAZANS, 1995; CARVALHO, 2001; FERRARO, 2005; SOUSA;

---

<sup>59</sup> Texto disponível em <<https://34reuniao.anped.org.br/>>.

BIANCHETTI, 2007) deixam entrever a defesa da cientificidade da entidade *versus* os aspectos políticos que envolvem a existência dela, desde a relação estabelecida – ou, justamente, a alegação da não-existência desta relação – com o regime totalitário impulsionador de sua criação até o já citado arrefecimento da mobilização sob o governo Lula. Entretanto, entendemos que não cabe numa análise bourdieusiana da realidade social como a nossa a leitura dessas duas dimensões de forma estanque, porque

[...] a separação absoluta entre esses dois universos não se estabelece no espaço acadêmico. A ciência e a política andam juntas, sendo contrários aparentes. Isso, entretanto, não quer dizer que a lógica do campo acadêmico deva ser a mesma do político. Essa separação não se realiza, ainda, porque a ciência insere-se no universo do simbólico do mesmo modo que a política, porquanto ambas são produtos simbólicos. Assim como o simbólico é o cerne das percepções e das práticas e constitutivo do ponto de vista dos agentes, os dois produtos integram as disposições dos pesquisadores, haja vista suas respectivas trajetórias. Desta forma, decorre daí que os sistemas práticos dos agentes, gerados tanto no campo acadêmico quanto no campo político, são acionados no espaço específico de forma desigual (HEY, 2008, p. 163-164).

A desigualdade a qual se refere Ana Paula Hey se relaciona, entre outras coisas, à heteronomia do campo acadêmico-científico frente ao político e, no que concerne à ANPEd, antecipamos que aqui levaremos em consideração também sua relação com os demais movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Assim, sobre este assunto, tendemos a concordar com Alceu Ferraro (2005), que ao se pronunciar sobre sua contribuição pessoal para a história da ANPEd e fazer uma leitura dos rumos da entidade em seus primeiros 15 anos, com foco no período de 1989 a 1993, se manifesta contrariamente ao estabelecimento de uma ruptura entre o que seria do âmbito político e o que poderia ser considerado como questões científicas.

Essa relação tão intrínseca entre os rumos da entidade científica e o contexto político do país é mais um sintoma da heteronomia do campo acadêmico-científico em causa, pois no que diz respeito à ciência

[...] as rupturas que ocorrem no campo científico se associam as revoluções políticas; quando o campo possui urna autonomia restrita em relação à sociedade global, elas tendem a se concretizar com maiores implicações políticas do que quando a

autonomia do campo é mais desenvolvida (ORTIZ, 1983, p. 26-27).

É também neste sentido que reiteramos que a seleção de acontecimentos sobre a ANPEd feita aqui não é aleatória, pois atende à intenção do método adotado: tanto a discussão inicial sobre a origem da pós-graduação e da pesquisa em educação e a criação da ANPEd, quanto as questões referentes ao local de realização da reunião nacional nos leva ao exame da heteronomia do campo, das/os agentes beneficiadas/os ou desfavorecidas/os com as ações da ANPEd, das estratégias para manutenção do “estatuto científico” da entidade, da busca por alianças para fortalecimento em momentos difíceis para a ciência no país etc., e isso pode impactar tanto o que se entende por científico quanto no que, muitas vezes de forma apressada, se aponta como político na trajetória da entidade. Agora que a trajetória da entidade foi deslindada desta maneira, a intenção na próxima seção é fazer um caminho parecido, mas desta vez com a criação e consolidação do GT 23 da ANPEd.

### **2.3. O debate sobre gênero e sexualidade no interior da ANPEd: da dispersão ao estabelecimento de um GT específico**

Retomamos nesta seção alguns passos importantes na incorporação da discussão sobre gênero e sexualidade num espaço específico no interior da ANPEd. Nesta parte do texto enfatizamos as questões referentes aos antecedentes históricos, seus desdobramentos e a fortuna crítica produzida sobre o GT, mas reservamos a análise do campo mais propriamente, a partir da análise dos dados obtidos com a leitura dos relatórios e dos trabalhos apresentados sobre gênero e/ou sexualidade, para o próximo capítulo.

Antes da existência de um GT próprio para a discussão da qual nos ocupamos aqui os temas já estavam em pauta nos debates promovidos pela entidade, e parte dessas/es pesquisadoras/es fomentaram a criação e migraram para o GT 23 quando de sua criação, ainda que trabalhos continuassem a ser apresentados em outros GT's mesmo após 2004. Marília Pinto de Carvalho (2011), por exemplo, relata que de 1999 a 2009 foram apresentados 132 trabalhos no GT Sociologia da Educação e destes 24 citavam em suas

referências bibliográficas alguma obra sobre gênero (p. 100). Guacira Lopes Louro menciona que ela e outras pesquisadoras envolvidas com a pesquisa de história das mulheres, algumas pioneiras do GT 23 como Dagmar Estermann Meyer, se apresentavam no GT 2, História da Educação<sup>60</sup> e Claudia Vianna afirma que participava do GT 3, Movimentos sociais e Educação (RIBEIRO *et al.*, 2019, p. 10). Assim, esses casos são exemplares da movimentação no interior da ANPEd com relação às questões de gênero/sexualidade que, de certa maneira, independem da existência do GT 23 e, ao mesmo tempo, forjaram as condições para sua criação.

Não restam dúvidas, portanto, de que a presença dessa discussão já se fazia sentir no interior da associação, mas também que a criação do GT 23 impulsionou a abordagem dos temas citados. De acordo com as buscas que realizamos no Scielo e nos arquivos disponibilizados na Biblioteca da ANPEd, há artigos já publicados que se debruçam sobre a trajetória do GT 23 e alguns, apresentados principalmente como trabalhos encomendados ao longo dos 18 anos de funcionamento do GT, nos auxiliaram na reconstituição de momentos importantes dele. Apesar de existir há pouco tempo se comparado à maioria dos GT's da ANPEd, o GT 23 conta com uma fortuna crítica bastante considerável tanto em quantidade quanto na qualidade da abordagem. Segue, abaixo, uma sistematização dos textos que nos auxiliaram nesta jornada:

**Quadro 2:** Sistematização de textos sobre o GT 23 da ANPEd considerados nesta pesquisa

<b>Autoras/es</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Ocasão de escrita</b>
- Dagmar Estermann Meyer - Cláudia Maria Ribeiro - Paulo Rennes Marçal Ribeiro	Gênero, sexualidade e educação: 'olhares' sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo GE.	2004	Apresentado como trabalho encomendado na 27ª Reunião Anual da ANPEd.
	Proposição de passagem do GE 23 a GT 23	2005	Documento apresentado para subsidiar a proposição de passagem do Grupo de Estudos 23 a Grupo de Trabalho 23, aprovada durante a Assembleia da 28ª Reunião Anual da

<sup>60</sup> Segundo depoimento disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=59kbujpDdNA>>.

			ANPEd, em 2005.
- Guacira Lopes Louro	Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas	2006	Versão preliminar apresentada como trabalho encomendado do GT23 em 2006 e, posteriormente, em 2007, publicado na revista "Educação em Revista" (UFMG)
- Márcia Ondina Vieira Ferreira - Georgina Helena Lima Nunes	Panorama da produção sobre gênero e sexualidades apresentada nas reuniões da ANPEd (2000-2006)	2010	Apresentado como trabalho na 33ª reunião anual da ANPEd e publicado nos anais do evento.
- Cláudia Maria Ribeiro - Constantina Xavier Filha	Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de produção do GT 23 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd	2013	Versão preliminar apresentada como trabalho encomendado e posterior publicação na revista Periodicus (UFBA)
- Márcia Ondina Vieira Ferreira - Márcia Cristiane Völz Klumb - Maria Cecília Madruga Monteiro	Mapeando a produção sobre gênero e sexualidades na ANPEd	2013	Apresentado no "Fazendo Gênero 10" e publicado nos anais do evento.
- Márcia Ondina Vieira Ferreira	O campo do gênero na ANPEd: hipóteses em construção.	2015	Trabalho apresentado na reunião de 2015, posteriormente ampliado e publicado na revista Educação e Pesquisa (FEUSP), com o título <i>Sobre a legitimação do campo do gênero na ANPEd</i> , em parceria com Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel.
- Cláudia Maria Ribeiro - Cláudia Vianna - Dagmar Estermann Meyer - Eliane Rose Maio - Maria Eulina Pessoa de Carvalho - Paula Regina Costa Ribeiro	Gênero, sexualidade e educação no GT23 da ANPEd: narrativas de organização, resistência e desafios	2019	Trabalho encomendado

**Fonte:** Relatórios de Atividades do GT (de 2004 a 2021), os próprios textos e Dal'igna e Pocahy (2021).

Ainda, em busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>61</sup> encontramos, a partir dos descritores “GT 23 e ANPEd” (6 resultados); “gênero e ANPEd” (38 resultados), “sexualidade e ANPEd” (31 resultados), um total de 75 textos. Filtrando nos resultados os que nos interessavam, encontramos dois trabalhos que tomam o GT 23 como objeto. Um deles, “Gênero e educação: uma análise da produção do GT 23: gênero, sexualidade e educação da ANPEd”, dissertação defendida em 2010 por Andreia Fernandes Oliveira no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Humanidades e Direito, na Universidade Metodista de São Paulo, apresenta como objetivo principal da pesquisa o mapeamento da produção do GT 23 no período de 2004 a 2009 (OLIVEIRA, 2010, p. 9).

O segundo, uma tese defendida em 2014 na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP Araraquara) por Fátima Coelho Gonini, intitulada “A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPEd: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica”, aponta como seu principal objetivo o de elaborar um estado da arte/do conhecimento em relação à temática sexualidade e educação sexual em todas as pesquisas apresentadas no GT 23 da ANPEd até o ano de 2013 (GONINI, 2014). Nesta pesquisa, como é possível perceber, também foi feito um estado da arte com as produções do GT, mas o foco esteve em trabalhos que abordavam temas relacionados a sexualidade/educação sexual.

Prosseguindo com a caracterização do GT, no ano de 2003, durante a 26ª Reunião Anual da ANPEd, um grupo de pesquisadoras/es, estudantes e professoras/es se reuniu para propor a criação de um grupo de estudos sobre gênero e sexualidade em suas interfaces com a educação. A partir da apresentação de um documento com cerca de 500 assinaturas, aprovado na Assembleia Geral dessa reunião, houve então a criação do GE 23. Segundo Guacira Lopes Louro<sup>62</sup>, esse movimento vinha se desenhando nos encontros

---

<sup>61</sup> A BDTD é uma plataforma *online* que permite a busca e acesso gratuito aos textos completos das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação brasileiros. O *link* para acesso à BDTD é <<https://bdttd.ibict.br/vufind/>>.

<sup>62</sup> Esse depoimento pode ser acessados na *live* de lançamento do livro de Dal'igna e Pocahy (2021) que sistematiza algumas das produções sobre o GT 23 compiladas no Quadro 2 e que

informais na beira da piscina, nos corredores, e havia um clima, uma confluência de boas expectativas para a proposição do GT. Ela faz a ressalva, porém, de que isso não quer dizer que o processo se deu de forma fácil ou pacífica: “esse mérito do trabalho bem feito passa uma ideia assim de uma certa solidez do grupo, mas se a gente for olhar lá para trás [...] foi preciso muita ousadia, muita garra, na verdade, a gente teve que ‘peitar’ a ANPEd para criar este GT”. O grupo fundador enfrentou a oposição dos pares, no interior da própria ANPEd, que minimizavam a pertinência do tema para a criação de um GT específico. Essa oposição nos lembra que “os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos” (BOURDIEU, 1983b, p. 124) e que se trata, na maioria das vezes, de luta por posições também na seleção de quais seriam os temas legitimamente científicos, uma vez que “a definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da luta científica” (BOURDIEU, 1983b, p. 124).

O objetivo das/os envolvidas/os com esta iniciativa era, segundo documento da época, “propiciar um espaço legitimado, no interior da mais importante associação brasileira de educação, para que essa rede – que já existia – pudesse se tornar visível e, conseqüentemente, pudesse se fortalecer” (ANPEd, 2005, s/p). No primeiro biênio foram escolhidos para a coordenação e vice coordenação do GE, respectivamente, a professora Guacira Lopes Louro (UFRGS) e o professor Paulo Rennes Marçal Ribeiro (UNESP - Campus Araraquara). De acordo com as exigências estatutárias, houve o estabelecimento de um corpo de consultores *ad hoc*<sup>63</sup>. Neste primeiro momento, as funções estiveram assim distribuídas:

---

contou com a presença de nomes importantes para a história do GT. Ele pode ser acessado em <<https://www.youtube.com/watch?v=59kbujpDdNA>>.

<sup>63</sup> *Ad hoc* é um termo latino que significa, literalmente, “para isto”, “para esta finalidade”. A consultoria *ad hoc* na ANPEd se configura como uma atividade técnico-científica, colaborativa e específica - no caso, a avaliação de trabalhos submetidos às reuniões nacionais -, prestada em razão da experiência e da capacidade técnico-científica dos escolhidos e escolhidas. Atualmente os nomes são revistos e estabelecidos nas reuniões nacionais no interior dos GT's.

**Quadro 3:** Divisão de funções quando do estabelecimento do GE 23

Função	Pesquisador(a)	Vínculo Institucional
Coordenação	Guacira Lopes Louro	UFRGS
Vice-coordenação	Paulo Rennes Marçal Ribeiro	UNESP (Araraquara)
	Ana Camargo	UNIUBE/UNICAMP
	Claudia Ribeiro	UFLA
	Dagmar Estermann Meyer	UFRGS
Consultoria <i>ad hoc</i>	Mary Neide Damico Figueiró	UEL
	Maria Eulina Pessoa de Carvalho	UFPB
	Jane Felipe	UFRGS
	Paulo Rennes Marçal Ribeiro	UNESP (Araraquara)

**Fonte:** Relatório de atividades do GE 23 na 27ª Reunião Anual da ANPEd.

Chama a atenção ao analisar o Quadro 3 que dos oito nomes que o compõe (uma vez que o professor Paulo Rennes Marçal Ribeiro acumula duas funções), apenas dois são de professoras de fora do eixo sul-sudeste. Este não é um fenômeno que afeta apenas o GT 23, pois a desigualdade regional no que diz respeito a distribuição da pós-graduação no Brasil, por exemplo, é uma realidade segundo dados disponíveis na Plataforma Sucupira<sup>64</sup>, mas como veremos adiante esta parece ser uma grande questão no interior do GT 23. Assim, já em novembro de 2003, organizou-se uma lista de discussão pela *internet*, com o objetivo de ampliar a divulgação do GE e de engajar novos membros e membras, e também foi providenciada a divulgação da notícia nos *sites* de alguns dos núcleos e das revistas acadêmicas que abordavam a temática. Além disso, durante o ano de 2004 outras atividades nas quais

<sup>64</sup> A Plataforma Sucupira é mantida pela Capes “como portal de consultas das atividades dos programas brasileiros de pós-graduação. O serviço disponibiliza informações que apoiam o processo de avaliação de todos os mestrados e doutorados, acadêmicos e profissionais, em funcionamento no país de forma aberta e transparente. Os dados disponíveis na plataforma referem-se a projetos e linhas de pesquisa dos programas e seus respectivos integrantes, a produção intelectual (artigos em periódicos científicos e na imprensa, trabalhos em anais de eventos, livros publicados, entre outros), orientações de discentes por docente, além do catálogo de dissertações e teses defendidas nas instituições” (SANT’ANNA, ALVES, 2018). Nela é possível verificar os números que pautam essa afirmação. Os programas de pós-graduação com cursos avaliados e reconhecidos pela CAPES divididos por região podem ser conferidos em < <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf>>. Na plataforma também é possível filtrar os resultados por área.

membras e membros do GE 23 tiveram implicação foram desenvolvidas, com destaque para

[...] a participação de pesquisadoras e pesquisadores com vinculação ao GE na V ANPEd Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, realizado em Curitiba/PR, em abril de 2004 e a realização do Colóquio sobre gênero, sexualidade e educação, promovido pelo GEISH, o Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sexualidade Humana, da Faculdade de Educação da UNICAMP. Na ANPEd Sul, o GE 23 se fez representar por meio de um painel organizado pelo Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, o GEERGE, da UFRGS, do qual participaram como painelistas as professoras Dagmar Meyer, Jane Felipe e Guacira Louro e o professor Luís Henrique Sacchi dos Santos (Universidade Luterana do Brasil - ULBRA). O Colóquio sobre gênero, sexualidade e educação, promovido pelo GEISH, aconteceu na UNICAMP, também em abril, e merece um destaque significativo, uma vez que, além de espaço para aprofundamento da discussão teórica, se constituiu em uma oportunidade especial para o encontro da coordenadora, do vice coordenador e de algumas das consultoras *ad hoc* que, assim, tiveram possibilidade de tratar da agenda do GE para a reunião anual (ANPEd, 2005, s/p).

Para a 27ª reunião anual, em novembro de 2004, primeiro ano de funcionamento como GE, foram submetidos para avaliação 23 trabalhos, cinco pôsteres e duas propostas de minicurso. Depois do processo avaliativo, houve a aprovação de 12 trabalhos, a totalidade dos pôsteres e, entre os dois minicursos foi selecionado o denominado “Novos tempos, novos desejos, práticas sexuais nem tão seguras: sinais de tensão nos discursos da sexualidade, a partir de questões trazidas pela trajetória de enfrentamento do HIV/AIDS no Brasil”, proposto por Fernando Seffner (UFRGS) e Luís Henrique Sacchi dos Santos (ULBRA). Como ainda não havia um Comitê Científico (por se tratar de um GE), a tarefa de consolidar os pareceres advindos das consultoras *ad hoc* junto à entidade ficou sob responsabilidade da coordenação. Houve ainda a apresentação do trabalho encomendado já citado “Gênero, sexualidade e educação: ‘olhares’ sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo GE”, sob a responsabilidade das professoras Dagmar E. Meyer (UFRGS) e Cláudia Ribeiro (UFLA) e do professor Paulo Rennes M. Ribeiro (UNESP/Araraquara) (ANPEd, 2005, s/p).

Destaca-se ainda, nesta reunião, mais duas atividades apoiadas pelo GE: a Sessão Especial realizada em conjunto com o GT 3 (Movimentos Sociais)

“Igualdade e diversidade na Educação: possibilidades e tensões”, que contou com a participação da professora Sarah Whitelaw (Universidade de Leeds), que em sua fala se deteve especificamente sobre a problemática a partir do gênero. Houve ainda uma sessão de conversas, “Inclusão e diferença na formação inicial e continuada de professores: uma discussão de questões contemporâneas com pesquisadores do Reino Unido”, com participação das professoras Sara Whitelaw, Andréa Utley (Universidade de Leeds) e Laura Hills (Universidade de Durham) e do professor Gary Wilson (Secretaria de Educação de Kirkless), do Reino Unido (ANPEd, 2005, *s/p*).

Na 28ª reunião anual, em 2005, a intenção dos membros e das membras envolvidas/os com a consolidação do espaço reservado para o debate de gênero e sexualidade na ANPEd era a de demonstrar na Assembleia Geral que o GE tinha condições de assumir o *status* de GT na próxima reunião. Neste sentido, houve um esforço coletivo de ampliação da participação, no GE, “dos núcleos e grupos de pesquisa ligados às temáticas de gênero, sexualidade e educação sexual existentes nas várias instituições de ensino superior no País [bem como] buscou-se garantir o debate qualificado dos textos apresentados” (ANPEd, 2005, *s/p*). Trazemos de forma detalhada estas ações porque elas se qualificam como importantes tanto internamente, para a consolidação e qualificação do GT, quanto como estratégias para a reivindicação de uma posição e novo *status* junto ao coletivo de pesquisadores novamente reunidos em Assembleia Geral, haja vista a desconfiança que pairava sobre parte dos pares de acordo com o depoimento já comentado da pesquisadora Guacira Lopes Louro.

Foram 13 os trabalhos aprovados, que a partir da afinidade temática foram distribuídos nos dias do encontro. Nesta edição não houve a apresentação de Trabalho Encomendado. O minicurso conduzido pelo GE foi o “Perguntas gerando perguntas em Educação Sexual”, ofertado pelas professoras Helena Altmann (UNICAMP), Érica Renata de Souza (PUC-Campinas/UNICAMP), Elizabete Franco Cruz (UFSCar) e Maria Teresa de Arruda Campos (CVRC/SEMEARH). Neste encontro houve ainda a eleição de representantes para o biênio seguinte. Os nomes ficaram organizados da seguinte maneira:

**Quadro 4:** Divisão de funções para o biênio 2006-2007 no GT 23 da ANPEd

<b>Função</b>	<b>Pesquisador(a)</b>	<b>Vínculo Institucional</b>
Coordenação	Guacira Lopes Louro	UFRGS
Vice-coordenação	Claudia Ribeiro	UFLA
Comitê Científico	Dagmar E. Meyer	UFRGS
	Ana Maria Faccioli de Camargo	UNIUBE/UNICAMP
	Maria Eulina Pessoa de Carvalho	UFPB
Consultoria <i>ad hoc</i>	Paulo Rennes Marçal Ribeiro	UNESP (Araraquara)
	Jane Felipe	UFRGS
	Luís Henrique Sacchi dos Santos	ULBRA

**Fonte:** Relatório de atividades do GE 23 na 28ª Reunião Anual da ANPEd.

Os primeiros anos de funcionamento do GT ainda como GE foram bastante movimentados e produtivos e neles notamos a forte presença da região sul e da região sudeste. Estão expressos nos documentos que registram esse processo a constatação dessa discrepância com relação às demais regiões brasileiras e o empenho das membras e membros em agregar novas pesquisadoras/es e grupos de estudos: desde então, essa é uma questão que atravessa o funcionamento do GT. Reconhecemos, entretanto, como não poderíamos deixar de fazer ao adotar um ponto de vista como o nosso, que essa é a postura esperada de acordo com os princípios da produção social de tais documentos e qualquer outro posicionamento causaria, no mínimo, estranheza.

Não realizaremos um relato pormenorizado de todos os anos de funcionamento do GT 23, pois grande parte dessas discussões retornam na análise realizada dos relatórios do grupo. Entretanto, finalizaremos esta parte do texto com algumas informações contextuais que preparam o terreno para a análise realizada no próximo capítulo. De acordo com o nosso levantamento (Apêndice 1) do início de suas atividades como GE, em 2004, até 2021<sup>65</sup>, ocorreram 14 reuniões nacionais/anuais, que contaram com a apresentação de 227 trabalhos completos e de 40 pôsteres que levaram em consideração temas correlatos a gênero, sexualidade e educação. Além disso, neste intervalo o GT

<sup>65</sup> Foram dois anos funcionando como GE, 11 encontros regulares presenciais e um, em 2021, ocorrido *online*.

se envolveu com o oferecimento de inúmeros minicursos e sessões especiais, além da participação em outras atividades que ocorreram fora das reuniões nacionais. As gestões do GT 23 de seu primeiro ano de funcionamento como GE até 2022 foram as seguintes:

**Quadro 5:** Coordenações e vice-coordenações do GE/GT 23 da ANPEd (2004-2022)

Período	Coordenação	Vínculo Institucional	Vice-coordenação	Vínculo Institucional
2004 e 2005	Guacira Lopes Louro	UFRGS	Paulo Rennes Marçal Ribeiro	UNESP
2006 e 2007	Guacira Lopes Louro	UFRGS	Cláudia Maria Ribeiro	UFLA
2008 a 2011	Cláudia Maria Ribeiro	UFLA	Constantina Xavier Filha	UFMT
2012 a 2015	Constantina Xavier Filha	UFMT	Maria Rita de Assis César	UFPR
2016 e 2017	Maria Rita de Assis César	UFPR	Elenita Pinheiro de Queiroz Silva	UFU
2018 e 2019	Fernando Seffner	UFRGS	Elenita Pinheiro de Queiroz Silva	UFU
2020 e 2021	Fernando Seffner	UFRGS	Maria Eulina Pessoa de Carvalho	UFPB
2022	Maria Eulina Pessoa de Carvalho	UFPB	Eliane Rose Maio	UEM

**Fonte:** Relatórios de atividades do GT 23 (2005 a 2021).

Essa distribuição esboça mais uma vez a pouca capilaridade das direções do GT pelas regiões brasileiras: são 4 gestões para uma única universidade da região sul (UFRGS), que é a região com mais gestões (mais 2 da UFPR e uma da UEM); a região centro-oeste, por uma particularidade da divisão regional da ANPEd<sup>66</sup>, conta com quatro gestões (2 da UFMT e uma da UFU); as regiões sudeste e nordeste contam com duas cada uma: no sudeste, UNESP e UFLA, no nordeste, 2 gestões da mesma professora da UFPB. A região norte, como podemos perceber, não teve representantes na gestão do GT. Esse quadro delinea a pouca participação de pesquisadoras/es de fora do eixo sul-sudeste

66 Para a ANPEd alguns municípios de Minas Gerais, como Uberlândia, se integram à região centro-oeste do país.

no GT 23, pelos mais diversos motivos, justamente porque para assumir a coordenação se pressupõe um envolvimento de algum tempo com as atividades do GT e o conhecimento do *ethos* do grupo, como foi dito por uma pesquisadora na reunião de 2019. Novamente percebemos o estabelecimento de um processo de legitimação e consolidação de um grupo que, ao mesmo tempo em que atua no processo de legitimação das discussões junto à ANPEd, forja um lugar de destaque para si e para os seus.

Há muitos desafios para a democratização do acesso às reuniões nacionais da ANPEd. Mencionamos, como ilustração, a problemática do alto custo para a participação presencial nas reuniões, pois para apresentar um trabalho ou um pôster, situações em que não há nenhum subsídio por parte da entidade, é preciso, além do pagamento da inscrição, ser associada/o à ANPEd e, acrescido ao custo da anuidade cobrada para manutenção das atividades da entidade e da inscrição, existem ainda os gastos com deslocamento, alimentação e alojamento na cidade-sede, situação aliada geralmente ao contexto de falta de recursos na universidade de origem para ajuda de custos com a participação em eventos. Tudo isso torna ainda mais restrita a possibilidade de participação e de envolvimento com as atividades do GT, limitando as possibilidades de acesso aos cargos como de coordenação ou a participação no Comitê Científico.

Trouxemos, na seção sobre a ANPEd, a explicação de Alceu Ferraro para a escolha da cidade de Caxambu, em Minas Gerais, como sede fixa para as reuniões nacionais da entidade e que existia, da parte dos e das propositores/as dessa ideia, um intuito manifesto – ainda que controverso – de facilitar o acesso a elas. Contudo, a avaliação que se pode fazer com base nos dados disponíveis é que essa ampliação da participação de pesquisadores/as de outros estados e regiões brasileiros ainda é um desafio que reflete a desigualdade na distribuição dos programas de pós-graduação pelo território brasileiro e não só isso, mas também a localização dos centros de excelência nas áreas concernentes à educação, balizados pela avaliação dos programas e possibilidades de financiamento pelas agências de fomento, sejam elas nacionais ou estaduais.

Afirma-se, na apresentação da 36ª RA, que o caráter itinerante dado às reuniões nacionais da associação a partir de então tem o objetivo de “contribuir para o fortalecimento da pós-graduação em todas as regiões do país,

possibilitando o duplo processo de interiorização e internacionalização da pesquisa em educação”<sup>67</sup>. No próximo capítulo da tese teremos a oportunidade de analisar os números dos eventos e perceber se a descentralização ocorrida a partir da 34ª RA contribuiu para a ampliação da participação de pesquisadores/as locais no GT 23, e também se a reunião *online* ocorrida em 2021 teve algum impacto democratizante nas participações de pesquisadores/as.

#### **2.4. Direitos humanos, democracia participativa e o debate sobre gênero e sexualidade: o processo de institucionalização, desinstitucionalização e reinstitucionalização pós-transição democrática**

Como vimos anteriormente, a década de 1990 foi marcada pelas intensas mobilizações em torno da concepção de Estado - e de alcance de suas ações - o que afetou diretamente vários âmbitos em nosso país, destacadamente os rumos das políticas sociais. Levando em consideração tal panorama, nossa abordagem nesta parte do texto destaca a centralidade da CF 88 e de dois aspectos que se interrelacionam no texto aprovado: em um nível, como proporcionadora de um novo olhar para as demandas sociais e, em outro, como indutora da criação de um arcabouço legal necessário para a efetivação da participação popular.

Nossa Carta Magna, desde seu artigo 1º pontua que os fundamentos do país são “I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político” (BRASIL, 1988), o que leva Ramos (2014, p. 347) a afirmar que “os fundamentos da República convergem para a proteção dos direitos humanos”. E é neste sentido que exploraremos o processo que ficou conhecido como de institucionalização e, posteriormente, desinstitucionalização dos temas referentes aos direitos humanos no Brasil, justamente porque entendemos que a CF 88 “adicionou ao cotidiano das normas brasileiras artigos fundamentais para a proteção dos direitos humanos, fato que revela a importância de se

---

<sup>67</sup> Segundo texto no *site* da 36ª reunião <<http://36reuniao.anped.org.br/apresentacao>>.

garantir aos cidadãos parâmetros mínimos de convivência em sociedade” (VEDOVATO; BARRETO, 2015, p. 39) e isso em uma perspectiva participativa.

Como consequência dessa escolha, precisamos deslindar então nosso entendimento sobre o que são os direitos humanos, uma vez que consideramos que os temas pautados aqui são abarcados por eles. Consideramos que os direitos humanos são

[...] um conjunto de direitos considerados indispensáveis para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Os direitos humanos são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna. Não há um rol predeterminado desse conjunto mínimo de direitos essenciais a uma vida digna. As necessidades humanas variam e, de acordo com o contexto histórico de uma época, novas demandas sociais são traduzidas juridicamente e inseridas na lista dos direitos humanos (RAMOS, 2014, p. 14).

Enquanto doutrina, os direitos humanos se consolidaram após a Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) como uma resposta humanitária e de negação veemente às atrocidades cometidas durante o conflito. A partir de 1945, com a criação da ONU - Organização das Nações Unidas, e de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um novo momento se inicia na história da formalização dos direitos dos seres humanos: aquele no qual, ultrapassando as fronteiras dos Estados Nacionais, o arcabouço legal para a proteção dos direitos subjetivos se dá transnacionalmente, contando com uma estrutura institucional construída exclusivamente para este fim.

Advém da ciência política e do direito a divisão dos grupos de direitos adquiridos ao longo do tempo em gerações<sup>68</sup>, de acordo com suas características. O jurista tcheco-francês Karel Vasak foi quem primeiro propôs uma teoria geracional para os direitos humanos. Em 1979, na Conferência ocorrida no Instituto Internacional de Direitos Humanos de Estrasburgo, na França, ele classificou os direitos humanos em três gerações, cada qual

---

<sup>68</sup> Segundo Ramos (2014) há outras possibilidades de divisão e classificação dos direitos humanos, como pelas funções ou pela finalidade deles. Nossa Constituição Federal, no título II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, trabalha com cinco categorias: a) direitos e deveres individuais e coletivos; b) direitos sociais; c) direitos de nacionalidade; d) direitos políticos; e e) partidos políticos. Destacamos as gerações justamente por sua didaticidade, mas com a ressalva de que há críticas e discussões no interior do direito enquanto campo sobre seu alcance, limites e potencialidades.

atendendo a um grupo de atributos e associando cada uma delas a uma das ideias contidas no tema da Revolução Francesa, *liberté, égalité et fraternité*.

Assim, no que diz respeito às categorias de Vasak, a primeira geração englobaria os direitos referentes à *liberdade*, ou seja, ações referentes à autonomia individual por meio da garantia de *direitos políticos e civis*; a segunda geração seria composta pelos direitos que marcam a *igualdade*, isto é, o papel ativo do Estado na garantia do direito à saúde, educação, previdência social, habitação etc., estes entendidos enquanto *direitos sociais*; a terceira geração se referiria aos direitos concernentes à solidariedade social, à *fraternidade*, por englobar direitos da comunidade, como a autodeterminação dos povos, a paz e o direito a um meio ambiente saudável (RAMOS, 2014, p. 51-52).

Há propostas posteriores de ampliação da classificação de Vasak para quatro ou até cinco gerações ou a substituição, devido a algumas críticas a essa ideia de geração (que poderia ferir a indivisibilidade dos direitos ou sugerir um caráter evolucionista deles) pela ideia de dimensões, que ainda apresentariam algumas dessas limitações. De qualquer forma, trata-se de um recurso didático para a compreensão do desenvolvimento da teoria dos direitos humanos, sem se prestar a ser a verdade sobre eles.

No final da segunda metade do século XX um grande número de tratados e pactos internacionais que visam a proteção de direitos passaram a existir e impactaram diretamente em vários âmbitos os países signatários, como a criação de políticas públicas, o financiamento de projetos relacionados a eles, a incorporação destes temas pelas universidades e pelos currículos da educação básica, etc. Para exemplificar, a Declaração de Viena, de 1993, resultante da 2ª Conferência Mundial de Direitos Humanos da ONU, “em seu item 71, orienta os países a elaborar programas de direitos humanos e, com isso, criar políticas públicas de promoção aos direitos fundamentais” (VEDOVATO; BARRETO, 2015, p. 42). Então, seguindo essa determinação,

[...] o Brasil edita o Decreto nº 1.904, em 1996, criando o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-I), com o objetivo de diagnosticar a situação da proteção dos direitos no país. Trouxe como missão dar visibilidade aos problemas referentes aos direitos humanos e estipular e coordenar os esforços para superar as dificuldades, com foco na implementação desses direitos. O Programa conta com a

articulação do governo e da sociedade civil (VEDOVATO; BARRETO, 2015, p. 42).

Assim, o Brasil tem desde a década de 1990 um programa com foco no diagnóstico da situação dos direitos humanos no país e na coordenação da implementação de ações. Ao final da citação o autor e a autora mencionam a articulação entre a participação social e o governo prevista no I PNDH, e é esse nosso principal ponto argumentativo nesta seção do texto. Trouxemos elementos que nos auxiliam no entendimento de como se dá esse processo de abertura democrática proporcionado pela CF 88, articulando tal abertura aos processos efetivamente desenvolvidos entre participação governamental e da sociedade civil e como isso impacta os diversos grupos e associações neste período e, entre elas, as entidades científicas como a ANPEd. Relembramos ainda que, no que diz respeito à participação social na educação, é também a CF 88 que preconizou, por exemplo, a gestão democrática dos estabelecimentos escolares.

O processo de construção, tentativa de consolidação e desconstrução dos mecanismos que viabilizam a participação social no Brasil pós-transição democrática é estudado pela ciência política, área a partir da qual se afirma que, nas décadas de 1990 e 2000,

[...] o Brasil apareceu no cenário internacional como foco de experimentação criativa na produção de políticas públicas que envolviam movimentos sociais no interior do processo decisório. Nos anos 1990, eram os orçamentos participativos e outras iniciativas locais, bem como a criação de sistemas de políticas públicas com participação em nível nacional, tais como o Sistema Único de Saúde (GURZA LAVALLE *et al.*, 2018, p. 13).

Ou seja, no Brasil pós-transição havia uma marcha em direção à efetivação da democracia participativa preconizada pela CF 88 expressa na criação de toda uma estrutura participativa, como a criação de conselhos, conferências, orçamentos participativos, em nível municipal, estadual e também federal. As primeiras experiências realizadas neste sentido, porém, ocorreram em âmbito estadual, ainda na década de 1980

Foi o governo peemedebista de Franco Montoro (1983-1987), no estado de São Paulo, que implementou algumas das primeiras inovações participativas, como os conselhos comunitários de segurança, inicialmente vinculados à pauta dos direitos humanos e de reforma da polícia para adequá-la aos novos tempos democráticos, ou os conselhos de Participação e

Desenvolvimento da Comunidade Negra e Estadual da Condição Feminina (GURZA LAVALLE; BEZERRA, 2021, s.p.).

Isso é oportuno de ser comentado porque houve, pelo senso comum, uma grande identificação das iniciativas mais participativas e que contavam com os movimentos sociais no interior dos espaços decisórios com os governos nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT). A pesquisa na área aponta, entretanto, que este processo é anterior, ainda que de fato tenha se intensificado a partir de 2003, primeiro ano do mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, ou seja, “atores de movimentos sociais negociavam com e até participavam em governos muito antes da ascensão da esquerda ao poder governamental” (GURZA LAVALLE *et al.*, 2018, p. 14).

Apesar de mencionarmos a *interação* entre sociedade civil e Estado, o referencial teórico que utilizamos propõe a ideia de *mútua constituição*, uma noção que “sugere que os atores nos movimentos e nas agências estatais não apenas se interrelacionam a partir de terrenos institucionais fixos, mas participam na construção destes” (GURZA LAVALLE *et al.*, 2018, p. 16), perspectiva escolhida porque está em consonância com o que temos aprendido com Bourdieu sobre a influência mútua exercida entre os campos sociais. Os conceitos de *encaixes institucionais* – quando atores e atrizes sociais buscam estrategicamente, no jogo político de interação socioinstitucional, encontrar “brechas” nas quais sua agenda pode ser incorporada –, e *domínios de agência* – que se constituem como “configurações de encaixes institucionais articulados vertical e horizontalmente que favorecem a capacidade de agir de certos atores coletivos” (GURZA LAVALLE *et al.*, 2018, p. 51-52) –, trazidos do neoinstitucionalismo histórico, ajudam a superar as teorias centradas no Estado, pois se tratam, justamente, de instrumentos analíticos que proporcionam a materialização do processo de mútua constituição referido.

Como vimos, já existiam algumas iniciativas de implementação de instâncias participativas (IP's) – conselhos, conferências, ouvidorias, audiências, fóruns, comissões, etc. – nos anos de 1980, mas é na década de 1990 que elas se ampliam e ganham visibilidade em âmbito nacional. Neste período, definiram-se projetos específicos para a saúde, com o estabelecimento do “SUS, seus princípios e a centralidade da atenção básica” para a assistência social, com “a transformação de seus serviços em política pública nos moldes de um sistema

universal (SUAS)” e no meio ambiente, com “a proteção e preservação de ecossistemas e biodiversidade” (BEZERRA *et al.*, 2022, p. 8)<sup>69</sup>. No campo educacional, a Lei 9.394/96, que estabelece a LDBEN, definiu “a gestão democrática como diretriz do sistema educacional e estabeleceu os conselhos como parte da estrutura educacional. A lei coincidiu com o primeiro salto na expansão dos conselhos de educação nos municípios do país” (GURZA LAVALLE, 2020, *s.p*).

Relacionado com o que já discutimos sobre a coalizão de movimentos sociais diversos no processo de promulgação da CF e posterior a ela, nota-se já no início dos anos 2000, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, que a adoção

[...] de uma governança participativa foi o caminho seguido pelo PT para manter a articulação com os atores da sociedade civil com os quais guardou afinidades políticas históricas nas lutas pela democratização e, durante os anos da pós-transição, nos processos de construção de políticas. Destacam-se especialmente as IPs na área de defesa de direitos de grupos marginalizados e minorias sub-representadas – gênero, raça, LGBTQI+ – e vinculadas a atores coletivos com pautas ambientais e redistributivas na política urbana, segurança alimentar, agroecologia, economia solidária etc (BEZERRA *et al.*, 2022, p. 9).

Assim, partindo da leitura de que havia um momento institucional propício, há o desencadeamento de um processo de busca por encaixes institucionais da parte dos movimentos sociais destes grupos mencionados na citação, o que fica bastante evidente no processo que será mencionado adiante de iniciativa de aproximação da ANPEd e do GT 23 com a SECADI, por exemplo, configurando posteriormente um domínio de agência destes grupos sociais progressistas que atuam com os temas sob os quais nos debruçamos nesta tese. Assim, coloca-se em andamento o processo que estamos denominando de institucionalização dos temas afins aos direitos humanos. Na perspectiva adotada neste trabalho, como é possível perceber o foco está no processo de institucionalização e não nas instituições, e isso porque o conceito de institucionalização

---

<sup>69</sup> Adrian Gurza Lavalles traz no *Nexo Jornal* uma linha do tempo bastante completa sobre a institucionalização dos conselhos populares e outras iniciativas participativas em diversas áreas. Ela pode ser conferida em <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/Conselhos-gestores-de-pol%C3%ADticas>.

[...] opera como um verbo substantivado e remete ao devir, mais especificamente ao processo de institucionalizar, de transformação de algo em instituição. É a transformação em instituições de valores, interesses, demandas e recursos de atuação de MSs e OSCs atuando em nome de grupos marginalizados e agendas tradicionalmente periféricas ao sistema político que se impôs como novidade histórica demandando explicação àqueles que estudam movimentos sociais (GURZA LAVALLE *et al.*, 2018, p. 22).

Neste sentido, a sinergia ocorrida na interação socioinstitucional durante os governos do PT nos primeiros anos do novo século permitiu o estabelecimento de entendimentos institucionais alinhados ao acúmulo de discussão do GT 23 sobre gênero e sexualidade, uma vez que as e os membros do GT 23 tiveram implicação direta em muitos dos encaminhamentos das políticas públicas então em voga. Como será explicitado na leitura dos relatórios do GT, a relação envolveu um intercâmbio de mão dupla partindo da iniciativa do GT 23 de aproximação, o que culminou na participação de representantes do governo nas reuniões nacionais da ANPEd, e a partir daí com o financiamento de atividades do GT e da ANPEd, lançamento de editais que abrangiam um grande âmbito de temas, desde a elaboração de materiais didáticos, oferecimento de cursos como especialização/extensão universitária, premiações e concursos relacionados a gênero e diversidade sexual e racial etc., materializando cerca de 10 anos de colaboração intensa entre as esferas. A partir de 2015<sup>70</sup>, entretanto, esse cenário foi paulatinamente sofrendo

---

<sup>70</sup> Há quem visualize nas movimentações de 2013, que ficaram conhecidas como “primavera brasileira” ou “jornadas de junho” a origem dessa situação, e que só mais tarde seus desdobramentos seriam percebidos. Lília M. Schwarcz e Heloísa M. Starling (2022) relembram que “no dia 7 de junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL), formado por militantes de diversos partidos políticos, posicionados no campo das esquerdas, saiu às ruas, na capital paulista, exigindo a revogação do aumento nas tarifas de transporte. Surpreendentemente, porém, o que parecia ser apenas uma reivindicação municipal produziu uma onda gigantesca que arrastou consigo muita gente, projetos e esperança. [...] Eles varreram doze capitais e as grandes cidades brasileiras em 470 manifestações que revelavam um sentimento de insatisfação e de frustração, além de defender uma agenda meio caótica de mudanças [...] (p. 409-410). As autoras continuam dizendo que “nas bordas das manifestações de 2013 já se anunciava, porém, um ativismo de pendor individualista, uma postura intransigente e pautada no ódio, e cada vez menos afeita ao diálogo”(p. 413). Ainda preferimos a referência a 2015, entretanto, por focarmos o processo de institucionalização e desinstitucionalização de demandas dos movimentos sociais e não necessariamente a origem do divisionismo social que parece tomar corpo desde então.

modificações. Na verdade, no que toca especificamente às políticas LGBTI+<sup>71</sup>, Feitosa (2021) afirma que o

[...] enfraquecimento das ações afirmativas direcionadas à população LGBTI+ no Brasil não começa no Golpe de 2016 nem na chegada de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto em janeiro de 2019, mas já era percebida desde as eleições de 2010 quando os dois principais candidatos à Presidência da República, Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), fizeram gestos significativos em direção aos evangélicos e ao público mais conservador, comprometendo-se a não adotar medidas que afrontassem “a família” (FEITOSA, 2021, p. 77).

Apesar da ressalva de Cleiton Feitosa, destacamos 2015 porque neste ano a mobilização conservadora do Movimento Escola sem Partido encontrou terreno fértil no contexto da aprovação dos planos municipais/estaduais de educação, num momento político de reação conservadora frente ao crescimento dos temas relacionados à diversidade, o que acabou gerando também uma contraofensiva da parte de atores/atrizes que se viram confrontadas/os. Souza (2019), por exemplo, destaca algumas das ações da ANPEd de 2015 até 2019, quando seu artigo foi publicado:

A ANPEd, especialmente no período de 2015 a 2019, tem sido combatente das políticas de empresariamento da educação, da reforma do ensino médio, do projeto Escola Sem Partido, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da ausência de diálogo com o governo federal. Tem difundido debates de intelectuais da educação brasileira e de movimentos sociais voltados para a valorização da educação pública e da produção do conhecimento científico e para a crítica dos projetos que congelam os investimentos no setor social, sobretudo na educação. Para a associação, o Escola sem Partido, por exemplo, está mascarado no discurso de neutralidade, na tentativa de institucionalizar o cerceamento da liberdade de expressão e de ensino nas escolas brasileiras. O projeto traz a aparência de proteção às crianças e aos jovens, às famílias, mas trata-se da expressão conservadora presente no país em várias frentes na educação (SOUZA, 2019, p. 9).

A partir disso, em 2016 houve o *impeachment* de Dilma Rousseff e o maior distanciamento dos órgãos institucionais de determinados setores da sociedade civil, o que mostra que a interpretação de que o que houve foi um golpe não é absurda, uma vez que a presidenta legitimamente eleita foi afastada da

---

<sup>71</sup> Conservamos a sigla utilizada por Feitosa (2021).

presidência do país por um processo político baseado em leituras enviesadas da Constituição e “artimanhas jurídicas de diversos matizes que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras” (JINKINGS, 2016, p. 18) que teve como efeito o desmonte institucional das condições para a participação popular. Em outras palavras, o que estamos afirmando é que o que foi derrubado em 2016 não foi somente a presidenta e seu partido, tendo havido um impacto em toda a estrutura de democracia participativa construída até então.

O percurso do nomeado Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos herdado de Lula pelo Governo Dilma, expressa bem esse percurso: passou a se chamar apenas Ministério dos Direitos Humanos no período de governo de Michel Temer (2016-2018), e no governo Bolsonaro (2019-2022) foi transformado em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob a direção de Damares Alves, com uma abordagem conservadora tanto para os temas referentes às mulheres, à família e aos direitos humanos (FEITOSA, 2021, p. 77). Neste panorama tem início então um novo processo, o de desinstitucionalização, no qual o avanço de uma concepção progressista destes temas e do aparato institucional que o balizava sofre um grande abalo.

Assim como a estratégia de governabilidade dos governos do PT exprimiu trajetórias de afinidades políticas com atores que ganharam a possibilidade de incidir em políticas públicas a eles concernentes, a desinstitucionalização promovida pelo governo Bolsonaro, mesmo que implementada de forma atabalhoada, parte de um diagnóstico político claro sobre o papel das IPs na governabilidade social dos governos do PT, especialmente em relação a atores da sociedade civil cujos projetos para as políticas – reforçados pelas IPs – entram em choque com as pautas e prioridades programáticas do governo (BEZERRA *et al.*, 2022, p. 9).

O governo de Jair Bolsonaro deu continuidade e aprofundou esse processo de desinstitucionalização dos temas relacionados a gênero, ao meio ambiente e a diversidade sexual e racial. A fala do então presidente em um evento ocorrido em março de 2019 com líderes conservadores em Washington, nos Estados Unidos, explicita a intencionalidade de seus atos neste sentido. Nesta ocasião, ele afirmou que “o Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir

muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer”<sup>72</sup>. Duas ações governamentais deste período podem ser tidas como emblemáticas no que toca a este ponto: o desmonte da SECADI, já mencionado e anterior a esse encontro, e o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019<sup>73</sup>, por meio do qual Bolsonaro extingue todos os colegiados da administração pública federal e revoga o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, assinado por Dilma Rousseff, que instituíra a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Tal destruição se deu com base em dois elementos:

[...] seu papel na governança social dos governos do PT e a significativa presença nesses espaços de movimentos sociais e organizações da sociedade civil comprometidos com pautas identitárias, progressistas e de defesa de direitos humanos. [...] Combater o PT significa, também, expulsar de canais institucionalizados a constelação de atores sociais que definiram a teia de liames dos governos petistas com a sociedade civil, especialmente os segmentos comprometidos com essas pautas (LAVALLE; BEZERRA, 2021, s.p.).

Analisando a situação que então se desenhava, apesar de Jair Bolsonaro ter se apresentado desde a campanha eleitoral como um candidato representante de uma “nova política” (a despeito de ter atuado como deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1991 a 2018), as articulações feitas por ele durante sua vida política demonstram a proximidade com o que há de mais tradicional na política atual e explicita a união com os setores mais conservadores da sociedade, tanto por afinidade política quanto para garantir sua governabilidade<sup>74</sup>. Neste sentido, a aliança com a chamada “bancada BBB” - termo que faz referência à bancada armamentista (da bala), bancada ruralista (do boi) e à bancada evangélica (da bíblia) -, não se fez ao acaso: representa sua ideologia, e a de seu grupo, tendo sido parte estrutural de seu governo.

---

<sup>72</sup> Essa fala pode ser conferida em <<https://oglobo.globo.com/mundo/antes-de-construir-preciso-desconstruir-muita-coisa-no-brasil-diz-bolsonaro-nos-eua-23530792>>.

<sup>73</sup> Ainda com relação a isto, é relevante destacar que os efeitos do decreto n. 9.759 foram “atenuados por decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a participação social como princípio constitucional” (BEZERRA; LAVALLE, 2021, s.p.).

<sup>74</sup> A despeito do que ele próprio disse em campanha, durante seu governo chegou a afirmar que “era do centrão”, que “nasceu no centrão”. Centrão é uma alcunha para um grupo de partidos que não defende uma ideologia específica e busca proximidade com o executivo do momento, independente da sigla, em busca de vantagens e benefícios. A fala pode ser conferida em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/22/eu-sou-do-centrao-diz-bolsonaro-ao-ser-questionado-sobre-ciro-nogueira-na-casa-civil.ghtml>>.

Como apontam as e os estudiosos do tema, uma desinstitucionalização ocorre em conjunto com um novo processo de institucionalização, e isso quer dizer que “a análise de mudança institucional nos impele a observar não só o que é desmontado ou alterado, mas também o que vem a ser construído no lugar e por quem” (ALMEIDA; DOWBOR, 2022, p. 35), isto é, há sempre um grupo buscando os encaixes necessários para consolidar seu domínio de agência, ainda mais em um contexto de divergência ideológica tão forte, o que também nos lembra o debate sobre as características dos campos sociais em Bourdieu. Retomando então a questão do alinhamento ideológico com a bancada BBB, no caso de Bolsonaro, com relação aos temas trabalhados por nós, o espaço foi ocupado por grupos religiosos, notadamente evangélicos, liderados pela então ministra Damares Alves, que comandou uma verdadeira cruzada com relação aos estudos de gênero e sexualidade e outros temas concernentes aos direitos humanos<sup>75</sup>. Com relação ao meio ambiente, o agronegócio e o extrativismo tiveram sua vez, e também houve uma atuação forte de grupos armamentistas e negacionistas com relação à ciência, estes últimos com grande influência religiosa, que alcançaram grande representatividade nas ações do legislativo e do executivo de 2016 a 2022.

Esse movimento não teve impacto apenas na relação institucional entre governo e movimentos sociais, mas também na atitude de um setor reacionário da sociedade, defensor de ideais de extrema-direita, que encontrou um terreno fértil no contexto político do momento e isso mesmo antes da eleição de Jair Bolsonaro. Como exemplos, trazemos o caso de muitas pessoas que tiveram que deixar o país, pois no Brasil pós-impeachment de 2016 suas vidas corriam perigo. O mais simbólico para o que aqui se analisa é o caso do deputado Jean Wyllys, primeiro deputado assumidamente homossexual do Brasil e filiado na época ao PSOL-RJ: em meados de 2011 ele foi ofendido por Bolsonaro quando

---

<sup>75</sup> Algumas manifestações de Damares neste sentido podem ser conferidas em: <[https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-  
comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml)>, <  
[https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-  
aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml)>, <[https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-  
noticias/2019/05/12/em-nova-polemica-damares-diz-que-elsa-de-frozen-e-lesbica.htm](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/05/12/em-nova-polemica-damares-diz-que-elsa-de-frozen-e-lesbica.htm)>, <  
[https://www.cartacapital.com.br/politica/damares-justifica-abuso-de-meninas-por-falta-de-  
calcinhas/](https://www.cartacapital.com.br/politica/damares-justifica-abuso-de-meninas-por-falta-de-calcinhas/)>.

ainda eram ambos deputados eleitos pelo RJ, em uma rixa durante a discussão sobre materiais didáticos anti-homofobia<sup>76</sup>.

Depois disso, várias foram as desavenças entre os dois, culminando na situação em que Wyllys cospe em Bolsonaro ao ser provocado por este na ocasião da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff. Devido a esse histórico, Wyllys sempre foi visado por seguidores de Bolsonaro e, após o assassinato de Marielle Franco<sup>77</sup>, vereadora carioca negra e lésbica, eleita também pelo PSOL e com forte atuação contra as milícias, num contexto de polarização das eleições e posteriormente com a eleição de Jair Bolsonaro, decidiu deixar o país no mês de janeiro de 2019, mesmo tendo sido eleito pelo terceiro mandato consecutivo como deputado federal, devido a intensificação de ameaças de morte contra ele.

À Wyllys, se juntam a pesquisadora Débora Diniz<sup>78</sup>, antropóloga, professora da UnB e pesquisadora sobre o aborto, que deixou o país ainda em 2018: após sua participação em uma audiência no STF sobre a descriminalização da prática até a 12ª semana de gestação, não podia sair de casa sem escolta policial, recebendo ameaças de morte contra ela própria, sua família e estudantes com as/os quais mantinha algum vínculo. Além deles, citamos ainda Márcia Tiburi, escritora, professora universitária e ex-candidata ao governo do estado do Rio de Janeiro e Anderson França, ativista social das favelas, roteirista e escritor, exilados respectivamente na França e em Portugal.

Essas informações constam na reportagem<sup>79</sup> do jornal inglês *The Guardian*, “New generation of political exiles leave Bolsonaro's Brazil 'to stay alive” (Nova geração de exilados políticos deixa o Brasil “para permanecer viva”, em tradução livre), na qual há a denúncia da situação extrema a que defensoras e defensores de temas relacionados a direitos humanos estavam sendo submetidos no Brasil e que as/os levou ao exílio e a exposição do

---

<sup>76</sup> A sequência de episódios pode ser conferida em <<https://exame.com/brasil/esta-e-a-genese-da-inimizade-entre-bolsonaro-e-jean-willys/>>.

<sup>77</sup> O assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, o motorista do carro no qual se encontrava, gerou comoção internacional e até hoje, quase cinco anos depois, não houve punição para o mandante pelo crime, que segue sem ser identificado. Marielle atuou de forma intensa na CPI das milícias enquanto assessora de Marcelo Freixo e o Ministério Público acredita que essa foi a motivação política de seu assassinato. Detalhes do caso podem ser lidos em <https://theintercept.com/series/caso-marielle-franco/>.

<sup>78</sup> Sobre o caso de Débora Diniz, indicamos a leitura de <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550871025\\_250666.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550871025_250666.html)>.

<sup>79</sup> Está disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2019/jul/11/brazil-political-exiles-bolsonaro>>.

relacionamento da família Bolsonaro com milicianos no Rio de Janeiro. Algum tempo depois, o próprio Dom Philips, jornalista responsável por esta matéria, foi assassinado em Amazonas, em uma emboscada durante a expedição que empreendia na companhia de Bruno Pereira, indigenista e servidor da FUNAI, quando pretendiam entrevistar indígenas e ribeirinhas/os com o objetivo de escrever um livro sobre a Amazônia<sup>80</sup>.

Trouxemos todos esses casos de ameaças de morte, assassinatos e exílio pois, ainda que não toquem diretamente no tema principal desta tese, servem como ilustração de que o que estamos chamando de desinstitucionalização atingiu níveis muito mais severos em outros âmbitos. Assim, defendemos que os ataques ao meio ambiente, às pautas identitárias e à participação social, principalmente nos segmentos que abordamos aqui, não foram somente “cortinas de fumaça” como algumas análises mais ligeiras apontaram ao longo do período em que Bolsonaro governou como presidente, mas sim que se tratavam do núcleo duro e estruturante de atuação de seu governo, ainda que este cenário caótico tenha vindo se desenhando de forma mais explícita desde pelo menos o *impeachment* de Dilma Rousseff. Bolsonaro, em seu governo, incentivou e aprofundou o pânico moral em torno das pautas identitárias e progressistas, notadamente com relação a gênero e sexualidade, que, articuladas com suas ações negacionistas com relação à ciência, criaram um ambiente propício para que ideais anti-democráticos e excludentes se proliferassem, culminando neste cenário de perseguição, ameaças e morte daquelas/es que foram tidas/os como vozes importantes na universidade, nos movimentos sociais, na imprensa etc.

Em 2022, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva em uma eleição com votação bastante apertada, um novo horizonte se apresenta para a reinstitucionalização de pautas e demandas de grupos progressistas no terreno das políticas sociais. Falamos em reinstitucionalização porque o novo processo

---

<sup>80</sup> Sobre o posicionamento do então presidente sobre o caso, vale conferir < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/governo-bolsonaro-e-cobrado-por-omissao-e-minimiza-desaparecimento-enquanto-anuncia-acoas.shtml>>. Apenas em 2023 a Polícia Federal apontou um mandante, Rubens Villar Coelho, conhecido como Colômbia, e o motivo alegado é o prejuízo que a vigilância ao Território Indígena gerava à pesca ilegal, uma das áreas de atuação de Colômbia. Mais informações podem ser obtidas em: < <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/01/23/colombia-foi-o-mandante-dos-assassinatos-de-bruno-pereira-e-dom-phillips-diz-pf.ghtml>>.

de institucionalização se dará a partir de uma experiência já vivida a partir de 2003, ainda que se adequando à nova conjuntura histórica, que traz consigo a marca de uma pandemia negligenciada. Se Bolsonaro, no encontro em Washington já citado nesta seção, falava em desconstrução, todo o discurso de Lula gira em torno da reconstrução: desde o *slogan* escolhido para o novo governo, “união e reconstrução”, até a presença da palavra e correlatos em diversas passagens de seus discursos durante a campanha eleitoral e no dia de sua posse.

No entanto, a precariedade orçamentária e o abandono a que foram submetidas algumas áreas serão grandes desafios para essa reestruturação, tanto dos novos ministérios (re)criados, quanto de ministérios como o da Educação, do Meio Ambiente e o da Saúde, já existentes mas negligenciados por Jair Bolsonaro, se o objetivo for o de traçar um plano efetivo que enfrente principalmente as consequências da má gestão durante a pandemia de COVID 19. Essa má gestão, na área da saúde, se materializou no descaso com as mortes causadas pela pandemia e no negacionismo científico com relação à efetividade das vacinas, mas também pela incompetência nas nomeações para o Ministério da Saúde, na negociação para compras de vacinas e na aquisição de demais itens necessários nas internações hospitalares. Na educação, percebemos a má gestão na troca constante de ministros sem qualificação para a ocupação do cargo e na falta de uma estratégia para o enfrentamento à defasagem educacional provocada pela pandemia.

A própria composição do novo grupo de ministras e ministros de Lula, bastante festejada por entidades e movimentos sociais progressistas<sup>81</sup>, deixa entrever um compromisso com a diversidade racial, étnica e de gênero, postura inexistente no governo anterior<sup>82</sup>. A (re)criação de alguns ministérios e

---

<sup>81</sup> A indicação para o Ministério da Educação do ex-governador do Ceará pelo PT, Camilo Santana, não foi recebida com o mesmo entusiasmo. Luiz Carlos de Freitas aponta que a intenção de “sobralizar a educação” (em referência à cidade de atuação de Izolda Cela, secretária executiva do MEC) repete a velha fórmula de olhar apenas para os números e índices e traz consigo a proximidade com instituições como a Fundação Lemann e outras representantes da “militância empresarial”. Essas informações podem ser conferidas e aprofundadas em <<https://avaliacaoeducacional.com/2023/01/04/mec-sobralizando-a-educacao-brasileira/>>.

<sup>82</sup> A lista completa de nomes pode ser conferida em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/29/veja-quem-sao-os-37-ministros-anunciados-por-lula.ghtml>>. É interessante realizar um movimento comparativo com o governo Bolsonaro para perceber a diferença com relação à representatividade de cada grupo nomeado: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerios-governo-bolsonaro/>>.

secretarias, como a SECADI, que agora se chama Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos e Diversidade e Inclusão, também apontam para esta direção, ainda que até o momento (janeiro de 2023) não esteja prevista em sua estrutura uma diretoria que trate sobre gênero e diversidade sexual<sup>83</sup>. Com relação ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o ministro Sílvio de Almeida, ele próprio um advogado negro bastante próximo da militância negra acadêmica, escolheu Symmy Larrat, paraense, travesti<sup>84</sup>, feminista e militante LGBTQIA+, como secretária nacional LGBTQIA+<sup>85</sup>, um fato inédito na história do país.

Destacamos também algumas da série de revogações assinadas por Lula já no dia de sua posse, porque materializam os compromissos assumidos em campanha que são afins aos trabalhados nesta seção da tese. No dia 2 de janeiro de 2023 foram publicadas revogações de decretos de Bolsonaro no que tange à permissão de garimpo em áreas indígenas e de proteção ambiental (decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022), o decreto que instituía a Política Nacional de Educação Especial (decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020), que na prática permitia às escolas regulares negar a matrícula de crianças com necessidades especiais e o já citado decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e limitava a criação de colegiados da administração pública federal.

Já com relação aos demais decretos, um dos assinados em 1º de janeiro (decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023) trata da redução do acesso às armas, suspendendo o registro de novas armas de uso restrito a Caçadores, Atiradores e Colecionadores, além de outras medidas afins, acesso que havia sido facilitado por Bolsonaro, e outro reestabelece o combate ao desmatamento (decreto nº 11.367, de 1º de janeiro de 2023) e o que dispõe sobre o funcionamento do Fundo Amazônia (decreto nº 11.368, de 1º de janeiro de 2023). No que diz respeito às causas ambientais, que em conjunto com as

---

<sup>83</sup> O GT 23 organizou uma reunião no dia 1º de fevereiro de 2023 cujo objetivo foi justamente o de elaborar uma carta para indicar ao MEC a importância de um local específico na estrutura da nova SECADI para tratar de assuntos concernentes à gênero e sexualidade.

<sup>84</sup> Travesti é uma identidade de gênero feminina nascida num contexto de resistência e ressignificação da repressão exercida durante as ditaduras latino-americanas nas décadas de 1970 e 1980. É importante marcar que o movimento trans diferencia a travesti (o termo só existe no feminino) da pessoa transexual, para marcar a singularidade desta identidade de gênero.

<sup>85</sup> A informação pode ser conferida em <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/direitos/secretaria-nacional-lgbt-e-anunciada-por-silvio-almeida-em-parceria-com-flavio-dino>>.

demandas identitárias e progressistas que compõe pauta afim aos direitos humanos foram bastante atacadas durante o governo de Jair Bolsonaro, a mudança da nomenclatura de Ministério do Meio Ambiente para Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima já faz sentir o tom de modificação na concepção sobre o assunto no ministério renovado.

Como afirmamos anteriormente, toda (re)institucionalização traz consigo uma desinstitucionalização. Dessa forma, presenciamos já nos primeiros dias de janeiro de 2023 um processo de desinstitucionalização em andamento da parte do novo governo, por meio da revogação de atos governamentais anteriores que privilegiavam pessoas alinhadas com o posicionamento político e ideológico do então presidente Jair Bolsonaro, baseados na negação da ciência, no incentivo ao armamentismo, na destruição do meio ambiente e dos povos originários brasileiros - o que pode ser visto na situação deplorável do povo Yanomâmi, abandonado à própria sorte durante o mandato de Jair Bolsonaro<sup>86</sup> -, no desrespeito aos preceitos dos direitos humanos e no conservadorismo religioso interferindo nas questões inerentes ao âmbito público. As manifestações golpistas violentas vivenciadas no dia 8 de janeiro de 2023 são a amostra de que o processo de reinstitucionalização não se dará de forma tranquila, pois Bolsonaro deixou como herança um séquito que pratica o negacionismo científico, que baseia suas ações em *fake news*, que questiona violentamente as instituições democráticas e que reage de forma criminosa a resultados que não os beneficiam.

No lugar disso, há a tentativa de trazer de volta toda a estrutura que viabiliza a existência de uma democracia participativa, com foco na coletividade,

---

<sup>86</sup> A situação dos Yanomamis ficou internacionalmente conhecida no dia 20 de janeiro de 2023, quando o *site* Sumaúma publicou fotografias do povo Yanomami nas quais é possível ver muitas/os indígenas, principalmente idosos/os e crianças, extremamente magras/os e doentes. O presidente Lula, ao se fazer presente na terra desse povo indígena, constatou que se trata de uma crise da saúde, com muitos casos de desnutrição grave e de malária. Assim, o Ministério da Saúde decretou estado de emergência pública e atua na região para resolver esta situação. Este é um caso emblemático do abandono e da tentativa de genocídio praticada pelo governo anterior, que desmontou a FUNAI e incentivava - direta e indiretamente - o garimpo, a pesca ilegal e a invasão das terras Yanomami. É possível encontrar maiores informações em <<https://g1.globo.com/rr/roaima/noticia/2023/01/24/procurador-afirma-que-abandono-da-funai-foi-determinante-para-crise-na-saude-yanomami.ghtml>>. O GT 7 da ANPEd (Educação da criança de 0 a 6 anos) escreveu uma carta de indignação, repúdio e denúncia do descaso do governo anterior com os povos originários. Ela pode ser acessada em <<https://www.anped.org.br/news/criancas-yanomamis-invisibilizacao-morte-e-luta-pela-reexistencia-gt-07-anped>>.

e na representação de um grande número de segmentos sociais, inclusive aqueles historicamente aliados destes espaços. Com relação a isso, nada mais representativo do que a cerimônia de passagem da faixa presidencial: uma vez que Jair Bolsonaro se recusou a passar a faixa para o próximo presidente eleito, viajando para os EUA nos últimos dias de 2022, a equipe de planejamento da cerimônia de posse de Luís Inácio Lula da Silva escolheu algumas/ns cidadã/os que não se vêem representadas/os neste tipo de rito: a faixa passou pelas mãos de um líder indígena, de uma criança negra, de um professor, de uma cozinheira, de um artesão, de um operário e de uma pessoa com deficiência, culminando na entrega da faixa por uma mulher negra e catadora de materiais recicláveis, a terceira de sua ascendência na profissão. Forjou-se, na composição deste grupo, uma imagem muito diferente da que até então já se viu no país, que contemplava apenas homens brancos, ricos e de meia idade, com as mulheres em sua maioria no papel típico de primeiras-damas. Ela entrará para a história, com a forte simbologia de que o povo brasileiro, em sua diversidade, terá garantida as condições para ser partícipe ativo deste governo.

### 3. ESCOLHIDAS AS PEÇAS DE MÁRMORE, CINZEL E MARTELO EM AÇÃO: OS/AS AGENTES EM CAMPO

*O habitus científico é [...] um modus operandi científico que funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada (BOURDIEU, 1989, p. 23).*

Neste capítulo o objetivo é conhecer a fundo o subcampo analisado por meio do mapeamento de sua configuração, buscando elementos de objetivação da possível evidência de pesquisadoras e pesquisadores de determinados programas de pós-graduação e vínculos de orientação ou grupo de estudos, por exemplo, reconhecendo os instrumentos simbólicos utilizados pelos/as agentes em destaque no GT 23. Para isso, analisamos tanto os dados advindos dos relatórios do GT quanto os dados referentes aos trabalhos sobre gênero e sexualidade na ANPEd, apresentados no GT 23 e nos demais GT's, com foco nas configurações do subcampo, o que poderia fornecer indícios da dominação simbólica que parece existir neste espaço. Tal como acontece com a/o escultor/a, chegou a hora de, arrumada a bancada e escolhido o material, começar a esculpir!

Exploraremos, nesta seção, o entendimento de que existem três possibilidades quando analisamos os trabalhos sobre gênero e/ou sexualidade no interior da ANPEd: os trabalhos que abordavam gênero e sexualidade antes da criação do GT 23; a apresentação no interior do GT específico pós-2004; os trabalhos que continuaram sendo apresentados em outros GT's independentemente da criação do GT23. Assim, no texto que segue, essas modalidades de enquadramento dos trabalhos serão exploradas com o intuito de comparar as informações disponíveis entre elas e entender como isso impactou a produção de conhecimento na área.

Sem a intenção de diminuir a importância dos levantamentos bibliográficos e estados da arte para a produção de conhecimento científico, reafirmamos que nosso intuito não é o de produzir mais um deles. Dispomo-nos

a enfrentar o desafio de, a partir do levantamento de informações sobre a movimentação do subcampo de gênero e sexualidade na ANPEd, realizar a leitura dos dados sistematizados na perspectiva do desvelamento dos instrumentos simbólicos utilizados por agentes com legitimidade científica para isso, com o objetivo de garantir sua posição no jogo científico. Assim, essa lapidação se dá no sentido de revelar os contornos adquiridos pelo subcampo ao longo do tempo.

Reiteramos também que não estamos assumindo uma postura determinista e dizendo que se trata, da parte das/os agentes sociais envolvidas/os, da adoção de estratégias cínicas e/ou manipulativas, mas, no sentido do que aponta a epígrafe escolhida para o capítulo, que há a possibilidade de apreender a manifestação de um *habitus* científico incorporado pelos/as pesquisadores/as do tema que permite, a partir do conhecimento da história do subcampo e dos jogos em causa nele, projetar tendências para o futuro e adotar estratégias para se posicionar – e posicionar os seus/as suas – com vantagem neste porvir. Esta é a ideia fundamental mobilizada neste capítulo.

### **3.1. Critérios adotados para o levantamento sistemático dos trabalhos e outras questões organizativas da pesquisa**

Para atender um dos objetivos de nosso trabalho realizamos um levantamento das produções sobre gênero e sexualidades na ANPEd. No primeiro bloco de análise partimos dos dados já sistematizados em trabalhos anteriores, principalmente o desenvolvido pelo grupo de pesquisas Processo de Trabalho Docente, da UFPel, que tem como líder e maior divulgadora de suas produções a professora Márcia Ondina Vieira Ferreira. Alguns artigos foram publicados sobre o tema pelas integrantes do grupo e, dentre eles, destacamos o de Ferreira e Nunes (2010), “Panorama da produção sobre gênero e sexualidades apresentada nas reuniões da ANPEd” (2000-2006); o de Ferreira et al. (2013), “Mapeando a produção sobre gênero e sexualidades na ANPEd”, e Ferreira e Coronel (2017), “Sobre a legitimação do campo do gênero na

ANPEd”, que foram os que mais nos auxiliaram na empreitada assumida neste trabalho.

O primeiro, Ferreira e Nunes (2010), foi publicado nos Anais da 33ª Reunião Anual da ANPEd e traz de forma detalhada os procedimentos de pesquisa adotados pelo grupo, por isso foi utilizado de forma a nortear o nosso levantamento de dados no período de 2004 a 2021. Nesse trabalho, quanto à exploração dos dados, as autoras abrangem o período de 2000 a 2006 em suas análises, por isso complementamos com as informações disponíveis em Ferreira *et al.* (2013) que foi publicado nos anais do evento *Fazendo Gênero*, e aborda o período de 2004 a 2010, ou seja, da 24ª – primeiro ano de funcionamento do GE – à 33ª reunião anual. Neste artigo as autoras enfatizam os achados da pesquisa, por isso nos baseamos nele para definir o recorte temporal para a primeira parte desta seção. Já o texto assinado por Ferreira e Coronel, de 2017, “Sobre a legitimação do campo do gênero na ANPEd”, cuja versão preliminar foi apresentada na 37ª Reunião Anual da ANPEd (2015) e depois publicado como artigo na revista *Educação e pesquisa*, nos auxilia nos aspectos referentes ao processo de legitimação da discussão no interior da entidade e das/os agentes responsáveis por isso.

Como já foi dito, realizamos o levantamento das informações de 2004 a 2021 disponíveis na página da ANPEd, ou seja, da 26ª à 40ª reunião. Partimos da sistemática de trabalho apresentada no artigo de Ferreira e Nunes (2010), ou seja, primeiramente lemos os títulos dos trabalhos e, a partir deles, fizemos a catalogação dos que foram apresentados no período que nos interessava e estavam disponíveis na página da ANPEd<sup>87</sup>, incluindo todos os relacionados ao GT 23 (no Apêndice 1 estão arroladas as informações de todos os anos de existência do GT 23), as demais atividades – trabalhos encomendados, minicursos, sessões especiais, sessões conversas, colóquios ANPEd/CLACSO – sistematizadas no Apêndice 4 e os trabalhos (comunicação oral, pôsteres e excedentes, quando havia) apresentados nos demais GT’s (Apêndice 2), pré-selecionados a partir da leitura dos títulos e dos resumos, em primeiro lugar, depois do texto completo, se fosse o caso<sup>88</sup>. Os dados decorrentes destes textos

---

<sup>87</sup> <<https://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>>.

<sup>88</sup> Os trabalhos referentes às últimas três reuniões – 38ª a 40ª – passaram a contar com uma página específica, onde constam os anais das Reuniões Nacionais da ANPEd no portal oficial

foram introduzidos em planilhas com os seguintes campos: ano, número da reunião, GT (no caso de trabalhos publicados fora do GT 23), tipo de trabalho, natureza da pesquisa, financiamento, título, palavras-chave, autor/a, sexo (inferido pelo nome), instituição do/a autor/a, resumo/objeto do trabalho, fonte da informação coletada e observações<sup>89</sup>.

É relevante explicitar o processo de seleção dos textos que constariam no levantamento, pois, pela natureza das discussões que abordamos, não foi possível estabelecer descritores para uma busca rápida, pois ainda que alguns termos pudessem estar presentes na maioria dos títulos dos trabalhos (gênero, sexualidade(s), mulher(es), feminismo, masculinidade(s), feminilidade(s), etc), em muitos deles não consta textualmente e por isso houve a necessidade de ler ao menos o resumo de todos os que nos pareciam apropriados. Além disso, gênero muitas vezes também está relacionado a outros significados que não nos interessa aqui, como em gênero discursivo, gênero literário ou quando se refere à unidade de taxonomia na biologia. Todos os trabalhos com título vago, que não permitiam uma antecipação do que se tratava, tiveram seus resumos lidos.

Muitas vezes algumas “pistas” nos serviam como guias para a seleção dos textos que nos importavam: a marcação do feminino, além do padrão masculino, ou a referência apenas a “professora” foi bastante recorrente na leitura dos títulos. Nestes casos, fizemos a leitura do resumo e, se preciso, do texto completo, de forma a entender se era apenas um uso que Ferreira e Nunes (2010) chamam de “politicamente correto”<sup>90</sup>, isto é, sem um olhar para a discussão de gênero apesar da marca generificada na linguagem adotada (neste caso o trabalho era ignorado) ou se incorporavam uma análise de gênero de fato,

---

da associação, com acesso pelo link <<http://anais.anped.org.br/>>. Salientamos que isso facilita muito o acesso aos trabalhos e a filtragem de acordo com critérios e que seria interessante que ocorresse a integração dos Anais de anos anteriores a essa plataforma.

<sup>89</sup> Ferreira e Nunes (2010) incluíram também os campos data da reunião, tema e local de realização, mas consideramos que para nossa pesquisa eles são desnecessários, uma vez que essas informações já foram expostas no Quadro 1, que sistematiza dados de todas as reuniões da ANPEd. Por uma questão de formatação, nem todos os campos constam nos Apêndices 1 e 2 da tese.

<sup>90</sup> Apesar de mencionar o termo “politicamente correto” adotado por Ferreira e Nunes (2010), acreditamos que ele pode ser um pouco redutor diante dessa questão, pois o uso da marcação do feminino pode ser considerado como um pequeno avanço proporcionado pelo maior alcance da discussão de gênero, uma vez que, há alguns anos, apenas pessoas ligadas ao feminismo, por exemplo, faziam questão de proceder dessa forma em suas publicações. Além disso, na atualidade o uso que a direita conservadora de nosso país faz de “politicamente correto” serve para invalidar e deslegitimar pautas importantes para os movimentos sociais.

ainda que secundária. Em outras situações, era algum termo afim ao debate (*interseccionalidade*, por exemplo) que nos fizeram ler o resumo e perceber a utilização de gênero e/ou sexualidade de forma sistemática no trabalho completo. Dessa forma, podemos afirmar que o conhecimento do campo e do léxico adotado por ele é que conduziu a seleção realizada, entendendo que o que guiou a seleção neste caso remete à incorporação do *habitus* da área, que se estabelece por meio de uma *racionalidade prática* ou ainda uma *intuição racional* com relação aos temas correlatos à discussão.

Chamamos a atenção para a grande lacuna existente nos textos disponíveis com ausência de informações importantes para essa pesquisa. Quanto aos resumos/palavras-chave dos trabalhos e pôsteres, por exemplo, não encontramos as orientações para submissão de trabalhos na 27ª reunião anual (2004), mas ao que tudo indica não houve a obrigatoriedade de apresentá-los. Na 28ª RA há a orientação expressa nas regras de submissão para que se apresente dois arquivos<sup>91</sup> – um com o texto na íntegra e outro com o resumo<sup>92</sup>, mas só foram disponibilizados no *site* do evento os textos completos. A partir da 29ª RA há sempre a solicitação de resumo (em alguns casos não mencionam palavras-chave), mas nem sempre eles estão disponíveis ou o *link* disponibilizado funciona. Inclusive, o endereço divulgado na página da ANPED para toda a 33ª RA não estava operante até a última revisão deste texto<sup>93</sup>, ou seja, todas as informações de um encontro estão indisponíveis<sup>94</sup>. A natureza do trabalho – se é decorrente de pesquisa desenvolvida no âmbito do doutorado, mestrado etc. – e o financiamento também são itens que constavam em poucos trabalhos, por isso escolhemos não os tomar como objeto de análise aqui.

Outra dificuldade enfrentada se referiu ao acesso aos Relatórios de Atividades e de Gestão dos GT's, documentos que relatam de forma

---

<sup>91</sup> Essa informação pode ser conferida na página da *internet* da 28ª reunião anual da ANPED: <[http://28reuniao.anped.org.br/?\\_ga=2.264664591.1432820582.1653650233-324634911.1653650233](http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.264664591.1432820582.1653650233-324634911.1653650233)>.

<sup>92</sup> A partir da 37ª reunião o resumo e as palavras-chave antecedem o texto na íntegra.

<sup>93</sup> A última tentativa de acessar o *hiperlink* disponível na página da ANPED (<<https://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>>) para a 33ª reunião (<[http://33reuniao.anped.org.br/?\\_ga=2.60832044.1432820582.1653650233-324634911.1653650233](http://33reuniao.anped.org.br/?_ga=2.60832044.1432820582.1653650233-324634911.1653650233)>) foi feita em 31/01/2023, sem sucesso.

<sup>94</sup> Na verdade, conseguimos acessar os trabalhos apresentados no GT 23 buscando-os na *internet* a partir dos títulos deles, disponíveis no Relatório do GT 23 da 33ª reunião. Aparentemente a página principal do evento está inacessível, mas os trabalhos continuam espalhados pela *web*.

pormenorizada as atividades desenvolvidas durante cada evento e em cada ano pela coordenação e membras/os do GT, respectivamente. Apenas os dos encontros que ocorreram até 2013 estão disponíveis na Biblioteca da ANPEd<sup>95</sup> e não houve resposta da parte da secretaria da entidade. Como eles são parte imprescindível da pesquisa documental desenvolvida, tivemos que solicitá-los diretamente aos/às coordenadores/as do GT em cada época, e o professor Fernando Seffner prontamente atendeu nossa solicitação<sup>96</sup>. Como uma última tentativa entramos novamente em contato em novembro de 2022 com a secretaria e dessa vez sim tivemos uma resposta positiva: foram enviados os arquivos que faltavam, com exceção dos de 2016 e 2017, que segundo a secretaria não foram entregues para a ANPEd<sup>97</sup>. Com os relatórios em mãos, conseguimos complementar as análises das relações estabelecidas pelo GT ao longo dos anos e também a lista de pesquisadoras/es que ocuparam alguma função no interior do GT 23 em seus anos de existência, o que resultou em enorme ganho para nossa pesquisa.

### **3.2. Uma análise comparativa entre as características gerais dos trabalhos sobre gênero e sexualidade**

É relevante retomar e atualizar alguns aspectos presentes na discussão acadêmica sobre gênero e educação no Brasil, ou seja, realizar uma análise comparada entre um momento inicial da abordagem acadêmica do tema, entre

---

<sup>95</sup> O que pode ser conferido em <<https://www.anped.org.br/documentos/relatorios?title=gt23>>. A última busca foi feita em 08/01/2023.

<sup>96</sup> Queremos deixar registrado um agradecimento especial à professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho e ao professor Fernando Seffner pela gentileza de nos auxiliarem na busca e pelo compartilhamento dos documentos.

<sup>97</sup> Na página da Biblioteca da ANPEd (<https://www.anped.org.br/biblioteca>) consta uma mensagem para entrar em contato pelo e-mail <[portal@anped.org.br](mailto:portal@anped.org.br)> se algum arquivo não for localizado ali. Quando solicitamos estes documentos pela primeira vez por este endereço de e-mail, a pessoa responsável pela Secretaria da ANPEd enviou *links* para os trabalhos apresentados nos eventos. Quando retornamos o contato dizendo que não eram aqueles documentos que precisávamos, não houve mais resposta. Tentamos novamente, no início de 2022, mas o *e-mail* voltava com a mensagem de que o endereço não foi encontrado. Só no final do ano, como uma última tentativa, tivemos uma resposta positiva. Em pesquisa sobre este assunto encontramos no Relatório de Atividades da diretoria - dez/2015 a dez/2016 que em 2016 a biblioteca contava com 3.324 itens e, em 26 de novembro de 2022, nosso último acesso antes da finalização do texto, contava com apenas 3.814. Essa pequena diferença parece ser um indício de que estão sendo acrescentados arquivos novos, mas os antigos não foram ainda incorporados.

1980-2000 e o seguinte, já dos anos 2000 até os dias atuais, no interior da ANPEd, no sentido de conseguir estabelecer um quadro de rupturas e permanências na produção nacional sobre gênero, sexualidade e educação. Ao analisar alguns artigos nos quais constam balanços da produção sobre gênero e educação<sup>98</sup>, Ferreira e Nunes (2010) chegam a algumas conclusões relevantes sobre as características mais marcantes da produção científica sobre o tema entre os anos 1980-2000, principalmente. Arrolamos abaixo as que elas destacam:

[...] autoria predominantemente feminina; centralização da produção nas regiões Sudeste e Sul, mais intensamente em algumas instituições das mesmas; maior quantidade de trabalhos identificada sob a palavra-chave “mulher”, com menor presença dos descritores “relações de gênero” ou “gênero” e “homem”. Fala-se, também, no caráter disperso da produção, que versa sobre temáticas muito variadas, enquanto deixa a descoberto outras de pertinência para a agenda educativa; na presença muito pequena de artigos sobre educação nas revistas feministas e de artigos sobre gênero nas revistas educacionais (FERREIRA; NUNES, 2010, p.3).

Essas características são bastante reveladoras do estado da discussão no período anterior à criação do GT 23, pois expõe certa dispersão, segregação e descontinuidade na produção acadêmica na área, coerente com o que já discutimos no Capítulo 2 desta tese, o que demonstra que há inflexões da trajetória teórica da discussão sobre gênero e seu desenvolvimento histórico no interior da ANPEd. Além disso, como apontamos ao tratar sobre os limites do campo/subcampo, ilustra um impasse na divulgação da produção sobre gênero e suas interlocuções com a educação: existiriam poucas produções sobre gênero nas revistas educacionais e pouco conteúdo sobre gênero e educação nas principais revistas feministas. Podemos, em alguma medida, comparar esses dados com as características das produções já no interior da ANPEd, com

---

<sup>98</sup> Os balanços examinados pelas autoras foram baseados em “dissertações e teses encontradas em bibliotecas do estado de São Paulo (BRUSCHINI; AMADO, 1988); (n)a revista Cadernos de Pesquisa (ROSEMBERG; AMADO, 1992); dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Educação (GONÇALVES; GONÇALVES E SILVA, 1998; VIANNA, 2001); (n)a base de teses e dissertações de Programas de Educação/ANPEd no período 1981-1998, (n)o diretório de pesquisadores/as Quem pesquisa o quê em Educação: 1998, e (n)as coleções das revistas Educação & Realidade, Cadernos de Pesquisa, Educação e Pesquisa, Caderno Espaço Feminino, Cadernos Pagu e Estudos Feministas (ROSEMBERG, 2001)” (FERREIRA; NUNES, 2010).



Analisando apenas as palavras-chave disponibilizadas por autoras e autores<sup>101</sup> (Apêndice 4), percebemos que há uma mudança relevante com relação ao período anterior quando consideramos as que constam nos trabalhos e pôsteres apresentados no interior do GT23. Entre as mais citadas (agrupadas por palavras derivadas, como em “sexual”, “sexualidade”, “sexualidades”) estão aquelas que compõe o título e o interesse central do GT 23, ou seja, “gênero”, “sexualidade” e “educação”: isso não é uma surpresa, mas aponta para uma coerência na seleção dos trabalhos que foram apresentados no GT.

A aparição dos termos “docente” e “escola” entre os mais utilizados parece demonstrar que há uma predileção pela análise do processo de educação que ocorre em estabelecimentos escolares, ou ainda que, por mais que as abordagens metodológicas mais adotadas no interior do GT trabalhem com uma diversidade de artefatos culturais (livros, *sites*, filmes, jornais, *memes*, *podcasts*, revistas, redes sociais etc), que circulam em diversos espaços educativos, é a relação deles com a educação escolar que ganha destaque nas análises empreendidas. “Mulheres”, que agrupa “mulher”, aparece apenas em um segundo grupo, junto não com “homem”, mas com “masculinidades” (que abrange o seu singular), termos de uso recorrente para a abordagem de questões tidas como masculinas quando se trata dos estudos de gênero como mencionamos no Capítulo 2 desta tese.

**Figura 3:** Frequência da utilização de termos nas palavras-chave de trabalhos e pôsteres apresentados nos demais GT's (2004-2021)

---

101 Nos Apêndices 1 e 2 é possível verificar que, apesar da solicitação deste item nas regras de submissão dos trabalhos à ANPEd, em alguns casos não houve a apresentação dessa informação.



binárias. Essas pessoas questionam e se opõem às normas de gênero estabelecidas socialmente para mulheres e homens, assim o nome adotado por elas pode não estar alinhado com o que se convencionou para a identidade de gênero pela qual transita. Ainda assim, na maioria dos casos há o alinhamento entre a convenção social em torno do nome e a identidade de gênero adotada, e no caso de mulheres e homens *trans* para as/os quais isso não é uma questão há a receptividade ao nome social no interior da ANPEd. Assim, segundo Ferreira e Nunes (2010), no que tange ao sexo de quem pesquisava os temas em pauta

[...] a maioria esmagadora é do sexo feminino, tal como já foi encontrado em outros estudos [...]. No período 2000-2003, temos 55 trabalhos de autoria feminina, 5 de autoria masculina, com 2 trabalhos feitos em parceria por homens e mulheres (houve um trabalho sem identificação de autoria). Em 2004-2006 as cifras são de 78 trabalhos escritos por mulheres, 10 por homens e 7 de autoria conjunta (p. 9).

No período sistematizado nesta parte da pesquisa (2007-2021) encontramos os seguintes números: no total, somando os trabalhos apresentados no GT 23 e fora dele, houve 237 trabalhos de autoria feminina, 67 masculina e 35 fruto de parceria entre homens e mulheres, quando consideramos os que foram apresentados no GT 23 e fora dele. Ou seja, é incontestável a predominância das mulheres nos estudos de gênero e sexualidade, ainda que a participação masculina venha crescendo ao longo do tempo. É relevante destacar, entretanto, que a leitura dos resumos permite que afirmemos que os pesquisadores que atendem por um nome masculino, em sua maioria, pesquisam temas relacionados à transexualidade e masculinidades.

Com relação à distribuição espacial dos/as pesquisadores/as pelo território brasileiro de acordo com a localização da instituição mencionada por eles/as, trazemos na tabela abaixo uma representação dessa situação. Esses são os dados de 2007-2021, somando trabalhos completos/resumos expandidos/trabalhos excedentes (quando houve) e pôsteres apresentados no interior do GT 23 e nos demais GT's:

**Tabela 1:** Número de trabalhos apresentados na ANPEd por pesquisadores/as de cada estado brasileiro (2007-2021)

Região	Estado	Sigla	Quantidade de trabalhos no GT 23	Quantidade de trabalhos em outros GT's	Total
Centro-Oeste	Goiás	GO	1	0	1
	Mato Grosso	MT	4	2	6
	Mato Grosso do Sul	MS	12	3	15
	Distrito Federal	DF	0	3	4
Norte	Acre	AC	0	0	0
	Amazonas	AM	0	2	2
	Amapá	AP	0	0	0
	Pará	PA	11	3	14
	Rondônia	RO	1	0	1
	Roraima	RR	1	0	1
	Tocantins	TO	0	3	3
Nordeste	Alagoas	AL	0	0	0
	Bahia	BA	4	3	7
	Ceará	CE	2	1	3
	Maranhão	MA	1	0	1
	Piauí	PI	0	1	1
	Pernambuco	PE	2	4	6
	Paraíba	PB	8	4	12
	Rio Grande do Norte	RN	0	0	0
	Sergipe	SE	3	0	3
Sudeste	Espírito Santo	ES	0	3	3
	Minas Gerais	MG	34	19	53
	São Paulo	SP	8	11	19
	Rio de Janeiro	RJ	27	23	50
Sul	Paraná	PR	23	5	28
	Rio Grande do Sul	RS	51	19	70
	Santa Catarina	SC	8	6	14
Autoria conjunta			14	9	22
<b>Total</b>			215	124	339

**Fonte:** Dados coletados no site da ANPEd ([www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)) e sistematizados nos Apêndices 1 e 2 desta tese.

Ao analisar estes dados notamos que Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro concentram mais da metade do total de trabalhos apresentados sobre gênero e sexualidade na ANPEd no período de 2007 a 2021. Destacamos a posição do Rio Grande do Sul, de onde vem mais de 20% das produções, vantagem que se faz ainda mais presente se tomarmos apenas os trabalhos

apresentados no interior do GT 23 (51 de um total de 215 trabalhos e pôsteres, totalizando 23,7% das produções). Este é um cenário muito parecido com o delineado pelos trabalhos de 1980-2000 e pela pesquisa levada a cabo e já mencionada (FERREIRA; NUNES, 2010, p.10), que considera o período entre 2000 e 2006.

Esses resultados nos auxiliam a perceber que, no interior da ANPEd, o quadro da produção em gênero e sexualidade sofreu alterações no que diz respeito à comparação com um momento anterior, mas de forma pouco contundente. Há um processo de modificação em curso que carrega marcas apontadas enquanto limites em 2010 por Ferreira e Nunes, como a autoria majoritariamente feminina dos trabalhos – mas comparando com 2000-2003, quando as autorias masculinas não chegavam a 10%, notamos que houve um incremento significativo – e a concentração dos trabalhos nas regiões sul e sudeste do país. A maior diferença parece ser na adoção do termo gênero, que supera o uso de mulher(es) no interior do GT 23 no período abordado por nós e, no que diz respeito aos demais GT's, parece haver um encaminhamento para esta mesma situação.

No que diz respeito aos GT's que mais incorporam a discussão de gênero e sexualidade fora do GT 23 desde 2004, três fazem parte da subárea 2: o GT 3 (Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos) com 19 trabalhos, o GT 21 (Educação e Relações Étnico-Raciais) com 18 trabalhos e o GT 6 (Educação Popular) com 17 trabalhos. Fora da subárea, figuram o GT 7 (Educação de Crianças de 0 a 6 anos) com 17 trabalhos, o GT 12 (Currículo) com 14 trabalhos e o GT 14 (Sociologia da Educação) com 13 trabalhos. Antes da fundação do GT 23 a hegemonia da produção sobre gênero e sexualidade recaía sobre os GT 2 (História da Educação) e GT 7 (Educação de Crianças de 0 a 6 anos) (FERREIRA, CORONEL, 2017, p. 824), então é possível perceber que há uma diversificação ao longo do tempo dos GT's receptivos aos temas relacionados à diversidade sexual e de gênero na ANPEd.

Entretanto, salta aos olhos a falta de trabalhos em GT's específicos, como o GT 17 (Filosofia da Educação), que não teve nenhum trabalho apresentado de 2000 até 2021, e os GT's 5 (Estado e Política Educacional), 11 (Política da Educação Superior) e o 15 (Educação Especial), com apenas um trabalho apresentado em todo o período sobre o tema. Ferreira e Coronel (2017), ao

constatar essa mesma situação no levantamento que fizeram até 2011, comentam que

[...] há lugares em que o gênero simplesmente não existe, não importa, não interessa. GTs antigos, alguns deles existentes praticamente desde a organização da ANPEd em forma de grupos de trabalho, não têm oferecido espaço ao gênero, com duas hipóteses plausíveis: ausência de investigações no cenário nacional ou, caso se apresentem trabalhos ao grupo, falta de competitividade em relação àqueles que vêm sendo aprovados para apresentação nas reuniões (FERREIRA, CORONEL, 2017, p. 824).

Infelizmente não pudemos nos aprofundar nas hipóteses aventadas pelas autoras, mas, de qualquer maneira, é relevante destacar que a seleção de trabalhos não está a cargo necessariamente das/os membras/os do GT. De acordo com o Regulamento do Comitê Científico da ANPEd (ANPEd, 2017) esse processo se dá no âmbito na subárea, o que parece dificultar que se trate de exclusão intencional dos trabalhos, casos eles existam e sejam submetidos para avaliação. Assim, há indícios de que essa falta seja a materialização de um limite persistente no campo educacional, mas não só nele. No campo da filosofia, por exemplo, é conhecida a falta de espaço para as questões de gênero, e isso porque ela

[...] sempre se apresentou e, em geral, ainda se apresenta como um conjunto supostamente universal, imparcial e neutro de pensamentos. Em outras palavras, identifica-se a filosofia com um conjunto de pensamentos sem gênero. Mas, a filosofia e suas narrativas realmente não têm gênero? Para discorrer sobre o assunto, talvez tenhamos que considerar pelo menos duas perspectivas. Uma delas diz respeito ao que efetivamente ocorre na história da filosofia e o que ocorre é o protagonismo masculino. [...] Uma outra perspectiva de reflexão sobre filosofia e gênero, a partir do gênero na filosofia, diz respeito à natureza da própria filosofia. A filosofia é crítica, formulação de questionamentos e desestabilização de posturas enraizadas. O fazer filosófico nos exige reflexões e revisões constantes a respeito da filosofia, de suas narrativas e de seus protagonismos. Isto pode se dar por distintos caminhos, um deles é o reconhecimento do trabalho de filósofas na história do pensamento filosófico, o qual pode proporcionar um novo olhar sobre o cânone filosófico (LEAL, 2021, *s.p.*).

O texto de Halina Leal, cujo título é justamente “Filosofia e gênero”, retoma algumas das questões abordadas de forma aprofundada por nós no Capítulo 2: a ideia de que a universalidade, a imparcialidade e a neutralidade imputada à

ciência – e no caso também à filosofia – a faria mais rigorosa, quando na verdade se expressa como um limite ao reconhecimento da diversidade humana, de seus conhecimentos específicos e de suas experiências de vida. A ideia defendida aqui é que, ao reconhecer seus limites e buscar a superação deles, esses modos de conhecimento se ampliam e produzem um conhecimento mais acurado sobre a humanidade, conforme o caminho que a discussão sobre o campo teórico do gênero nos indica.

Cabe ainda um comentário mais geral sobre as temáticas abordadas pelos trabalhos. Ainda que não tenha sido possível realizar uma sistematização mais rigorosa sobre os temas abordados nos trabalhos sobre gênero e diversidade no interior da ANPEd, nossa impressão a partir da leitura e sistematização deles é que a dispersão é ainda uma realidade. No que diz respeito aos trabalhos apresentados no interior do GT 23, parece que a perspectiva teórico-metodológica atua como um catalisador, gerando certa unidade a parte deles, mas os temas são bastante diversos. As palavras-chave anteriormente analisadas e expostas nos Apêndices 5 e 6, mas especialmente no 5, auxiliam na materialização da dispersão percebida: ainda que haja um grupo de palavras comuns a alguns trabalhos, é longa a lista das que aparecem apenas uma vez.

Iniciamos a análise da empiria de nossa pesquisa com essa comparação entre um período anterior abordado por Ferreira e Nunes (2000 a 2006) e Ferreira e Coronel (2017) e os dados que levantamos no período seguinte, de 2007 a 2021, explorando as informações que compõe o *corpus* empírico da presente pesquisa. Esses dados permitem afirmar que há transformações em curso, mas que elas coexistem com permanências relevantes. Na próxima parte nos aprofundamos em alguns números com relação ao período completo de existência do GT, ou seja, 2004-2021.

### **3.3. Os números no interior do GT 23 da ANPEd (2004-2021)**

No subtítulo anterior realizamos comparações com os números trazidos por Ferreira e Nunes (2010), principalmente no sentido de dar continuidade a um trabalho já realizado por um grupo que também se preocupou com a constituição

e legitimação deste espaço. Daqui em diante, todavia, o exercício feito é o de, a partir do conhecimento que já foi adquirido sobre o subcampo, testar algumas possibilidades analíticas mais amplas. Um primeiro movimento neste sentido é o de expor o total de trabalhos apresentados no GT (2004-2021) e sua distribuição espacial pelo país segundo os dados disponíveis no Apêndice 1.

Coerente com o que vem sendo discutido, notamos ao analisar os dados do Apêndice mencionado, sistematizado nas Tabelas 1 e 2, a concentração dos trabalhos na região sul e sudeste, refletindo, por exemplo, o predomínio dos cursos de pós-graduação em determinadas regiões do Brasil. Isso, entretanto, explica apenas parte dessa problemática, uma vez que, partindo do total de 167 programas de pós-graduação que compõem o FORPREd<sup>102</sup>, por exemplo, temos o seguinte quadro por região: a região sudeste conta com 63 programas vinculados; a região sul, com 40 programas; a região nordeste, com 31; a centro-oeste com 18 programas; a região norte conta com 15 programas. Ou seja, a região sudeste supera a sul em números de programas de pós-graduação em educação filiados à ANPEd, aparecendo em segundo lugar na quantidade de trabalhos. A região sul e a região nordeste também possuem uma quantidade próxima de programas de pós-graduação em educação filiadas à ANPEd, 40 e 31, respectivamente, e a diferença na quantidade de trabalhos em cada uma delas (22 e 95, respectivamente) é bastante representativa.

Ao longo da trajetória do GT 23 e da ANPEd, várias foram as manifestações sobre essa problemática e a menção a tentativas de sanar a desigualdade estabelecida. Uma delas, mais ampla e já citada, se refere ao local de realização da reunião. Assim, dividimos o número total de trabalhos completos, pôsteres e trabalhos excedentes, quando houve, em 2 grupos: o primeiro, de 2004 a 2010, quando as reuniões aconteceram todas em Caxambu/MG; e o segundo, de 2011 a 2021, com as reuniões que passaram a ser itinerantes. No primeiro grupo contabilizamos 117 trabalhos; no outro, foram

---

<sup>102</sup> Conforme mencionado no Apêndice 7 o FORPREd é a instância permanente que organiza os sócios institucionais da ANPEd, ou seja, os programas de pós-graduação em educação brasileiros na pessoa de suas/seus coordenadores/as. A lista de associados institucionais da ANPEd está disponível e pode ser conferida em <[https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/lista\\_de\\_socios\\_institucionais\\_da\\_anped\\_fev.2022.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/lista_de_socios_institucionais_da_anped_fev.2022.pdf)>. Alertamos, entretanto, que essa lista não está completa: em contato com a secretaria da ANPEd recebemos uma lista na qual constam 167 programas, e não 165 como no documento disponibilizado no *link*.

computados 144 trabalhos e 17 foram os realizados em parceria interestadual/interinstitucional durante todo o período (2004-2021).

**Tabela 2:** Número de trabalhos apresentados no GT 23 da ANPEd dividido por período (2004-2010 e 2011-2021), por estado da federação e por região

	2004-2010		Total regional	2011-2021		Total regional
	Estado	Nº		Estado	Nº	
Região centro-oeste	GO	0	4	GO	1	14
	MT	1		MT	3	
	MS	3		MS	10	
	DF	0		DF	0	
Região norte	AC	0	3	AC	0	10
	AM	0		AM	0	
	AP	0		AP	0	
	PA	2		PA	9	
	RO	1		RO	0	
	RR	0		RR	1	
	TO	0		TO	0	
Região nordeste	AL	0	2	AL	0	20
	BA	0		BA	4	
	CE	0		CE	2	
	MA	0		MA	1	
	PI	0		PI	0	
	PE	1		PE	1	
	PB	1		PB	8	
	RN	0		RN	1	
	SE	0		SE	3	
Região sudeste	ES	0	63	ES	0	42
	MG	20		MG	21	
	SP	20		SP	6	
	RJ	23		RJ	15	
Região sul	PR	7	37	PR	17	58
	RS	27		RS	36	
	SC	3		SC	5	
Total	109			144		

**Fonte:** trabalhos sistematizados no Apêndice 1 a partir dos trabalhos disponíveis na página da ANPEd na *internet*.

Os dados mostram que houve um aumento no número de trabalhos apresentados em todas as regiões, com exceção da região sudeste, que passou de 63 no intervalo 2004-2010 para 42 no período seguinte, sendo ultrapassada

pela região sul em número de trabalhos no segundo período. Ainda que não seja possível afirmar que toda essa diferença ocorra por causa da localização da reunião, é bastante emblemático que tenha ocorrido uma queda tão grande dos trabalhos apresentados justamente na região que deixou de receber a reunião com recorrência. É relevante aqui lembrar que, embora Caxambu seja um município pertencente ao estado de Minas Gerais, a cidade fica mais próxima da capital de São Paulo e do Rio de Janeiro do que de Belo Horizonte. Apenas Minas Gerais aumentou em um o número de trabalhos, mas se trata de uma diferença nada expressiva se considerarmos que o número total de trabalhos foi maior no segundo período. Dessa forma, como o número de estados com ao menos um trabalho também aumentou, o objetivo de democratizar o acesso às reuniões nacionais por meio da itinerância delas parece estar lentamente surtindo efeito, ao menos no que diz respeito ao GT 23.

No artigo de Constantina Xavier Filha e Claudia Maria Ribeiro (2013), que se debruçou sobre os 10 primeiros anos de existência do GT 23, o maior número de trabalhos ainda estava na região sudeste. No entanto, como as autoras dividem o período em dois grupos de 5 anos, é possível perceber que já há um crescimento de trabalhos advindos da região sul no segundo quinquênio (2009-2013). Ainda que na soma dos valores nos dois períodos haja mais trabalhos na região sudeste (105 trabalhos), atualmente a prevalência de trabalhos no sul do país é incontestável. São 95 em todo o tempo de existência do GT, passando a ocupar o primeiro lugar com o aumento no segundo período. O número de universidades gaúchas que compuseram os trabalhos do GT também é bastante grande. Levando em consideração as universidades que tiveram mais de um/a representante e as parcerias interinstitucionais desmembradas, temos: UFRGS (30 trabalhos), UNIJUÍ (11 trabalhos), ULBRA (11 trabalhos), UNISINOS (6 trabalhos), UFPEL (5 trabalhos), FURG (4 trabalhos) e o IF-Farroupilha (2 trabalhos).

Lembramos que a UFRGS, que aparece com um número bastante superior ao segundo lugar, é a universidade a qual se vincula Guacira Lopes Louro, fundadora do GT e também do GEERGE<sup>103</sup>, Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, sediado na UFRGS desde o início da década

---

<sup>103</sup> As informações sobre o grupo foram obtidas em <<https://www.ufrgs.br/geerge/>>.

de 1990 e um dos mais antigos do Brasil sobre o tema. Não podemos deixar de mencionar também Dagmar Estermann Meyer, que atuou nos primeiros anos do GT, tendo sido co-fundadora do GEERGE ao lado de Guacira Lopes Louro e, como veremos adiante, foi orientadora de grande parte dos nomes que ao longo da trajetória do GT ocuparam um lugar de destaque em seu interior. Essa é, com certeza, a origem de um núcleo duro do GT 23 da ANPEd, que conseguiu se manter e ampliar sua participação ao longo do tempo de existência do GT 23. A UFRGS também possui uma linha de pesquisa específica para a discussão de gênero e sexualidade chamada “Educação, sexualidade e relações de gênero”, que conta atualmente com a presença do professor Fernando Seffner e da professora Jane Felipe de Souza.

Em que pese a diferença de 35 trabalhos no total de um período para o outro, é possível afirmar que houve um aumento significativo nas regiões que contavam com menos participações no período 2004-2010. No caso da região centro-oeste, este número foi impulsionado por Mato Grosso do Sul, que passou de três para dez trabalhos. Na região norte, o responsável foi o Pará, que passou de dois para nove trabalhos. Na região nordeste, houve um aumento mais pulverizado entre os estados puxado pela Paraíba, que passou de um para oito. A partir disso, então, olharemos com maior cuidado para estes estados.

No caso da região centro-oeste, estes números foram impulsionados pela atuação da professora da UFMS - Campus Campo Grande, Constantina Xavier Filha. Ela própria apresentou trabalhos individuais em 2006, 2007, 2009, 2011 e um em conjunto com uma orientanda em 2019. Além disso, outros quatro trabalhos apresentados foram de orientandas/os de mestrado dela. Ou seja, direta ou indiretamente ela é responsável por oito dos 13 trabalhos apresentados por pesquisadoras/es do Mato Grosso do Sul ao longo de todo o tempo de existência do GT. Outro nome que desponta e parece ganhar evidência na região é o de Tiago Duque, que atua no mestrado em Educação do campus Pantanal/Corumbá da UFMS e realizou um pós-doc na UFRGS. Ele se apresentou individualmente em 2017, 2019 e 2021.

Na região norte, quem obteve destaque é a professora Lucélia de Moraes Braga Bassalo, da UEPA. Ela própria apresentou trabalhos individuais em 2010, 2011, 2015 e em 2021 um trabalho conjunto com José Damião Trindade (UFT), fruto de um projeto aprovado no Edital 2018 da PROCAD-Amazônia, que tem

um eixo específico para os trabalhos realizados sobre gênero e sexualidade na região<sup>104</sup>. Ela ainda foi coorientadora de Edwana Nauar de Almeida, que apresentou trabalho em 2017 e defendeu o mestrado em educação na UFPA, e orientadora de Jardinélio Reis da Silva, que se apresentou em 2021. Os trabalhos cuja vinculação citada foi com a UFPA são mais dispersos, de professoras da instituição em sua maioria. O único caso de uma linha de orientação entre os trabalhos da UFPA é o de Sônia Maria da Silva Araújo, que apresentou trabalho em 2010, e foi orientadora de Adriane Raquel Santana de Lima, que se apresentou em 2017.

Com relação à região nordeste, foram nove os trabalhos apresentados da mesma região mais dois em parceria interestadual desde 2004. A professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho é a grande responsável pelas apresentações: todos os trabalhos foram desenvolvidos sob a sua orientação, ou produzidos em parceria com colegas de outras universidades. No caso de Alcidésio de Oliveira da Silva Júnior, que apresentou o trabalho resultante de seu mestrado na 40ª reunião, ele foi orientando de Jane Félix da Silva, e ela é que foi orientada por Maria Eulina Pessoa de Carvalho.

Assim, concluímos que os aumentos verificados nestas regiões dependeram bastante de uma pesquisadora que se apresentava como única representante de seu estado entre 2004-2010 e que no período seguinte conseguiu expandir a presença estadual por meio dos vínculos de orientação. Ou seja, o aumento nestas regiões se deve às movimentações e adoção de estratégias de reprodução, o que não é diferente do que acontece na região sul, no que diz respeito aos “descendentes” diretos de Guacira Lopes Louro e Dagmar Estermann Meyer. Lembramos que “as estratégias de reprodução têm, por princípio, não uma intenção consciente e racional, mas as disposições do *habitus*, que tende espontaneamente a reproduzir as condições de sua própria produção” (BOURDIEU, 2020, p. 26), o que pode se manifestar na adoção de

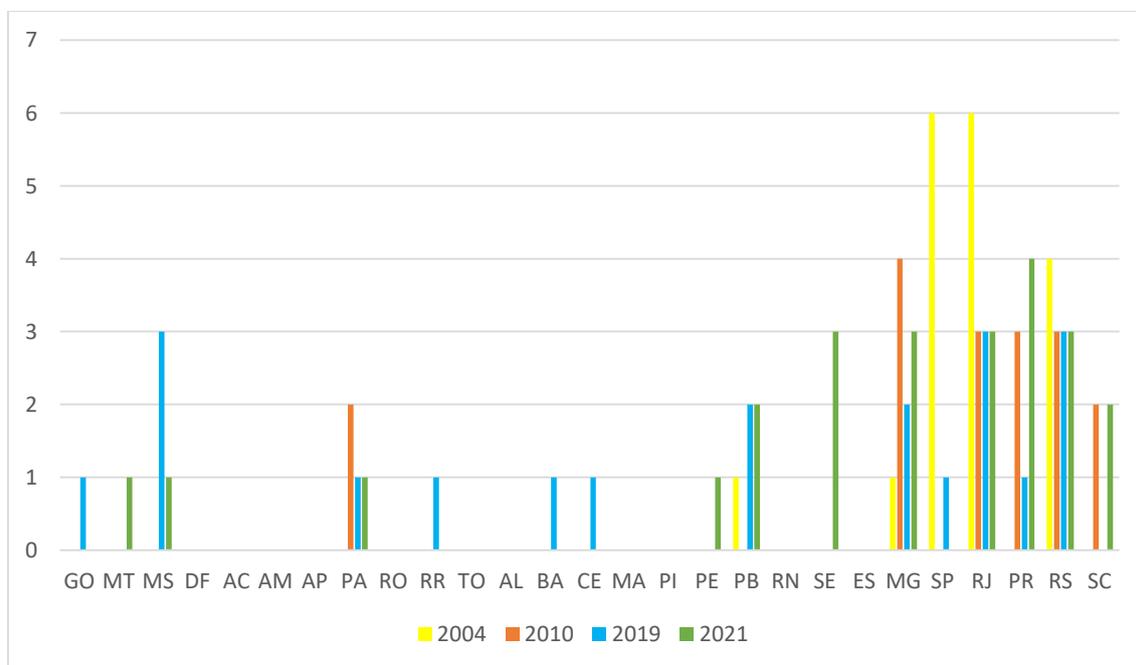
---

<sup>104</sup> Consta no currículo lattes da professora Lucélia de Moraes Braga Bassalo que ‘especificamente, para o eixo temático 7 - Gênero, Sexualidade e Interculturalidade, foi elaborado o subprojeto intitulado "Interculturalidade no campo da diversidade sexual e gênero na Região Norte: aproximações e distanciamentos" que visa responder a seguinte questão: de que modo a interculturalidade aparece nas pesquisas realizadas sobre Gênero e Sexualidade em quinze programas de pós graduação em educação na região norte?’ (<http://lattes.cnpq.br/6941089571024585>). Acreditamos que esta é uma parceria que pode aumentar a participação da região norte.

um referencial teórico comum ou na escrita do texto em conjunto, por exemplo, fazendo valer o conhecimento que a/o orientador/a tem do *ethos* mobilizado no interior do GT 23.

No que tange à 40ª reunião, que ocorreu *online*, fizemos algumas comparações para saber se ela serviu para ampliar o número de pesquisadoras/es participantes representando estados que não estiveram presentes em um primeiro momento da existência do GT 23. Primeiramente, selecionamos os dados referentes à primeira reunião, em 2004, e fizemos o mesmo com a 39ª, em 2019, que ocorreu presencialmente em Niterói/RJ, ou seja, a última ocorrida presencialmente. Depois selecionamos a 33ª reunião, em 2010, por distar exatamente cinco reuniões da primeira e da penúltima e poder ter uma visibilidade ao longo de um intervalo de tempo mais uniforme. Ao comparar os números destas quatro reuniões – 27ª, 33ª, 39ª e 40ª – o resultado foi o seguinte:

**Gráfico 1:** Distribuição regional dos trabalhos apresentados em 2004, 2010, 2019 e 2021



**Fonte:** Dados sistematizados no Apêndice 1 a partir dos dados disponíveis na página da ANPEd.

Como é possível perceber, houve uma grande alteração no cenário dos estados representados. Em 2004, apenas cinco estados foram os responsáveis por todas as apresentações, e só um trabalho era de fora do eixo sul-sudeste. Em 2010, há uma tímida alteração, com seis estados presentes e, como em 2004, apenas um que não pertencia ao sul ou ao sudeste, ou seja, presença e representatividade muito restrita do ponto de vista geográfico com relação à autoria de trabalhos apresentados.

Em 2019, por sua vez, são 12 os estados representados, com uma maior dispersão pelo território brasileiro: há trabalhos de todas as regiões, ainda que os maiores números continuem estando nas regiões sul e sudeste. Há ainda, em 2019, uma parceria interestadual não contabilizada neste número entre pesquisadores/as da Bahia e do Rio Grande do Norte. Em 2021, por sua vez, são 11 estados com apresentação de trabalho e mais três parcerias interestaduais entre Amazonas e Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e Pará e Tocantins. Esses dados mostram que a ocorrência *online* da 40ª reunião não fez, por si só, com que um número maior e mais diverso de pesquisadoras/es fizesse parte dos apresentadores/as de trabalho, mas sim que ele parece dar continuidade à tendência que já se fez presente anteriormente com maior diversificação de estados.

O exercício realizado neste subtítulo nos remete a algumas inflexões do subcampo abordado. As possibilidades analíticas vislumbradas partiram de aspectos mais gerais, como a distribuição espacial dos trabalhos para, a partir da constatação de que houve estados que se destacaram nos anos de existência do GT 23, entender se era possível mapear quais pesquisadoras/es eram responsáveis tanto pelo grande número de trabalhos advindos da UFRGS, quanto pelo aumento verificado nas demais regiões.

Foi possível, a partir desse procedimento, verificar que sim, existem pesquisadoras – que vêm apresentando trabalhos com constância desde os primeiros anos de funcionamento do GT – consolidando sua presença e aumentando gradativamente a participação estadual e da universidade em que atuam por meio dos vínculos de orientação. Do mesmo modo, verificamos qual havia sido o impacto da ocorrência *online* da 40ª reunião na diversificação estadual das/os pesquisadoras/es e descobrimos que ela deu continuidade a um processo que já estava em andamento conforme dados analisados sobre a 39ª

reunião nacional, ocorrida em 2019 presencialmente em Niterói. No próximo subtítulo continuamos lapidamos essa peça de mármore, expondo mais nitidamente os contornos de um grupo dominante no interior do GT 23.

### **3.4. Notas sobre o estabelecimento de uma hierarquia acadêmica**

Nos tópicos anteriores realizamos um levantamento dos trabalhos apresentados ao longo dos anos de 2004 a 2021 sobre gênero, sexualidade e educação e uma análise do número de trabalhos por estado/região, verificando se havia nomes que se destacavam neste cenário. Com a sistematização destes dados conseguimos enxergar um panorama ampliado das/os agentes que atuam neste nível, conhecendo linhas gerais dessa produção, como o nome a partir do qual deduzimos o sexo de quem se apresentou, a frequência de utilização do conceito de gênero, a distribuição geográfica destas/es pesquisadoras/es, etc. e esse tipo de dado traça um importante perfil generalista do GT. No entanto, uma abordagem bourdieusiana nos impele a ir mais fundo nessa empreitada, pois sabemos que o processo

[...] para se tornar pesquisador exige o cumprimento de um ritual de instituição ou de consagração [...] dado em vários momentos. O primeiro, pela formação acadêmica; em seguida, pela ocupação de cargos como professor e pesquisador em universidades e centros de prestígio; após, pela participação em ambientes reconhecidos de produção e de circulação acadêmicas. Isto constituindo verdadeiramente um rito de separação entre aquele que consegue cumprir estas etapas e aquele que pára no meio do caminho. A realização do nome se dará neste universo de pertencimento (HEY, 2008, p. 102).

Em decorrência disso, delineamos um outro grupo no qual foi possível mapear dados sobre orientação e participação em grupos de estudos, por exemplo, o que havia se mostrado inviável de ser feito com a lista de todas/os as/os autoras/es de trabalhos apresentados. Assim, voltando aos Relatórios dos GT's nas reuniões nacionais da ANPEd, fizemos o movimento de destacar todas as pessoas que atuaram na coordenação, vice-coordenação, comitê científico e avaliação como *ad hoc* ao longo dos anos de existência do GT (Apêndice 6). O pressuposto mobilizado na seleção deste grupo é de que as/os agentes sociais “estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e

desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2004, p. 29).

A partir da sistematização desses dados foi possível fazer uma busca mais densa no currículo lattes de cada pesquisador/a listada/o sobre minúcias na formação de cada um/a delas/es, o que auxilia a estabelecer um panorama dos nomes mais expressivos, da distribuição da discussão de gênero entre as universidades, de quem foram as/os orientadoras/es destas pessoas e dos grupos de estudos e pesquisas mais atuantes no interior do GT. Esse procedimento é importante porque nossa fundamentação teórica permite a afirmação de que esse grupo reúne as condições para se estabelecer como uma elite na hierarquia acadêmica do subcampo analisado, e isso reverbera nos demais campos nos quais atuam com a força do capital adquiridos nesta situação e se articula com o que foi abordado no tópico anterior da tese, no sentido de que

[...] o *homo academicus* é gerado no campo acadêmico, ao mesmo tempo em que o estrutura em um dado momento de sua história. As condições históricas de produção desse campo particular são as chaves explicativas das disposições que encontram a possibilidade de realização, mais ou menos completa, nesse universo. O espaço de produção acadêmica em educação superior deve ser entendido em relação ao campo acadêmico mais amplo. Entretanto, esse espaço produz e é produzido por agentes reais – de carne e osso – dotados de capitais específicos, evidenciados nas propriedades levantadas de cada um, os quais permitem sua atuação nele. As transformações que esse espaço vai sofrer serão decorrentes das batalhas ali estabelecidas e que serão induzidas pela entrada de atores com diferentes disposições para a vida acadêmica (HEY, 2008, p. 102-103).

Ana Paula Hey cita nominalmente o espaço de produção acadêmica em ensino superior, foco de sua pesquisa, mas esses princípios podem ser aplicados a qualquer campo/subcampo acadêmico-científico. Essas/es agentes ocupam, neste nível, uma posição que depende já de disposições prévias, adquiridas por meio da universidade de formação, prestígio das/os orientadoras/es, vínculo com grupos de estudos reconhecidos etc., e esse posicionamento impacta depois nas outras esferas da vida acadêmica destas/es pesquisadoras/es. Assim, partindo dos relatórios disponíveis de 2004 a 2021,

compusemos uma lista com 48 nomes. Relembramos, porém, que não tivemos acesso aos relatórios dos anos de 2016, 2017 e 2022, pois eles não foram entregues à secretaria da ANPEd, ou seja, é possível que nem todas as pessoas que atuaram como avaliadores/as *ad hoc*, principalmente, estejam nesta lista.

Com relação aos requisitos necessários para ocupar estas posições, todas/os eram sócias/os e estavam quites com as obrigações estatutárias na época, são no mínimo doutoras/es, pesquisadoras/es da área com produção científica reconhecida, com trabalho aprovado e/ou apresentado no GT23. Na reunião de 2019, a 39ª ocorrida em Niterói, foi reafirmada, ainda, a importância de conhecimento do *ethos* do GT. Dessa forma, notamos que critérios objetivos – estar quite com as obrigações estatutárias e ter o título de doutor/a – e subjetivos – produção *reconhecida* na área e conhecimento do *ethos* do GT – se combinaram para conformar uma série de requisitos necessários para a ocupação destes lugares importantes para o funcionamento do GT, ou seja, para traçar um perfil desejado para que se ocupe tal posição.

Com relação à formação inicial, nesta lista há 45 formados em Pedagogia ou em Educação nos níveis de mestrado e/ou doutorado e/ou estágio pós-doutoral, ou seja, apenas três possuem formação completa em outras áreas – psicologia, sociologia e biologia. Para realizar esse mapeamento das orientações, nos interessa as/os formadas/os em pedagogia e/ou com passagem pela Educação no mestrado, doutorado e/ou pós-doutorado, pois é aí que está o núcleo duro da constituição do GT. Assim sendo, notamos, primeiramente, que 20 dos 45 nomes que em algum momento de sua formação o fizeram na Educação passaram em algum momento pela UFRGS, confirmando a grande participação desta universidade nos espaços representativos do GT.

Entre as outras universidades há uma dispersão entre sul e sudeste, principalmente, sendo as únicas exceções de formação completa fora deste eixo a da professora Lucélia de Moraes Braga Bassalo (UEPA), que realizou sua formação na UFC, na UnB e na UFRN e da professora Ila Maria Silva de Souza (IF-Bahia), que se formou na UEC, UFC e na Universidade Santiago de Compostela, na Espanha. Juntamos a essa informação a de atuação profissional: consta, fora do eixo sul-sudeste, atuação profissional no IF-Bahia, UFPB, UFMS, UFBA, UFAL, UFRB, UFS, UFAM e UEPA. A partir do cruzamento destas informações temos duas primeiras sínteses: a distribuição confirma a

sobrerrepresentação das regiões sul e sudeste no GT e nos aponta um desdobramento disso, de que mesmo nos casos em que atuam em outras regiões do país, a esmagadora maioria das/os pesquisadoras/es que se faz presente em funções importantes para o GT 23 se formou, em algum nível, nas universidades das regiões sul e sudeste.

É relevante para a nossa abordagem enfatizar o perfil profissional e formativo destas/es pesquisadoras/es, a maioria delas/es referências na área e líderes de seus próprios grupos de pesquisa, e em que medida isso se relaciona aos mecanismos de consagração acadêmica. Constatamos, por exemplo, que entre os nomes desta lista há bolsistas de produtividade em pesquisa – PQ pelo CNPq. Essas bolsas são as de mais alto nível do CNPq, destinadas a pesquisadoras/es de destaque em suas áreas. Ela segue uma escala crescente que vai de 2, o primeiro patamar, e segue por 1D, 1C, 1B e 1A, o nível mais alto. Atualmente, são apenas cerca de 15 mil bolsistas em todas as áreas, segundo informação disponível no *site* do CNPq<sup>105</sup>.

Segundo Bourdieu (2004c) o capital científico se investe de duas formas distintas: pode ser *puro*, ou seja, aquele que é “formado pelos louros atribuídos pela apropriação, domínio e contribuição específica para a sedimentação e legitimidade do campo (produção científica)” (BUFREM; NASCIMENTO, 2014, p. 3251), mas também *temporal*, por meio do exercício de cargos políticos relacionados ao campo. No caso da bolsa PQ temos um exemplo de aquisição de capital científico *puro*, ou seja, uma distinção acadêmica obtida por meio da avaliação das/os pares-concorrentes com critérios que respondem a exigências lidas como científicas. O fato de que há a participação dos GT’s no processo interno de consulta nas indicações da ANPEd para composição do Comitê Assessoramento - CA-ED do CNPq<sup>106</sup>, reforça essa ideia de pares-concorrentes, pois elas/es são inclusive pertencentes à ANPEd e indicadas/os pelas/os

---

<sup>105</sup> Essa e outras informações sobre as Bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq podem ser acessadas em <[http://memoria2.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p\\_p\\_id=resultadosportlet\\_WAR\\_resultadoscnpqportlet\\_INSTANCE\\_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=10162#void](http://memoria2.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=10162#void)>.

<sup>106</sup> Segundo o *site* do CNPq os CAs são compostos por “mais de 300 pesquisadores, entre titulares e suplentes, selecionados de acordo com sua área de atuação e conhecimento. Eles são escolhidos periodicamente pelo Conselho Deliberativo (CD), com base em consulta feita à comunidade científico-tecnológica nacional e têm a atribuição, entre outras, de julgar as propostas de apoio à pesquisa e de formação de recursos humanos” (<<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/composicao/comites-de-assessoramento/apresentacao>>).

integrantes da associação. A distribuição de uma bolsa de produtividade com essas características atua como um mecanismo de distinção e consagração no campo acadêmico-científico, pois parte do entendimento de que a legitimidade acadêmica se dá pela acumulação de capital científico distribuído desigualmente entre as/os agentes num determinado campo/subcampo, pautando-se na hierarquia inerente a ele.

Ao todo, 13 pesquisadoras/es deste grupo foram ou são bolsistas PQ: são oito pesquisadores nível 2 (Maria Rita de Assis César da UFPR, Fernando Seffner da UFRGS, Luís Henrique Sacchi dos Santos da ULBRA, Maria Simone Vione Schwengber da UNIJUÍ, Fernando Altair Pocahy da UERJ, Alfrâncio Ferreira Dias da UFS, Thiago Duque da UFMS e Edvaldo Souza Couto da UFBA), duas pesquisadoras nível 1D (Maria Eulina Pessoa de Carvalho, da UFPB, e Cláudia Pereira Vianna, da USP) e dois pesquisadoras/es nível 1C (Paula Regina Costa Ribeiro, da FURG, e Paulo Rennes Marçal Ribeiro, da UNESP-Araraquara). Além destes nomes, há o de Dagmar Estermann Meyer, professora pesquisadora já aposentada da UFRGS, que afirma ter ido do nível 2 ao 1B ao longo de sua trajetória profissional.

Chama a atenção o grande número de homens com bolsas neste grupo, pois num grupo composto por 31 mulheres apenas seis são bolsistas, e de 17 homens, sete são bolsistas. Isso se relaciona às dificuldades enfrentadas pelas mulheres para progredir na carreira acadêmica, uma desigualdade que fica ainda mais gritante quando o gênero é cruzado com questões como o pertencimento racial e a maternidade (MACHADO *et al.*, 2019, p. 37)<sup>107</sup>. Além disso, apenas três destes pesquisadores são de fora do eixo sul-sudeste (Alfrâncio Ferreira Dias, da UFS, Thiago Duque, da UFMS e Edvaldo Souza Couto, da UFBA), uma problemática que já mencionamos como sintoma de uma desigualdade histórica entre as regiões brasileiras no que tange à educação superior como um todo.

Outra questão crucial que se coloca neste sentido são os vínculos de orientação. Essa é uma escolha importante, pois pode impactar – positiva ou negativamente – toda a trajetória posterior do/a pesquisador/a. E isso porque

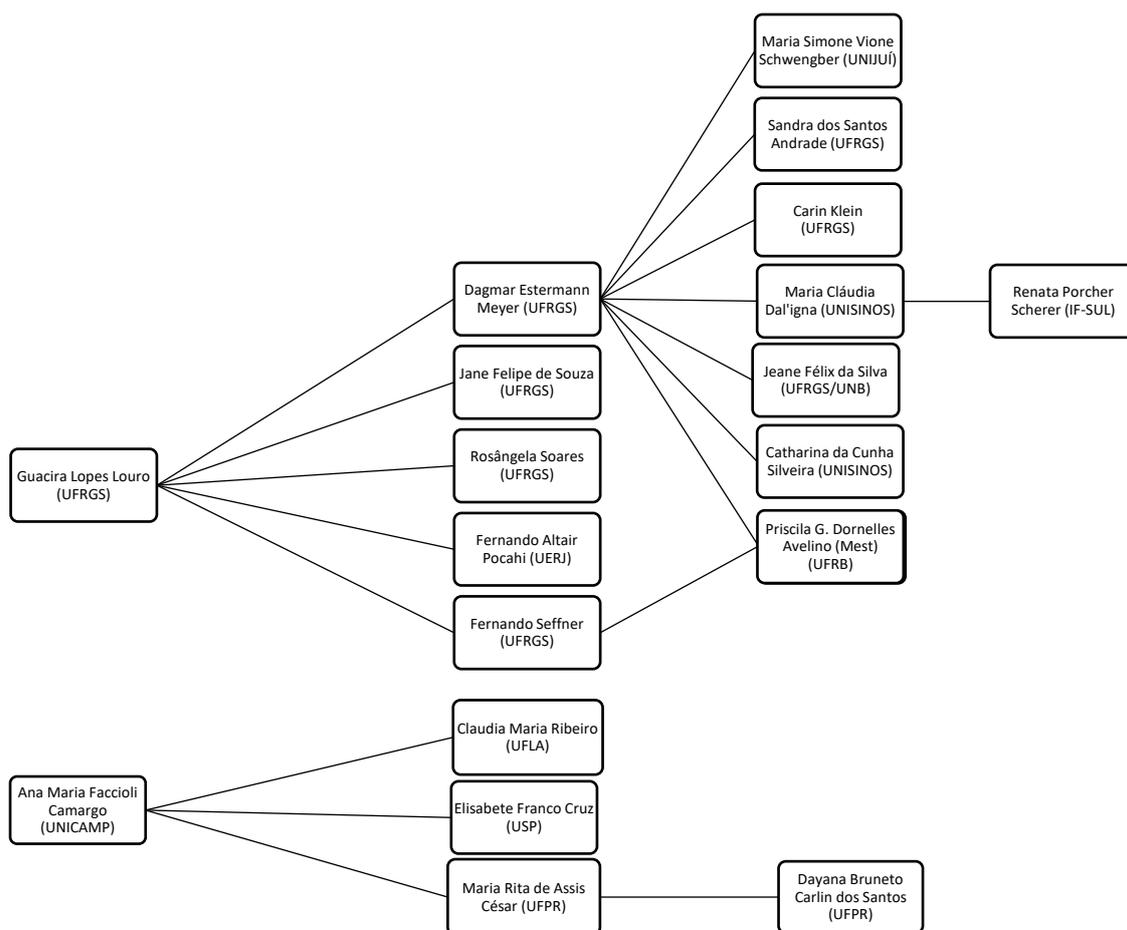
---

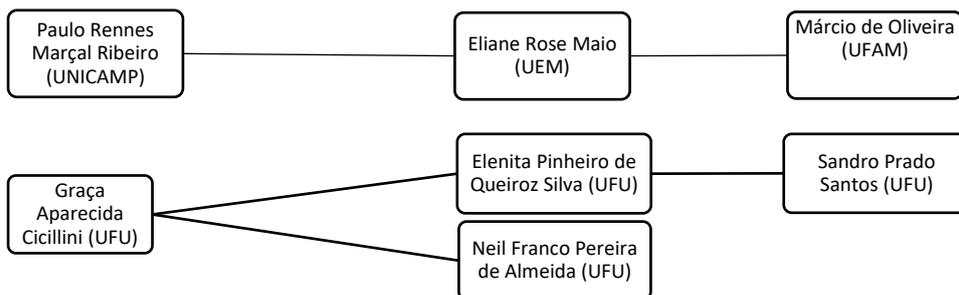
<sup>107</sup> Como aprofundamento deste assunto indicamos todo o trabalho do movimento *Parent in Science*, que surgiu com o intento de fomentar a discussão sobre parentalidade no campo científico brasileiro. É possível conhecer o movimento acessando <<https://www.parentinscience.com/>>.

[...] como a 'escolha' do cônjuge, a 'escolha' do orientador também é em parte uma relação de capital a capital: pela condição do orientador e do tema escolhidos, o candidato afirma o sentido que ele tem de sua própria condição e da condição dos diferentes orientadores possíveis (BOURDIEU, 2019, p. 129).

Assim, a chance de adquirir capital simbólico advindo do prestígio da/o orientador/a é uma realidade, principalmente para quem realizou a formação inicial fora de um centro de excelência, por exemplo, e a lista de pesquisadoras/es que ocuparam a coordenação, vice-coordenação, comitê científico e avaliadoras/es *ad hoc* pode auxiliar a materializar alguns desdobramentos disso. Então, sobre os vínculos de orientação estabelecidos no interior deste grupo, podemos traçar uma ramificação de orientações dentro desta lista que se apresenta da seguinte maneira:

**Figura 4:** Relações de orientação estabelecidas entre as/os pesquisadoras/es





**Fonte:** Currículo Lattes das/os pesquisadoras/es consultados em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/>>.

Tal distribuição nos mostra que as pioneiras do GT23, Guacira Lopes Louro e Dagmar Elisabeth Estermann Meyer (tendo sido ela própria orientada pela professora Guacira Lopes Louro), foram responsáveis por 13 orientações das/os 20 pesquisadoras/es deste grupo que, em algum momento de sua formação, passaram pela UFRGS. Mesmo não alcançando a mesma magnitude dos nomes anteriores, outras/os pesquisadoras/es, desta vez da região sudeste, também conseguem estabelecer uma pequena teia de orientações, como vemos no caso de Ana Maria Faccioli (UNICAMP), Paulo Rennes Marçal (UNESP/Araraquara) e Graça Aparecida Cicillini (UFU). Fora da área da Educação também temos o caso de Paula Regina Costa Ribeiro (FURG), que orientou a Joanalira Corpes Magalhães (FURG). Alguns casos de terceira geração já podem ser vistos nesta linhagem, como é o caso de Renata Porcher Scherer, orientanda de Maria Claudia Dal'igna (UNISINOS), Dayana Brunneto, orientada por Maria Rita de Assis César (UFPR), e Márcio de Oliveira (UFPel) orientando de Eliane Rose Maio (UEM).

Esses dados também influenciam os grupos de estudos, pesquisas, laboratórios ou núcleos representados neste universo reduzido de participação no GT. São referidos ao todo 46 grupos<sup>108</sup>, sendo que 11 membras/os mencionam a participação no GEERGE. Com duas aparições cada um são citados o grupo Lola (UNISINOS), cujas líderes são Maria Cláudia Dal'igna e

---

108 Listamos todos os grupos de estudos mencionados pelas/os pesquisadoras/es nos resumos de seus currículos lattes, pois mesmo quando não se trata de um grupo estritamente sobre gênero e sexualidade entendemos que estes temas se fazem presentes por meio da atuação destas/es pesquisadoras/es especialistas nos temas.

Carin Klein<sup>109</sup>, o NUSEX (UNESP Araraquara), que contam com Paulo Rennes Marçal Ribeiro e Ana Cláudia Bortolozzi<sup>110</sup> como líderes, o GESED (UFJF) liderado por Roney Polato de Castro e Anderson Ferrari<sup>111</sup> e o NUDISEX (UEM), com Eliane Rose Maio e Crishna Mirella de Andrade Correa<sup>112</sup> como líderes. Alertamos, porém, que alguns/mas pesquisadoras/es fazem parte de mais de um grupo e que geralmente são destacadas as participações atuais nos grupos de estudos, de forma que nem sempre foi possível saber, por meio do currículo lattes, quando e todos os grupos de estudos e pesquisas que a pessoa fez parte. Nove pesquisadoras/es não citam participação em grupos de estudos e pesquisas em seus currículos. Segue a lista de todos os grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa e estudos referidos:

**Quadro 6:** Lista de grupos de estudos e pesquisas citados nos *currículos lattes* das/os pesquisadoras/es do GT 23 da ANPEd

1	ConQuer - Grupo de estudos e pesquisas <i>queer</i> e outras epistemologias feministas (UFS)
2	DDEEJ - Grupo de estudos sobre Diferença e Desigualdade na Educação Escolar da Juventude (UERJ)
3	EdGES - Grupo de Estudos de Gênero Educação e Cultura Sexual (USP)
4	EDUSEX - Grupo de Pesquisa Formação de educadores e Educação Sexual (UDESC)
5	FAPEG - Laboratório de Pesquisa e Estudos de Gênero (UNIOESTE)
6	FESEX - Grupo de Pesquisa Relações entre Filosofia e Educação para a Sexualidade na contemporaneidade: a problemática da Formação Docente (UFLA)
7	GEERGE - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (UFRGS)
8	GEIN - Grupo de Estudos em Educação Infantil e Infâncias (UFRGS)
9	GEISH - Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sexualidade Humana (UNICAMP)
10	GENI - Estudos de Gênero e Sexualidade (UERJ)
11	GEPEFE - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Formação de Professores e Educação Física (UFRB)
12	GEPEJE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Juventudes e Educação (IFSul)
13	GEPEPT - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Profissional e

109 Informações disponíveis em <dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6418548221526758>.

110 Informações disponíveis em <dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2813447891868317>.

111 Informações disponíveis em <dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6147099434974591>.

112 Informações disponíveis em <dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1741459739703176>.

## Tecnológica (IFSul)

14	GEPSEX - Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades, Educação e Gênero (UFMS)
15	GERAJU - Grupo de Pesquisa sobre Gerações e Juventude (UnB)
16	GESE - Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (FURG)
17	GESED - Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (UFJF)
18	GETES - Grupo de Estudos Transdisciplinares em Educação e Saúde (UFPB)
19	GIES - Grupo de Investigación en Educación y Sociedad (UCLM/Espanha)
20	GIPEDI - Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Docências, Pedagogias e Diferenças (UNISINOS)
21	GPCD - Grupo de Estudos e Pesquisa Corporeidades[s], Culturas e Diferença (UFJF)
22	GPCE - Grupo de Pesquisa Cultura e Educação (ULBRA)
23	GPET - Grupo de Pesquisa em Educação Científica e Tecnológica (IF-Bahia)
24	Grupo de Estudo e Pesquisa Paidotibus (Ijuí)
25	Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sexualidade Humana (UNICAMP)
26	GEC - Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (UFBA)
27	EDUTEC - Grupo de Pesquisa Educação, Redes Sociotécnicas e Culturas Digitais (UFBA)
28	Grupo de pesquisa Formação, ética e pesquisa em Educação (PUC/RS)
29	Grupo de pesquisa Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão (UFPB)
30	Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente (UFPE)
31	GSS - Grupo de Estudos sobre Gênero, Sexualidade e Sexo em Educação (UFMG)
32	JEDS - Grupo de Pesquisa sobre Juventude, Educação e Sociabilidades (UEPA)
33	LABIN - Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividades na Educação (UFPR)
34	LISTHE Laboratório de Ensino de História e Educação (UFRGS)
35	Lola - Grupo Interstitucional de Estudos sobre trabalho docente, gênero e sexualidade (UNISINOS)
36	NECCSO - Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade (UFRGS)
37	NEED - Núcleo de Estudos em Educação Democrática (UFF)
38	NEG - Núcleo de Estudos de Gênero (UFPR)
39	NEPAIDS - Núcleo de Estudos e Pesquisas em AIDS (USP)
40	NEPED - Núcleo de Educação e Diversidade (UFJF)
41	Núcleo CAPITU - Gênero, Diversidade e Sexualidade (UFRB)
42	Núcleo Diadorim de Estudos de Gênero (UNIT)
43	NUDES - Núcleo de Estudos Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades (UERJ/FEBF)
44	NUDISEX - Núcleo de Pesquisa e Estudo em Diversidade Sexual (UEM)
45	NUSEX - Núcleo de Estudos da Sexualidade (UNESP Araraquara)

---

**46** POC's - Grupo de Pesquisa Políticas dos corpos, Cotidianos e Currículos (UFPEl)

---

**Fonte:** currículo lattes das/os pesquisadoras/es consultado em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/>>.

No Relatório de Atividades 2012-2013 do GT 23 há a informação de uma busca no Diretório de Grupos de Pesquisa da CAPES pelos grupos de estudos com os temas do GT, cujo resultado foi o seguinte:

No início de 2013, visando divulgar a 36ª Reunião Anual e o GT 23, fizemos, tal como em 2012, um novo levantamento dos grupos de estudos e pesquisas no site da CAPES com os seguintes descritores: educação, sexualidade e gênero (foram encontrados 121 grupos de estudos e pesquisas); gênero e educação (465 grupos); diversidade sexual (49 grupos); e direitos humanos e educação (203 grupos). Após uma seleção dos grupos que tinham estudos no campo da educação, enviamos mensagem, via e-mail, para 74 grupos de estudos e pesquisas (ANPEd, 2012-2013, p.1-2).

Ou seja, em comparação a esse quadro, considerando que 74 foram os grupos que, na época, dentro de um horizonte mais amplo, foram localizados na busca que abrangia todo o campo da educação, trata-se de uma presença significativa neste grupo reduzido. E isso encontra algum eco na análise da distribuição geográfica deles: ela acompanha a tendência de serem sediadas em sua maioria nas universidades do eixo sul-sudeste, mas há grupos, laboratórios e núcleos de estudos em funcionamento na UFS, UnB, UFMS, UFRB, UFPB e na UEPA, ou seja, em praticamente todos os estados que têm representação e que não estão no sul-sudeste. Lembrando que os docentes da UFS, UEPA e UFAM aparecem apenas no Relatório da 39ª Reunião, em 2019, como avaliadoras/es *ad hoc*. Isso mostra que, mesmo com limitações, parece que estamos assistindo a uma tímida dispersão dos estudos sobre gênero, sexualidade, diversidade e educação em outras regiões do país, pelo menos no que tange à representação no interior do GT 23, e isso pode contribuir para uma diversificação das/os participantes nestas instâncias em um futuro próximo.

O desvelamento dessa teia de relações estabelecidas no interior do GT nos remeteu ao texto de Constantina Xavier Filha e Claudia Maria Ribeiro, já mencionado, apresentado como trabalho encomendado em 2013 em comemoração aos 10 anos do GT 23. Nele são mencionadas modalidades de

relação diferenciadas estabelecidas entre as/os integrantes do GT e com a ANPEd com o objetivo de “potencializar a canção da vida e o calor de irmãos/ãs que traduzimos como as possibilidades da tessitura de outro tecido relacional, navegando entre as capturas, as relações de poder e a força criativa da amizade”(FILHA; RIBEIRO, 2013, p. 2). Neste trecho é mencionada a amizade – ainda que lado a lado com as “relações de poder” – como modalidade de relacionamento entre membras/os do GT 23 e isso nos chamou atenção justamente por reconhecer aí a discussão que Bourdieu faz quando aponta que

[...] amizades ou amores entre colegas de classe são uma das formas mais seguras e melhor dissimuladas assumidas pela constituição dessa espécie particularmente preciosa de capital social [...]. O amor é sempre, por um lado, como a fraternidade ou a irmandade escolar, a manifestação de uma forma particular de 'esprit de corps': como posições sociais incorporadas em disposições corporais, os *habitus* inclinam-se a aproximações ou evitações dos corpos (biológicos), inscrevendo em duas atrações e repulsões que correspondem à relação entre as posições de que são incorporados (BOURDIEU, 1989, s.p., tradução nossa<sup>113</sup>).

Nesta citação, que faz parte do livro *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*, que não conta com tradução para a língua portuguesa, Bourdieu se refere a relacionamentos estabelecidos entre colegas de classe, mas extrapolamos este entendimento também para a relação entre as/os membras/os do GT, uma vez que esse *esprit de corps*<sup>114</sup>, da maneira como colocado, pode ser transferido para colegas de profissão que compartilham de um mesmo *habitus*. Pode ser utilizado também para a compreensão do fenômeno do ponto de vista do relacionamento entre membras/os de um grupo de estudos forte e sua posterior transferência para o interior do GT. Reafirmamos que não se trata de um comportamento conscientemente orquestrado, mas que

---

<sup>113</sup> No original: “[...] les amitiés ou les amours entre condisciples sont une des formes les plus sûres et les mieux dissimulées que prend la constitution de cette espèce particulièrement précieuse de capital social [...]. L'amour est toujours pour une part, au même titre que la 'fraternité' ou la 'sororité' scolaire, la manifestation d'une forme particulière d' 'esprit de corps': en tant que positions sociales incorporées dans des dispositions corporelles, les *habitus* inclinent à des rapprochements ou des évitements des corps (biologiques) en inscrivant en deux des attractions et des répulsions qui correspondent à la relation entre les positions dont ils sont l'incorporation”.

<sup>114</sup> *Esprit de corps* é uma expressão que significa literalmente “espírito de corpo” em francês. Seu sentido, entretanto, remete à ideia de um senso de equipe, um sentimento de orgulho compartilhado por fazer parte de um grupo.

acontece no nível da aquisição de um *habitus* científico condizente com o consagrado no interior do GT 23, no caso, uma vez que o “sentimento de solidariedade com o grupo repousa, de fato, na comunhão dos esquemas de percepção, apreciação, pensamento e ação que fundamenta a convivência reflexa dos inconscientes bem orquestrados” (BOURDIEU, 1989, s.p., tradução nossa<sup>115</sup>).

É importante dizer que não duvidamos que haja de fato uma relação de amizade entre as/os integrantes do GT. Na verdade, o que estamos chamando a atenção é que para além da amizade existem outras modalidades de relacionamento que caracterizam este subcampo como um espaço de lutas e disputas. Esse foco na amizade pode fazer parte da *illusio* inerente ao campo/subcampo, afirmação que parte do entendimento de que “o interesse ‘puro’, desinteressado, é um interesse pelo desinteresse, forma de interesse que convém a todas as economias dos bens simbólicos, economias antieconômicas, nas quais, de alguma maneira, é o desinteresse que ‘compensa’” (BOURDIEU, 2004c, p. 26).

No que diz respeito a essa questão, de que a amizade seja uma das modalidades de relacionamento entre as/os membros do GT, entendemos que traz também um desdobramento que reflete uma tensão latente: com a ampliação do grupo, atendendo a uma necessidade que não pode ser negligenciada, talvez esse clima amistoso proporcionado pela composição atual não seja possível de ser mantido. Neste sentido, tendemos a concordar com a compreensão de Ferreira e Coronel (2017) de que, inclusive com relação à orientação metodológica dos trabalhos, talvez “seja preciso um pouco mais de disputas para fazer avançar ainda mais o campo do gênero na ANPEd, garantindo-lhe maior visibilidade e legitimidade” (p. 827).

Nesta seção nosso foco esteve no grupo que ocupou algum cargo no interior do GT 23 em seus quase 20 anos de existência. Ao analisá-lo, percebemos que é possível afirmar que um grupo dominante se forja na história do grupo, recebendo uma “herança” que vem de Guacira Lopes Louro, principalmente, pioneira na criação do GT 23, que à época já tinha uma carreira

---

115 No original: “[...]sentiment de solidarité avec le groupe repose en effet sur la communauté des schèmes de perception, d’appréciation, de pensée et d’action qui fonde la conivence réflexe des inconscients bien orchestrés”.

acadêmico-científica consolidada. Dagmar Estermann Meyer é outro nome forte relacionado à origem do GT 23 e ao número de orientandas/os partícipes deste grupo. Ambas atuaram na UFRGS e na criação do GEERGE, grupo de estudos de grande tradição e importância para a área, com presença constante no GT 23. Resultado direto dessa herança, em uma lista com 48 nomes, 13 foram orientados por elas e 11 mencionam fazer parte do GEERGE, número muito superior aos demais grupos: alguns citados duas vezes, como o Lola (UNISINOS), o NUSEX (UNESP Araraquara), o GESED (UFJF) e o NUDISEX (UEM) e os demais apenas uma única vez. As informações relacionadas às bolsas PQ são um pouco mais dispersas do ponto de vista geográfico – ainda que se concentrem do ponto de vista de gênero –, mas ainda assim corroboram o predomínio no eixo sul-sudeste (o que segue o padrão de distribuição de bolsas PQ para as outras áreas).

Revelam-se assim os números da consolidação de um grupo dominante, que por meio da atuação no GT, da orientação e dos vínculos com o mesmo grupo de estudos retroalimenta seu posicionamento privilegiado, o que segundo Ferreira e Coronel reverbera também na orientação teórico-metodológica dele, uma vez que o GT 23 dá indícios de “ser hegemônico pela perspectiva pós-estruturalista, especialmente no que se refere à concorrência de perspectivas diferenciadas sobre gênero e diversidades sexuais” (FERREIRA; CORONEL, 2017, p. 828). Ainda assim, começam a despontar alguns nomes de fora deste eixo, pesquisadoras/es que podem auxiliar na dispersão geográfica do grupo fundamental para o funcionamento do GT e, mais do que isso, para a expansão do horizonte teórico-metodológico do GT 23.

### **3.5. As relações estabelecidas pelo GT 23 ao longo de sua existência**

Os Relatórios de Reunião e os Relatórios de Atividades dos GT's são documentos que relatam de forma pormenorizada as atividades desenvolvidas pelo GT. O primeiro evidencia os fatos ocorridos em cada Reunião, contando com os campos: identificação, caracterização, relação entre o programado e o realizado, sugestão de programação para a próxima reunião, eleições e avaliação da reunião. O segundo trata das produções acadêmicas e atividades

desenvolvidas pelas membras e membros durante um ano, geralmente do mês seguinte à reunião nacional até o mesmo mês do ano seguinte, sendo composto por informações de identificação do GT, da coordenação, vice-coordenação e representante do comitê científico, uma breve introdução que relaciona as ações do GT 23 com o contexto mais amplo, e depois há a listagem de publicações, participações em eventos e outras atividades, envolvimento em cursos de extensão etc., por parte de membras/os do GT.

Esses documentos se constituem como registros do funcionamento do GT 23 e por isso guardam a memória da trajetória dele ao longo do tempo. A leitura e sistematização destes relatórios, aliada ao acompanhamento das ações do GT23 por meio do *site* da ANPEd, permitiu que traçássemos um panorama das relações mantidas pelo GT 23 no interior da entidade, com vistas à sua legitimação interna, mas também com órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais diversos, num âmbito externo à entidade. Esse mapeamento permite a análise da configuração de forças presente no GT 23 por meio do desvelamento dos atores, individuais e institucionais, considerados relevantes em cada contexto histórico.

Nos Relatórios das reuniões e de atividades de 2004 e 2005 nas quais o GT funcionou como GE, ou seja, respectivamente 27<sup>a</sup> e 28<sup>a</sup> reuniões anuais, escritos pela professora Guacira Lopes Louro e pelo professor Paulo Rennes Marçal Ribeiro, há um retorno ao contexto de criação do então GE e um relato detalhado das atividades desenvolvidas nestas reuniões. A participação de membras e membros do GT em outros eventos da área, as publicações de livros e artigos, as ações de extensão, entre outras, são também parte integrante dos relatórios. Apontou-se com destaque, no caso de 2004, a boa articulação feita pela coordenadora com o grupo escolhido como consultoras/es *ad hoc* e o importante papel desempenhado pela professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho na presença de um grupo de professoras/es do Reino Unido que participou da reunião. É explícito o objetivo da coordenação nas escolhas que faz: demarcar posição e demonstrar que o GE possuía a vitalidade necessária para se constituir como GT. No Relatório de 2005 se destaca que esta edição

[..] revestiu-se de especial importância para o GE 23, uma vez que neste encontro esperava-se demonstrar que o grupo detinha as condições necessárias para propor à Assembléia Geral sua

passagem para GT. Com tal objetivo, ao longo do ano de 2004, havia-se feito, coletivamente, todo empenho no sentido de ampliar a participação, no GE, dos núcleos e grupos de pesquisa ligados às temáticas de gênero, sexualidade e educação sexual existentes nas várias instituições de ensino superior no País (ANPEd, 2005a, p.1).

Há constantes relatos de tentativa de aproximação de novas/os integrantes, núcleos e grupos de pesquisa nos relatórios (ANPEd, 2005a, 2008, 2020). E essa busca por ampliação pode ser vista como uma forma de fortalecer o grupo perante a ANPEd e a Assembleia Geral, pois geraria um grande número de submissões de trabalho, por exemplo, mas também como uma forma de dar visibilidade e legitimidade ao GT frente aos grupos de estudos e núcleos de pesquisa sobre gênero, sexualidade e educação já existentes no país.

Foi mencionado, já no Relatório de Atividades 2005-2006, aquele que vai se mostrar um importante ator institucional no relacionamento com o GT 23: o MEC, por meio principalmente da SECADI. Essa relação consta como demanda do grupo de membros e membras do GT, como percebemos no excerto abaixo:

[...] também se procurou responder à demanda do grupo de uma sessão que discutisse a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade nas políticas públicas de formação de professores. Feito contato com MEC, foi garantida a presença de representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade na Reunião Anual para relatar as ações e programas atualmente em desenvolvimento e dialogar com os membros do GT, no sentido de levantar questões e encaminhar possíveis trabalhos conjuntos (ANPEd, 2005-2006, *s.p.*).

É interessante saber que essa iniciativa de aproximação teve início por iniciativa das/os integrantes do GT. E, de fato, no encontro seguinte houve uma Sessão Conversa, coordenada pela professora Claudia Ribeiro e intitulada “Gênero e sexualidade nas políticas de formação de educadores e educadoras”, da qual participou Francisco Potiguar Cavalcanti Junior, Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Articulação Institucional da então SECAD<sup>116</sup>. Além disso,

---

<sup>116</sup> A SECADI nasceu SECAD, pois só alguns anos após sua criação abarcou também as ações referentes à inclusão, justificando a inserção da letra I ao final da sigla. A equipe de transição de Luís Inácio Lula da Silva, vencedor do pleito presidencial em 2022, já indicou que pretende recriar a Secretaria <[https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/11/governo-lula-vai-recriar-secretaria-de-diversidade-e-inclusao-no-mec-extinta-por-bolsonaro.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/11/governo-lula-vai-recriar-secretaria-de-diversidade-e-inclusao-no-mec-extinta-por-bolsonaro.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa)>.

houve o destaque de que Rogério Diniz Junqueira<sup>117</sup>, que à época também ocupava um cargo na SECAD, acompanhou todas as atividades do GT durante essa reunião (ANPED, 2006, p. 5), o que demonstra o interesse mútuo na colaboração. Na avaliação do encontro, a leitura que as/os associadas/os fizeram é que foram dois os resultados mais imediatos destas presenças:

[...] além de ter oportunizado que o grupo pudesse conhecer e discutir as ações que vêm sendo empreendidas pelo órgão em termos de políticas públicas para enfrentamento do sexismo, homofobia e/ou voltadas à promoção de saúde e prevenção nas escolas, também teve como resultado imediato a constituição de uma comissão do GT que deverá se articular mais diretamente com a SECAD e o MEC ao longo dos próximos meses (ANPED, 2006, p. 5).

Segundo o Relatório do GT em 2006, compuseram essa comissão as/os pesquisadoras/es Ana Elvira Raposo (UFPA), Cláudia Maria Ribeiro (UFLA), Constantina Xavier Filha (UFMS), Elizabete Franco Cruz (UNIMARCO), Jane Felipe (UFRGS) e Ricardo de Castro e Silva (UNICAMP). A pretensão do GT ao compor essa comissão era contribuir “especialmente no âmbito da formação inicial e continuada de educadores/as; da elaboração de material didático; da organização de grupos de estudos e pesquisas; e da extensão universitária (universidade/movimentos sociais/prefeituras)” (ANPEd, 2006, p. 5). E, segundo os documentos disponíveis, nos anos seguintes essa relação se consolida e abrange de fato todos esses âmbitos.

Esta aproximação redundou em algumas atividades desenvolvidas em conjunto e, no final de 2007, na aprovação de alguns projetos por pesquisadores/as que integram o GT 23. Cito alguns:

- Refletindo gênero na escola: a importância de repensar conceitos e preconceitos. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Coordenação: Marília Gomes e Daniel Canavese.
- Biblioteca Digital de Materiais educativos em gênero, corpo e sexualidade. Universidade Federal da Paraíba. Coordenação: Maria Eulina Pessoa de Carvalho.
- Educação para a sexualidade, equidade de gênero e diversidade sexual – práticas e materiais educativos.

---

<sup>117</sup> Consta no currículo lattes do pesquisador que ele exercia a função de Executor-Técnico de Projetos de Formação de Profissionais de Educação para a Cidadania e a Diversidade entre 2005 e 2006, e para a Promoção da Cultura de Reconhecimento da Diversidade Sexual e da Igualdade de Gênero, de 2006 a 2007.

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.  
Coordenação: Constantina Xavier Filha.

- Educação Inclusiva: tecendo gênero e diversidade sexual nas redes de proteção. Universidade Federal de Lavras. Coordenação: Cláudia Maria Ribeiro e Ila Maria Silva de Souza (ANPEd, 2007-2008, p.5).

Há o relato, no mesmo relatório, da ocorrência de reuniões técnicas com a SECAD envolvendo dois outros projetos: “Estudos de caso da prática docente enfocando as construções e desconstruções das relações de gênero no cotidiano da educação infantil” e “Projeto Construção de uma biblioteca digital de materiais educativos em gênero, corpo e sexualidade” (ANPEd, 2007-2008, p.5). Como é possível perceber, todos os projetos listados envolvem muitos âmbitos, como a oportunidade de reflexão teórica sobre o tema, eventos e produção de material didático-pedagógico abrangendo gênero e sexualidade. Assim, dois momentos importantes com relação aos vínculos estabelecidos pelo GT já se delineiam neste período: a sua consolidação enquanto Grupo de Trabalho (que depende do reconhecimento dos pares de que reúne as condições necessárias para funcionar como GT por meio da aprovação em Assembleia Geral) e o início de uma relação bastante profícua com a então SECAD.

Outros setores institucionais foram mobilizados como estratégia de aproximação com o aparato governamental criado durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, que apresentava uma postura progressista e de abertura para os temas abarcados pelo GT, como é o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Maria Margaret Lopes<sup>118</sup> fez uma apresentação na 31ª RA, nomeada como “Possibilidades de pesquisas com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres”, representando a SPM e consta no devido relatório que a apresentação foi extremamente elogiada (ANPEd, 2008, p. 3). No item de avaliação e sugestões para a próxima reunião, consta como objetivo a manutenção do contato com SECAD e SPM e as articulações na realização das Sessões Especiais (ANPEd, 2008, p. 3). No que tange a um movimento interno, aparece a necessidade de dar continuidade à elaboração e efetivação de

---

<sup>118</sup> Consta no currículo lattes de Maria Margaret Lopes que ela, nessa época, exercia a função de assessora-técnica da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (2007-2009).

estratégias para o aumento de trabalhos inscritos na reunião para o GT e também a definição de que o GT 23 se integrará à Sub-área 2<sup>119</sup>.

A SECAD realiza, em 2009, o Seminário “Educação em Direitos Humanos, Sexualidades, Gênero e Diversidade Sexual”, em Brasília, no qual os projetos listados anteriormente passaram por avaliação. Como resultado deste Seminário, houve o lançamento de editais com o foco em projetos de extensão que tivessem como objetivo a formação de educadoras/es nas temáticas do GT 23 (ANPEd, 2008-2009, p. 1-3). Em 2010 há a menção a projetos de extensão aprovados neste edital de 2009 e que envolviam as/os membras/os do GT. Além disso, a coordenação do GT compôs um “Grupo de Trabalho para acompanhamento das ações do programa Brasil sem Homofobia (BSH) e do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Portaria n. 455 de 9/4/2010” (ANPEd, 2009-2010, p.5).

No Relatório de 2010-2011, a ênfase se dá ao projeto de extensão “Tecendo Gênero e Diversidade Sexual nos Currículos da Educação Infantil” realizado em parceria por algumas universidades (UFMS, UFJF, USP, UNICAMP), sob a coordenação nacional da Universidade Federal de Lavras. O destaque a esse projeto se deu porque ele “constituiu um importante espaço de disseminação de informações de temáticas priorizadas no GT e fortaleceu o espaço de formação docente como espaço eminente de pesquisa e de prática pedagógica” (2010-2011, s.p.). Um dos produtos desse projeto foi um livro que pretendia subsidiar pesquisadoras/es e docentes com relação às temáticas da sexualidade e diversidades na Educação Infantil, organizado pela professora e coordenadora do projeto Cláudia Maria Ribeiro (UFLA). Destacamos também, neste Relatório, a inserção da informação sobre o aniversário de 20 anos do GEERGE, grupo de estudos apontado como um dos fundadores e que, como vimos anteriormente, exerce ao longo do tempo um papel estruturante no funcionamento do GT 23.

---

<sup>119</sup> Além do GT 23 fazem parte da Sub-área 2 os GT's 03 (Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos), 06 (Educação Popular), 18 (Educação de Pessoas Jovens e Adultas), 21 (Educação e Relações Étnico-Raciais) e 22 (Educação Ambiental). Consta no Regulamento do Comitê Científico que as subáreas são mobilizadas no momento de avaliação dos trabalhos submetidos às reuniões nacionais, mas para além disso elas atuam em outras situações, como na proposição de Sessões Especiais e demais articulações por afinidade temática, por exemplo.

Na 34ª Reunião Anual da ANPEd, em 2011, uma outra secretaria de tema afim ao do GT foi convidada para a Sessão Especial 8, “Direitos Humanos, sujeitos e movimentos sociais: educação do campo, quilombolas, ambiental e relações de gênero”. Nela esteve presente Maria do Rosário Nunes, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Miguel Gonzales Arroyo (UFMG) e Michele São (UFMT), coordenados por Reinaldo Matias Fleury (UFSC). Nesta oportunidade a Ministra

[...] convidou a coordenação do GT 23 para uma reunião em Brasília para o conhecimento das ações que envolvem direitos humanos de crianças e adolescentes. No dia 09 de novembro de 2011, a ex-coordenadora do GT, Cláudia Maria Ribeiro, a coordenadora Constantina Xavier Filha e a representante do Comitê Científico Jane Felipe de Souza reuniram-se com a Sra. Carmen Silveira de Oliveira, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e equipe. Na ocasião conhecemos as ações da Secretaria e nos colocamos receptivas à parcerias e discussões sobre as temáticas privilegiadas no GT e as questões que envolvem as políticas em favor dos direitos de crianças e adolescentes (ANPEd, 2011-2012, p. 1-2).

É explícita a intenção do GT de ampliar os canais institucionais de diálogo visando a expansão do acúmulo de discussões que aconteciam no interior do GT. Até aqui citamos pelo menos três instâncias diferentes: a SECADI, vinculada ao MEC; a SPM, que assessorava a Presidência da República nos temas pertinentes às políticas para as mulheres; a SDH, vinculada ao Ministério da Justiça. A partir de um primeiro contato e o convite para a participação da reunião nacional, as/os representantes dessas instâncias propuseram ações que envolviam os/as pesquisadores/as do GT e seus temas de *expertise*. Sentimos falta, entretanto, do relato de como se deu a seleção das/os pesquisadoras/es que participariam de cada ação quanto não se tratava de inscrição em algum edital, pois essa articulação também funciona como um mecanismo de aquisição de prestígio científico individual.

Com relação a um contexto político mais amplo, foi em 2011 que Dilma Rousseff, em seu primeiro ano como presidenta da república, disse que "o governo defende a educação e também a luta contra práticas homofóbicas. No entanto, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de

opções sexuais"<sup>120</sup>, ao se pronunciar sobre o material didático do programa Brasil sem Homofobia, aprovado pela SECAD quando o MEC contava com Fernando Haddad como ministro. A partir de toda a celeuma criada em torno deste material, batizado pelos parlamentares religiosos de *kit gay*, houve um recuo por parte do MEC e grande descontentamento da parte de ativistas de direitos humanos relacionados à sexualidade. Não houve, porém, qualquer menção nos relatórios do período sobre o ocorrido e o fato não parece ter abalado a relação da ANPEd e do GT23 com a SECAD ou qualquer outro ator institucional.

De acordo com o Relatório da 35ª reunião, em 2012, nas palavras da coordenação do GT:

[...] fizemos um levantamento dos grupos de estudos e pesquisas no site da CAPES. Enviamos mensagem, via email, para 41 grupos de estudos e pesquisas. Também realizamos a divulgação da Reunião na lista de emails dos membros do GT. Todo este investimento, aliada a trajetória do GT vivida nos últimos anos, resultou em uma expressiva quantidade de trabalhos inscritos (ANPEd, 2011-2012, p. 2).

Como já citamos, apesar da intenção de trazer novas/os integrantes para o GT aparecer em vários relatórios até então, essa parece ser a iniciativa mais incisiva tomada pelo grupo no sentido de efetivar uma busca ativa por novas/os membras/os, o que poderia atuar de forma positiva na ampliação da diversidade regional e teórico-metodológica do GT 23, insistentemente relatada nos Relatórios do GT.

Entre as ações mais amplas de articulação entre ANPEd e SECADI/MEC é citada em 2012 a concessão da Homenagem Professor Paulo Freire. Em 2012 foram agraciadas/os com a homenagem pesquisadoras/es importantes para a educação indicadas/os pelos GT's e pelo FORPREd. O GT 23 indicou a professora Guacira Lopes Louro (UFRGS), em reconhecimento à sua importante atuação na fundação do grupo de estudos e por ser "referência fundamental para a área dos estudos de gênero e da sexualidade na educação" (ANPEd, 2012, p. 2). E, ainda, marca a Reunião o fato de que na Sessão Especial "Produção do

---

<sup>120</sup> Essa fala foi noticiada em um grande número de mídias, mas deixamos um *link* da matéria no Jornal Folha de São Paulo, que contextualiza a fala da presidenta e traz a manifestação de alguns ativistas sobre o assunto <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2705201101.htm>>.

conhecimento pelos movimentos sociais, ações coletivas e sustentabilidade: pedagogias e práticas emancipatórias" há a presença da professora Marina Reidel<sup>121</sup>, o que a coordenação considera como histórico para a ANPEd "por contar com a presença e debate de uma professora transexual, proporcionando um conjunto de reflexões e problematizações das vivências e práticas pedagógicas em vários âmbitos sociais e culturais" (ANPEd, 2012, p. 2-3). Essa atividade foi realizada conjuntamente pelos GT's 21, 22 e o 23. E, no decorrer dela, "foi pensada também uma articulação com o Conselho Nacional de Educação visando evidenciar as temáticas do GT 23 e, sobretudo, a garantia de direitos para as/os estudantes e pesquisadores/as LGBTT" (ANPEd, 2012, p. 7).

Ainda nesse ano há outros pontos retirados da avaliação com desdobramentos na discussão que vimos desenvolvendo nesta parte da tese. São eles:

[...] 3) O GT foi referenciado como espaço de compartilhamento e acolhida, tanto de ideias, como de novos/as integrantes. Nas discussões, e nos vários momentos de troca, foi destacado como ponto positivo a acolhida da coordenação do GT e demais membros, como um elemento facilitador para a integração e consolidação do grupo;

4) Foi ressaltado que na trajetória do GT 23 os/as pesquisadores/as do sul do Brasil têm se mantido presente ao longo dos anos, mesmo com presença de pessoas diferentes, demonstrando o vínculo dos grupos de pesquisa com o GT; [...]

9) Foi destacada a articulação política do GT 23 com outros GTs, para além da Subárea 2, em especial na escrita e proposição da Moção para a inserção do 'nome social' de pessoas LGBTT em toda a plataforma do CNPq, bem como em projetos e cadastro em geral. A moção foi aprovada por unanimidade na Assembleia Geral da RA. A Moção foi escrita conjuntamente com o GT 21 (Educação e Relações Étnico-Raciais) e contou com o apoio expresso dos seguintes GTs: 03; 06; 09; 11 e 22; [...]

11) Uma das sugestões para o próximo ano de 2013 será pensar em estratégias e articulação com a Diretoria da ANPEd para garantir espaços de gênero e sexualidade nas ANPEds Regionais, dado que a Reunião será bianual;

12) Louvamos o acolhimento da proposta e ressaltamos como extremamente positiva a inclusão da linguagem inclusiva de gênero na escrita da Proposta de Estatuto da ANPEd. O uso da linguagem inclusiva de gênero tinha sido uma solicitação do GT 23 realizada à Diretoria da ANPEd. Ressaltamos que, devido a

---

121 Segundo o Relatório desta reunião a professora Marina Reidel era, à época, "militante LGTB, organizadora e coordenadora da Rede de Professoras Transexuais e mestranda em Educação na UFRGS" (ANPEd, 2012, p. 7).

trajetória e credibilidade do GT 23, essa ação foi garantida na proposta aprovada pela assembleia (ANPEd, 2012, p.7-8).

Os itens 3 e 4 se referem a questões internas que já destacamos antes: a reiteração da menção à região sul como ocupante de um papel importante no interior do GT e a afirmação do GT 23 como espaço acolhedor. É curiosa essa constatação porque não sabemos se as pessoas que não se sentiam acolhidas se pronunciarão numa situação como essa e, caso não tivessem se sentido anteriormente, se já não teriam migrado para outro GT e não estariam mais ali. Os pontos 9 e 12 se referem a consensos que são gerados no interior do GT – a importância do uso do nome social e a adoção de uma linguagem inclusiva de gênero – sendo exteriorizados por meio de um posicionamento do GT frente à ANPEd e outras instituições, contando inclusive com uma articulação estratégica com outros GT's, para além da Sub-área 2. O tópico 11 revela a intenção de criação e consolidação de espaços para gênero e sexualidade nas reuniões regionais, também relacionada a manter a boa saúde do GT. Ainda nesta reunião, é citada “a participação da coordenadora do GT na comissão julgadora do 8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero<sup>122</sup>” (ANPEd, 2012-2013, p. 8).

Na 36ª Reunião Nacional, em 2013, a primeira da nova fase das sedes universitárias, aconteceu a comemoração dos 10 anos do GT 23. As ações do GT para essa data foram as seguintes:

Para registrarmos a memória do grupo coletamos e selecionamos fotografias tiradas por membros do grupo ao longo desses 10 anos e organizamos uma apresentação de fotos e depoimentos sobre a importância do GT 23 em nossas trajetórias de formação e atuações pessoais, profissionais e sociais. Outra ação referente à comemoração dos 10 anos do GT foi a apresentação do Trabalho Encomendado intitulado *Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de produção do GT 23* escrito e apresentado pelas professoras Cláudia Maria Ribeiro (UFLA) e Constantina Xavier Filha (UFMS). [...] No texto apresentado, várias problematizações foram tecidas, dentre elas

---

<sup>122</sup> “O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foi instituído em 2005 pela Secretaria de Política das Mulheres (SPM-PR), no âmbito do Programa Mulher e Ciência, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC); a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e a ONU Mulheres. Consiste em um concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos na área das relações de gênero, mulheres e feminismos e tem por objetivo estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país e sensibilizar a sociedade para tais questões” (<<http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>>).

a origem dos trabalhos provenientes majoritariamente de duas regiões do Brasil: as regiões Sudeste e Sul. Nesse momento, foi problematizada a exígua presença de trabalhos oriundos das demais regiões do país, sobretudo das regiões Norte e Nordeste (ANPEd, 2013, p. 2-3).

O trabalho encomendado sobre a trajetória do GT evidenciou, já em 2013, um aumento significativo no número de produções acadêmicas sobre gênero e sexualidade no Brasil, mas também a discrepância regional existente na autoria de trabalhos. Na ocasião de avaliação da Reunião o grupo retoma essa problemática e propõe a “elaboração de estratégias de divulgação do GT 23, uma maior divulgação, além de uma socialização do grupo de trabalho buscando o crescimento da submissão de trabalhos destas e das demais regiões do país” (ANPEd, 2013, p. 3).

Ainda em 2013 a ANPEd, em edital conjunto com a SECADI, lançou a homenagem Cora Coralina, na qual foram evidenciadas/os pesquisadoras/es associadas/os à ANPEd pelo “envolvimento com a produção científica, com a consolidação da Pós-Graduação e fortalecimento da ANPEd”, escolhidas/os pelo voto de seus pares. Eram ao todo 15 áreas<sup>123</sup> e dois homenageados/as eram membras/os do GT: a professora Guacira Lopes Louro (UFRGS), em Educação e Gênero, e o professor Anderson Ferrari (UFJF), em Educação e Diversidade sexual (ANPEd, 2013, p. 4). Seria interessante, entretanto, ter maiores informações sobre como foram definidos os 15 eixos, uma vez que eles dividiram os interesses de um GT, gênero e diversidade sexual, num universo de temas menor do que a quantidade total de GT's. Isso parece indicar a consolidação do GT enquanto grupo e uma validação dos temas trabalhados pelo GT 23 no interior da ANPEd. O fato do Edital ser em conjunto com a SECADI também pode ter influenciado essa sobrerrepresentação dos temas do GT 23, pois como vimos demonstrando já havia um relacionamento de algum tempo em voga em 2013 pela convergência entre os interesses do GT 23 e desta secretaria.

---

<sup>123</sup> As áreas contempladas eram: 1) Educação e Desigualdade social, 2) Educação Integral, 3) Educação para Direitos Humanos, 4) Educação Ambiental, 5) Educação e Diversidade, 6) Educação do Campo, 7) Educação Indígena, 8) Educação das Relações Étnico-raciais, 9) Alfabetização, 10) Educação de Jovens e Adultos, 11) Educação Especial, 12) Educação e Gênero, 13) Educação e Diversidade Sexual, 14) Educação e Juventude e 15) Educação da Pequena Infância. Mais informações sobre a homenagem podem ser conferidas em <[http://36reuniao.anped.org.br/images/stories/edital\\_cora\\_coralina\\_2013.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/images/stories/edital_cora_coralina_2013.pdf)>.

No intervalo entre outubro de 2013 a outubro de 2014 – lembrando que 2014 foi o primeiro ano que a reunião nacional deixa de acontecer anualmente para ser bianual –, destaca-se a troca de experiências entre membras/os do GT sobre as discussões realizadas em âmbito regional, sobretudo entre aquelas que tinha um GT reservado para tal, como “a ANPEd Sul que tem um eixo que discute ‘Gênero e Educação’, a ANPEd Centro-Oeste com o GT ‘Gênero, Sexualidade e Educação’ e a ANPEd Norte-Nordeste com o GT de mesmo nome” (ANPEd, 2013-2014, s.p.). Como é possível perceber, apenas a região sudeste não tinha um GT específico para gênero e sexualidade. Por causa desse intervalo maior entre as reuniões nacionais, apontou-se a importância do diálogo constante entre coordenação, representantes do comitê científico e avaliadoras/es *ad hoc*, mas também a “itinerância do GT 23 em três importantes eventos científicos, com o intuito de dar visibilidade ao grupo, o intercâmbio e o encontro de seus membros” (ANPEd, 2013-2014, s.p.).

Dois dos eventos mencionados acima são citados recorrentemente em relatórios anteriores e também neste, o “Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade”<sup>124</sup> e o “Seminário da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura”<sup>125</sup>, dois eventos que nascem na região sul/sudeste do Brasil e depois se tornam itinerantes. A criação deles contou com a colaboração de membras/os bastante atuantes no GT, de forma que há um grande trânsito de interlocuções e produção de conhecimento entre as esferas. Nas edições de 2014 destes eventos houve uma roda de conversas sobre o GT 23, de acordo com o Relatório de Atividades 2013-2014 que traz nos anexos a ata destas reuniões. O último evento dos três citados é o 11<sup>a</sup> Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, que ocorreu em outubro de 2014. O GT 23 também organizou uma roda de conversas nesta ocasião com a intenção de fomentar a articulação do grupo de pesquisadoras/es dessa região em torno de um espaço regional específico para gênero, sexualidade e educação.

---

<sup>124</sup> Há um histórico bastante completo sobre este evento na Carta-manifesto escrita na ocasião da 8<sup>a</sup> edição do evento, disponível em <<https://www.seminariointernacionalcgs.com.br/evento-online/>>.

<sup>125</sup> A ABEH - Associação Brasileira de Estudos da Homocultura nasce em 2001 e se transforma em ABETH, Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura em 2022, para abarcar também as experiências e necessidades específicas da comunidade *trans* no Brasil.

Outra questão recorrente nos Relatórios é a importância mencionada em vários deles de que as pessoas se apresentem como partícipes do GT 23 nos espaços que transitam de forma a dar visibilidade para ele. No caso de 2014, entretanto, fica bastante explícito o círculo vicioso da concentração regional: há na lista dos eventos participados mais eventos internacionais do que, entre os nacionais, os que acontecem fora do eixo sul/sudeste. Então muitas das estratégias adotadas para dar visibilidade ao GT falam apenas com aquelas/es que já estão nos espaços onde podem acessar esse tipo de informação, minimizando o efeito delas.

No Relatório seguinte, 2014-2015, muitas informações são duplicadas do evento anterior. As novas se referem principalmente à 37ª Reunião Nacional:

No ano de 2015 realizamos outra estratégia de socialização do GT com a divulgação do período de inscrição de trabalhos na reunião nacional. Fizemos um levantamento no *site* do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq com o intuito de obtermos informações sobre os nomes e respectivos coordenadores/as dos grupos e núcleos de pesquisa que investigam as temáticas priorizadas pelo GT. [...] Logo após foi feita uma pesquisa para obter o contato da pessoa responsável pelo mesmo para posteriormente enviarmos um *email* de divulgação do GT e de suas agendas de inscrição de trabalho e da programação da próxima reunião nacional. Outra estratégia de divulgação do GT foi a criação de uma página no *Facebook* e de envio de mensagens nos contatos em listas de e-mails dos membros do grupo (ANPEd, 2014-2015, s.p.).

É interessante lembrar que 2015 confirma um novo contexto político e a menção aos agentes institucionais anteriormente mencionados nos relatórios já não se faz tão presente. É o segundo governo de Dilma Rousseff e a pressão de grupos conservadores se faz sentir de forma aguda. Como já dissemos, neste ano há o fortalecimento do Movimento Escola Sem Partido e suas articulações para vetar referências a gênero e sexualidade nos planos estaduais e municipais de educação e espalhar o pânico moral associado a algo nomeado como “ideologia de gênero”. Muitas ações do GT começam, a partir daí, a serem reativas aos ataques às temáticas que aborda, que tinham experimentado grande crescimento nos anos anteriores e, por isso, começava a incomodar grupos conservadores contrários a abordagem educacional de gênero e sexualidade.

Em 2015 elaboramos coletivamente uma “*Carta Pública sobre a importância da abordagem de Gênero e Sexualidade na Educação*”<sup>126</sup> para nos posicionarmos contra o que tem sido propagado como “ideologia de gênero” por alguns setores religiosos brasileiros contrários à inclusão de gênero e sexualidade nos Planos de Educação Estaduais e Municipais (ANPEd, 2014-2015, s.p.).

Nos períodos seguintes, de 2015 a 2016 e de 2016 a 2017, os devidos relatórios não foram entregues à ANPEd segundo a sua secretaria. O próximo a que tivemos acesso, o de 2018, é bastante conciso, apresentando apenas a listagem de membras/os do GT 23 que organizaram eventos científicos e ou participaram de eventos apoiados pelo GT 23. Além disso, consta também uma referência à análise dos programas de governo dos candidatos na eleição presidencial de 2018, sem maior detalhamento sobre a iniciativa.

No intervalo de tempo seguinte, de outubro de 2018 a 2019, relata-se que na 39ª Reunião Nacional foi tomada uma nova decisão com vistas a garantir a representação de todas as regiões brasileiras.

Estabelecemos que a composição da chapa de coordenação do GT 23 será feita, sempre que possível, atendendo a uma divisão do Brasil em duas grandes macrorregiões: sul, sudeste e norte, nordeste, centro-oeste. Os integrantes do GT 23 se comprometem a compor uma chapa de coordenação que tenha um representante de cada uma dessas duas macrorregiões. Atendendo é claro aos critérios estabelecidos pela ANPEd de vinculação dos indicados a algum programa de pós-graduação e inserção na pesquisa em termos de gênero e sexualidade e educação, bem como frequência regular nos encontros do GT e da ANPEd, tanto nacional quanto nas regionais, e manter-se em dia com o pagamento da anuidade. [...] Em sintonia com o que foi decidido para a coordenação, e buscando representação regional adequada, estabelecemos escolher sempre cinco nomes, um para cada região do Brasil, e solicitar o cadastramento dos cinco nomes, com o que o trabalho dos integrantes do comitê fica mais aliviado (ANPEd, 2018-2019, s.p.).

Essa medida foi anunciada com a pretensão de equalizar as disparidades regionais, mas no caso do Comitê Científico mencionam também o fato de que, com cinco nomes, “o trabalho dos integrantes do comitê fica mais aliviado”. Com essa decisão, o professor Fernando Seffner (UFRGS) foi reconduzido como

---

<sup>126</sup> Maiores informações sobre essa carta podem ser acessadas em <<https://www.anped.org.br/news/entidades-reagem-tentativa-de-exclusao-de-questoes-que-abordam-genero-e-sexualidade-de-nos-planos>>.

coordenador e, como vice-coordenadora, foi escolhida a professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho (UEPB). O Comitê Científico teve a seguinte composição: Titular, professor Fernando Pocahy (UERJ); primeira suplente, professora Maria Cláudia Dal'Igna (UNISINOS); segunda suplente, professora Lucélia Bassalo (UEPA); terceira suplente, a professora Priscila Gomes Dornelles (UFRB) e finalmente a quarta suplente, professora Elenita Pinheiro de Queiroz (UFU) (ANPEd, 2018-2019, *s.p.*).

As demais ações descritas no Relatório consolidam o que afirmamos anteriormente sobre o caráter reativo das ações do GT. São descritas atividades no âmbito da Ação Educação Democrática, mencionada no Capítulo 2, como a organização de ações formativas e de notas de repúdio ao movimento de desmonte de toda a estrutura institucional e legal, principalmente, em gênero e sexualidade em suas interlocuções com a educação existente. No caso da estrutura que permaneceu, como a abordagem dos direitos humanos (que foi fundido com as demandas “das mulheres” e fez parte de um ministério nomeado como “Ministério das Mulheres e dos Direitos Humanos”, sob a chefia de Damares Alves), ele foi implodido em seu interior, com revogação, alteração e inativação de colegiados<sup>127</sup>. Com relação às atividades formativas, os parceiros neste contexto são as demais entidades científicas. Assim,

[...] foram realizadas atividades em parceria, como foi o caso do 30º Simpósio Nacional de História com tema História e o Futuro da Educação no Brasil, onde foi ofertado um GT intitulado Liberdade de ensinar, direito de aprender: delicado equilíbrio no ensino de história, que acolheu numerosos trabalhos que lidavam com a questão dos estudos de gênero e dos ataques a gênero via ideologia de gênero nas aulas de História (ANPEd, 2018-2019, *s.p.*).

Do mesmo modo, integrantes do GT 23 “ofertaram ações em outras associações científicas, notadamente aquelas da Psicologia Social, Antropologia e Sociologia” (ANPEd, 2018-2019, *s.p.*). Ou seja, tratou-se de um intercâmbio que envolveu, novamente, parceria estratégica com outras entidades que compartilhavam da situação de embate com o governo de Jair Bolsonaro. De certo modo, neste contexto específico, os ataques aos temas abordados pelo GT

---

<sup>127</sup> Detalhes desses atos podem ser conferidos em: <<https://www.estadao.com.br/brasil/transicao-diz-que-damares-acabou-com-21-colegiados-dos-direitos-humanos-e-que-vai-retomar-estruturas/>>.

23 podem ter amplificado a importância dele nesse contexto específico e, conseqüentemente, também gerado visibilidade para suas demandas. Por exemplo, com relação às notas de repúdio, em janeiro de 2018 o GT 23 propôs uma nota, que foi assumida pelo coletivo maior da ANPEd, na qual se posiciona de forma contundente contra o cerceamento da liberdade de escolas e docentes, defendendo que

[...] a escola deve cumprir a tarefa de promover as condições teórico-práticas e conceituais para que nela e no espaço social mais amplo seja realizado o exercício do direito do livre pensar e existir. Nos colocamos em defesa de uma Educação democrática, pública, gratuita e laica em todos os níveis e graus; das conexões entre a liberdade de expressão e a liberdade de ensinar. Defendemos o direito de todas as crianças e jovens a uma educação democrática em sintonia com a educação em e para os Direitos Humanos; a educação das relações étnico-raciais, a educação para a sexualidade e a valorização da escola como um espaço público de acolhimento das diferenças (ANPEd, 2018-2019, s.p.).

Outra nota deste Relatório se contrapõe ao posicionamento de Carlos Moisés, governador de Santa Catarina na época, que disse em determinada situação que não permitiria a abordagem de gênero no Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense<sup>128</sup>. A redação original deste documento afirmava em um de seus artigos que a escola deve respeitar a diversidade e, ao trazer exemplos, enumerava gênero e diversidade sexual entre outros temas. Conforme já citado, casos parecidos com esse ocorreram no Brasil todo<sup>129</sup> ao longo de 2015, principalmente, mas somente o caso de Santa Catarina foi contemplado com nota individual, pois os demais casos, como ocorreram em

---

<sup>128</sup> Maiores informações sobre este episódio político de Santa Catarina envolvendo os temas de gênero e diversidade sexual podem ser conferidos em <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/29/nao-permitiremos-a-abordagem-diz-carlos-mois-es-sobre-identidade-de-genero-em-curriculos-da-educacao-de-sc.ghtml>>.

<sup>129</sup> Vários foram os casos em 2015 porque, de acordo com o Plano Nacional de Educação, estados e municípios deveriam apresentar seus planos até 2015. Para exemplificar, trazemos os casos de discussão do Plano Municipal de Educação em Teresina, <[https://portalodia.com/noticias/piaui/emenda-exclui-termo-ideologia-de-genero-do-plano-municipal-de-educacao-238454.html?fb\\_comment\\_id=958864630831672\\_959652784086190](https://portalodia.com/noticias/piaui/emenda-exclui-termo-ideologia-de-genero-do-plano-municipal-de-educacao-238454.html?fb_comment_id=958864630831672_959652784086190)>, e em Goiânia, <<https://www.youtube.com/watch?v=c0S4Yu-RG-0>>. A ONG Ação Educativa, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Associação Nacional de Política e Administração Educacional (ANPAE), com apoio da UNICEF, criaram um site, o De olho nos planos, <<https://deolhonosplanos.org.br/>>, para acompanhar esta e outras questões referentes ao tema.

sua maioria no mesmo ano, foram contemplados na “Carta Pública sobre a importância da abordagem de Gênero e Sexualidade na Educação”, também já citada.

Em 2020, o relatório repete muitas informações que já constavam no de 2019, mas em suas mais de 30 páginas traz outras iniciativas que importam neste trabalho. Citamos primeiramente o Edital Público “Igualdade de Gênero na Educação Básica: prevenindo violências, enfrentando desigualdades e promovendo direitos”, que contou com organização da ONG Ação educativa em conjunto com outras entidades da sociedade civil e financiamento do Fundo Malala. O edital visava

[...] reconhecer as iniciativas e os acúmulos de educadoras, educadores e comunidades escolares; promover intercâmbios; inspirar novas experiências e reagir à imposição de censura e autocensura por parte de movimentos ultraconservadores que atuam em uma perspectiva anticiência e contra direitos conquistados pela sociedade brasileira nas últimas décadas (ANPEd, 2020, s.p.).

O GT 23 participou de várias etapas deste prêmio, importante politicamente do ponto de vista do momento vivido pelo país, e que de certa forma ocupou o espaço do prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, do qual membras/os do GT 23 também fizeram parte. Essa troca é emblemática porque ilustra de maneira exemplar o movimento de afastamento dos órgãos institucionais ocorridas sobre os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro para a proximidade com os movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Neste mesmo sentido, outro ator se faz presente: o Supremo Tribunal Federal (STF). Muitas das demandas já citadas de retiradas dos termos gênero e sexualidade nos planos estaduais e municipais de educação chegaram ao STF<sup>130</sup>, pois era flagrante a inconstitucionalidade delas. Em 2020, 15 processos aguardavam julgamento pelo STF. Essas demandas surgiram na esteira das

---

<sup>130</sup> Como exemplo trazemos o caso da derrubada da Lei 1.516/2015 do município de Nova Gama, em Goiás, em resposta à ação proposta pela Procuradoria Geral da República (PGR) em 2017. A arguição do descumprimento de preceito fundamental deste caso pode ser conferida em <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=752834386>>. No Relatório de 2020 a coordenação do Gt23 menciona que “segundo o último levantamento do Movimento Educação Democrática, de 2014 a agosto de 2019 foram apresentados 121 projetos de leis vinculados ao Escola sem Partido nos legislativos municipais e estaduais de todo o país ([https://www.escolasemmordaca.org.br/?page\\_id=4218](https://www.escolasemmordaca.org.br/?page_id=4218))” (ANPEd, 2020, s.p.).

ações de 2015, já mencionadas, promovidas pelo movimento Escola Sem Partido e foram de fato considerados inconstitucionais pelo STF. Além disso,

[...] o STF determinou como dever do Estado brasileiro a abordagem de gênero na escola como forma de prevenir a violência e o abuso sexuais sofridos por crianças, adolescentes, mulheres e a população LGBTQI+ em geral. Por meio de suas decisões, o STF reafirmou os princípios constitucionais da liberdade de cátedra do professorado, da pluralidade pedagógica, da liberdade de ensinar e aprender e o direito de estudantes acessarem conteúdos escolares e conhecimentos científicos ainda que estes contrariem as crenças e doutrinas de suas famílias (ANPEd, 2020, s.p.).

Essa não foi a primeira vez que o STF foi acionado para se posicionar sobre um tema considerado polêmico. Em 2011, o plenário já havia reconhecido a união estável para casais do mesmo sexo e, em 2012, declarado a constitucionalidade da Lei de Cotas Raciais e da Lei Maria da Penha. A pouca representatividade de grupos minoritários – minorias justamente do ponto de vista da desvantagem social que sofrem – faz com que o STF seja chamado a cumprir seu papel de salvaguardar preceitos constitucionais e proteger grupos sociais vulneráveis que estejam encontrando dificuldades em ter seus direitos fundamentais reconhecidos pelos outros poderes. E, no caso do Brasil, um país no qual a laicidade do Estado não é respeitada, marcado pelo conservadorismo com relação a pautas que envolvem costumes e valores, recorrer ao judiciário é um meio de garantir que tais direitos sejam avaliados e balizados por um escrutínio rigoroso da legislação vigente sobre o tema.

Ainda em 2020 a ANPEd, por meio de um parecer elaborado pelo coordenador do GT, professor Fernando Seffner, compôs uma peça jurídica visando a atuação como *amicus curiae* na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 624, que tratava sobre a liberdade de cátedra docente. Além disso, o mesmo professor participava das reuniões quinzenais da comissão de litigância estratégica coordenada pela ONG Ação Educativa que balizavam sua participação como *amicus curiae* da ANPEd junto ao STF (ANPEd, 2020, s.p.). Como o próprio nome “litigância estratégica” indica, essa articulação com outras entidades da sociedade civil foi estrategicamente importante principalmente em momentos políticos em que houve um movimento desfavorável à garantia dos direitos humanos e ataques à educação. Outra

importante aliança estabelecida em 2020 aconteceu por meio da representação do GT 23 no Conselho Nacional Popular LGBTQI+.

Apesar de constar no Relatório de 2020, é de 2021 o convite para que um/a integrante do GT componha a recém-criada Comissão de Acessibilidade e Inclusão<sup>131</sup> da ANPEd. O nome escolhido para representar o GT23 foi o da professora Eliane Maio, da UEM, mas, mais uma vez, não há um relato sobre como se deu essa escolha. Também em 2021, em maio, aconteceu uma reunião nacional com grupos de pesquisa em gênero e sexualidade, promovida pela UFSC. Na ocasião houve a previsão de que essa iniciativa tenha prosseguimento, com o objetivo de “articular uma rede nacional de núcleos de pesquisa em gênero e sexualidade no Brasil” (ANPEd, 2020, *s.p.*). Outra ação do GT, dessa vez mais ampla, conseguiu o apoio da diretoria ANPEd em uma reivindicação ao setor responsável na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para que o prenome da/o pesquisador/a que assina um trabalho científico conste obrigatoriamente nas referências bibliográficas como um modo de dar visibilidade a autorias femininas em trabalhos científicos.

As notas de repúdio foram muitas. Em 2020 consta nota contra um ataque recebido pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (NIPAM/CE/UFPB). Manifesta-se também o repúdio à fala de dois ministros: o da educação e o da justiça. O primeiro, o então ministro da educação Milton Ribeiro, em visita a UFPB, criticou e demonstrou desconhecimento acerca dos estudos em gênero e sexualidade; o segundo, ministro André Mendonça, em postagem em suas redes sociais, além de fomentar o preconceito contra a população LGBTQIA+, utiliza o ultrapassado termo homossexualismo. Assinou-se, também, uma carta-denúncia e de repúdio conduzida pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) sobre a omissão do Estado

---

<sup>131</sup> A comissão foi instituída formalmente em 18 de fevereiro de 2021 como Comissão de Diversidade, Acessibilidade e Ações afirmativas, formada por “Maura Corcini, vice-presidente da ANPEd pela região Sul, Profa. Ana Cristina Juvenal da Cruz (UFSCar), Prof. Decio Nascimento Guimarães (IFFluminense), Profa. Eliane Rose Maio (UEM), Profa. Eugênia Portela de Siqueira Marques (UFMS), Profa. Geovana Mendonça Lunardi Mendes (UDESC), Profa. Márcia Denise Pletsch (UFRRJ) e Prof. Paulo Vinicius Baptista da Silva (UFPR)” (<<https://anped.org.br/news/anped-cria-comissao-de-diversidade-acessibilidade-e-acoes-afirmativas>>).

brasileiro em reunião sobre a proteção das pessoas LGBTI+<sup>132</sup> junto aos países do Mercosul.

O Relatório de atividades de 2020 e o Relatório do GT na 40ª Reunião Nacional foram os últimos a que tivemos acesso, mas com esta mirada panorâmica pelos que estavam disponíveis já conseguimos deslindar uma teia de relacionamentos estabelecidos pelo GT ao longo de seus quase 20 anos de existência. Como vimos, as relações mantidas pelo GT sempre contaram com o apoio – e apoiaram – movimentos sociais, mas no que diz respeito a uma abertura governamental oscilaram de acordo com a estrutura disponível para os temas da diversidade e com o momento político vivido pelo país. Esse movimento é esperado, uma vez que essas mudanças no cenário político definem as disposições desejadas da parte das/os agentes, mas também

[...] a atuação do pesquisador em espaços sociais que determinam o próprio sistema – o Estado. É assim que, no interior do espaço de produção acadêmica, o jogo existente nesse momento pode ser mudado, principalmente por se tratar de um espaço com forte influência do campo político e tendo como *enjeux* as definições de um sistema de educação superior. A composição do Estado – por determinados tipos de agentes ou de elites de poder – pode influenciar o funcionamento deste espaço, a partir do momento em que estabelece políticas tanto para o setor de ensino de formação dos pesquisadores que vão ali atuar quanto pelo próprio acesso destes à esfera da política. Isso mostra a mobilidade que caracteriza os espaços sociais, visto que eles são interdependentes de outros, gozando de maior ou menor autonomia em relação ao espaço social dominante, geralmente o campo do poder (HEY, 2008, p. 103).

A heteronomia do campo acadêmico frente ao político é uma das conclusões da pesquisa de Ana Paula Hey, que se posicionava na transição entre o governo de Fernando Henrique Cardoso e o de Luís Inácio Lula da Silva, e essa situação se repete, ainda que com diferenças importantes, neste novo contexto analisado aqui. Com isso em mente, podemos afirmar, num esforço de síntese, que nos primeiros anos de existência do GT23 se delineou um movimento de estabilização interna, tanto no sentido de mostrar que havia uma

---

<sup>132</sup> Mantivemos a sigla de acordo com o que constava em cada Relatório, pois cada movimento escolhe a sigla de acordo com os grupos que representa em sua criação e posterior movimentações em seu interior.

coesão inerente ao grupo quanto a existência de competência acadêmico-científica para a consolidação de um GT independente.

Em seguida, vem uma fase de forte relacionamento com atores institucionais, materializado em uma fecunda colaboração entre as/os integrantes do GT e a SECADI, a SPM e a SDH, principalmente. Conforme relatado, essa relação surgiu por iniciativa do GT e se concretizou por meio da proposição de atividades conjuntas, financiamento de atividades, abertura de editais nos temas abordados pelo GT, participação do GT em prêmios, etc. Desde o segundo mandato de Dilma Rousseff, porém, ocorre um paulatino distanciamento entre o GT e as instâncias governamentais, resultando num aprofundamento da relação já anteriormente existente com movimentos sociais, organizações não-governamentais e ONG's, como a Ação Educativa, o Conselho Nacional Popular LGBTQI+, a ABETH, a ANTRA, etc.

Com o avanço do movimento Escola Sem Partido, já no contexto tumultuado do segundo governo de Dilma Rousseff, do golpe que sofre e do posterior governo interino de Michel Temer, é o STF que aparece enquanto instância a que se recorre com relação aos ataques sofridos na abordagem de gênero e diversidade sexual na educação. Esse distanciamento do âmbito legislativo é agravado com a eleição de Jair Bolsonaro, que promove como um dos primeiros atos de seu governo a destruição de todo o aparato institucional que estabelecia parceria com o GT 23. Nessa conjuntura, a atuação do GT passa a ser cada vez mais reativa, com a participação de seus/suas membras/os em um grande número de atividades formativas de reafirmação da importância da abordagem do tema, oferecidas em conjunto com outras entidades científicas e grupos de estudos que envolvem a temática do GT, com a escrita de inúmeras moções, cartas-denúncias e notas de repúdio, e a articulação em torno de uma litigância estratégica junto ao STF com outras organizações da sociedade civil.

Esse capítulo teve como objetivo a lapidação dos dados sobre o subcampo em causa, delineando os contornos do GT 23: a partir de uma mirada sobre aspectos gerais trazidos pelos trabalhos apresentados já a partir de 2004 comparados com um momento anterior dos estudos de gênero e sexualidade, começamos a notar algumas inflexões nos dados disponíveis. A partir daí, exploramos os aspectos que se referiam ao estabelecimento de uma discrepância regional, o que nos levou a perceber um crescimento desigual entre

as regiões e o destaque a determinadas pesquisadoras, tanto no que diz respeito ao estado com o maior número de trabalhos, quanto aos estados que cresceram no segundo período analisado, o de itinerância das reuniões nacionais (2011-2021), que justamente por isso mereceram uma atenção maior de nossa parte. Em seguida, realizamos mais dois movimentos: o de seleção de um grupo de pesquisadoras/es a partir de sua função no GT, onde se confirma a situação previamente delineada, e então procedemos a uma análise dos anos de atividade do GT com o intuito de visibilizar os alinhamentos institucionais estabelecidos de acordo com o processo de criação e consolidação do grupo junto à ANPEd, mas também com o momento político vivido pelo país.

Esse encaminhamento foi percebido como o mais apropriado por oportunizar uma análise alinhada ao nosso referencial teórico-metodológico, que visibilizou o GT enquanto um subcampo que é sustentado por um *habitus* acadêmico adquirido e reproduzido pelas/os pesquisadoras/es que atuam mais intensamente em seu interior. Dessa forma, os aspectos analisados objetivaram uma compreensão acerca da teoria da prática de Pierre Bourdieu como a proposição de um método relacional, ou seja, aquele no qual a relação estabelecida entre um campo e um *habitus* nos fornece a inteligibilidade sobre determinado assunto, mas que também encontra nas relações entre agentes – individuais e institucionais – a materialidade para as análises sob seus pressupostos teóricos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O GT 23, entendido e analisado como um subcampo do campo acadêmico-científico da educação, foi tomado como objeto de pesquisa a partir do reconhecimento do papel desempenhado pela ANPEd como entidade científica da educação e do relevante lugar ocupado pelo GT 23 na pesquisa sobre gênero, sexualidade e educação no Brasil. Neste sentido, como afirmamos no início do trabalho, a intenção foi a de analisar o processo de constituição, consolidação e as características mais importantes do GT e de um grupo dominante no interior dele, notando quais foram as estratégias mobilizadas pelas/es agentes sociais e como elas influenciaram seus posicionamentos e sua participação neste subcampo, a partir principalmente dos constructos teóricos trazidos pela teoria e prática em pesquisa de Pierre Bourdieu.

Na finalização deste texto, retomamos pontos importantes em seu desenvolvimento. No que diz respeito ao método, ou seja, na parte em que organizamos nossa bancada de trabalho expondo as ferramentas teóricas utilizadas, sistematizamos alguns pressupostos presentes na obra de Pierre Bourdieu, desvelando o seu *modus operandi* e, por considerarmos indispensável para o entendimento de sua teoria da prática, discutimos os conceitos de *habitus*, campo/subcampo e a economia dos bens simbólicos para melhor compreendermos a noção de capital, principalmente em seus desdobramentos simbólicos, utilizada por Bourdieu. Explicitamos com essa reflexão que, como o próprio nome “método praxiológico” indica, teoria e prática são indissociáveis no modo de ver o mundo social e de fazer sociologia adotado por Pierre Bourdieu.

Com relação ao gênero, a ideia ao fazer uma explanação sobre a gênese do conceito e do campo teórico foi, entre outras, a de explicitar sua origem junto ao movimento feminista e a conexão com outros movimentos sociais, como o LGBT e o movimento negro ao longo de sua trajetória, elucidando duas características importantes: o dinamismo inerente e ele e a procedência muito mais ligada aos movimentos sociais do que à academia. Ao mesmo tempo, apontamos os revezes, as críticas e as disputas científicas nas quais está envolvido, reafirmando que se isso poderia ser apontado por críticos como uma fragilidade do conceito, sob a nossa perspectiva e a de outras autoras citadas no

texto da tese, é, na verdade, uma necessidade e a melhor expressão da vitalidade da teorização feminista sobre o gênero. Destacamos também a relevância e nossa adesão a uma vertente interseccional do feminismo, que dispensa a devida atenção à interação entre gênero, raça, classe, faixa etária, localização geográfica etc. nas análises que, a partir de sua base teórica, se voltam às situações de subordinação ou de vantagens de alguns grupos sociais sobre outros.

Exploramos ainda o fato de que o trabalho com o arcabouço teórico-conceitual bourdieusiano nos impele a ir além das aparências e desvelar interesses dissimulados nas diversas relações de troca existentes na vida em sociedade, dividida em diversos campos sociais. Como já ressaltamos, para Bourdieu também há uma lógica econômica em relações de troca que não envolvem um valor monetário, mas sim bens simbólicos, nos quais atributos como o dom, a honra ou a legitimidade acadêmica também funcionam como moedas de troca, só que baseadas em outras premissas, eufemizadas, fazendo prevalecer a máxima do “interesse no desinteresse”.

É neste sentido que a análise de um GT da ANPEd se justifica, pois oportuniza a apreciação da atuação de agentes em um campo social no qual o capital científico, cuja acumulação avaliza a legitimidade acadêmica, as/os coloca como executoras/es de ações que colaboram para a consolidação e pertinência das discussões de gênero, no caso, junto à ANPEd e à sociedade de forma mais ampla, ao mesmo tempo em que forjam o destaque a determinadas abordagens e a proeminência de alguns grupos de pesquisa, por exemplo, que são tidos como intérpretes e interlocutores privilegiados neste/deste subcampo.

Partindo desse entendimento é possível ler de forma menos ingênua as ações das/os agentes sociais, localizando seus atos em espaços de disputas, os campos ou subcampos, nos quais a busca por capital específico define a adoção de estratégias – termo adotado enquanto conceito e entendido como expressão de um senso prático, um senso de jogo –, que permitem a manutenção das posições dos agentes com maior domínio do campo ou a subversão de posições, intuito daqueles que ocupam a posição de dominados no campo ou em uma fração dele. Todavia, no trabalho aqui desenvolvido, vigorou a cautela de evitar a leitura do estabelecimento de uma batalha entre dominados e dominantes, de forma a compreender melhor os *meios do caminho* – objetivados no peso da

orientação e na tradição do grupo de pesquisa, por exemplo – para evitar uma chave explicativa maniqueísta para a situação pesquisada, dando ênfase justamente aos *processos* envolvidos no percurso de estabelecimento do GT 23.

Ao mesmo tempo, o debate sobre a autonomia de um campo nos forneceu um panorama dos limites extracampo para as ações da/o agente e também para as relações estratégicas adotada em cada situação. Isso possibilitou uma análise sobre a posição do debate sobre gênero, sexualidade e educação no âmbito acadêmico, uma vez que alguns trabalhos, por exemplo o de Hey (2008), salientam a heteronomia do campo acadêmico brasileiro frente ao campo político.

Em nosso caso, analisando a trajetória do subcampo abordado, essa questão apresenta particularidades: existe uma aliança constante entre a ANPEd e o GT 23 e os movimentos e pautas sociais, além do vínculo com as demais entidades científicas – como vimos no embate sobre a natureza científica *versus* política da entidade, na composição do FNDEP, entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, ou no “Ação Educação Democrática”, entre 2018 e 2019, como estratégias de sobrevivência em momentos históricos conturbados – que também se faz presente em sua posição institucional quando está mais próxima do Estado. Ou seja, em contextos políticos propícios para isso, esse posicionamento qualifica a participação de suas/seus membras/os nos órgãos e colegiados de estado, enquanto instâncias que oportunizam a participação social, com uma visão que materializa uma concepção sobre o papel do Estado e de suas obrigações frente a uma sociedade historicamente desigual como a brasileira.

Como discutimos ao longo do texto, isso se relaciona ao processo de institucionalização das discussões relacionadas aos direitos humanos, processo que vem ocorrendo de forma sistemática desde os anos 1990 na esteira do avanço da pauta dos movimentos sociais e da progressiva incorporação destes temas nos diversos ambientes institucionais. Contudo, a partir principalmente do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, esteve em curso um processo acelerado de desinstitucionalização dessa agenda, o que pôde ser notado de forma bastante intensa nos dois últimos governos conservadores que se estabeleceram a partir de então no Brasil: por um lado, minando a conquista de direitos sociais alcançados anteriormente e, por outro, institucionalizando as

demandas de outros grupos, relacionados ao agronegócio, ao armamentismo, ao negacionismo científico e a religiosidade conservadora, por outras vias – principalmente decisões do legislativo/executivo – e não as anteriormente instituídas que previam a participação popular, uma vez que as instâncias participativas foram também atacadas. E, neste contexto, o STF foi acionado com o objetivo de salvaguardar preceitos constitucionais e levar em conta a demanda de grupos sociais vulneráveis que estivessem encontrando dificuldades em ter seus direitos fundamentais reconhecidos pelos demais poderes.

Com a eleição e posse de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, há um movimento no sentido da (re)institucionalização das pautas progressistas, o que se faz perceber tanto pela tomada de decisões concretas – por exemplo, a recriação de secretarias extintas, como a SECADI, a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente como Ministério do Meio Ambiente e da Mudança Climática, a revogação do decreto que extinguiu os colegiados da administração pública federal e a composição diversa do ponto de vista étnico e de gênero das/os ministras/os escolhidas/os pelo presidente –, quanto pelas ações de forte apelo simbólico, como a passagem da faixa presidencial por um grupo de pessoas que representou brasileiras/os historicamente excluídos deste rito institucional, a adoção do “todos, todas e todes” como cumprimento na posse de diversas/os ministras/os e o gesto de Lula de fazer questão de agradecer e tirar fotos ao lado das/os trabalhadoras/es que limpam as casas dos três poderes após os atos de vandalismo conduzido por terroristas que atentaram contra a democracia em 8 de janeiro de 2023. Este ataque parece se configurar como uma demonstração da resistência que Luís Inácio Lula da Silva enfrentará ao longo de seu mandato, sobretudo se a promoção da participação social e o estabelecimento de parceria com grupos progressistas se confirmar.

Com relação aos demais aspectos percebidos na empiria, destacamos que há permanências na produção no interior do GT com relação a alguns aspectos, como a procedência geográfica das/os pesquisadoras/es, mas também sutis transformações, como a utilização cada vez maior do conceito de gênero em substituição ao termo “mulher” e o aumento gradativo de pesquisadores do sexo masculino envolvidos nas pesquisas sobre gênero e

sexualidade. Esses achados são coerentes com a trajetória do campo teórico que abrange a discussão sobre gênero e sexualidade e apontam para a possível consolidação de uma tendência teórica defendida pelo GT e diversificação das/os agentes envolvidos com ele. Ao mesmo tempo, o fato de um número expressivo de trabalhos virem do mesmo estado da federação (no detalhamento dos dados percebemos que são em sua maioria da mesma universidade, a UFRGS, e do mesmo grupo de pesquisa, o GEERGE), nos fornecem indícios de que existe uma elite dominante no interior do GT.

Assim, no que diz respeito à análise dos vínculos institucionais das/os pesquisadoras/es que integraram a lista de coordenadoras(es), vice-coordenadoras(es), membras(os) do Comitê Científico e avaliadores(as) *ad hoc*s ao longo dos anos de existência do GT, identificamos em nossa pesquisa que a UFRGS aparece de forma contundente como a instituição formadora desse grupo dominante no GT 23. Grande parte das pessoas que compõe essa lista, mesmo as que atuam em universidades em outros estados, tiveram alguma parte de sua formação realizada na UFRGS. E, na origem deste lugar de destaque dois fatores se articulam: a forte presença, por meio de orientação, de Guacira Lopes Louro e Dagmar Estermann Meyer, duas pioneiras do GT, nos primeiros anos de funcionamento do GT, mas também a consolidação de um grupo de estudos forte, atuante e que se tornou referência na seara dos estudos na área de gênero, sexualidade e educação.

Outro achado importante ao analisarmos um grupo dominante no interior do GT se refere aos representantes de estados que cresceram muito a partir de 2011, ou seja, quando as reuniões deixaram de ser realizadas em Caxambu e passaram a ser itinerantes. Como vimos, na região centro-oeste o estado de Mato Grosso do Sul se destacou, passando de 3 trabalhos entre 2004-2010 para 10 trabalhos no intervalo seguinte, devido principalmente à presença marcante de Constantina Xavier Filha – e orientandas/os – e, mais recentemente, de Tiago Duque. Na região nordeste, houve um aumento mais pulverizado entre os estados encabeçado pela Paraíba, que passou de um para oito trabalhos no intervalo mencionado acima com apresentação de trabalho por parte de Maria Eulina Pessoa de Carvalho e suas/seus orientandos. Na região norte o Pará, que passou de dois para nove trabalhos, o fez graças à atuação de Lucélia Bassalo. Em todos esses casos parece se delinear uma situação similar, na qual a

presença constante de um/a única/a pesquisador/a no GT se consolida e depois, por intermédio dessa/e membra/o atuante no GT, orientandas/os ajudam no aumento do número de trabalhos da instituição e do estado.

Delineia-se, então, um ciclo que se retroalimenta, mesmo não se tratando de favorecimento intencional: há, por meio da participação intensa no GT, um conhecimento de seu *ethos*, como mencionou uma pesquisadora em 2019, transmitido depois por meio do vínculo de orientação e/ou de participação em grupo de estudos – o que interpretamos como a aquisição de um *esprit de corps* na discussão deste assunto no corpo do texto da tese – que é valorizado posteriormente no interior do GT. No caso de Guacira Lopes Louro, principalmente, o prestígio individual já alcançado à época é que qualificou e legitimou a formação do grupo, pois “o nome construído individualmente origina maiores ganhos simbólicos e, ao mesmo tempo, sua posição já está(va) demarcada no universo acadêmico” (HEY, 2008, p. 114), o que teve um papel importante em 2003 quando aquele primeiro grupo de professoras/es, estudantes e demais pesquisadoras/es da temática propôs a criação do GT 23 para o coletivo maior da ANPEd e a legitimação do GE em seus primeiros anos.

Não tivemos a intenção de esgotar o assunto – e nem consideramos que isso seja possível –, uma vez que os dados advindos dos trabalhos apresentados ao longo dos anos de existência do GT, por exemplo, poderiam ainda fornecer muitas informações interessantes sobre a consolidação de um grupo dominante dentro dele, bem como permitir outros olhares para aspectos relevantes sobre a constituição e o estabelecimento do GT 23. Com base em um referencial teórico-metodológico específico, fizemos um recorte desta realidade e a análise que foi possível no tempo disponível para o doutorado, explorando aspectos considerados imprescindíveis para a abordagem de nosso problema de pesquisa. Dessa forma, desejamos que este trabalho inspire outros que sejam feitos tomando como ponto de partida a ANPEd e seus GT's como reconhecimento da relevância da entidade para a pesquisa em educação e do trabalho desenvolvido neste âmbito para todo o campo educacional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Débora; DOWBOR, Mônica. Para além das fronteiras da especialização: pontes analítico-teóricas entre movimentos sociais e instituições participativas no Brasil em contexto de mudanças, In: BATISTA, Mariana; RIBEIRO, Ednaldo; ARANTES, Rogério (orgs.). **As teorias e o caso**. São Paulo: EdUFABC, 2022.

AGUILAR, Hugo. UNIVERSIDADES. In: **Enciclopedia Latinoamericana**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/u/universidades>. Acesso em 02 de abril de 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

ANPEd. **Relatório do GE 23**. 2004. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/relatorio-ge23-27a-reuniao-anual-2004-caxambu-mg>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Relatório do GT 23**. 2005. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/relatorio-gt23-28a-reuniao-anual-2005-caxambu-mg>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Relatório do GT 23**. 2006. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/relatorio-gt23-29a-reuniao-anual-2006-caxambu-mg>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Relatório do GT 23**. 2008. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/relatorio-gt23-31a-reuniao-anual-2008-caxambu-mg>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Relatório do GT 23**. 2012. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/relatorio-gt23-35a-reuniao-anual-2012-porto-de-galinhas-pe>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **GT 23 - Relatório de atividades**. 2005-2006. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/gt23-relatorio-de-atividades-2005-2006>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **GT 23 - Relatório de atividades**. 2007-2008. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/gt23-relatorio-de-atividades-2007-2008>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **GT 23 - Relatório de atividades**. 2008-2009. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/gt23-relatorio-de-atividades-2008-2009>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **GT 23 - Relatório de atividades**. 2009-2010. Disponível em

<https://anped.org.br/biblioteca/item/gt23-relatorio-de-atividades-2009-2010>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **GT 23 - Relatório de atividades**. 2011-2012. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/gt23-relatorio-de-atividades-2011-2012>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **GT 23 - Relatório de atividades**. 2013-2014. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **GT 23 - Relatório de atividades**. 2014-2015. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Regulamento do Comitê Científico da ANPEd**. 2017. Disponível em: [https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/resolucao\\_cc\\_2017\\_aprovad\\_a\\_ago\\_38arn.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/resolucao_cc_2017_aprovad_a_ago_38arn.pdf). Acesso em 15 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **GT 23 - Relatório de atividades**. 2018-2019. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **GT 23 - Relatório de atividades**. 2020. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

ALVES, Márcio. M. **BEABÁ DOS MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

ANGELUCCI, Carla B. *et al.* O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 51–72, jan./abr., 2004.

BARBOSA, Jaqueline A. **Feminilidades na escola: a teoria da prática e a discussão sobre gênero e desempenho escolar**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Goiás, PPGE, 2016. 120 p.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4ª ed. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BEZERRA, Carla *et al.* Desinstitucionalização e resiliência dos conselhos no governo Bolsonaro. **Scielo Preprints**, n. June, p. 1–35, 2022.

BIANCHETTI, Lucídio. Entrevistas Juracy C. Marques Primórdios e expansão da pós-graduação stricto sensu em educação na região Sul. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 139–150, Set/Out/Nov/Dez, 2005.

\_\_\_\_\_; FÁVERO, Osmar. Maria Julieta Costa Calazans: O papel do IESAE e da ANPEd na pós-graduação em educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 151–161, Set/Out/Nov/Dez, 2005.

BOLLMANN, Maria Graça N.; AGUIAR, Letícia. C. LDB - projetos em disputa: Da

tramitação à aprovação em 1996. **Retratos da Escola**, v. 10, n. 19, p. 407–428, 2017.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Ed.). **Pierre Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983a. p. 46–81.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

\_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Ed.). **Pierre Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ed. Ática, 1983c. p. 122–155.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Lições da aula**. São Paulo: Editora Ática, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo acadêmico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004c.

\_\_\_\_\_. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, Editora Zouk: 2007.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. **O senso prático**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. The forms of capital. In: GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. (Eds.). **The sociology of economic life**. New York: Routledge, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papyrus, 2011b.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. Séminaires sur le concept de champ, 1972-1975. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 200, p. 4–37, 2013.

\_\_\_\_\_. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora UFSC, 2019.

\_\_\_\_\_. Estratégias de reprodução e modos de dominação. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 17, n. 33, p. 21, 2020.

\_\_\_\_\_.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **A profissão de**

**sociólogo:** preliminares epistemológicas. Petrópolis ed. [s.l.] Editora Vozes, 1999.

BUFREM, Leilah S.; NASCIMENTO, Bruna S. do. **As instâncias de consagração no campo da educação no Brasil:** uma análise relacional. Anais do XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação - ENANCIB. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/189414>. Acesso em: 18 dez. 2022.: 2014

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010.

CALAZANS, Maria Julieta C. **ANPEd - Trajetória da Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil.** Belo Horizonte/MG: Documentos ANPEd, 1995.

CARVALHO, José Carmelo B. de. Origens da Anped: de instituída a instituinte. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, p. 134–138, Mai/Jun/Jul/Ago, 2001.

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: Uma leitura com base nos trabalhos do GT sociologia da educação da ANPEd (1999-2009). **Revista Brasileira de Educacao**, v. 16, n. 46, p. 99–117, 2011.

CATANI, Afrânio M. *et al.* **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. In: **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 2, p. 11–34, 2014.

CORRÊA, Mariza. *O sexo da dominação.* Novos Estudos CEBRAP, n. 54, 1999.

CORRÊA, Sônia. O conceito de gênero: teorias, legitimações e usos. In: BARSTED, L. L. B.; PITANGUY, J. (Eds.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 339–345.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 10, p. 171–188, 2002.

CUNHA, Luís. A. Os (des)caminhos da pesquisa na pós-graduação em educação. In: **Seminário sobre a produção científica nos programas de pós-graduação em educação.** Brasília: CAPES - Departamento de Documentação e Divulgação, 1979. p. 3–28.

\_\_\_\_\_. **Educação, Estado e Democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez; Niterói: EdUFF; Brasília: FLACSO do Brasil: [s.n.].

DAL'IGNA, Maria Claudia; POCAHY, Fernando. **Produção do conhecimento em gênero, sexualidade e educação:** subversões, resistências e reexistências. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

DRUCK, Maria da Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. In: **Revista OSAL**, Ano VII, n. 19. Buenos Ayres, Argentina, Ene.-Abr. 2006.

FEITOSA, Cleiton. Do “ Kit Gay ” ao “ Ministério da Família ”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI + no Brasil. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 14, n. 43, p. 74–89, 2021.

FERRARO, Alceu. R. A ANPEd, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área da educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 47–69, Set /Out /Nov /Dez, 2005.

FERREIRA, Márcia Ondina V.; CORONEL, M. C. V. K. Sobre a legitimação do campo do gênero na ANPEd. **Educação e Pesquisa**, v. 43, p. 815–831, 2017.

\_\_\_\_\_; KLUMB, Márcia C. V.; MONTEIRO, Maria Cecília M. **Mapeando a produção sobre gênero e sexualidades na ANPEd**. Anais do Fazendo Gênero 10 - Desafios atuais dos feminismo. Florianópolis/SC, 2013

\_\_\_\_\_; NUNES, Georgina H. L. **Panorama da produção sobre gênero e sexualidades apresentada nas reuniões da ANPEd (2000-2006)**. Anais da Reunião Anual da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPEd. Rio de Janeiro: ANPEd, 2010.

FERREIRA, Rosilda A. **A pesquisa científica nas ciências sociais: caracterização e procedimentos**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

FILHA, Constantina X.; RIBEIRO, Claudia M. **Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de produção do GT 23**. Anais da Reunião Anual da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPEd, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GATES, Moira A critique of the sex/gender distinction. In: ALLEN, J.; PATTON, P. (Eds.). **Beyond Marxism?** Leichardt, NSW: Intervention Publications, 1985. p. 143–160.

GONINI, Francisca A. C. **A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPEd: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Araraquara, 2014.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação, sexualidade e gênero no GT 23 da ANPEd: considerações, propostas e conhecimento**. Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 2011, Águas de Lindóia. São Paulo: UNESP, 2011. p. 3837-3844. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/139755>>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

GOUVEIA, Aparecida J. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 1, p. 1–48, julho, 1971.

GURZA LAVALLE, Adrian *et al.* **Movimentos sociais e institucionalização de políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

\_\_\_\_\_, BEZERRA, Carla de P. Por que ‘desconstruir’ a participação social. In: **Nexo - Jornal de políticas públicas**. 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/Conselhos-gestores-de-pol%C3%ADticas>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. Conselhos gestores de políticas. In: **Nexo - Jornal de políticas públicas**. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/Conselhos-gestores-de-pol%C3%ADticas>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 440.

HEY, Ana Paula. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico**. A educação superior no Brasil. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Talking back**: thinking feminist, thinking Black. New York: Routledge, 2015.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (orgs. ). **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

JUNQUEIRA, Rogério D. “Ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449–502, set. dez., 2018.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002a.

\_\_\_\_\_. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 37–55, 2002b.

\_\_\_\_\_. Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 49, p. 11–42, 2005.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEAL, Halina. Filosofia e gênero. In: **Coluna ANPOF - Associação Nacional de**

Pós-graduação em Filosofia. 2021. Disponível em: <https://anpof.org/comunicacoes/coluna-anpof/filosofia-e-genero>. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

LOURO, Guacira L. Corpo, escola e identidade. **Educação e realidade**, n. 25(2), p. 59–75, 2000a.

\_\_\_\_\_. **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000b.

LÜDKE, Menga. Influências cruzadas na constituição e na expansão do sistema de pós-graduação stricto sensu em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 117–123, 2005.

MACHADO, Leticia S. *et al.* Parent in Science : the impact of parenthood on the scientific career in Brazil. **2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering (GE)**, p. 37–40, 2019.

MARTINS, Carlos B. Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu. **Educação e sociedade**, v. set., n. 27, p. 33–46, 1987.

MARTINS, L. CNPq. In: **Enciclopédia Latinoamericana**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/cnpq>. Acesso em 02 de abril de 2022.

MEYER, Dagmar; RIBEIRO, Claudia M.; RIBEIRO, Paulo M. Gênero, sexualidade e educação: 'olhares' sobre algumas das pesquisas teórico-metodológicas que instituem um novo G.E. In: Maria Cláudia Dal'Igna; Fernando Pocahy. (Org.). **Produção de conhecimento em gênero, sexualidade e educação: subversões, resistências e reexistências**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. A força do sentido. In: BOURDIEU, P. (Ed.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013. p. VII–LXI.

MOROSINI, Marília C. A Pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **RAES - Revista Argentina de Educación Superior**, v. 1, n. 1, p. 125–152, 2009.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9–41, 2000.

OLIVEIRA, Andréia F. **Gênero e educação: uma análise da produção do GT 23: gênero, sexualidade e educação da ANPEd**. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, João F.; PESSOA, Jadir de M. O método em Bourdieu. In: OLIVEIRA, J. F.; PESSOA, J. DE M. (Eds.). **Pesquisar com Bourdieu**. Goiânia: Cânone Editorial, 2013.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: **Pierre Bourdieu**.

Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983. p. 7–36.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

PILATI, Orlando. Especialização: falácia ou conhecimento aprofundado? **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 5, p. 7–26, 2006.

RAMOS, André de C. **Curso de Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva, 2014.

RAMOS, Moacyr S.; SANTORO, Ana Cecília dos S. Pensamento freireano em tempos de Escola sem Partido. **Revista Inter Ação**, v. 42, n. 1, p. 140, 2017.

RIBEIRO, Claudia. M. *et al.* **Gênero, sexualidade e educação no GT 23 da ANPEd: narrativas de organização, resistência e desafios.** Anais da Reunião Anual da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPEd. Niterói, 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 47–68, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Em briga de marido e mulher se mete a colher. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 82–91, 1999.

SAMPAIO, Helena. Evolução do Ensino Superior Brasileiro: 1808-1990. **Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo**, v. 8, p. 1–30, 1991.

SANTOS, A. L. F. DOS; AZEVEDO, J. M. L. DE. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p. 534–550, 2009.

SANTOS, Wagner dos. **A constituição do campo epistemológico do currículo: estratégias, apropriações e circularidades culturais operadas na ANPEd.** Tese (doutorado) - Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, 2011.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, jul.-dez., 1995, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 26 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Fantasias do milênio: o futuro do gênero no século XXI. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 12, n. 39, p. 319–339, 2019.

SETTON, Maria da Graça J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60–70, 2002.

SILVA, Tomaz T. Bourdieu e a educação. In: **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1996.

SOUSA, Sandra Z.; BIANCHETTI, Lucídio. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: o protagonismo da ANPEd. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 36, p. 389–409, 2007.

SOUZA, Maria A. de. ANPEd: rumo a meio século de lutas por educação e democracia. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. 1–25, 2019.

VEDOVATO, Luiz R.; BARRETO, Michelle C. Tratados Internacionais de Direitos Humanos e o Estado Brasileiro: incentivo na construção de políticas públicas. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, v. 1, n. 2, p. 32–48, 2015.

VELLOSO, Jacques. Introdução. In: VELLOSO, J. (Ed.). **A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país**. Brasília: CAPES/UNESCO, 2002. p. 452.

VIANNA, Claudia *et al.* Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 115, p. 525–545, 2011.

WACQUANT, Luïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, p. 13–29, jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Esclarecer o *habitus*. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 16, p. 63–71, 2007.

## APÊNDICES

### Apêndice 1

#### Trabalhos e pôsteres apresentados no GT 23 (2004 a 2021)<sup>133</sup>

Número da Reunião	GT	Natureza da pesquisa	Financiamento	Título	Autores/as	Sexo	Tipo de trabalho	Instituição do/a autor/a	UF	Palavras-chave	Fonte da informação
27 <sup>a</sup>	1	Doutorado	FAPERJ	A sexualidade adolescente como foco de investimento político-educacional	Helena Altmann	F	Trabalho completo	PUC-Rio	RJ		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t235.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t235.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	2	Doutorado	FAPESP	Relações de gênero nas práticas escolares e a construção de um projeto de co-educação	Daniela Auad	F	Trabalho completo	USP	SP		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t233.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t233.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	3	Não consta	Fundação Ford	Masculinidades e feminilidades: implicações para o fracasso/sucesso escolar de meninos e meninas nas séries iniciais	Rosemeire dos Santos Brito	F	Trabalho completo	USP	SP		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t2310.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t2310.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	4	Não consta	Não contou com financiamento.	Sexualidade, gênero e saúde reprodutiva – elementos para uma nova proposta em orientação sexual	Tania Ribeiro Catharino	F	Trabalho completo	UERJ	RJ		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t2312.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t2312.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	5	Não consta	Não contou com financiamento.	O saber autorizado – voz e voto para ensinar sobre o corpo.	Mirian Dolores Baldo Dazzi	F	Trabalho completo	UNISINOS	RS		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t238.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t238.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	6	Não consta	CNPq/UFPel	Representações sobre relações de gênero entre sindicalistas do CPERS/sindicato	Márcia Ondina Vieira Ferreira	F	Trabalho completo	UFPEL	RS		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t239.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t239.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	7	Mestrado	Não contou com financiamento.	Gênero e futebol feminino: preconceitos, mitos e sexismo na prática discursiva de docentes da educação física	Lígia Luís de Freitas	F	Trabalho completo	PMJP	PB		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t236.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t236.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	8	Não consta	Não contou com financiamento.	História do magistério: experiências masculinas na carreira administrativa no estado de São Paulo (1950-1980)	Daiane Antunes Vieira Pincinato	F	Trabalho completo	USP	SP		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t232.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t232.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	9	Mestrado	Não contou com financiamento.	Um silêncio desconcertante: A Homossexualidade Permanece Invisível na Escola	Luiz Ramires Neto	M	Trabalho completo	USP	SP		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t237.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t237.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	10	Doutorado	Não contou com financiamento.	Educar para a sexualidade normal	Ruth Sabat	F	Trabalho completo	FEEVALE	RS		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t2311.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t2311.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	11	Mestrado	CAPES	A invenção da infância generificada: a pedagogia da mídia impressa constituindo as identidades de gênero	Cláudia Amaral dos Santos	F	Trabalho completo	UFRGS	RS		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t231.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t231.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	12	Disciplina	CNPq/FAPERJ	Sexualidade e genero: mediações do cinema na construção de identidades	Vera Helena Ferraz de Siqueira	F	Trabalho completo	UFRJ	RJ		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t2313.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t2313.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	13	Não consta	Não contou com financiamento.	A mulher professora: gênero e constituição da identidade docente	Fábio Vasconcelos/Maria Celeste de Moura	M/F	Trabalho completo	UNIRAXÁ/ UNIUBE	MG		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t234.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t234.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	1	Não consta	Não contou com financiamento.	A busca do espaço com o bordado	Claudia Regina Ribeiro Pinheiro das Chagas	F	Pôster	UERJ	RJ		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/p232.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/p232.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	2	IC	Não contou com financiamento.	Gênero e sexualidade no espaço escolar – considerações sobre a “orientação sexual”	Marília Gabriela de Souza Ferreira/Érica Cordeiro de Araújo	F	Pôster	UERJ	RJ		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/p234.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/p234.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	3	Não consta	Não contou com financiamento.	Orientação sexual no limiar do século XXI: propostas para o 1º. Ciclo do Ensino Fundamental.	Camila José Galindo	F	Pôster	UNESP	SP		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/p231.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/p231.pdf</a>

<sup>133</sup> Tivemos que retirar a coluna com os resumos dos textos para diagramar o quadro de forma que fosse possível trazê-las para o arquivo da tese.

27 <sup>a</sup>	4	Mestrado	CNPq	Sexualidade e cotidiano escolar	Nilton Poletto Pimentel	M	Pôster	UFF	RJ	<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/p235.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/p235.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	5	Mestrado	Não contou com financiamento.	Significados de gênero no cotidiano escolar de uma escola pública municipal de são paulo	Edna de Oliveira Telles	F	Pôster	USP	SP	<a href="http://27reuniao.anped.org.br/ge23/p233.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/ge23/p233.pdf</a>
28 <sup>a</sup>	1	Não consta	Não contou com financiamento.	A escola na produção da identidade sexual do adolescente	Cláudio Adolph/Maria Regina Prata	M/F	Trabalho completo	UNESA	MG	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568788">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568788</a>
28 <sup>a</sup>	2	Não consta	Não contou com financiamento.	Relações Dialógicas Interculturais: Brinquedos e gênero	Flavia de Oliveira Barreto/Mônica Ledo Silvestri	F	Trabalho completo	UFF/UFRJ	RJ	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/textos/ge23/ge23943int.pdf">http://28reuniao.anped.org.br/textos/ge23/ge23943int.pdf</a>
28 <sup>a</sup>	3	Não consta	Não contou com financiamento	Alguns tensionamentos acerca dos corpos e sexualidades das pessoas deficientes	Miriam Piber Campos	F	Trabalho completo	ULBRA	RS	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568790">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568790</a>
28 <sup>a</sup>	4	Mestrado	CAPES	Desempenho escolar e gênero: um estudo com professoras de séries iniciais	Maria Cláudia Dal'Igna	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568791">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568791</a>
28 <sup>a</sup>	5	Não consta	Não contou com financiamento	Sexos, sexualidades e gêneros – monstrosidades no currículo da educação sexual	Jimena Furlani	F	Trabalho completo	UDESC/UFRGS	RS/SC	Educação Sexual; Educação, Gênero e Sexualidade; Currículo e Formação de Educadoras/res. <a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568792">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568792</a>
28 <sup>a</sup>	6	Não consta	FAPESP	Abordagem da AIDS na escola: possibilidades e dificuldades com base nas representações sociais dos professores da 6 <sup>a</sup> série do Ensino Fundamental	Rita de Cássia Pereira Lima/Flávia Chaves Ramos	F	Trabalho completo	CUML	SP	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568793">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568793</a>
28 <sup>a</sup>	7	Não consta	Não contou com financiamento	Quem pode resistir a Lara Croft? Você?	Cláudio Lúcio Mendes	M	Trabalho completo	UFMG	MG	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568794">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568794</a>
28 <sup>a</sup>	8	Não consta	FAPERJ – CNPq	Reflexões sobre a gravidez na adolescência: caminhos, diálogos e trajetórias numa pesquisa em educação	Eduardo Quintana	M	Trabalho completo	UERJ	RJ	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568795">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568795</a>
28 <sup>a</sup>	9	Não consta	Não contou com financiamento	Construindo a masculinidade hegemônica: acomodações e resistências a partir da apropriação de personagens de novelas por adolescentes das camadas populares	Claudia Regina Santos Ribeiro/Vera Helena Ferraz de Siqueira	F	Trabalho completo	UFRN/UFRJ	RN/RJ	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568796">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568796</a>
28 <sup>a</sup>	10	Não consta	CNPq	Por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa... A educação sexual no Brasil nos documentos da Inquisição dos séculos XVI e XVII	Paulo Rennes Marçal Ribeiro	M	Trabalho completo	UNESP	SP	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568797">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568797</a>
28 <sup>a</sup>	11	Não consta	PRPq-UFMG	Apropriação de novas tecnologias por docente: Questões de Gênero	Adla Betsaida Martins Teixeira	F	Trabalho completo	UFMG	MG	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568798">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568798</a>

28ª	12	Mestrado	Não contou com financiamento	O verso e o reverso das relações escolares: um olhar de gênero sobre o uso dos tempos em uma escola municipal da cidade de São Paulo	Edna de Oliveira Telles	F	Trabalho completo	USP	SP	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568799">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568799</a>	
28ª	13	Não consta	Não contou com financiamento	Juventude e sexualidade em movimento	Rosângela Steffen Vieira	F	Trabalho completo	UFSC/ UNICAMP	SP/ SC	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568800">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568800</a>	
28ª	1	Não consta	Não contou com financiamento	Desempenho das mulheres no indicador nacional de alfabetismo funcional - 2001: explorando as diferenças na comparação com os homens	Amélia Cristina Abreu Artes	F	Pôster	USP	SP	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568801">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568801</a>	
28ª	2	Não consta	CNPq	Bordar no espaço/tempo feminino	Claudia Regina Ribeiro Pinheiro das Chagas	F	Pôster	UERJ	RJ	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568802">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568802</a>	
28ª	3	Não consta	PROEX	Pesquisa diagnóstica sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: reflexões sobre a ação do educador	Renata Maria Coimbra Libório	F	Pôster	UNESP	SP	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568803">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568803</a>	
28ª	4	Não consta	Não contou com financiamento	Práticas de gênero e sexualidade nas concepções de aluno(a)s do ensino médio: entre o vivido e o possível	Maria de Fátima Salum Moreira	F	Pôster	UNESP	SP	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568804">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568804</a>	
28ª	5	Não consta	Não contou com financiamento	O peso de ser "ético" na infância – Reflexões sobre Aids na infância	Maria Antonia Pinto Pizarro	F	Pôster	UNIJUÍ	RS	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568805">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568805</a>	
28ª	6	Não consta	FAPERGS	Currículo e pedagogia cultural: gênero, raça e etnia na formação docente	Ruth Sabat	F	Pôster	FEEVALE (FAPERGS)	RS	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568806">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568806</a>	
28ª	7	Não consta	Não contou com financiamento	Diferenças de gênero na escola: interiorização do masculino e do feminino	Fabiana Cristina de Souza	F	Pôster	UNESP	SP	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568807">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568807</a>	
28ª	8	Não consta	Não contou com financiamento	Sexualidade humana: contextualização histórica e suas interfaces entre a infância e a adolescência	Maria Cristina Zampieri/Braga, Eliane Rose Maio	F	Pôster	UNESP/UEM	SP/ PR	<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568808">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.63469231.1859463159.1653568788-281800596.1653568808</a>	
29ª	1	Não consta	Não contou com financiamento	A "bicha banheirão" e o "homossexual militante": grupos gays, educação e a construção do sujeito homossexual	Anderson Ferrari	M	Trabalho completo	UFJF	MG	Discursos; homossexualidades; educação	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-1688--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-1688--Int.pdf</a>
29ª	2	Não consta	CNPq/PIBIC	A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de Presidente Prudente	Renata Maria Coimbra Libório/Co Luciene Dos Santos Camargo	F	Trabalho completo	UNESP	SP	crianças e adolescentes; profissionais da educação	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-1810--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-1810--Int.pdf</a>

29ª	3	Mestrado	CAPES	Identidades "anormais": a (des)construção dos corpos "deficientes"	Miriam Piber Campos	F	Trabalho completo	ULBRA	RS	peças com deficiência, corpo e sexualidade, Estudos Culturais	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-1941--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-1941--Int.pdf</a>
29ª	4	Não consta	CNPq	O bordado no currículo como espaço-tempo/fazer educativo.	Claudia Regina Ribeiro Pinheiro Das Chagas	F	Trabalho completo	UERJ	RJ	Cultura escrita; bordado; gênero.	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-1967--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-1967--Int.pdf</a>
29ª	5	Não consta	CAPES/PICDT	Qual destas moças é você? O autoconhecimento produzido pelos testes da imprensa feminina? Décadas de 50 a 70 do século XX	Constantina Xavier Filha	F	Trabalho completo	UFMS	MS	imprensa feminina; sexualidade; gênero.	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2007--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2007--Int.pdf</a>
29ª	6	Não consta	Não contou com financiamento	Educando as novas gerações: representações de gênero nos livros didáticos de matemática	Lindamir Salete Casagrande/ Co Marília Gomes De Carvalho	F	Trabalho completo	UTFPR	PR	Representações de Gênero; Livro Didático; Matemática.	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2066--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2066--Int.pdf</a>
29ª	7	Não consta	FAPERGS/CAPES	Gênero e risco de HIV/AIDS nas campanhas de educação em saúde através da mídia	Luís Henrique Sacchi Dos Santos/Co Dora Lúcia Leidens Corrêa De Oliveira	F/M	Trabalho completo	ULBRA/ UFRGS	RS		<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2294--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2294--Int.pdf</a>
29ª	8	Não consta	Não contou com financiamento	Cinema e Relações de Gênero: ouvindo mulheres idosas	Wânia Ribeiro Fernandes/Co Vera Helena Ferraz De Siqueira	F	Trabalho completo	UFRJ	RJ	cinema, identidade de gênero, subjetividade	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2327--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2327--Int.pdf</a>
29ª	9	Não consta	Não contou com financiamento	Fica Comigo - juventude e pedagogias amorosas/sexuais na MTV	Rosângela De Fátima Rodrigues Soares	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	juventude, sexualidade, mídia.	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2335--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2335--Int.pdf</a>
29ª	10	Não consta	Não contou com financiamento	Jovens, sexualidade e educação: homossexualidade no espaço escolar	Meire Rose Dos Anjos Oliveira/ Co Maria Aparecida Morgado	F	Trabalho completo	UFMT	MT	Educação; Juventude; Homossexualidade.	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2357--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2357--Int.pdf</a>
29ª	11	Não consta	Não contou com financiamento	Gênero, educação e educação física: um olhar sobre a produção teórica brasileira	Renata Duarte Simões	F	Trabalho completo	USP	SP	Gênero; Educação e Educação Física; Produção Teórica Brasileira.	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2377--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2377--Int.pdf</a>
29ª	12	Não consta	Não contou com financiamento	Infâncias, Adolescências e AIDS	Elizabeth Franco Cruz	F	Trabalho completo	UNICAMP	SP	infância, adolescência, AIDS	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2627--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2627--Int.pdf</a>
29ª	1	Não consta	não consta	As mulheres e o futebol no cotidiano escolar	Ronaldo Contó De Macedo	M	Pôster	UNISO	SP	Futebol, Mulher, Imaginário.	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT23-2036--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT23-2036--Int.pdf</a>
29ª	2	Não consta	não consta	A (des)construção da maternidade	Maria Das Graças C. Da S. Medeiros Gonçalves Pinto	F	Pôster	UNIPLAC/ UNIFRA	RS	maternidade; representação; desnaturalização.	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT23-2235--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT23-2235--Int.pdf</a>
29ª	3	Não consta	CNPq	Alfabetização no Brasil e questões de gênero: A ideologia presente nas orientações e usos de materiais didáticos - décadas de 20 a 50-MG.	Adla Betsaida Martins Teixeira/Co Solange Maria Da Silva	F	Pôster	UFMG	MG	Gênero, História da Alfabetização.	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT23-2326--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT23-2326--Int.pdf</a>

29ª	4	Não consta	Não consta	Representações sociais de educadores do ensino fundamental sobre sexualidade	Valéria Marta Nonato Fernandes Mokwa	F	Pôster	CUML	SP	Sexualidade, Representações Sociais, Professores.	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT23-2362--Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT23-2362--Int.pdf</a>
30ª	1	Não consta	Não contou com financiamento	Que é loba??? É um jogo sinistro, só para quem for homem...” – gênero e sexualidade no contexto escolar	Anderson Ferrari	M	Trabalho completo	UFJF	MG		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-2817--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-2817--Int.pdf</a>
30ª	2	Não consta	Não contou com financiamento	Gênero e sexualidade nos PCN's: uma proposta desconhecida	Dayse de Paula Marques da Silva	F	Trabalho completo	UERJ	RJ		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-2871--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-2871--Int.pdf</a>
30ª	3	Não consta	CNPq	O que pensam professoras de educação infantil sobre a feminização da profissão docente?	Marli Lúcia Tonatto Zibetti	F	Trabalho completo	UNIR	RO		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3041--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3041--Int.pdf</a>
30ª	4	Não consta	UNIJUÍ	A produção da mãe leve, flexível, forte nas páginas da pais & filhos	Maria Simone Vione Schwengber	F	Trabalho completo	UFRGS	RS		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3110--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3110--Int.pdf</a>
30ª	5	Não consta	CNPq	A sexualidade num curso normal – seus tempos e “contra-tempos”	Patrícia Abel Balestrin	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	Representações de Sexualidade; Estudos Feministas; Formação de Professoras	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3152--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3152--Int.pdf</a>
30ª	6	Não consta	CENP	A boneca Barbie e a educação das meninas – um mundo de disfarces	Fernanda Theodoro Roveri	F	Trabalho completo	UNICAMP	SP	Barbie, corpo, infância	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3154--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3154--Int.pdf</a>
30ª	7	Mestrado	Não contou com financiamento	Saúde é coisa de mulher em qualquer idade: educação, gênero e envelhecimento	Luiz Fernando Calage Alvarenga	M	Trabalho completo	UFRGS	RS	educação, saúde, gênero, envelhecimento	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3229--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3229--Int.pdf</a>
30ª	8	Não consta	CAPES/PICDT	A sexualidade feminina entre práticas divisoras: da mulher “bela adormecida” sexualmente à multiorgástica – imprensa feminina e discursos de professoras	Constantina Xavier Filha	F	Trabalho completo	UFMS	MS	gênero; sexualidade feminina; imprensa feminina	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3297--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3297--Int.pdf</a>
30ª	9	Mestrado	CNPq	Bordado como expressão de vida: gênero, sexualidade	Claudia Regina Ribeiro Pinheiro das Chagas	F	Trabalho completo	UERJ	RJ	gênero; bordado; memória; cidadania	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3465--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3465--Int.pdf</a>
30ª	10	Mestrado	CAPES	Gênero, sexualidade e desempenho escolar: modos de significar os comportamentos de meninos e meninas	Maria Cláudia Dal'Igna	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	Desempenho escolar; Normas de comportamento; Gênero	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3467--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3467--Int.pdf</a>
30ª	11	Não consta	CNPq	Banheiros escolares – promotores de diferenças de gênero	Adla Betsaida Martins Teixeira/CO Ana Elvira Steinbach Silva Raposo	F	Trabalho completo	UFMG/UFPB	MG /PB	Gênero; Sexualidade; Educação Infantil; Banheiros públicos	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3472--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3472--Int.pdf</a>
30ª	12	Não consta	CAPES	Formação de pedagogas – memórias e trajetórias	Marisa Barletto	F	Trabalho completo	UFV	MG		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3494--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3494--Int.pdf</a>
30ª	13	Doutorado	REDE CEDES / Ministério dos Esportes	As obrigações no trabalho doméstico familiar de jovens estudantes: uma questão de gênero	José Geraldo Soares Damico	M	Trabalho completo	ULBRA	RS	lazer, juventude, trabalho doméstico	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3496--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3496--Int.pdf</a>
30ª	14	Mestrado	CNPq	Homens fora de lugar? A identidade de professores homens na docência com crianças	Frederico Assis Cardoso	M	Trabalho completo	CENTRO UNIVERSITÁ RIO UNA	MG	Gênero, identidade, professores	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3550--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3550--Int.pdf</a>

30ª	15	Não consta	Não contou com financiamento	Quando o estranho é o professor: narrativas sobre sexualidade e o currículo de formação de professores	Mirian Pacheco Silva	F	Trabalho completo	UNICAMP	SP	Sexualidade; currículo; formação de professores	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3718--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3718--Int.pdf</a>
30ª	16	Doutorado	Não contou com financiamento	“(Ela) sabe roubar ... De um jeito escondido mas ela rouba” o jogo e as estratégias de gênero numa classe de alfabetização	Jonê Carla Baião	F	Trabalho completo	UERJ	RJ		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3807--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3807--Int.pdf</a>
30ª	1	Mestrado	Não contou com financiamento	Abordagem do HPV na escola: caminhos e questionamentos no terceiro ano do ensino médio	João Cláudio de Souza Caetano/co Carmen Lúcia Paiva Silveira	F/M	Pôster	UNIPLI	RJ	Educação de jovens, DST-HPV, prevenção, ensino formal	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/posteres/GT23-3583--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/posteres/GT23-3583--Int.pdf</a>
31ª	1	Não consta	CNPq	Roteiros de gênero: a pedagogia organizacional e visual gendrada no cotidiano da educação infantil	Maria Eulina Pessoa De Carvalho/ co Eliana Celia Ismael Da Costa/ co Rosemary Alves De Melo	F	Trabalho completo	UFPB/UEPB/UFPE	PB/PE	educação infantil; princípios de visão e divisão; habitus; pedagogia visual e organizacional; roteiros de gênero.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-3953--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-3953--Int.pdf</a>
31ª	2	Doutorado	CAPES	Narrativas de vivências juvenis: as jovens mulheres no centro da cena	Sueli Salva	F	Trabalho completo	UFRGS/ULBRA	RS	narrativas autobiográficas; jovens mulheres; periferia urbana.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-3958--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-3958--Int.pdf</a>
31ª	3	Não consta	UNIJUÍ	Ensina-se a mais antiga das artes às mulheres: a de ter filhos e tornar-se mãe carinhosa	Maria Simone Vione Schwengber	F	Trabalho completo	UNIJUÍ	RS	corpo, gênero, práticas corporais, maternidade, mídia.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-3996--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-3996--Int.pdf</a>
31ª	4	Não consta	Não consta	Sexualidade na escola mediada pela literatura: apropriações docentes	Andréa Costa Da Silva/co Vera Helena Ferraz De Siqueira	F	Trabalho completo	COLÉGIO BRIGADEIRO NILTON BRAGA/ UFRJ	RJ	apropriações docentes; literatura para jovens; gravidez na adolescência; educação sexual.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4483--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4483--Int.pdf</a>
31ª	5	Mestrado	FAPEMIG	Livros didáticos das décadas de 20 a 50 em Minas Gerais: construções de gênero	Fernanda De Araujo Rocha/ co Adla Betsaida Martins Teixeira	F	Trabalho completo	UFMG	MG	questões de gênero; cartilhas e pré-livros; alfabetização; imagem e texto; Escola Nova.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4557--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4557--Int.pdf</a>
31ª	6	Não consta	Não consta	Quatro intervenções para uma pedagogia <i>queer</i>	Maria Rita De Assis César	F	Trabalho completo	UFPR	PR	sexualidade; diversidade sexual; gênero; currículo queer; escola.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4614--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4614--Int.pdf</a>
31ª	7	Mestrado	Não consta	Professores(as), sexualidade e educação sexual: produzindo sujeitos nos contextos do programa de educação afetivo-sexual (PEAS)	Roney Polato De Castro	M	Trabalho completo	UFJF	MG		<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4624--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4624--Int.pdf</a>

31ª	8	Não consta	CNPq	“Quem é da tua família?": gênero, relações familiares e situação de rua	Letícia Prezzi Fernandes	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	Educação da família; meninos/as em situação de rua; políticas de inclusão social; gênero.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4758--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4758--Int.pdf</a>
31ª	9	Não consta	Não consta	Os manuais de conduta e a escrita feminina no início do século XX: o que desvelam as narrativas?	Bernardina Santos Araújo De Sousa	F	Trabalho completo	UFPE	PE	Pedagogia da sexualidade; narrativas femininas; zonas de silêncio.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4967--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4967--Int.pdf</a>
31ª	10	Não consta	Não consta	Palavras, “palavrões”: um estudo sobre a repressão sexual a partir da linguagem empregada para designar a genitália e práticas sexuais, na cultura brasileira	ELIANE ROSE MAIO BRAGA/ Co PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO	F/M	Trabalho completo	UEM/UNESP	PR/SP	sexualidade; sexo; palavras; sinônimos; repressão sexual; orientação sexual escolar.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4982--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4982--Int.pdf</a>
31ª	11	Não consta	CAPES/SECAD MEC	Profissionais da educação infantil e ensino fundamental diante das questões de gênero e diversidade sexual: as possibilidades da literatura infantil	Cintia De Souza Batista Tortato	F	Trabalho completo	UTFPR	PR	gênero; diversidade sexual; literatura infantil.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-5028--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-5028--Int.pdf</a>
31ª	1	Não consta	FAPERJ	Procurei e encontrei: os possíveis álbuns de mulheres negras.	Claudia Regina Ribeiro Pinheiro Das Chagas	F	Pôster	UERJ	RJ	conhecimentos em redes; mulheres negras; fotos.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/2poster/GT23-4178--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/2poster/GT23-4178--Int.pdf</a>
31ª	2	Não consta	MEC e DEPEM	Nas tendas da sexualidade e gênero	Lívia Monique De Castro Faria	F	Pôster	UFLA	MG	sexualidade; gênero; abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; artefatos culturais.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/2poster/GT23-4274--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/2poster/GT23-4274--Int.pdf</a>
31ª	3	Não consta	Não consta	Meninas (mal) comportadas: posturas e estranhamentos em uma escola de periferia	Juliana Ribeiro De Vargas	F	Pôster	UFRGS	RS	estudos culturais; gênero; infância; feminismo; periferia urbana.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/2poster/GT23-4804--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/2poster/GT23-4804--Int.pdf</a>
32ª	1	Não consta	PIBIC/UNIJUÍ	Pobres meninas “ricas” com a gravidez	Maria Simone Vione Schwengber	F	Trabalho completo	UNIJUÍ	RS	adolescência; gravidez; corpo; gênero.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5183--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5183--Int.pdf</a>
32ª	2	Mestrado	Não consta	O que dizem as crianças sobre meninos e meninas?: anunciando o jogo das construções, desconstruções e reconstruções das dicotomias de gênero na educação infantil	Gabriela Silveira Meireles	F	Trabalho completo	UFJF	MG	infância; gênero; poder; educação infantil.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5294--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5294--Int.pdf</a>
32ª	3	Mestrado	Não consta	Corpos, escola & sexualidades: um olhar sobre um programa de orientação sexual	Paulo Melgaço da Silva Junior	M	Trabalho completo	UERJ	RJ	sexualidade; programa de orientação sexual; identidade.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5302--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5302--Int.pdf</a>

32 <sup>a</sup>	4	Não consta	CNPq	Juventude ciborgue: transgredindo fronteiras de gênero	Shirlei Rezende Sales do Espírito Santo	F	Trabalho completo	UFMG	MG	juventude ciborgue; gênero; currículo; Orkut.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5313--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5313--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	5	Mestrado	Não consta	Um currículo de masculinidades nos estádios de futebol	Gustavo Andrada Bandeira	M	Trabalho completo	UFRGS	RS	masculinidades; currículo; futebol.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5384--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5384--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	6	Não consta	FUNDECT	Catálogo eletrônico de produções bibliográficas sobre educação sexual e de gênero - décadas de 1930 a 1985	Constantina Xavier Filha	F	Trabalho completo	UFMS	MS	Catálogo; livro sobre sexualidade; dispositivo pedagógico.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5494--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5494--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	7	Não consta	Não consta	Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras	Maria Rita de Assis César	F	Trabalho completo	UFPR	PR	nome social; instituição escolar; heteronormatividade; dispositivo da sexualidade.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5521--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5521--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	8	Não consta	Não consta	"Não temos que lidar com isso. Aqui não há gays nem lésbicas!" - estados de negação da homofobia nas escolas	Rogério Diniz Junqueira	M	Trabalho completo	INEP	BR	Negação; estratégias discursivas; homofobia; heteronormatividade; políticas públicas.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5575--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5575--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	9	Não consta	Não consta	Homoparentalidade e escola: que conjugação é essa?	Noeli Gemelli Reali	F	Trabalho completo	UNOCHAPECÓ	SC	homoparentalidade; sexualidade; currículo; escola.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5637--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5637--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	10	Não consta	CNPq	Família e relações de gênero: um olhar através do direito	Letícia Prezzi Fernandes	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	Família; consangüinidade; gênero; filiação; direito de família.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5682--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5682--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	11	Mestrado	Não consta	Gênero, jornadas e ritmos da docência: uma análise para além das dicotomias	Carolina Faria Alvarenga	F	Trabalho completo	UFLA	MG	Relações de gênero; trabalho docente; jornadas e ritmos.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5701--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5701--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	12	Mestrado	Não consta	Docências que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero: a escola como espaço de imposições de poderes e resistências	Neil Franco Pereira de Almeida/co Maria Veranilda Soares Mota	F/M	Trabalho completo	UFU/UFV	MG	docência; homossexualidade; travestilidade; teoria queer.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5887--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5887--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	1	Não consta	CNPq	Disjunções da sexualidade nos parâmetros curriculares nacionais e nos projetos escolares de educação sexual	Denise da Silva Braga	F	Pôster	UERJ	RJ	Sexualidade; homossexualidade; Parâmetros Curriculares Nacionais.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/posteres/GT23-5642--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/posteres/GT23-5642--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	2	Não consta	FAPERJ	Mundos separados: movimentos, rupturas e permanências na escola	Jonê Carla Baião	F	Pôster	UERJ	RJ	gênero; infância; jogos e brincadeiras; saberes docentes.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/posteres/GT23-5922--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/posteres/GT23-5922--Int.pdf</a>

33 <sup>a</sup>	1	Não consta	CNPq	Panorama da produção sobre gênero e sexualidades apresentada nas reuniões da ANPEd (2000-2006)	Márcia Ondina Vieira Ferreira/ co Georgina Helena Lima Nunes	F	Trabalho completo	UFPEL	RS	relações de gênero; sexualidades; ANPEd.	<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6147--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6147--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	2	Não consta	CNPq	Vidas na fronteira-corpos, gêneros e sexualidades: estranhando a normalidade do sexo	Denise da Silva Braga	F	Trabalho completo	UERJ	RJ	gênero; teoria queer; performatividade.	<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6128--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6128--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	3	Não consta	CAPES	A Educação Física como espaço de formação feminina	Viviane Teixeira Silveira	F	Trabalho completo	UFSC	SC		<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6653--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6653--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	4	Não consta	Não consta	Análise dos textos sobre dança e gênero nos CONBRACES – Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte de 1979 a 2005	Aládia Cristina Rodrigues Medina	F	Trabalho completo	UNIV. ITAÚNA	MG	CONBRACE; gênero; dança.	<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6438--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6438--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	5	Doutorado	CAPES	As fotografias de mulheres negras que não encontrei – em diferentes contextos escolhidos por um grande jornal	Cláudia Regina Ribeiro Pinheiro das Chagas	F	Trabalho completo	UERJ	RJ		<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6576--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6576--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	6	Não consta	Não consta	A visão androcêntrica do mundo	Vanisse Simone Alves Correa	F	Trabalho completo	UFPR	PR	Gestão escolar; Eleição para diretores/as; Visão androcêntrica de mundo; Relações de gênero e poder.	<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6905--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6905--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	7	Não consta	Não consta	Gênero, sexualidade e infância: nas telas do cinema, a criança como sujeito do amor romântico	Mariangela Rosa Pereira	F	Trabalho completo	ULBRA	RS		<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6270--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6270--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	8	Não consta	Não consta	A experiência escolar cotidiana e a construção do gênero na subjetividade infantil	Davi Marangon/ co Leilah Santiago Bufrem	M	Trabalho completo	UFPR	PR	habitus de gênero; experiência escolar; cotidiano escolar.	<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6401--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6401--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	9	Mestrado	Não consta	A visibilidade da sexualidade do/a docente homossexual na escola	Neil Franco Pereira de Almeida/Maria Veranilda Soares Mota	M/F	Trabalho completo	UFU/UFV	MG		<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6209--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6209--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	10	Mestrado	FAPESC	Corporeidades masculinas nômades: o espaço da docência como heterotopia	Rogério Machado Rosa	M	Trabalho completo	UDESC	SC		<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6642--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6642--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	11	Não consta	Não consta	Governando corpos e sexualidades na escola	Maria Rita de Assis César	F	Trabalho completo	UFPR	PR	sexualidade; governo; escola; controle; normalidade/patologia.	<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6363--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6363--Int.pdf</a>

33 <sup>a</sup>	12	Não consta	CNPq	Constituir-se professora na Amazônia: história de mulheres mestiças da região de Ilhas de Belém	Sônia Maria da Silva Araújo	F	Trabalho completo	UFPA	PA	história; cultura; mulher professora	<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6372--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6372--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	13	Não consta	CAPES, UEPA e UNAMA	A educação sexual na primeira metade do século XX no Brasil	Lucélia de Moraes Braga Bassalo	F	Trabalho completo	UEPA	PA	educação sexual no Brasil; sexualidade e educação; gênero, sexualidade e educação; discursos da educação sexual.	<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6673--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6673--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	14	Doutorado	FAPEMIG	Das noções de corpo no ensino de biologia aos dizeres sobre sexualidade	Elenita Pinheiro de Queiroz Silva/Graça Aparecida Cicillini	F	Trabalho completo	UFU/UFLA	MG	corpo; sexualidade; ensino de biologia.	<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6937--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6937--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	15	Mestrado	CAPES	O bailarino self-made: trajetórias do masculino na dança	Giuliano Souza Andreoli	M	Trabalho completo	UFRGS	RS		<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6439--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6439--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	1	Não consta	FAPEMIG	Reflexões acerca das questões de gênero no curso de Pedagogia: licenciatura para a Educação infantil – modalidade a distância	Lívia Monique de Castro Faria/Ila Maria Silva de Souza	F	Pôster	UFLA	MG	gênero; educação infantil; trabalho feminino.	<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/P%C3%B4steres%20em%20PDF/GT23-6302--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/P%C3%B4steres%20em%20PDF/GT23-6302--Int.pdf</a>
33 <sup>a</sup>	2	Não consta	CAPES	O currículo e a teoria <i>queer</i> na perspectiva de um curso de formação de professores	Maria Cecília Sousa de Castro	F	Pôster	UERJ	RJ	teoria queer; currículos; identidades sexuais.	<a href="http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/P%C3%B4steres%20em%20PDF/GT23-6879--Int.pdf">http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/P%C3%B4steres%20em%20PDF/GT23-6879--Int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	1	Não consta	Não consta	O delírio do corpo: derivas das masculinidades	ROGÉRIO MACHADO/Co ROSA PATRICIA DE MORAES LIMA	F/M	Trabalho completo	IFSC/UFSC	SC		<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-88%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-88%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	2	Não consta	Não consta	Tecnologias de governo no âmbito do Pronasci	José Geraldo Soares Damico	M	Trabalho completo	FURG	RS	Pronasci; governamentalidade; identidade e gênero.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-1187%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-1187%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	3	Não consta	Não consta	Distintas masculinidades: considerações sobre a escolarização de alunos da educação de jovens e adultos	Cristiane Souza De Menezes	F	Trabalho completo	UFPB	PB	masculinidades; gênero; educação de jovens e adultos.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-171%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-171%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	4	Não consta	Não consta	Tecendo percursos para pensar o corpo	Elenita Pinheiro De Queiroz Silva	F	Trabalho completo	UFU	MG		<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-1188%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-1188%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	5	Doutorado	Não consta	A experiência transexual: estigma, estereótipo e desqualificação social no intramuros da escola	Denise Da Silva Braga	F	Trabalho completo	UERJ	RJ		<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-204%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-204%20int.pdf</a>

34 <sup>a</sup>	6	Não consta	Não consta	Nossa! Eu nunca tinha parado pra pensar nisso! - Gênero, Sexualidades e Formação Docente	Roney Polato De Castro/Ander son Ferrari	M	Trabalho completo	UFJF	MG	formação docente inicial; gênero sexualidades; perspectiva pósestruturalista.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-218%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-218%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	7	Não consta	CNPq	A menina e o menino que brincavam de ser: representações de gênero em pesquisa com crianças	Constantina Xavier Filha	F	Trabalho completo	UFMS	MS	gênero; pesquisa com criança; representação.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-223%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-223%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	8	Não consta	Não consta	Experiências educativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis, relações de gênero e empoderamento feminino	MARIA CELESTE REIS FERNANDES DE SOUZA/JOANA DARC GERMANO HOLLERBACH/Erika Christina Gomes De ALMEIDA	F	Trabalho completo	UNIVALE/UFV/UNIRIO	MG/RJ	gênero; empoderamento; escolarização; movimentos sociais.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-317%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-317%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	9	Não consta	Não consta	A produtividade dos conceitos de identidade, diferença e cultura nos estudos de gênero articulada com as epistemologias	José Licínio Backes/Ruth Pavan	F/M	Trabalho completo	UCDB	MS	cultura; gênero; identidade/diferença; epistemologia.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-337%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-337%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	10	Não consta	Não consta	Juventudes e processos de escolarização: articulações entre trabalho e gênero	Sandra Dos Santos Andrade	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	juventude; escolarização; gênero; trabalho.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-352%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-352%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	11	Não consta	Não consta	A educação de mulheres-mães pobres para uma "infância melhor"	Carin Klein	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	gênero; maternidade; políticas públicas.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-501%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-501%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	12	Mestrado	Não consta	(Homo)sexualidades e gênero nos documentos oficiais da educação	Neil Franco Pereira De Almeida	M	Trabalho completo	UFU	MG	educação; (homo)sexualidades; gênero; documentos.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-39%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-39%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	13	Não consta	Não consta	Gênero, raça, juventude e fracasso escolar: masculinidades nas narrativas juvenis	Rosemeire Dos Santos Brito	F	Trabalho completo	UNICENTRO	PR	gênero; masculinidades; raça; fracasso escolar; educação de jovens e adultos; juventude.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-599%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-599%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	14	Não consta	Não consta	A mídia ensina: imperativo da maternidade e paternidade responsáveis	Maria Simone Vione Schwengber	F	Trabalho completo	UNIJUÍ	RS	mídia, gênero, paternidade, maternidade.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-83%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-83%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	15	Não consta	Não consta	Heteronormatividade ou reconhecimento? Professores e professoras diante da homossexualidade	Lucélia De Moraes Braga Bassalo	F	Trabalho completo	UEPA	PA	heteronormatividade; homofobia e educação; homossexualidade e educação.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-682%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/imagens/trabalhos/GT23/GT23-682%20int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	1	Não consta	Não consta	Mulheres-visitadoras, mulheres-voluntárias, mulheres-da-comunidade: o conhecimento como estratégia de diferenciação de sujeitos no PIM	Carin Klein	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	Maternidade; Gênero; Políticas públicas.	<a href="http://35reuniao.anped.org.br/imagens/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1305_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/imagens/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1305_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	2	Não consta	Não consta	Escolarização, gênero e vulnerabilidade social: uma abordagem cultural de narrativas juvenis	Sandra Dos Santos Andrade	F	Trabalho completo	UFRGS	RS		<a href="http://35reuniao.anped.org.br/imagens/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1393_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/imagens/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1393_int.pdf</a>

35 <sup>a</sup>	3	Mestrado	Não consta	Adolescentes violentos? Que discurso é esse? Práticas discursivas e constituição do masculino na periferia	Rosalinda Carneiro De Oliveira Ritti	F	Trabalho completo	UFJF	MG	Masculinidades; Adolescentes violentos; Práticas discursivas.	<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1454_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1454_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	4	Não consta	Não consta	Sexualidade e gênero: discursos docentes mediados pelo livro paradidático	Andréa Costa Da Silva/Vera Helena Ferraz De Siqueira	F	Trabalho completo	UFRJ	RJ	Literatura escolar; discurso; sexualidade; gênero.	<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1545_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1545_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	5	Doutorado	Não consta	Família e escola: a fabricação da mulher-mãe parceira em tempos de governamentalidade neoliberal	Maria Cláudia Dal'igna	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	família; escola; governamentalidade; gênero.	<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1690_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1690_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	6	Mestrado	MEC e REUNI	Gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação física escolar. Uma cartografia das práticas discursivas em escolas paranaenses	Gabriela Chicuta Ribeiro/Lúcia Pintor Santiso Villas Bôas	F	Trabalho completo	UFPR	PR		<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1754_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1754_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	7	Não consta	Não consta	Trabalho docente na ótica de estudantes brasileiros(as): das representações sociais às relações sociais de sexo	Clarilza Prado De Sousa/Co Maria Rosa Lombardi	F	Trabalho completo	FCC	SP	estudantes de educação; trabalho docente; relações sociais de sexo; representações sociais; Brasil.	<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1794_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1794_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	8	Não consta	Não consta	Sexualidade, Gênero e Diversidade: Currículo e Prática Pedagógica	Alexandre Silva Bortolini De Castro	M	Trabalho completo	PUC-Rio/UFRJ	RJ		<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1931_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1931_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	9	Mestrado	Não consta	Percepções docentes sobre a homofobia na escola: entre dissonâncias e continuidades	Liane Kelen Rizzato	F	Trabalho completo	USP	SP		<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2006_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2006_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	10	Não consta	FAPEMIG	Corpo e sexualidade no ensino de ciências: experiências de sala de aula	Elenita Pinheiro De Queiroz Silva	F	Trabalho completo	UFU	MG		<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2332_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2332_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	11	Não consta	CAPES/PDEE	O governo da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional lgbt	Jamil Cabral Sierra	M	Trabalho completo	UFPR	PR		<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2336_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2336_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	12	Não consta	CAPES	Um bom lugar: constituição de masculinidades juvenis na periferia urbana	José Geraldo Soares Damico	M	Trabalho completo	FURG	RS		<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2344_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2344_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	13	Não consta	Não consta	No labirinto da educação infantil as falas de educadoras sobre gênero e sexualidade	Cláudia Maria Ribeiro	F	Trabalho completo	UFLA	MG	Gênero; sexualidade; enunciado; educação infantil.	<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2362_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2362_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	14	Não consta	Não consta	A Subjetivação da Mãe Naturalista como Modelo: a Maternidade como Efeito das Pedagogias Culturais	Karina Mirian Da Cruz Valenca Alves	F	Trabalho completo	UECE	CE		<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2419_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2419_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	15			A velhice estruturada nos vocábulos: ativa e muscular	Maria Simone Vione Schwengber	F	Trabalho completo	UNIJUÍ	RS		
35 <sup>a</sup>	16			A formação da identidade e o processo de subjetivação de alunos com orientação homossexual	Denize De Aguiar Xavier Sepulveda	F	Trabalho completo	UERJ	RJ		
35 <sup>a</sup>	17			Violência, Traição e Gênero: uma briga de meninas em uma escola privada	Paulo Rogério Da Conceição Neves	M	Trabalho completo	USP	SP		

35 <sup>a</sup>	1	Mestrado	FAPESB	Qual lugar do gênero e da sexualidade no curso de Pedagogia da UEFS?	Taisa De Sousa Ferreira	F	Pôster	UEFS	BA	gênero; sexualidade; Pedagogia.	<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/posteres/GT23/GT23-1508_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/posteres/GT23/GT23-1508_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	2	Doutorado	Não consta	Histórias de vida de professoras travestis e transexuais brasileiras: uma proposta metodológica de pesquisa	Graça Aparecida Cicillini/ Co Neil Franco Pereira De Almeida	F/M	Pôster	UFMT/UFU	MT/MG	histórias de vida. professoras travestis e transexuais. teoria queer.	<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/posteres/GT23/GT23-2063_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/posteres/GT23/GT23-2063_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	3	Doutorado	Não consta	Modelos atrativos nas relações afetivo-amorosas: uma análise a partir da perspectiva das relações de gênero	Juliana Franzi	F	Pôster	USP	SP		<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/posteres/GT23/GT23-2280_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/posteres/GT23/GT23-2280_int.pdf</a>
36 <sup>a</sup>	1	Não consta	CNPq	Um olhar de gênero sobre a 'inclusão social'	Dagmar Elisabeth Estermann Meyer/ Co Carin Klein	F	Trabalho completo	UFRGS/ PREF. MUNICIPAL DE CANOAS	RS	Vulnerabilidade; Gênero; Políticas sociais.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2576_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2576_texto.pdf</a>
36 <sup>a</sup>	2	Não consta	CNPq/UNIJUÍ	As imagens e a educação generificada dos corpos	Maria Simone Vione Schwengber	F	Trabalho completo	UNIJUÍ	RS	mídia, corpos, gênero, escola	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2599_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2599_texto.pdf</a>
36 <sup>a</sup>	3	Doutorado	Não consta	“Todo dia eu penso: Meu Deus, onde foi que eu errei?": Os desafios de ser mãe na periferia	Rosalinda Carneiro De Oliveira Ritti	F	Trabalho completo	UFJF	MG	Mães de periferia; Discursos e representações; Subjetivação.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2615_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2615_texto.pdf</a>
36 <sup>a</sup>	4	Não consta	Não consta	Trajetórias na docência: professores homens na educação infantil	Mariana Kubilius Monteiro/ Co Helena Altmann	F	Trabalho completo	UNICAMP	SP	trajetória profissional; relações de gênero; professor homem; educação infantil.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2689_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2689_texto.pdf</a>
36 <sup>a</sup>	5	Não consta	Não consta	Escritas-narrativas de estudantes problematizando relações de gênero e sexualidades	Roney Polato De Castro	M	Trabalho completo	UFJF	MG	formação docente; subjetivação; experiência; relações de gênero e sexualidades; educação.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2714_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2714_texto.pdf</a>
36 <sup>a</sup>	6	Não consta	Não consta	Homossexualidade, medicina e educação: a construção de uma pedagogia dos manuais médicos.	Jackson Ronie Sá Da Silva/Co Edla Eggert	F/M	Trabalho completo	UEMA/ UNISINOS	MA/RS	Homossexualidade; medicina; educação; metodologia.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2739_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2739_texto.pdf</a>
36 <sup>a</sup>	7	Não consta	Não consta	Docência, transexualidades e travestilidades: a emergência da rede trans educ brasil	Marco Antonio Torres	M	Trabalho completo	UFOP	MG	Professoras, Travestis, Transexuais, Escola, Transfobia	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2816_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2816_texto.pdf</a>

36ª	8	Não consta	CNPq	Sexualidades juvenis e diagnóstico soropositivo: a aids como processo de (des)aprendizagens	Jeane Félix Da Silva	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	Juventudes; Soropositividade; Sexualidades; (Des)aprendizagens; Revelação de Diagnóstico.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2870_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2870_texto.pdf</a>
36ª	9	Não consta	Não consta	Apoios ou agachamentos?: a normalização do gênero na educação física escolar	Priscila Gomes Dornelles	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	Educação Física escolar; gênero; norma; heteronormatividade.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2889_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2889_texto.pdf</a>
36ª	10	Não consta	Não consta	Juventudes contemporâneas e alguns de seus marcadores identitários: histórias narradas	Sandra Dos Santos Andrade	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	Juventude; Estudos Culturais e de Gênero; Marcadores identitários; Experiência de si; Moratória social.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3083_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3083_texto.pdf</a>
36ª	11	Não consta	Não consta	A feminilidade em discurso: mídias musicais contemporâneas produzindo modos de ser jovem e mulher	Juliana Ribeiro De Vargas/Co Maria Luisa Merino De Freitas Xavier	F	Trabalho completo	UFRGS	RS	Gênero; Estudos Culturais; Discurso.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3106_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3106_texto.pdf</a>
36ª	12	Não consta	CAPES	Gilda e a vida queerizada	Jamil Cabral Sierra	M	Trabalho completo	UFPR	PR	Estética da Existência. Atitude Queer. Atitude Cínica. Vida Vivível.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3116_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3116_texto.pdf</a>
36ª	13	Não consta	Não consta	A escola como empreendimento biopolítico de governo dos corpos e subjetividades transexuais	Dayana Brunetto Carlin Dos Santos	F	Trabalho completo	UFPR	PR	sexualidade; transexualidade; escola; governo; controle; normalidade/patologização.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3181_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3181_texto.pdf</a>
36ª	14	Doutorado	Não consta	Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: caminhos percorridos e obstáculos enfrentados	Neil Franco Pereira De Almeida/Co Graça Aparecida Cicillini	F/M	Trabalho completo	UFU	MG	Professoras trans; escola; teoria queer	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3241_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3241_texto.pdf</a>
36ª	15	Não consta	Não consta	Jovens gays na zona rural: a dobra como processos de subjetivação	Emerson Martins/Co Rogério Machado Rosa	M	Trabalho completo	UFFS/UFSC	PR	Dobra; Juventude; Homossexualidade; Processos de subjetivação; Zona rural.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3270_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3270_texto.pdf</a>
36ª	16	Não consta	Não consta	Análise de Livros Didáticos de Língua Portuguesa na perspectiva da ideologia de gênero	Neide Cardoso De Moura	F	Trabalho completo	UFFS	RS	gênero; escola; ideologia; livro didático.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2943_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2943_texto.pdf</a>
36ª	17	Mestrado	FAPESB	Modos de ver, sentir, e questionar: a presença do gênero e da sexualidade no curso de Pedagogia	Taisa De Sousa Ferreira	F	Trabalho completo	UEFS	BA	Gênero; Sexualidade; Currículo; Pedagogia.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2980_resumo.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2980_resumo.pdf</a>

36 <sup>a</sup>	1	Não consta	Não consta	Gênero e governamentalidade: uma articulação teórico-metodológica para analisar processos de subjetivação	Maria Cláudia Dal'igna	F	Pôster	UNISINOS	RS	gênero; governamentalidade; articulação teórico-metodológica; subjetividade.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_posteres_aprovados/gt23_posteres_aprovados/gt23_2877_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_posteres_aprovados/gt23_posteres_aprovados/gt23_2877_texto.pdf</a>
36 <sup>a</sup>	2	Mestrado	Não consta	Concepções de corpo e gênero de crianças de uma escola especializada no atendimento a pessoas com deficiência intelectual e múltipla	Roberta De Oliveira Maisatto	F	Pôster	UFMS	MS	deficiência intelectual, corpos, gênero, pesquisa com crianças.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_posteres_aprovados/gt23_posteres_aprovados/gt23_3328_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_posteres_aprovados/gt23_posteres_aprovados/gt23_3328_texto.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	1	Não consta	CNPq	O campo do gênero na ANPEd: hipóteses em construção	Márcia Ondina Vieira Ferreira	F	Trabalho completo	UFPEL	RS	gênero; sexualidades; produção científica; ANPEd; grupos de pesquisa.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3512.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3512.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	2	Doutorado	Não consta	Formação docente, experiência religiosa e sexualidades: problematizações	Roney Polato De Castro	M	Trabalho completo	UFJF	MG	formação docente; sexualidades; experiência religiosa.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3515.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3515.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	3	Não consta	CNPq/UNIJUÍ	Os meus filhos e os deles: os filhos da esperança	Maria Simone Vione Schwengber	F	Trabalho completo	UNIJUÍ	RS	Meninas-mulheres; Pobreza; Maternidade.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3523.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3523.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	4	Pós-doc	CAPES	Praticando a prostituição: aprendizagens e mudanças	Marina Veiga Franca	F	Trabalho completo	UFMG	MG	aprendizagem; prostituição; práticas sociais; habilidades relacionais.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3578.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3578.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	5	Doutorado	Não consta	Gênero e Educação: a formação em Economia Doméstica	Nilce Vieira Campos Ferreira	F	Trabalho completo	UFMT	MT	Educação das mulheres; Instituições escolares; Ensino profissionalizante	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3605.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3605.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	6	Não consta	FAPESB	O PIBID como espaço formativo de desarranjos, reinvenções e pluralizações dos gêneros e das sexualidades	Marcos Lopes De Souza	M	Trabalho completo	UESB	BA	formação docente, gêneros, sexualidades, educação infantil.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3732.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3732.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	7	Não consta	CNPq/Capes	Origens e desafios dos núcleos de estudos de gênero na educação superior no Norte e Nordeste do Brasil	Maria Eulina Pessoa De Carvalho/ Co Mayanne Júlia Tomaz Freitas/ Co Karina Ingredy Leite Da Silva	F	Trabalho completo	UFPB	PB	núcleos de estudos de gênero; educação superior; acadêmicas feministas; REDOR.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3761.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3761.pdf</a>

37 <sup>a</sup>	8	Não consta	Não consta	Gênero e educação superior: um estudo sobre as mulheres na Física	Érica Jaqueline Soares Pinto/ Co Valquiria Gila De Amorim	F	Trabalho completo	UFPB	PB	Gênero; Mulheres; Física; Educação Superior.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3778.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3778.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	9	Não consta	Não consta	Sexting: uma prática de visibilidade	Paula Regina Costa Ribeiro/Co Suzana Da Conceição De Barros	F	Trabalho completo	FURG	RS	Sexting; Sexualidade; Tecnologias digitais.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3859.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3859.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	10	Não consta	Não consta	A gentrificação do queer e as intensificações do biopoder	Denise Portinari	F	Trabalho completo	PUC-RIO	RJ	Queer, gentrificação, biopoder	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3875.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3875.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	11	Mestrado	CAPES	Construções de identidade de gênero na primeira infância: uma análise da produção científica e do rcnei	Francisca Jocineide Da Costa E Silva	F	Trabalho completo	UFPB	PB	Gênero; Identidade; Educação Infantil; RCNEI; ANPED.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3914.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3914.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	12	Não consta	CNPq	Gênero e poder no caráter pedagógico das vidas paralelas: o exemplo de Cleópatra e Otávio	Gregory Da Silva Balthazar	M	Trabalho completo	UFRGS	RS	Plutarco; Gênero; Poder; Educação; Moral.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3938.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3938.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	13	Mestrado	CAPES/FAPERGS	Gênero e Currículo: Uma análise desta (des)articulação na Formação Inicial de Docentes	Maria Cláudia Dal'igna/ Co Éderson Da Cruz	F/M	Trabalho completo	UNISINOS	RS	Currículo; Gênero; Teoria; Prática.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3951.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3951.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	14	Não consta	Não consta	LGBTfobia na escola: relatos de garotas lésbicas, homossexuais ou bissexuais	Maria Cristina Cavaleiro/ Co Cláudia Pereira Vianna	F	Trabalho completo	USP/UENP	SP/PR	Educação; gênero; LGBTfobia; escola.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3962.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3962.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	15	Não consta	CAPES/UFPR	Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos sociais: a reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais	Dayana Brunetto Carlin Dos Santos	F	Trabalho completo	UFPR	PR	corpos e subjetividades trans*; escola; governamentalidade; biopolítica; resistência.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4128.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4128.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	16	Não consta	CAPES	Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres?	Márcia Cristiane Volz Klumb Coronel	F	Trabalho completo	UFPEL	RS	Mulheres; Gênero; Sindicalismo Docente.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4364.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4364.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	17	Não consta	Não consta	Tá doidona: a juventude como espaço de permissividades e experimentações	Juliana Ribeiro De Vargas/ Co Maria Luisa Merino De Freitas Xavier	F	Trabalho completo	ULBRA/UFRGS	RS	Gênero; Estudos Culturais; Discurso; Subjetividades.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4378.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4378.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	18	Não consta	Não consta	Dispositivo da sexualidade e psiquiatrização da educação: notas farmacobiopolíticas sobre o corpo	Juslaine De Fátima Abreu Nogueira	F	Trabalho completo	UNESPAR	PR	discurso pedagógico; psiquiatrização; dispositivo da sexualidade; biopolítica neoliberal.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4429.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4429.pdf</a>

37 <sup>a</sup>	19	Não consta	CAPES	Pedagogias de gênero e sexualidade em artefatos culturais: reflexões sobre uma experimentação	Gabriela Garcia Sevilla	F	Trabalho completo	UFRGS/ SEDUC	RS	Pedagogias de gênero e sexualidade; Pós-estruturalismo; Estudos queer; Transgeneridade	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4463.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4463.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	20	Doutorado	Não consta	Relações de gênero, tecnologia e formação profissional de mulheres no segmento de mineração	Raquel Quirino Gonçalves	F	Trabalho completo	CEFET-MG	MG	Relações de gênero; Educação Profissional; Divisão sexual do trabalho.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4518.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4518.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	21	Mestrado	FAPEMIG	Discursos de bolsistas do programa institucional de bolsa de iniciação à docência sobre sexualidade	Elenita Pinheiro De Queiroz Silva/ Co Fátima Lucia Dezopa Parreira	F	Trabalho completo	UFU	MG	Sexualidade, PIBID, Ciências.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4538.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4538.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	22	Não consta	Não consta	Igualdade ou heteronormatividade? Jovens mulheres comunicando sentidos, formando significados	Lucélia De Moraes Braga Bassalo	F	Trabalho completo	UEPA	PA		<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4575.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4575.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	23	Não consta	CAPES	Diálogos sobre homofobia com jovens de ensino médio: uma pesquisa com grupo focal	Raquel Alexandre Pinho Dos Santos	F	Trabalho completo	PUC-RIO	RJ	Sexualidade; Homofobia; Grupo Focal; Dilema moral; Alteridade	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4577.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4577.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	1	Não consta	Não consta	Universo trans e educação: construindo uma área de conhecimento	Graça Aparecida Cicillini/ Co Neil Franco Pereira De Almeida	F/M	Excedente 1	UFMT/UFU	MT/ MG	Travestis; Transexuais; Transgêneros; Educação.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3602.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3602.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	2	Não consta	Não consta	Biopolítica dos corpos saudáveis: práticas disciplinares de prevenção da AIDS em livros didáticos de Ciências do Ensino Fundamental (Florianópolis, 2000 a 2011)	Gladys Mary Ghizoni Teive/ Co Cristiane De Castro Ramos Abud	F	Excedente 2	UDESC	SC	Gênero; Livro didático; AIDS.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3729.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3729.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	3	Não consta	Não consta	Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: entrelaces com a educação	Jane Felipe De Souza/Co Bianca Salazar Guizzo	F	Excedente 3	ULBRA/ UFRGS	RS	políticas públicas, gênero, sexualidade, educação.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3858.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3858.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	1	Não consta	Não consta	Alinhavos e rasgos maternais: a (des)educação da mamma italiana	Paula Cervelin Grassi	F	Pôster	UNISINOS	RS	Artesanato; Madresposas; Socialização do feminino; Feminismo; (des)Educação.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/P%C3%B4ster-GT23-3996.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/P%C3%B4ster-GT23-3996.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	2	Doutorado	CAPES	Memórias de infância, docência e gênero: o início de uma pesquisa	Magda Carmelita Sarat Oliveira/ Co Míria Izabel Campos	F	Pôster	UFGD	MS	memórias; formação docente; gênero.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/P%C3%B4ster-GT23-4383.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/P%C3%B4ster-GT23-4383.pdf</a>

38 <sup>a</sup>	1	Não consta	CAPES	Os efeitos do pânico moral sobre o movimento feminista: ecos em direção à agenda conservadora	Carolina Langnor E Sousa Lisboa	F	Trabalho completo	UFPR	PR	pânico moral; transexualidade; interseccionalidade; teoria queer; feminismo radical	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_877.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_877.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	2	Não consta	Não consta	Da importância de rir com inês brasil: educação, pânico moral e “ideologia de gênero”	Tiago Duque	M	Trabalho completo	UFMS	MS	ideologia de gênero; pânico moral; educação	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_599.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_599.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	3	Não consta	Não consta	O ataque à discussão de gênero na escola, construção identitária e a importância da liberdade docente.	Marcos Vinicius Pereira Monteiro	M	Trabalho completo	UFRJ	RJ	Currículo; Escola sem partido; Gênero; Identidade	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_269.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_269.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	4	Não consta	CAPES	O Corpo “Fala” Politicamente: As Performatividades Das/nas Ocupações Secundaristas Do Paraná	Marcielly Cristina Moresco	F	Trabalho completo	UFPR	PR	Corpo; Gênero; Ocupação; Performatividade Política.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_940.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_940.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	5	Não consta	Não consta	Pedagogias Religiosas No Combate À "ideologia De Gênero": Efeitos De Saber-Poder-Verdade	Roney Polato de Castro	M	Trabalho completo	UFJF	MG	ideologia de gênero; discursos religiosos-cristãos; educação.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_995.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_995.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	6	Não consta	Não consta	As diversidades sexuais na escola: (in)junções discursivas entre a religião e o estado laico	Lisiane Goettems/Maria Simone Vione Schwengber/ Rudião Rafael Wisniewski	F/M	Trabalho completo	IFFar/ UNIJUÍ	RS	educação, Estado Laico, diversidade sexual, formação discursiva, religião.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_656.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_656.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	7	Não consta	Não consta	Impactos da ‘ideologia de gênero’ na geração de políticas educacionais para a população LGBT	Jasmine Moreira	F	Trabalho completo	UFPR	PR	Políticas educacionais. Ideologia de gênero. LGBT. PNE 2014.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_674.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_674.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	8	Não consta	CAPES/PROEX; CNPQ	Amor, cuidado e competência: um olhar de gênero sobre a profissionalização do trabalho docente	Renata Porcher Scherer/Maria Cláudia Dal'igna	F	Trabalho completo	UNISINOS	RS	Gênero, Trabalho Docente, Profissionalização.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_173.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_173.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	9	Não consta	CAPES	Docências trans* : entre a decência e a abjeção	Dayana Brunetto Carlin dos Santos	F	Trabalho completo	UFPR	PR	Docência-decente. Gênero. Sexualidade. Biopolítica. Política. Cartografia. Professoras trans*.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_896.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_896.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	10	Não consta	CAPES	Corpos escarpelados na escola: entre marcas físicas, sociais e escolares.	Edwana Nauar de Almeida	F	Trabalho completo	UFPA	PA	Corpo e escola; Escarpelamento; Corpo; Escola; Corpos na Amazônia.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_735.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_735.pdf</a>

38 <sup>a</sup>	11	TCC	CAPES/FAPESq	“Coisas de meninos e coisas de meninas”: a produção do curso gênero e diversidade na escola sobre educação infantil	Francisca Jocineide da Costa E Silva/Adenilda Bertoldo Alves de Moraes	F	Trabalho completo	UFPA	PA	Gênero e Diversidade na Escola. Educação Infantil. Produção científica.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_937.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_937.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	12	Não consta	Não consta	Barbie, Max Steel e os heróis que estão em você: consumo e pedagogias de gênero na produção da criança em tempos de (in)tolerância	Angelica Silvana Pereira	F	Trabalho completo	UFSC	SC	Criança; Consumo; Pedagogias de Gênero; Subjetivação.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_1140.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_1140.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	13	Não consta	Não consta	Experiências de identidades de gênero: corpo brincante em espaços institucionais – entre brinquedos, brincadeiras e outras habitações lúdicas	Renata Aparecida Carbone Mizusaki/Cleomar Ferreira Gomes	F	Trabalho completo	UFMT	MT	Educação Infantil; Relações de gênero; Brincar.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_827.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_827.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	14	Não consta	FAPERJ; CNPq	Gênero, sexualidade e envelhecimento: uma abordagem pós-crítica na educação	Fernando Altair Pocahy/Priscila Gomes Dornelles	F/M	Trabalho completo	UERJ/UFBA	RJ/BA	Gênero; Sexualidade; Envelhecimento; Educação; Pedagogias Culturais	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_839.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_839.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	15	Doutorado	CAPES	Educação para mulheres na América Latina: uma análise decolonial dos escritos de Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper	Adriane Raquel Santana de Lima	F	Trabalho completo	UFPA	PA	Educação, América Latina, Nísia Floresta, Soledad Acosta de Samper; Decolonialidade.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_858.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_858.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	16	Não consta	Não consta	A produção generificada do brinquedo de Miriti: espaço para o re-existir por meio da pedagogia decolonial	Joyce Otânia Seixas Ribeiro	F	Trabalho completo	UFPA	PA	Brinquedo de miriti; Cultura de gênero; Feminismo pós-colonial; Pedagogia decolonial.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_213.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_213.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	17	Doutorado	FAPEMA	Decifra-me! Não me devore! Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças	Sirlene Mota Pinheiro da Silva	F	Trabalho completo	UFMA	MA	Gênero. Sexualidade. Curso Gênero e Diversidade na Escola.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_361.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_361.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	18	Não consta	Não consta	A cultura do fitness nos memes: uma performance de gênero – entre tradição e inovação	Caterine de Moura Brachtvogel	F	Trabalho completo	UNIJUÍ	RS	posição de sujeito; mulheres; redes sociais digitais.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_1160.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_1160.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	19	Não consta	Não consta	As distâncias sociais entre escola e sujeitos homossexuais e sua interferência na percepção de homofobia	Felipe Bastos	M	Trabalho completo	PUC-RIO	RJ	Distância social; Diversidade sexual; Escola; Homofobia; Preconceito.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_1171.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_1171.pdf</a>

38 <sup>a</sup>	20	Não consta	Não consta	Autorrepresentações e subalternidades: famílias, racialidades e masculinidades na escola	Paulo Melgaço da Silva Junior/ Ana Ivenicki	F	Trabalho completo	UFRJ	RJ	Decolonialidade; prática pedagógica; Cotidiano Escolar.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_160.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_160.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	21	Não consta	Não consta	Políticas para mulheres e os desafios da institucionalidade	Eunice Lea de Moraes/Lúcia Isabel da Conceição Silva	F	Trabalho completo	UFPA	PA	política, mulheres, institucionalidade, igualdade, gênero.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_433.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_433.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	1	Mestrado	Não consta	Violência sexual contra meninos em uma cidade do interior do Brasil (2006 – 2015)	Samuel da Silva Souza	M	Pôster	UFMS	MS	Violência Sexual; Gênero; Educação.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/poster_38anped_2017_GT23_740.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/poster_38anped_2017_GT23_740.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	2	Doutorado	Não consta	Transexperiências: ressonâncias para o ensino de biologia na escola	Sandro Prado Santos	M	Pôster	UFU	MG	Ensino de Biologia; Transexualidade; Educação.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/poster_38anped_2017_GT23_1176.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/poster_38anped_2017_GT23_1176.pdf</a>
39 <sup>a</sup>	1	Não consta	Não consta	Nas paredes da escola: histórias de estudantes gays inscritas de violências e subjetividades	Juliane Costa Silva	F	Trabalho completo	UESB	BA	Violência, infância, escola, estudantes gays	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_9_11">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_9_11</a>
39 <sup>a</sup>	2	Mestrado	Não consta	Dez noções subunçoras à ideologia de gênero no discurso midiático-pedagógico: uma autoetnografia	Marcos Felipe Gonçalves Maia	M	Trabalho completo	UFPB	PB	Mídias. Educação. Política. Tocantins.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_21_11">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_21_11</a>
39 <sup>a</sup>	3	Não consta	CAPES	Aspectos da História, Filosofia e Sociologia da Ciência (HFSC) em Estudo de Gênero na Pesquisa em Educação em Ciência e Matemática	Mariana Fontana	F	Trabalho completo	UEL	PR	gênero e ciência, educação científica, história, filosofia e sociologia da ciência, ensino de ciências.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_22_11">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_22_11</a>
39 <sup>a</sup>	4	Mestrado	SEE/DF	Feminilidades na escola: uma discussão sobre gênero e desempenho escolar de meninas	Jaqueline Aparecida Barbosa	F	Trabalho completo	UFG	GO	Feminilidades; Pierre Bourdieu; Gênero e Educação.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_24_0">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_24_0</a>
39 <sup>a</sup>	5	Não consta	Não consta	Gênero na formação de pedagogas: os percalços na inserção da temática nos percursos curriculares	Carolina Castro Silva	F	Trabalho completo	UFF	RJ		<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_33_6">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_33_6</a>
39 <sup>a</sup>	6	Não consta	Não consta	A violência sofrida por professores(ras) homossexuais na escola: apontamentos contemporâneos	Maria Edilene Araújo Silva/Antonia Solange Pinheiro Xerez	F	Trabalho completo	UEC	CE	Violência. Professores. Homossexualidade. Ambiente Escolar.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_16_3">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_16_3</a>
39 <sup>a</sup>	7	Doutorado	Não consta	Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia	Sandro Prado Santos	M	Trabalho completo	UFU	MG	Cartografias; Educação em Biologia; Experiências de pessoas trans.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_18_1">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_18_1</a>
39 <sup>a</sup>	8	Não consta	FAPERJ	Problematizando o ódio à diferença nas tramas da cibercultura: rastros e restos do (in)humano	Felipe da Silva Ponte de Carvalho/Fernando Altair PocaHy	M	Trabalho completo	UERJ	RJ	Cartografias ciber culturais. (De)formação. Ódio em rede.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_14_1">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_14_1</a>

39 <sup>a</sup>	9	Não consta	Não consta	Educação e violência sexual: fragilidades da rede de proteção	Flávio Corsini Lirio	M	Trabalho completo	UFRR	RR	Criança e Adolescente; Educação; Violência Sexual.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_27_0">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_27_0</a> .
39 <sup>a</sup>	10	Não consta	Não consta	Juventudes em biopolíticas contemporâneas	Carin Klein/Juliana Ribeiro de Vargas	F	Trabalho completo	UBRA	RS	juventude; políticas de educação e(m) saúde; gênero e sexualidade.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_44_1">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_44_1</a> .
39 <sup>a</sup>	11	Não consta	Não consta	Educação feminina e os devires da sexualidade em “Antônia Cudefacho”.	Regiane Farias Neves	F	Trabalho completo	UFPA	PA	Sexualidade; Educação; Devir Revolucionário; Antônia Cudefacho.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_49_8">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_49_8</a> .
39 <sup>a</sup>	12	Não consta	Não consta	“Todo o mundo vai aplaudir as bichas”: produção das diferenças e reconhecimento a partir das fanfarras escolares da fronteira Brasil-Bolívia	Tiago Duque	M	Trabalho completo	UFMS	MS	Fronteira; Gênero; Sexualidade; Escola; Reconhecimento	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_7_5">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_7_5</a> .
39 <sup>a</sup>	13	Não consta	Não consta	Pesquisar a masculinidade na educação: sobre o potencial performativo do texto acadêmico	Leandro Teofilo de Brito/Miriam Soares Leite	F/M	Trabalho completo	CP2/UERJ	RJ	Masculinidade; Performatividade; Gênero; Produção acadêmica; Revisão bibliográfica	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_33_3">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_33_3</a> .
39 <sup>a</sup>	14	Não consta	CAPES	Não é TV, mas é currículo: Narrativas seriadas e produção de subjetividades generificadas.	Evanilson Gurgel de Carvalho Filho/ co Marlécio Maknamara	M	Trabalho completo	UFBA/UFRN	BA/RN	currículo; narrativa seriada; subjetividade	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_11_9">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_11_9</a> .
39 <sup>a</sup>	15	Mestrado	Não consta	Divisão sexual do trabalho e percepções de gênero para jovens mulheres estudantes de um curso técnico em informática de são borja/rs	Aline Adams/ co Nara Vieira Ramos	F	Trabalho completo	IF-FARROUPILHA/ UFSM	RS	Juventude feminina; percepções de gênero; divisão sexual do trabalho	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_26_1">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_26_1</a> .
39 <sup>a</sup>	16	Não consta	Não consta	A chegada do discurso “ideologia de Gênero” no contexto educacional brasileiro.	Thais C M Gava	F	Trabalho completo	FCC	SP		<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_9">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_9</a> .
39 <sup>a</sup>	1	Não consta	Não consta	Mulheres rurais e as condições de lazer esportivo	Cauana Peyrot Conceição	F	Pôster	UNIJUI	RS	mulheres rurais; práticas esportivas; lazer.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_28_0">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_28_0</a> .
39 <sup>a</sup>	2	Mestrado	CAPES	Gênero, sexualidade e produções midiáticas audiovisuais nas produções do GT 23 da ANPED (2008-2017)	Victória Nobica Marques do Nascimento/ co Constantina Xavier Filha	F	Pôster	UFMS	MS	Gênero; Mídias; Audiovisual; Produção científica; Sexualidade.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_38_4">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_38_4</a> .
39 <sup>a</sup>	3	Mestrado	CAPES	“Escola sem partido” e “ideologia de gênero” no GT 23 da ANPED (2008 – 2017)	Yasmin Serra Lino	F	Pôster	UFMS	MS	Escola sem Partido; Ideologia de Gênero; Educação.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_36_7">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_36_7</a> .

39 <sup>a</sup>	4	Não consta	Não consta	Gênero, Quilombo, Raça e Geração: interfaces do cotidiano de mulheres quilombolas de Barrinha, Bom Jesus da Lapa, Bahia	Kleide Iraci Marques Silva	F	Pôster	UFMG	MG	Gênero; Quilombo; Geração; Raça.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_0_2">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_0_2</a> .
39 <sup>a</sup>	5	Mestrado	Não consta	“Bailarina é delicada. Bailarino é forte”? Gênero e sexualidade na educação de corpos de bailarinos/as	Jeane Félix da Silva/ co José Rodolfo do Nascimento Pereira	F/M	Pôster	UFPB	PB	Educação; Corpo; Gênero; Sexualidade; Balé.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_12_3">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_12_3</a> .
40 <sup>a</sup>	1	Não consta	Não consta	Vida a dois: Orientando mulheres para o relacionamento amoroso na rede social Adote um Cara	Juliana Ribeiro de Vargas/Nicoli Peroza Ramos	F	Trabalho completo	ULBRA/28 <sup>o</sup> CRE	RS	Amor Romântico; Gênero; Pedagogias Culturais; Redes Sociais	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_19_27">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_19_27</a> .
40 <sup>a</sup>	2	Não consta	CAPES/Fapeam	Violência sexual contra crianças e adolescentes: em discussão os planos municipais de educação do estado do paraná	Márcio de Oliveira/Eliane Rose Maio	F	Trabalho completo	UFAM/UEM	AM/PR	Violência Sexual. Crianças. Adolescentes. Planos Municipais de Educação.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_21_27">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_21_27</a> .
40 <sup>a</sup>	3	Não consta	CNPq	“Vocês são livres, mas eu lhes anuncio que deus condena”: pertencimento religioso e questões de gênero e sexualidade na escola	Antonio Jeferson Barreto Xavier	M	Trabalho completo	UFRGS	RS	Pertencimento Religioso; Gênero; Masculinidades; Formação docente.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_24_26">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_24_26</a> .
40 <sup>a</sup>	4	Mestrado	FAPESQ/PB	Ser mulher na computação: experiências de alunas em uma ifes nordestina	Mayanne Júlia Tomaz Freitas	F	Trabalho completo	UFPB	PB	Educação Superior. Gênero. Computação. Experiências de alunas.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_17_26">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_17_26</a> .
40 <sup>a</sup>	5	Pós-doc	Não consta	Redes com gêneros e sexualidades cartografadas nos livros didáticos de biologia: tecituras de uma educação em biologia menor	Sandro Prado Santos	M	Trabalho completo	UFU	MG	Educação em biologia menor; Livro didático; Gêneros; Sexualidades; Cartografias	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_30_23">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_30_23</a> .
40 <sup>a</sup>	6	Não consta	FUMDES/UNIEDU	Políticas educacionais para a não discriminação de gênero no Brasil e Chile: Uma análise a partir dos planos de políticas para mulheres	Neiva Furlin	F	Trabalho completo	UNIOSTE	SC	Políticas educacionais; Gênero; Plataforma de Ação; Não discriminação	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_35_22">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_35_22</a> .
40 <sup>a</sup>	7	Não consta	Não consta	Olhares para gênero e sexualidade no currículo de sergipe	Tássia Alexandre Teixeira Bertoldo/Livia de Rezende Cardoso	F	Trabalho completo	UFS	SE	Gênero; Sexualidade; Currículo; Diversidade.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_1_24">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_1_24</a> .
40 <sup>a</sup>	8	Não consta	FAPITEC/SE	Manifesta: notas para uma educação sem juízo	Késia dos Anjos Rocha/Alfrancio Ferreira Dias	F/M	Trabalho completo	UFS	SE	Artivismos; Dissidências Sexuais e de Gênero; Educação.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_20_21">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_20_21</a> .

40 <sup>a</sup>	9	Mestrado	CAPES	Masculinidades docentes na educação infantil: análise de discursos jurídicos e midiáticos em tempos ultraconservadores	Diego Paiva Bahls/Jamil Cabral Sierra	M	Trabalho completo	UFPR	PR	Docência; Gênero; Masculinidades; Educação Infantil.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_22_21">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_22_21</a> .
40 <sup>a</sup>	10	Não consta	CNPq	Masculinidades negras: o que dizem as pesquisas apresentadas nos encontros da ANPEd (2012 - 2019)	Marcio Caetano/Paulo Melgaço da Silva Junior	M	Trabalho completo	UFPEL/UNIRIO	RS/RJ	Revisão Narrativa; Interseccionalidade; Negros; Educação.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_23_21">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_23_21</a> .
40 <sup>a</sup>	11	Doutorado	Não consta	Maternidades lésbicas e práticas de [res]existências na educação escolar: as lutas são atualizadas no presente	Luciene Celina Cristina Mochi/Hilda Aparecida Linhares da S. Micarello	F	Trabalho completo	UFJF	MG	Maternidades lésbicas e bissexuais. Educação escolar. Feminismos.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_24_20">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_24_20</a> .
40 <sup>a</sup>	12	Não consta	Não consta	Memórias de infância de mulheres: aprendizagens de performances de gênero, corpos educados e violados	Tatiane Coelho Antunes/Raquel Gonçalves Salgado	F	Trabalho completo	UFMT	MT	Infância; Gênero; Sexualidade; Educação.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_30_19">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_30_19</a> .
40 <sup>a</sup>	13	Não consta	CAPES	Gênero, classe, raça e formação educacional em Júlia Lopes de Almeida.	Euridice Hespanhol Macedo Pessoa/Denize de Aguiar Xavier Sepulveda	F	Trabalho completo	UERJ	RJ	Literatura, Interseccionalidade, gênero, História das mulheres.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_3_20">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_3_20</a> .
40 <sup>a</sup>	14	Mestrado	Não consta	Homofobia e docência no contexto da escola básica em Castanhal/Pará	Jardinelio Reis da Silva	M	Trabalho completo	UEPA	PA	Educação; Prática docente; Docente homossexual; Heteronormatividade; Homofobia	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_17_20">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_17_20</a> .
40 <sup>a</sup>	15	Não consta	CAPES	Judicialização da educação: evasão ou expulsão?	Célia Ratusniak	F	Trabalho completo	UFPR	PR	Expulsão; Judicialização da evasão escolar; Gênero; Raça.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_46_17">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_46_17</a> .
40 <sup>a</sup>	16	Não consta	Não consta	Falas de jovens alunas sobre ser mulher: nas pistas de um dispositivo de feminilidade	Paula Regina Costa Ribeiro/Juliana Ribeiro de Vargas	F	Trabalho completo	ULBRA/FURG	RS	Estudos Culturais; Estudos de Gênero; Sexualidade; Dispositivo; Feminilidades.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_19_19">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_19_19</a> .
40 <sup>a</sup>	17	Não consta	CAPES	Em nome de Deus: a luta trans/travesti cotidiana	Sara Wagner York/Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior/Denize de Aguiar Xavier Sepulveda/José Antonio Miranda Sepulveda	F/M	Trabalho completo	UERJ/UFF	RJ	política; fundamentalista; extremista; travestis	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_23_18">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_23_18</a> .

40 <sup>a</sup>	18	Pós-doc	Não consta	Do esquerdo-macho ao gay intelectualizado: sentidos das masculinidades no ativismo jovem estudantil	Leandro Teofilo de Brito	M	Trabalho completo	UFRJ	RJ	Masculinidades; Juventude; Ativismo estudantil	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_21_17">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_21_17</a> .
40 <sup>a</sup>	19	Doutorado	Não consta	Corporeidades generificadas e Educação Física escolar: afetos para uma infância múltipla	Thais Adriane Vieira de Matos/Claudia Madruga Cunha	F	Trabalho completo	UFPR	PR	Corporeidades infantis; Educação Física; Gênero; Filosofias da Diferença.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_26_14">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_26_14</a> .
40 <sup>a</sup>	20	Mestrado	Não consta	Currículos-performance: Práticas de desejos no Tinder	Alcidesio Oliveira da Silva Junior	M	Trabalho completo	UFPB	PB	Estudos Culturais; Currículo; Performance; Tinder.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_41_13">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_41_13</a> .
40 <sup>a</sup>	21	Não consta	Não consta	Currículo toalha na cabeça: política amizade como êthos afeminado na escola	Gregory da Silva Balthazar	M	Trabalho completo	UNIT	SE	Currículo; Gênero; Amizade.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_42_13">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_42_13</a> .
40 <sup>a</sup>	22	Não consta	Não consta	As sexualidades como manifestação da verdade: implicações metodológicas e políticas na educação	Marco Antonio Torres	M	Trabalho completo	UFOP	MG		<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_0_15">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_0_15</a> .
40 <sup>a</sup>	23	Não consta	Não consta	Bichas em campo: regime de visibilidade e conhecimento disruptivo a partir da fronteira Brasil-Bolívia	Tiago Duque	M	Trabalho completo	UFMS	MS	Educação; Futebol; Gênero; Sexualidade; Fronteira.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_30_13">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_30_13</a> .
40 <sup>a</sup>	24	Procad	Procad-Amazonia	Aproximações e distanciamentos da “interculturalidade” ao campo da “diversidade sexual e de gênero” na pesquisa em educação na Região Norte	Jose Damiao Trindade Rocha/Lucélia de Moraes Braga Bassalo	F/M	Trabalho completo	UEPA/UFT	PA/TO	Interculturalidade; Diversidade sexual e de gênero; Região Norte.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_17_14">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_17_14</a> .
40 <sup>a</sup>	25	Mestrado	FACEPE	Arpilleras, as linhas resistência: a metodologia feminista das mulheres atingidas por barragens do Brasil	Fábia Roseana Souza	F	Trabalho completo	UFPE	PE	Arpilleras; Metodologia Feminista; MAB	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_27_12">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_27_12</a> .
40 <sup>a</sup>	26	Não consta	Não consta	A militarização das escolas e as ocupações estudantis: reflexões (im)pertinentes sobre gênero e sexualidades	Marcielly Cristina Moresco/Dayana Brunetto Carlin dos Santos	F	Trabalho completo	UFPR	PR	Escolas militarizadas; Ocupação estudantil; Poder pastoral; Poder disciplinar; Resistência.	
40 <sup>a</sup>	1	Não consta	FAP-Univille	A promoção da igualdade de gênero nos documentos curriculares para a educação infantil	Bruna Boldo Arruda	F	Pôster	UNIVILLE	SC	Igualdade de Gênero; Educação Infantil; Políticas Públicas; Documentos Curriculares.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_16_14">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_16_14</a> .

## Apêndice 2

### Trabalhos e pôsteres apresentados fora do GT 23 (2004 a 2021)<sup>134</sup>

Número da reunião	GT	Tipo de trabalho	Natureza da pesquisa	Financiamento	Título	Autor/a	Sexo	Instituição do/a autor/a	UF	Palavras-chave	Fonte da informação
27 <sup>a</sup>	2	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	Os corpos perfeitos e saudáveis que a pátria necessita: o concurso de robustez infantil e a imagem materna (São Paulo, 1928)	Jane Soares de Almeida	F	UNIBAN /UNESP	SP		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/gt02/t024.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/gt02/t024.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	2	Trabalho	Doutorado	CAPEs	A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica	Nailda Marinho da Costa	F	UNIRIO/ PICDT	RJ		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/gt02/t028.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/gt02/t028.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	3	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	“Você não sabe ainda como eu vim para o MGM?” - educação e construção de identidades homossexuais: adolescentes no movimento gay	Anderson Ferrari	M	UFJF	MG		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/gt03/t032.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/gt03/t032.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	3	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	Estratégias educativas de jovens mulheres em processo de formação	Maria Teresa Canesin Guimarães, Adélia A. S. Clímaco, Edna M. O. de Queirós, Iolani Vasconcelos, Maria Dalva P. Andrade	F	UCG	GO		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/gt03/t0311.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/gt03/t0311.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	7	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	As identidades de educadoras de crianças pequenas: um caminho do ‘eu’ ao ‘nós’	Marineide de Oliveira Gomes	F	Centro Universitário Fundação Santo André	SP		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/gt07/t076.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/gt07/t076.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	7	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	Bonecas: objeto de conflito identitário na arena da dominação cultural	Fátima Vasconcelos	F	UFC	CE		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/gt07/t074.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/gt07/t074.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	9	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	Ensino Profissionalizante na cidade de São Paulo: um estudo sobre o currículo da “Escola Profissional Feminina” nas décadas de 1910, 1920 e 1930	Giseli Novelli	F	PUC	SP		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t0910.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t0910.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	10	Trabalho	Não consta	CAPEs	Aprendizagens de uma professora alfabetizadora após a formação inicial	Hilda Maria Monteiro	F	UFSCar/ SMEC	SP		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/gt10/t106.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/gt10/t106.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	12	Trabalho	Não consta	Não consta	O currículo multieducação numa leitura pós-colonial: a identidade, o corpo e a sexualidade como entre-lugar no portal multirio.	Débora Barreiros, Rita de Cássia Prazeres Frangella	F	UERJ	RJ		* Consta outro trabalho no link disponível no site do encontro
27 <sup>a</sup>	14	Trabalho	Não consta	Não consta	Trabalho docente e tecnicismo: a experiência de professoras primárias no estado de São Paulo (1960-1980)	Elza Pino dos Santos, Belmira Oliveira Bueno	F	USP	SP		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/gt14/t142.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/gt14/t142.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	14	Trabalho	Mestrado	Não contou com financiamento	A educação sexual no cotidiano da escola: entre a visibilidade das formas reais de manifestação das sexualidades e a conformação à heterossexualidade	Denise da Silva Braga	F	PUC-MG	MG		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/gt14/t145.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/gt14/t145.pdf</a>
27 <sup>a</sup>	21	Poster	Não consta	Não contou com financiamento	Trajetória de mulheres negras: vida escolar e profissão	Carmen Cinira Siqueira Leite	F	UFMT	MT		<a href="http://27reuniao.anped.org.br/gt21/p212.pdf">http://27reuniao.anped.org.br/gt21/p212.pdf</a>

<sup>134</sup> Assim como ocorreu no Apêndice 1, tivemos que retirar a coluna com os resumos dos textos para diagramar o quadro de forma que fosse possível trazê-las para o arquivo da tese.

28ª	3	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	“Mulheres em movimento”: lazer e educação no espaço urbano	Maria Cristina Cavaleiro	F	Centro Universitário Fundação Santo André	SP		<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329</a>
28ª	3	Trabalho	Não consta	FAPERGS	Mulheres e seus saberes engravidando uma outra economia	Maria Clara Bueno Fischer, Clair Ribeiro	F	UNISINOS	RS		<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329</a>
28ª	3	Trabalho	Não consta	CNPq/UFPEL	Trajetórias escolares e profissionais de professoras e professores militantes	Márcia Ondina Vieira Ferreira	F	UFPEL	RS		<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329</a>
28ª	7	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	Na gestão da educação infantil, nós temos meninas no lugar de professoras?	Sonia Kramer	F	PUC-RIO	RJ		<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329</a>
28ª	7	Trabalho	Mestrado	FAPESP	Educação infantil, gênero e brincadeiras: das naturalidades às transgressões	Daniela Finco	F	UNICAMP	SP		<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329</a>
28ª	8	Trabalho	Não consta	Não consta	Docência artista: arte, gênero e ético-estética docente	Luciana Gruppelli Laponte	F	UFRGS/UNISUL	RS/SC		<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329</a>
28ª	8	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	A questão homossexual e a formação dos professores	Patrícia Magri Granúzzio	F	UNIMEP	SP		<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329</a>
28ª	12	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	Igualdade de direitos e direito à diferença: interfaces no cotidiano escolar.	Carmem Lúcia de Almeida/ Graça aparecida Cicillini	F	UFU	MG		<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329</a>
28ª	14	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	Dever de casa: visões de mães e professoras	Maria Eulina Pessoa de Carvalho/Marta Helena Burity	F	UFPB/ UFCG	PB		<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329</a>
28ª	14	Trabalho	Não consta	CAPES	Relações de gênero, conflito e violência nas séries iniciais	Tânia Mara Cruz	F	UNISUL	SC		<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329</a>
28ª	21	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	Trajetórias de homens negros no magistério: experiências narradas	Cláudia Regina de Paula	F	UFF	RJ		<a href="http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329">http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.200780398.1548684660.1669748329-1524918901.1669748329</a>
29ª	3	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	A escola em movimento: feminilidades homossexuais, identidades, pertencimento e exclusão	Maria Cristina Cavaleiro	F	Centro Universitário Fundação Santo André	SP	Feminilidades homossexuais; diversidade; espaço escolar	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT03-2589-Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT03-2589-Int.pdf</a>

29ª	21	Trabalho	Não consta	Ação Educativa, Anped e Fundação Ford	Jovens negros: trajetórias escolares, desigualdades e racismo	Joana Célia dos Passos	F	UFSC	SC	Jovens negros; trajetórias escolares; desigualdades	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-1846-Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-1846-Int.pdf</a>
29ª	21	Pôster	Não consta	CAPES	Mulheres em ascensão: estudo comparativo de trajetórias educacionais de mulheres negras e brancas na pós-graduação da UFF	Giselle Pinto	F	UFF	RJ	Mulher, Negritude, Educação.	<a href="http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT21-2241-Int.pdf">http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT21-2241-Int.pdf</a>
30ª	2	Trabalho	Não consta	FAPERJ	Feminização do magistério: contribuições da federação brasileira pelo progresso feminino - 1922	Nailda Marinho da Costa Bonato	F	UNIRIO	RJ		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT02-3437--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT02-3437--Int.pdf</a>
30ª	2	Pôster	Não consta	CNPq	“Mulheres em sala de aula”: um estudo acerca da feminização do magistério primário na corte (1879-1885)	Marina Natsume Uekane	F	UERJ	RJ		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/Posteres/GT02-3332--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/Posteres/GT02-3332--Int.pdf</a>
30ª	4	Trabalho	Doutorado	CAPES	Investigar a ação docente frente às diferenças, operando com a noção de jurisprudência pedagógica	Cláudia Hernandez Barreiros	F	UERJ	RJ		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT04-3374--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT04-3374--Int.pdf</a>
30ª	6	Pôster	Mestrado	Não contou com financiamento	Resgatando saberes e fazeres de mulheres que atuaram como parteira: entrelaçando educação e história da região serrana de SC	Rosana Lopes Studnicka	F	UNIPLAC	SC	Educação Popular, Parteira, Saberes e Fazeres	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/Posteres/GT06-3205--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/Posteres/GT06-3205--Int.pdf</a>
30ª	7	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	“A gente é muita coisa para uma pessoa só”: desvendando identidades de “professoras” de creches	Tereza Cristina Monteiro Cota	F	Unileste	MG	Creche; traços identitários; trajetória de vida e de trabalho	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT07-3129--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT07-3129--Int.pdf</a>
30ª	8	Trabalho	Não consta	Não contou com financiamento	A constituição da profissionalidade docente: tornar-se professora de educação infantil	Neusa Banhara Brosetti/Patricia C. Albieri de Almeida	F	UNITAU/PUC	SP		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT08-3027--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT08-3027--Int.pdf</a>
30ª	12	Trabalho	Mestrado	CNPq	Hibridismos nas decorações de ambientes escolares	José Cosme Drumond	M	UEMG/ UERJ	MG/ RJ		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT12-3140--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT12-3140--Int.pdf</a>
30ª	12	Pôster	Não consta	CNPq	Intencionalidades e representações nas práticas discursivas na literatura infanto-juvenil na construção da identidade feminina	Sonia Regina Griffó Mattioda	F	UERJ	RJ	identidade, gênero, currículo	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/Posteres/GT12-2919--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/Posteres/GT12-2919--Int.pdf</a>
30ª	13	Trabalho	Doutorado	Não contou com financiamento	Explicadoras do rio de janeiro: encontros e desencontros em trajetórias profissionais singulares	Luiz Otavio Neves Mattos	M	UENF	RJ		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT13-2825--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT13-2825--Int.pdf</a>
30ª	14	Trabalho	Não consta	CNPq	Por que tantos meninos vão mal na escola? Critérios de avaliação escolar segundo o sexo	Marília Pinto de Carvalho	F	USP	SP		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT14-2727--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT14-2727--Int.pdf</a>
30ª	14	Trabalho	Não consta	CNPq	Gênero, cor/raça e escolarização nos estados da bahia e rio de janeiro: um experimento com base em microdados do censo 2000	Alceu Ravello Ferraro	M	UNILASALLE	RS		<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT14-3232--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT14-3232--Int.pdf</a>
30ª	18	Trabalho	Mestrado	Não contou com financiamento	Sobre noções de constituição do sujeito: mulheres alfabetizadas têm a palavra	Renata Rodrigues Araújo	F	UFPR	PR	EJA - Noção de sujeito – Mulheres alfabetizadas	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT18-2859--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT18-2859--Int.pdf</a>
30ª	21	Pôster	Mestrado	FAPEMAT	A jovem negra presente no ambiente escolar: “símbolo de beleza ou inferioridade” na visão de adolescentes brancos	Anne de M. de Souza	F	UFMT	MT	jovem negra, escola, preconceito, adolescentes brancos	<a href="http://30reuniao.anped.org.br/Posteres/GT21-3284--Int.pdf">http://30reuniao.anped.org.br/Posteres/GT21-3284--Int.pdf</a>

31 <sup>a</sup>	2	Trabalho	Não consta	Não consta	O processo escolarizador da infância em minas gerais (1835-1906): geração, gênero, classe social e etnia	Cynthia Greive Veiga	F	UFMG	MG	processo escolarizador; infância; geração; gênero; classe social; etnia.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT02-4524--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT02-4524--Int.pdf</a>
31 <sup>a</sup>	2	Trabalho	Não consta	Não consta	Modos de atuação de professores na história da profissão docente: as explicadoras do rio de janeiro e suas trajetórias	Luiz Otavio Neves Mattos	M	UENF	RJ		<a href="https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-4096-int.pdf">https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-4096-int.pdf</a>
31 <sup>a</sup>	2	Trabalho	Mestrado	Não consta	Escola técnica de comércio são josé: um colégio católico feminino no tempo da reorganização do ensino comercial	Erica Piovam de Uihôa Cintra	F	UFPR	PR	história da educação; ensino comercial; legislação.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT02-4995--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT02-4995--Int.pdf</a>
31 <sup>a</sup>	3	Trabalho	Não consta	CAPES	“Tirando cadeia”: processos de (trans)formação de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação	Pollyana dos Santos	F	UFES	ES	juventudes; medida socioeducativa de internação; processos de formação.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT03-4060--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT03-4060--Int.pdf</a>
31 <sup>a</sup>	3	Trabalho	Não consta	CAPES	Hip-hop das minas: um olhar sobre a participação de jovens mulheres no movimento hip-hop de belo horizonte	Camila do Carmo Said	F	UFMG	MG	jovens mulheres; grupos culturais juvenis; hip-hop.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT03-4605--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT03-4605--Int.pdf</a>
31 <sup>a</sup>	4	Trabalho	Não consta	Não consta	Representações sociais de alunas de pedagogia sobre o trabalho docente: estágio e experiência	Rita de Cássia Pereira Lima/Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes/Marlene Fagundes Carvalho Gonçalves	F	UNESA/CUML	RJ/SP	representações sociais; saberes docentes; experiência; pedagogia.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT04-4708--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT04-4708--Int.pdf</a>
31 <sup>a</sup>	4	Trabalho	Não consta	SEE-SP	Professoras bem-sucedidas: saberes e práticas significativas	Maria Celeste de Jesus Mendes	F	UNISANTOS	SP	Palavras-chave: representações sociais; saberes docentes; experiência; pedagogia.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT04-4708--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT04-4708--Int.pdf</a>
31 <sup>a</sup>	4	Pôster	Doutorado	FAPERJ	Sexismo na literatura? – um estudo de opções de leitura numa turma de 5o ano do ensino fundamental	Cláudia Hernandez Barreiros/Jonê Carla Baião	F	UERJ	RJ	jurisprudência da pedagogia; gênero; saberes docentes.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/2Pôster/GT04-4459--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/2Pôster/GT04-4459--Int.pdf</a>
31 <sup>a</sup>	6	Pôster	Não consta	CNPq	Mulheres negras educadas: trabalhos manuais e possibilidades de (re)criação de pedagogias não-escolares	Aline Lemos da Cunha	F	UNISINOS	RS	pedagogias não-escolares; mulheres negras; trabalhos manuais.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/2Pôster/GT06-4248--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/2Pôster/GT06-4248--Int.pdf</a>
31 <sup>a</sup>	7	Pôster	Não consta	Não consta	Sentidos atribuídos por educadoras infantis à sua prática profissional (UMEIS de Belo Horizonte - 2007/2008)	Genícia Martins de Matos	F	PMBH	MG	educadoras infantis; sentidos; prática profissional.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/2Pôster/GT07-4731--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/2Pôster/GT07-4731--Int.pdf</a>

31 <sup>a</sup>	10	Trabalho	Não consta	Não consta	Relações entre o analfabeto e o alfabetizado: reflexões sobre a leitura e a escrita como atividades socialmente situadas	Iara Silva Lucio/Francisca Izabel Pereira Maciel	F	UFMG	MG	leitura e escrita; alfabetização e letramento; analfabetismo.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT10-4955--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT10-4955--Int.pdf</a>
31 <sup>a</sup>	14	Trabalho	Não consta	Não consta	Representações de masculinidades latentes em aulas de física do ensino médio	Josimeire Meneses Júlio/Arnaldo Vaz	F/M	UFMG/E.E. Reny de Souza Lima	MG	representações de masculinidade; ensino de física; atividade investigativa.	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT14-4430--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT14-4430--Int.pdf</a>
31 <sup>a</sup>	20	Trabalho	Não consta	Não consta	Os saberes especializados da pediatria e a adaptação das mães às necessidades de seus bebês: um estudo de manuais de puericultura publicados no brasil	Ana Laura Godinho Lima	F	USP	SP	relação mãe-bebê; manejo do bebê; manuais de puericultura	<a href="http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT20-4017--Int.pdf">http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT20-4017--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	2	Trabalho	Não consta	CNPq	Cultura escolar: prescrevendo regras de bom comportamento	Claricia Otto	F	UFSC	SC	gênero; cultura escolar; história da educação.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT02-5110--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT02-5110--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	2	Trabalho	Não consta	CAPES	Literatura, educação e masculinidade no século XIX: leituras da obra de Bernardo Guimarães	Matheus da Cruz e Zica	M	UFMG	MG	masculinidade; educação; literatura do século XIX.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT02-5906--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT02-5906--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	2	Trabalho	Não consta	CAPES	Universalização e controle das práticas de leitura das filhas de caridade de São Vicente de Paulo, 1862	Ana Cristina Pereira Lage	F	Uni-BH/ UFMG	MG		<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT02-5504--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT02-5504--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	4	Trabalho	Não consta	CNPq	“As diferenças estão ‘bombando’ na sala de aula”: concepções docentes sobre diferença no cotidiano escolar	Kelly Russo/Cinthia Monteiro de Araújo	F	PUC-Rio	RJ	diferença cultural; cotidiano escolar; dispositivos pedagógicos.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT04-5839--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT04-5839--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	4	Pôster	Não consta	FAPERJ	Vamos conversar sobre saberes docentes <sup>1</sup> e diferença?	Cláudia Hernandez Barreiros	F	UERJ	RJ	saberes docentes; diferença; didática intercultural.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/Pôsteres/GT04-5830--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/Pôsteres/GT04-5830--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	6	Trabalho	Doutorado	CNPq	Notas sobre educação popular a partir da pesquisa com recicladoras e recicladores	Vinícius Lima Lousada	F	UFRGS	RS	Educação Popular; periferia urbana; reciclagem; pesquisa social; gênero.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT06-5882--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT06-5882--Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	6	Trabalho	Mestrado	Não consta	Os filhos da zona: expectativas, cotidianos e pensares de profissionais do sexo sobre a educação escolar de seus filhos	Marcelo Nascimento Mendes/Luiz Alberto De Souza Marques	M	UNISUL	SC	educação; cotidiano; escola; profissionais do sexo.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT06-5614--Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT06-5614--Int.pdf</a>

32 <sup>a</sup>	6	Pôster	Não consta	CNPq	Caminhos metodológicos para o diálogo com mulheres negras que aprendem/ensinam artesanato: educação popular e feminilidades	Aline Lemos da Cunha	F	UNISINOS	RS	educação popular; pesquisa qualitativa; mulheres negras; artesanato.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/Pôsteres/GT06-5775-Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/Pôsteres/GT06-5775-Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	6	Pôster	Mestrado	Não consta	Educação popular histórias da memória: viver, para contar a vida nas vozes de mulheres que contam e encantam o mundo	Valdirene da Silva Vieira –	F	UNIPLAC	SC	educação popular; memória; mulheres; saberes.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/Pôsteres/GT06-5600-Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/Pôsteres/GT06-5600-Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	7	Trabalho	Não consta	CNPq	Crianças que vão à escola no início do século xxi – elementos para se pensar uma infância pós-moderna	Mariângela Momo/Marisa Vorraber Costa	F	UFRN/ ULBRA/ UFRGS	RN/ RS	infância e consumo; infância pós-moderna; escola e cultura contemporânea.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT07-5886-Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT07-5886-Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	9	Trabalho	Não consta	Não consta	Empreendedorismo feminino e educação	Anilza de Fátima Medeiros Leite	F	UFPB	PB	gênero; mulher; educação; trabalho e empreendedorismo.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT09-5791-Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT09-5791-Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	12	Trabalho	Não consta	FUNDECT	O currículo e a construção de identidades negras: subvertendo histórias brancas	Ruth Pavan	F	UCDB	MS	currículo; cultura; identidades.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT12-5266-Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT12-5266-Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	12	Trabalho	Doutorado	CNPq	Currículos praticados e a construção da heteronormatividade	Marcio Rodrigo do Vale Caetano	M	UFF	RJ	currículo; heteronormatividade; identidades.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT12-5190-Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT12-5190-Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	14	Trabalho	Não consta	Não consta	A formação de professores e as “sombras” da profissão: o caso das explicadoras do rio de janeiro	Luiz Otavio Neves Mattos	M	UFF	RJ	explicadoras; profissão docente; práticas docentes; modos de atuação no magistério.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT14-5138-Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT14-5138-Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	14	Trabalho	Não consta	CNPq	Perspectivas de investigação da sala de aula a partir de uma teoria social de gênero	Josimeire Meneses Júlio/Arnaldo Vaz	F/M	UFMG/E.E. Reny de Souza Lima	MG	masculinidade; relações de gênero; interações sociais; investigações em sala de aula.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT14-5734-Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT14-5734-Int.pdf</a>
32 <sup>a</sup>	18	Trabalho	Não consta	CREFAL	O diálogo como dispositivo pedagógico na educação intercultural para jovens e adultos	Rosângela Tenório de Carvalho	F	UFPE/Fundação João Nabuco	PE	diálogo; pós-colonialismo; trabalho doméstico.	<a href="http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT18-5349-Int.pdf">http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT18-5349-Int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	2	Trabalho	Não consta	Não consta	O livro didático na escola primária (1915-1969): uma perspectiva histórica quanto ao gênero	Ademir Valdir dos Santos; Samara Elisana Nicareta	F/M	UTP/UFPR	PR		<a href="http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT02/GT02-168%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT02/GT02-168%20int.pdf</a>

34 <sup>a</sup>	14	Trabalho	Não consta	Não consta	A produção discente sobre gênero e desempenho escolar no Brasil (1993 - 2007): um estado da arte	Marília Pinto de Carvalho	F	USP	SP	gênero; desempenho escolar; estado da arte.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT14/GT14-97%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT14/GT14-97%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	16	Trabalho	Não consta	Não consta	Conexões entre corpos, masculinidades e mídias	Celso Vitelli	M	UFRGS	RS	mídias; corpos; masculinidades.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT16/GT16-746%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT16/GT16-746%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	19	Trabalho	Não consta	Não consta	Análise da motivação de estudantes de ensino médio em relação à matemática em função do gênero	Cleyton Hércules Gontijo	M	UnB	DF	motivação em matemática; gênero.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT19/GT19-649%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT19/GT19-649%20int.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	21	Trabalho	Não consta	Não consta	Memória, racismo e cultura urbana: um estudo sobre mulheres negras em juiz de fora - (1950/1970)	Giane Elisa Sales de Almeida, Claudia Maria Costa Alves	F	UFF	RJ		<a href="http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT21/GT21-107%20res.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT21/GT21-107%20res.pdf</a>
34 <sup>a</sup>	3	Pôster	Não consta	Não consta	Feminismo dialógico: referência teórico-metodológica para pesquisas realizadas com mulheres em distintas práticas sociais	Carolina Orquiza Chermem	F	UNICAMP	SP	feminismo dialógico; mulheres; práticas sociais.	<a href="http://34reuniao.anped.org.br/images/Pôsteres/GT03/GT03-114%20int.pdf">http://34reuniao.anped.org.br/images/Pôsteres/GT03/GT03-114%20int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	6	Trabalho	Não consta	Não consta	Enfoque feminista da perspectiva político-pedagógica freiriana	Mariateresa Muraca; Reinaldo Matias Fleuri	F/M	UFSC	SC		<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT06%20Trabalhos/GT06-1908_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT06%20Trabalhos/GT06-1908_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	6	Pôster	Tese	CAPEs	Entre o sul e as minas gerais: o processo pedagógico invisível desenvolvido por mulheres tecelãs	Amanda Motta Angelo Castro	F	UNISINOS	RS	Educação Popular; Artesanato; Gênero; Feminismo.	<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/Pôsteres/GT06/GT06-2237_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/Pôsteres/GT06/GT06-2237_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	9	Trabalho	Tese	CNPq/DAAD	Meninos entre meninos num contexto de educação infantil: uma olhar sobre as relações sociais de gênero na perspectiva de crianças pequenas	Márcia Buss-Simão	F	UFSC	SC		<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT07%20Trabalhos/GT07-1364_res.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT07%20Trabalhos/GT07-1364_res.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	21	Trabalho	Tese	Não consta	Mulheres negras e professoras no ensino superior – as histórias de vida que as constituíram	Maria Clareth Gonçalves Reis	F	UENF	RJ	professoras negras; identidades; histórias de vida; racismo.	<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT21%20Trabalhos/GT21-2187_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT21%20Trabalhos/GT21-2187_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	21	Trabalho	Tese	Não consta	Mulheres negras: professoras, sim... Tias, por que não? Ensaio de um processo para além da “desinvisibilização de existências”	Dulcinea Benedicto Pedrada	F	UFES	ES		<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT21%20Trabalhos/GT21-2479_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT21%20Trabalhos/GT21-2479_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	16	Pôster	Não consta	FAPEMIG	O enfrentamento da violência contra a mulher através do rádio	Marisa Barletto	F	UFV	MG	gênero; violência; comunicação.	<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/Pôsteres/GT16/GT16-2437_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/Pôsteres/GT16/GT16-2437_int.pdf</a>
35 <sup>a</sup>	18	Pôster	Não consta	CNPq	Educação de mulheres em situação de aprisionamento: reflexões sobre o perfil social e o direito à educação	Maria Celeste Reis Fernandes de Souza; Cristina Salles Caetano; Sabrina Ferreira Rosa	F	UNIVALE	MG	Gênero; Educação de Pessoas Jovens e Adultas; Sistema Prisional	<a href="http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/Pôsteres/GT18/GT18-1501_int.pdf">http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/Pôsteres/GT18/GT18-1501_int.pdf</a>
36 <sup>a</sup>	6	Trabalho	Dissertação	Não consta	A mulher e a docência: histórias de militância	Dilcelene Quintanilha de Resende Cordeiro	F	UFF	RJ	Mulher, docência, militância.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt06_trabalhos_pdfs/gt06_3362_resumo.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt06_trabalhos_pdfs/gt06_3362_resumo.pdf</a>

36ª	13	Trabalho	Não consta	Não consta	GÊNERO E SEXUALIDADE NUMA SALA DE AULA DO ENSINO FUNDAMENTAL: sob os efeitos da lua cheia queer	Leonardo Ferreira Peixoto	M	UEA	AM	gênero, sexualidade, ensino fundamental, teoria queer	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt13_trabalhos_pdfs/gt13_3288_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt13_trabalhos_pdfs/gt13_3288_texto.pdf</a>
36ª	15	Trabalho	Não consta	Não consta	Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento	Taísa Caldas Dantas; Jackeline Susann Souza Silva; Maria Eulina Pessoa de Carvalho	F	UFPB	PB	Gênero. Sexualidade. Deficiência. Empoderamento. Autoadvocacia.	<a href="http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt15_trabalhos_pdfs/gt15_3045_texto.pdf">http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt15_trabalhos_pdfs/gt15_3045_texto.pdf</a>
37ª	3	Trabalho	Não consta	CAPES	Transversalidade nos modos de socialização e individuação: uma jovem negra em movimento	Juliana Batista dos Reis; Juarez Dayrell	F/M	CEFET-MG/UFMG	MG	Socialização, individuação, juventude	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-3841.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-3841.pdf</a>
37ª	3	Trabalho	Não consta	Não consta	Trajetórias juvenis de mulheres em privação de liberdade e experiências escolares: os sentidos produzidos nos encontros e desencontros com a escola	Pollyana dos Santos	F	IFES	ES	Trajetórias de vida; Juventudes; Sentidos de Experiências Escolares.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-4391.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-4391.pdf</a>
37ª	3	Trabalho	Não consta	CAPES	As mulheres da via campesina: processos educativos e organizativos no brasil e chile	Sônia Fátima Schwendler	F	UFPR	PR	Via Campesina, movimento social, mulheres, educação, gênero.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-4614.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-4614.pdf</a>
37ª	4	Trabalho	Não consta	CAPES	Diversidade sexual na prática de professores/as de ciências: da polêmica ao (re)conhecimento escolar	Felipe Bastos	M	PUC-Rio	RJ	Prática pedagógica; Ensino de ciências; Diversidade sexual; Interculturalidade; Saber docente.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT04-4235.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT04-4235.pdf</a>
37ª	6	Trabalho	Não consta	CAPES	A sororidade como experiência produzida na pesquisa participante	Márcia Regina Becker	F	UNISINOS	RS	Artesãs; Grupos de Discussão; Método Documentário; Pesquisa Participante; Sororidade	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT06-3807.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT06-3807.pdf</a>
37ª	7	Trabalho	Não consta	CNPq	Homem docência com crianças pequenas: o olhar das crianças de um centro de educação infantil	José Edilmar de Sousa	M	UFC	CE		<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT07-4232.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT07-4232.pdf</a>
37ª	7	Trabalho	Não consta	Não consta	Entre a inocência e o profano: a sexualidade na infância contemporânea	Raquel Gonçalves Salgado; Carmem Lúcia Sussel Mariano; Evandro Salvador Alves de Oliveira	M/F/F	UFMT/Uminho	MT	Infância. Sexualidade. Mídia	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT07-4587.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT07-4587.pdf</a>

37 <sup>a</sup>	9	Trabalho	Não consta	CNPq/PROEXT	O artesanato enquanto trabalho na perspectiva do feminismo	Márcia Alves da Silva	F	UFPeI	RS	Mulheres; Gênero; Artesanato; Trabalho Feminino.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT09-3633.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT09-3633.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	12	Trabalho	Não consta	CAPES	A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo	Patrícia Daniela Maciel; Maria Manuela Alves Garcia	F	UFPeI	RS	Currículo; Gênero; Professoras; Lésbicas.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT12-3804.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT12-3804.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	12	Trabalho	Não consta	Não consta	Gênero e suas implicações no currículo do município de João Pessoa	Gabriela Maria dos Santos	F	UFRJ	RJ	Política curricular. Discurso. Gênero. Tema transversal	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT12-4318.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT12-4318.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	14	Trabalho	Não consta	FAPESP	Lavar a louça ou brincar na rua? Gênero, família e escola em camadas populares de São Paulo	Adriano Souza Senkevics	M	INEP	DF	Desempenho escolar, masculinidades, socialização familiar.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT14-3514.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT14-3514.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	14	Trabalho	Não consta	PDSE/CAPES	Configuração do ofício de aluno: meninos e meninas na escola	Fábio Hoffmann Pereira	M	USP	SP	Gênero; Sociologia da infância; Configuração; Desempenho escolar; Fracasso Escolar.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT14-3976.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT14-3976.pdf</a>
37 <sup>a</sup>	18	Trabalho	Não consta	CAPES	Experiências de trabalho de mulheres estudantes do Projeja	Ana Cláudia Ferreira Godinho	F	UEMG	MG	EJA; trabalho; mulheres; PROEJA; saberes não escolares.	<a href="http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT18-3763.pdf">http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT18-3763.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	3	Trabalho	Não consta	PAC/UNEB	“Pensa aí, uma negra, pobre, do interior dos interiores que decidiu estudar [...]”: reflexões sobre o perfil e as condições de acesso ao ensino superior de jovens mulheres da roça	Tatyanne Gomes Marques	F	UFMG/UNEB	MG/BA	Educação Superior. Jovens da roça. Condição juvenil. Provações.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT03_479.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT03_479.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	6	Trabalho	Tese	CAPES	“Não queria que minha filha tivesse a mesma vida que eu”: um estudo sobre mulheres no trabalho artesanal	Amanda Motta Castro	F	FURG/UNISINOS	RS	Estudos Feministas. Educação Popular. Artesanato.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT06_138.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT06_138.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	6	Trabalho	Tese	UNEB-BOLSA PAC-DT	“Nem tudo são flores”: a interface da educação popular e um modo de ser mulher, mãe e líder nas comunidades eclesiais de base	Sônia Maria Alves de Oliveira Reis; Carmem Lúcia Eiterer	F	UNEB/UFMG	MG/BA	Mulheres camponesas. Educação Popular. CEBs. do escrito.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT06_508.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT06_508.pdf</a>

38 <sup>a</sup>	8	Trabalho	Não consta	Não consta	Refletindo sobre gênero, trabalho e formação docente: um olhar para o pedagogo do gênero masculino iniciante na educação infantil	Shirleide Pereira da Silva Cruz; Fernando Santos Sousa	F/M	SEEDF/ UnB	DF	Gênero, Professor Iniciante, Formação de Professores	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT08_1169.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT08_1169.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	13	Trabalho	Não consta	CAPEs	Ir para a escola, um ato de coragem: narrativas de mulheres negras sobre suas experiências escolares	Viviane Inês Weschenfelder, Elí Terezinha Henn Fabris	F	UNISINOS	RS	Relações étnico-raciais. Narrativas escolares. Mulheres Negras. Processos de subjetivação. Estética.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT13_1220.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT13_1220.pdf</a>
38 <sup>a</sup>	24	Trabalho	Dissertação	Não consta	Formalismo – elemento de estabilidade: gênero e sexualidade no ensino da arte, nos anos iniciais do ensino fundamental	Edvandro Luise Sombrio de Souza	M	UFRJ	RJ	Ensino da arte; Estudos de gênero; Sexualidade; Currículo; Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT24_207.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT24_207.pdf</a>
39 <sup>a</sup>	2	Trabalho	Não consta	Não consta	Educação sexual em campo grande nos anos 1930	Kênia Hilda Moreira	F	UFGD	MS	História da Educação. Imprensa. Educação sexual.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/5251-texto_proposta_completo.pdf">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/5251-texto_proposta_completo.pdf</a>
39 <sup>a</sup>	3	Trabalho	Não consta	FAPESPA	Jovens Mulheres no Ensino Médio: expressões culturais, modos de ser jovem e relações de sociabilidade na escola	Hamanda Maiara Nascimento Pontes, Lucélia de Moraes Braga Bassalo	F	UEPA	PA	Jovens mulheres; Ensino Médio; Sociabilidades; Expressões culturais	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_11_1">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_11_1</a>
39 <sup>a</sup>	3	Trabalho	Não consta	CNPq	O futuro é uma caixinha de sonhos? Campo, mulheres, formação e trabalho	Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante; Fábio Dantas de Souza Silva; Luciane Ferreira de Abreu	F/M	UEFS/IFBA	BA	campo – juventude rural – formação – trabalho	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_45_1">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_45_1</a>
39 <sup>a</sup>	3	Trabalho	Dissertação	CAPEs	"Lute como uma menina": gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas	Isabella Batista Silveira	F	UNIFAL	MG	Ocupação; formação; experiência; gênero	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_37">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_37</a>
39 <sup>a</sup>	6	Trabalho	Não consta	Não houve	Economia solidária: espaço de educação popular e empoderamento feminino	Josilaine Antunes Pereira; Geraldo Augusto Locks	F/M	UNISINOS/UNIPLAC	RS/SC	Economia solidária. Educação popular. Empoderamento feminino. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_7_4">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_7_4</a>

39 <sup>a</sup>	7	Trabalho	Tese	CAPES	Educação infantil, infância e gênero nas reuniões da Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa Em Educação	Sandro Vinicius Sales dos Santos; Isabel de Oliveira E Silva	F/M	UFMG/UFVJM	MG	Relações de gênero; Educação Infantil; produção acadêmica.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_17_10">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_17_10</a> .
39 <sup>a</sup>	12	Trabalho	Não consta	CAPES	A justiça curricular e a (in)visibilidade da mulher em um livro didático para o ensino médio	Juliana Mezomo Cantarelli	F	IF-FARROUPILHA	RS	Ensino Médio. Justiça Curricular. Livro Didático. Sexismo.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_1_7">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_1_7</a> .
39 <sup>a</sup>	12	Trabalho	Não consta	CAPES	Empoderamento cresp: ciberativismo, currículo e diferença nas escolas	Iris Verena Santos de Oliveira	F	UNEB	BA	Juventude; ciberativismo; currículo; diferença; youtubers.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_25_4">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_25_4</a> .
39 <sup>a</sup>	12	Trabalho	Não consta	Não consta	Pesquisas com/as minorias nortistas amazônidas: aportes teóricos de um pós-curriculo das diferenças	Jose Damiao Trindade Rocha	M	UFT	TO	Minorias nortistas amazônidas; Pesquisa implicada; Pós-curriculo das diferenças.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_22_4">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_22_4</a> .
39 <sup>a</sup>	14	Trabalho	Tese	CAPES	Relações escola-família na construção das identidades de gênero na educação infantil	Francisca Jocineide da Costa E Silva	F	UFPB	PB	Gênero. Educação Infantil. Relações escola-família.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_13_10">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_13_10</a> .
39 <sup>a</sup>	18	Pôster	Tese	PAC/UNEB e CAPES	Ser mulher, aluna da educação de jovens e adultos: o que dizem as jovens mulheres inseridas na EJA da rede Municipal de Ensino de Guanambi-BA?	Maria de Fátima Pereira Carvalho; Carmem Lucia Eiterer	F	UFMG	MG	Jovens mulheres. Alunas da EJA. Escolarização.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_28_1">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_28_1</a> .
39 <sup>a</sup>	21	Trabalho	Não consta	CAPES	Fronteiras linguísticas e decolonialidade: poder e resistência em práticas discursivas e sociais de mulheres indígenas da Amazônia	Raimundo Nonato de Pádua Câncio	M	UFT	TO	Fronteiras linguísticas. Decolonialidade. Mulheres indígenas. Análise Crítica do Discurso.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_46_6">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_46_6</a> .
39 <sup>a</sup>	21	Pôster	Tese	CAPES	Professoras negras e suas autorias: Um estudo sobre a produção acadêmica de doutoras negras atuantes em Universidades públicas do sul do Rio Grande do Sul	Elida Regina Nobre Rodrigues	F	PUC/RS	RS	Autobiografia, doutoras negras, docência no Ensino Superior.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_11_6">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_11_6</a> .
39 <sup>a</sup>	21	Trabalho	Não consta	Não consta	Mulheres negras: luta, resistência e libertação	Eunice Lea de Moraes	F	UFPA	PA		<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_46_5">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_46_5</a> .
39 <sup>a</sup>	21	Trabalho	Não consta	Não consta	Mulher Negra, representação e pedagogias outras: diferentes formas de ver e fazer educação antirracista	Luciana Ribeiro de Oliveira; Ana Cristina da Costa Gomes	F	UNIRIO/2ª CRE - RJ	RJ	Mulher negra; representação; pedagogias outras.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_5_1">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_5_1</a> .

39ª	21	Pôster	Tese	Não consta	O lugar da mulher negra nos cursos de graduação da universidade federal fluminense	Gracyelle Silva Costa	F	UFF	RJ	Mulheres Negras; Raça; Sexo; Ensino Superior;	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_32_8">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_32_8</a> .
39ª	24	Trabalho	Não consta	CAPES	A imagem da mulher nas experiências pedagógicas com cinema	Maíra Norton Silva	F	UFRJ	RJ	Cinema-educação, poética feminista, pedagogia decolonial	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_32">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_32</a> .
40ª	2	Trabalho	Não consta	Não consta	As Marias da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1994): entre práticas e representações	Simôni Costa Monteiro Gervasio	F	UFPEl	RS	Revista do Ensino. Mulheres. Jornalista. Escrever	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_39_19">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_39_19</a> .
40ª	3	Trabalho	Não consta	Não consta	Jovens, mulheres e de origem rural: trajetórias de inserção em uma universidade pública no interior do Nordeste brasileiro	Ivan Faria; Jaiana da Silva Santos	F/M	UEFS	BA	Juventude rural. Trajetórias. Ensino Superior.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_44_17">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_44_17</a> .
40ª	3	Trabalho	Não consta	Não consta	Sujeitos e a experiência/sentido a partir do negra (núcleo de gênero e raça), no ensino médio em Pernambuco	Marcelo José de Araújo Batalha; Cibele Maria Lima Rodrigues	F/M	UFRPE/Fundação Joaquim Nabuco	PE	Experiência; Sentido; Gênero; Raça; Movimentos Sociais	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_26_24">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_26_24</a> .
40ª	3	Trabalho	Não consta	CAPES	Podemos falar em jovens normalistas? A escola normal faz juventudes?	Rejane Brandao Siqueira	F	PUC Rio	RJ	jovem; escola; jovem normalista.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_27_22">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_27_22</a> .
40ª	4	Trabalho	Não consta	FAPESP	A abordagem de temáticas ligadas à diversidade nas formações continuadas em duas redes municipais paulistas (2017-2020)	Claudia Valentina Assumpção Galian; Rafael Goncalves Pereira	F/M	USP	SP	BNCC. Formação Continuada de Professores. Diversidade. Educação Básica	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_0_12">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_0_12</a> .
40ª	5	Trabalho	Não consta	CAPES	Uma política de formação continuada e a criação de espaços coletivos de educação crítica, feminista e transformadora	Bruna Dalmaso-Junqueira; Rubia Tais Johann; Luís Armando Gandin	F/F/M	UFRGS	RS	Educação Crítica. Feminismos. Educação Feminista. Política de Formação Continuada.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_10_27">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_10_27</a> .
40ª	6	Trabalho	Não consta	PROSUC/Capes	Silêncios e vozes das mulheres na pedagogia da alternância: problematizações a partir do "nó histórico" e da "dodiscência"	Cristina Luisa Bencke Vergutz; Aline Mesquita Corrêa; Cheron Zanini Moretti	F	UNISC	RS	Escola Família Agrícola. Educação do Campo. Experiência	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_19_26">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_19_26</a> .

40 <sup>a</sup>	6	Trabalho	Não consta	Não consta	O Papel Político dos Pré-vestibulares populares e o acesso de mulheres negras e das classes populares à Universidade Pública	Adrielle Karolyne de Sousa Lisboa	F	UERJ	RJ	Movimentos Sociais. Educação Popular. Trajetórias de mulheres negras.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_5_23">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_5_23</a> .
40 <sup>a</sup>	6	Trabalho	Não consta	FAPERGS	“Eu posso e todas as mulheres podem”: educação, trabalho e alimentação nas experiências pedagógicas de uma escola família agrícola	Everton Luiz Simon; Cristina Luisa Bencke Vergutz	F	UNISC	RS	Divisão Sexual do Trabalho. Saber da experiência. Diálogo. Consciência crítica. Comunidade.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_11_19">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_11_19</a> .
40 <sup>a</sup>	6	Pôster	Não consta	CAPEs	A invisibilidade das mulheres/estudantes do proeja na revista EJA em debate	Eliandra Silva Model; Edla Eggert	F	PUC/RS	RS	Invisibilidade, educação de mulheres/estudantes no PROEJA, revista EJA em Debate.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_29_11">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_29_11</a> .
40 <sup>a</sup>	7	Trabalho	Pós-doc	Não consta	Brincar na luta por reconhecimento da educação infantil: a “voz” das mulheres	Roseli Goncalves Ribeiro Martins Garcia	F	UFSCAR	SP	Mulheres. Educação infantil. Luta por reconhecimento. Narrativas. Histórias de vida.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_12_25">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_12_25</a> .
40 <sup>a</sup>	7	Trabalho	Não consta	Não consta	Interseccionalidade entre raça e gênero: a literatura infantil e a construção da identidade do menino e negro	Tarcia Regina da Silva	F	UFPE	PE	Literatura Infantil. Masculinidades negras. Educação Infantil.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_28_19">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_28_19</a> .
40 <sup>a</sup>	7	Trabalho	Não consta	Não consta	Usos e abusos do conceito de gênero em publicações sobre professores homens na educação infantil	Sandro Vinicius Sales dos Santos, Márcia Buss Simão, Joaquim Ramos	F/M/M	UFVJM/UFSC/UFMG	SC/MG	Professores Homens. Conceito de Gênero; Educação Infantil.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_38_23">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_38_23</a> .
40 <sup>a</sup>	7	Trabalho	Pós-doc	Não houve	Pode a criança falar? Sobre feminismos subalternos, infância e educação infantil	Andrea Braga Moruzzi	F	UFSCAR	SP	Feminismos subalternos, Infância Educação Infantil.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_26_22">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_26_22</a> .
40 <sup>a</sup>	7	Trabalho	Tese	Não houve	Mulheres manauaras, a educação de crianças pequenininhas, direito à creche e colonialidade	Vanderlete Pereira da Silva	F	UEA	AM	Colonialidade; Mães manauaras; crianças pequenininhas; Creche	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_40_18">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_40_18</a> .

40ª	7	Trabalho	Não consta	CNPq	Homens na Educação Infantil: que perigo é esse?	Rayffi Gumerindo Pereira de Souza	M	UFCG	PB	Educação Infantil, Gênero, Masculinidade hegemônica	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_16_20">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_16_20</a> .
40ª	7	Trabalho	Dissertação	CAPES	A produção das culturas infantis sob uma perspectiva interseccional em uma creche litorânea	Vivian Colella Esteves	F	UNICAMP	SP	Educação Infantil; Culturas Infantis; Crianças Pequeninhas; Infâncias; Interseccionalidade.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_13_14">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_13_14</a> .
40ª	8	Trabalho	Não consta	Não consta	A formação docente antirracista e anti-sexista	Keila de Oliveira; Margarida Gandara Rauhen	F	UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste	PR	Diversidade cultural; Teoria Racial Crítica; Interseccionalidade.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_15_13">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_15_13</a> .
40ª	9	Trabalho	Tese	Não consta	A condição das mulheres beneficiárias/titulares do programa bolsa família e os limites absolutos do capital	Ana Claudia Marochi; Soraya Conde	F	UFSC/SEE-PR	SC/PR		<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_22_12">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_22_12</a> .
40ª	11	Pôster	Não consta	CAPES	Nome social na educação superior: o acesso de transexuais e travestis	Tatiane da Silva Lima	F	UFMS	MS	Acesso; Permanência; Educação superior; Transexuais; Travestis.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_8_28">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_8_28</a> .
40ª	12	Trabalho	Não consta	Não consta	Vozes e atu(ação) de mulheres-professoras na luta feminina em defesa da escola pública	Marcos Irondes Coelho de Oliveira/Mônica Strege Médici	F/M	UFT	TO	Vozes de mulheres; Luta feminina; Escola pública.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_25_25">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_25_25</a> .
40ª	12	Trabalho	Não consta	Não consta	Gênero e feminismos no currículo: alguns enquadramentos em artes visuais	Viviane Viana de Souza	F	CPII/UERJ	RJ	Currículo; Enquadramento; Gênero e feminismos; Artes Visuais	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_4_20">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_4_20</a> .
40ª	12	Trabalho	Pós-doc	Não consta	Encontrar, conectar e aprender: movimentos de um currículomuseu com gênero	Cláudio Eduardo Resende Alves	M	UFMG	MG	Currículo, gênero, museu	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_25_16">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_25_16</a> .
40ª	20	Trabalho	Atuação como professora universitária	Não consta	(Re)leituras da produção do fracasso escolar: uma análise interseccional	Giovanna Marafon	F	UERJ	RJ		<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_46_22">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_46_22</a> .
40ª	21	Trabalho	Não consta	Não consta	Um diálogo possível entre a educação libertadora e o feminismo negro libertador.	Eunice Léa Moraes	F	UFPA	PA	Diálogo. Educação Libertadora. Feminismo Negro.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_37_12">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_37_12</a> .
40ª	21	Trabalho	Não consta	Não consta	Professoras negras universitárias: militância e identidade	Maria do Rosário de Fatima Vieira da Silva	F	SEE/?	PI	Professoras Negras Universitárias. Militância. Identidade.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_6_25">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_6_25</a> .

40ª	21	Trabalho	Tese	Não consta	Mulheres negras quilombolas: um estudo de caso sobre agência feminina na dinâmica da geração familiar, Barrinha, Bom Jesus da Lapa-Bahia	Kleide Iraci Marques Silva/Carmem Lucia Eiterer	F	UFMG	MG	Quilombo. Gênero. Raça. Geração Familiar. Territorialidade	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_42_18">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_42_18</a> .
40ª	21	Trabalho	Tese	Não consta	A composição racial do corpo docente do Instituto Federal de Minas Gerais: uma breve aproximação	Márcia Basília de Araújo	F	IFMG	MG	Docentes negros (as), Institutos Federais, autodeclaração, heteroidentificação	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_21_12">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_21_12</a> .
40ª	21	Pôster	Não consta	Não consta	A pedagogia da decolonial como ferramenta política para desnaturalizar a história única a partir das (re)existências e escrituras da etnoeducadora Nilma Lino Gomes.	Júlia Maria de Oliveira Campos	F	UFPE	PE	Pedagogia Decolonial. Relações étnico-raciais. Escrituras.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_47_10">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_47_10</a> .
40ª	24	Pôster	Não consta	CAPES	Educação ambiental crítica e ecofeminismo: um estudo sobre convívio feminino em um movimento solidário	Lisiana Lawson Terra da Silva/Andre Luis Castro de Freitas	F/M	FURG	RS	Educação Ambiental Crítica. Ecofeminismo. Mulheres. Vulnerabilidade socioambiental. Pesquisa-ação.	<a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_23_17">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_23_17</a> .

## Apêndice 3

Pesquisadores/as que fizeram parte da coordenação, vice-coordenação, comitê científico ou avaliação *ad hoc* do GT-23 (2004-2020)

Pesquisador (a)	Formação inicial	Mestrado	Orientador(a)	Doutorado	Orientador(a)	Pós-doc	Vínculo profissional	Vínculo com grupo de estudos/pesquisa	Bolsista produtivida-de CAPES?	Última atualização do lattes
<b>Guacira Lopes Louro</b>	História UFRGS (1969)	Educação UFRGS (1976)	Juracy Cunegatto Marques	Educação UNICAMP (1986)	Dermeval Saviani	Não consta	Professora aposentada UFRGS	Fundadora GEERGE	Não consta	25/09/2019
<b>Paulo Rennes Marçal Ribeiro</b>	Pedagogia UNICAMP(1983) e Psicologia PUCAMP (1985)	Educação UNICAMP (1989)	Joao Francisco Regis de Moraes	Saúde mental UNICAMP (1995)	Roosevelt Moises Smeke Cassorla.	Saúde Mental UFRJ (1997)	Professor associado (MS-5) UNESP	Coordenador NUSEX	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1C	05/05/2022
<b>Claudia Maria Ribeiro</b>	Pedagogia UFLA (1974)	Educação UNICAMP (1994)	Isaura Rocha Figueiredo Guimarães	Educação UNICAMP (2001)	Ana Maria Faccioli de Camargo	Instituto de Educação e Psicologia - IEP Uminho - Portugal (2014)	Professor titular aposentada UFLA	Grupo de Pesquisa Relações entre Filosofia e Educação para a Sexualidade na contemporaneidade: a problemática da Formação Docente	Não consta	22/12/2021
<b>Maria Eulina Pessoa de Carvalho</b>	Pedagogia UFPB (1978)	Psicologia educacional UNICAMP (1989)	Sérgio Vasconcelos de Luna	Currículo, Ensino e Política Educacional pela Michigan State University, USA (1997)	David F. Labaree	Universidade de Valência-Espanha UV (2011)	Professora titular UFPB	Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D	11/08/2022
<b>Constantina Xavier Filha</b>	Pedagogia FUCMT (1990)	Educação UFMS (1998)	Denice Barbara Catani.	Educação FEUSP (2005)/Doutorado com período sanduíche em Universidade de Lisboa (2003)	Denice Barbara Catani/ António Nóvoa	UNICAMP (2014-2015) e UNIRIO (2020)	Professora titular UFMS	GEERGE, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades, Educação e Gênero - GEPSEX	Não consta	03/05/2022
<b>Maria Rita de Assis César</b>	Ciências Biológicas PUCAMPINAS (1988)	Educação UNICAMP (1998)	Ana Maria Faccioli Camargo.	Educação UNICAMP (2004)/Período sanduíche em Universidade de Barcelona (2002-2003)	Ana Maria Faccioli Camargo	Universidade Paris EST Creteil Voil do Marnie UPEC França (2012)	Professora titular UFPR	Não consta	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2	14/07/2022
<b>Fernando Seffner</b>	Geologia UFRGS (1981) e História UFRGS (1987)	Sociologia UFRGS (1995)	Maria Assunta Campilongo.	Educação UFRGS (2003)	Guacira Lopes Louro	Columbia University (2016)	Professor titular UFRGS	LISTHE Laboratório de Ensino de História e Educação/NEPAIDS Núcleo de Estudos e Pesquisas em AIDS USP/NEED Núcleo de Estudos em Educação Democrática da UFF	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2	10/10/2022
<b>Elenita Pinheiro de</b>	Licenciatura em ciências (1986) e	Educação UFBA (2002)	Paul Robert M. George	Educação UFU (2010)	Graça Aparecida	Não consta	Professor associada 2 UFU	Não consta	Não consta	22/12/2021

<b>Queiroz Silva</b>	Licenciatura Plena em Ciências - Biologia UEFS (1987)		Healey		Cicillini.					
<b>Eliane Rose Maio</b>	Psicologia UEM (1984)	Psicologia UNESP (2002)	Elisabeth Gelli Yaslle	Educação Escolar UNESP (2008)	Paulo Rennes Marçal Ribeiro.	UNESP (2011)	Professora da UEM	É líder do Núcleo de Pesquisa e Estudo em Diversidade Sexual - NUDISEX/CNPQ	Não consta	18/10/2022
<b>Ana Maria Faccioli de Camargo</b>	Pedagogia UNESP (1966)	Educação UNICAMP (1984)	Janice Theodoro da Silva	Educação UNICAMP (1991)	Janice Theodoro da Silva	Não consta	Professora aposentada UNICAMP	Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sexualidade Humana da Universidade Estadual de Campinas	Não consta	18/11/2015
<b>Dagmar Elisabeth Estermann Meyer</b>	Enfermagem PUCSP (1979)	Educação UFRGS (1991)	Guacira Lopes Louro.	Educação UFRGS (1999) com Doutorado em sanduíche no exterior. Universität Bielefeld, UB, Alemanha (1996-1997)	Dra Guacira Lopes Louro	USP (2005)	Professora aposentada UFRGS	Foi integrante-fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE, de 1990 a 2019)	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (2001 a 2018, nível 2 a 1B)	26/09/2022
<b>Mary Neide Damico Figueiró</b>	Psicologia UEL (1979)	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano USP (1995)	Maria Amélia Azevedo.	Educação UNESP (2001)	Celestino Alves da Silva Júnior.	Não consta	Professora aposentada UEL	Grupo de Pesquisa EDUSEX CNPq/UDESC /Núcleo de Estudos da Sexualidade (NUSEX) UNESP de Araraquara	Não consta	21/09/2022
<b>Jane Felipe de Souza</b>	Psicologia UFRJ (1985)	Educação UFF (1991)	Estela dos Santos Abreu	Educação UFRGS (2000)	Guacira Lopes Louro.	Pós-Doutorado. Universitat de Barcelona, UB, Espanha.	Professora titular aposentada UFRGS	GEERGE - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero/ GEIN - Grupo de Estudos em Educação Infantil e Infâncias/NUDES - Núcleo de Estudos Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades - da UERJ/FEBF	Não consta	23/09/2022
<b>Luís Henrique Sacchi dos Santos</b>	Ciências Biológicas PUCRS (1992)	Educação UFRGS (1998)	Maria Lúcia Castagna Wortmann.	Educação UFRGS (2002) com período sanduíche em University of Toronto (Orientador: Denise Maria Gastaldo) (2001)	Maria Lúcia Castagna Wortmann.	Pós-Doutorado. King's College London - Department of Social Sciences, Health & Medicine, KCL - DSSHM, Grã-Bretanha.	Professor associado UFRGS	NECCSO/Grupo de pesquisa Formação, ética e pesquisa em Educação	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2	19/09/2022
<b>Anderson Ferrari</b>	Licenciatura e Bacharelado Em História pela UERJ (1991 - 1994)	Educação UFJF (2000)	Paulo Roberto Curvelo Lopes.	Educação UNICAMP (2005)	Joaquim Brasil Fontes Junior	Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona (2010)	Professor permanente UFJF	Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sexualidade Humana - GEISH/Grupo de Estudos e Pesquisas em	Não consta	06/12/2022

								Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade GESED		
<b>Adla Betsaida Martins Teixeira</b>	Pedagogia pelo Instituto de Educação de Minas Gerais (1990)	International And Comparative Education - University of London (1994)	Martin McLean.	Culture Communication And Societies - University of London (1998)	Diana Leonard and Dr Martin MacLean.	Stanford University, Georgia State University, GSU, EUA (2017)/ University of Leeds, Inglaterra (08 - 09).	Professora associada UFMG	GSS (Grupo de Estudos sobre Gênero, Sexualidade e Sexo em Educação/Faculdade de Educação - UFMG)	Não consta	24/11/2022
<b>Elizabete Franco Cruz</b>	Psicologia (1987)	Psicologia (Psicologia Social) PUC/SP (1996)	Fúlvia Rosemberg.	Educação (2005)	Ana Maria Faccioli de Camargo	Não consta	EACH USP	Não consta	Não consta	07/11/2022
<b>Maria Simone Vione Schwengber</b>	Educação Física UNICRUZ (2004)	Educação Nas Ciências UNIJUÍ (1997)	Valeska Fortes de Oliveira.	Educação UFRGS (2006)	Dagmar Elisabeth Estermann Meyer	Não consta	Professora UNIJUÍ	Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq) (desde 2003) e do grupo do Grupo de Estudo e Pesquisa Paidotibus em (Ijuí-CNPq) (2010)	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2	06/12/2022
<b>Ila Maria Silva de Souza</b>	Estudos Sociais e Filosofia UEC (1984)	Educação UFC (1996)	André Haguette	Filosofia - Universidade Santiago de Compostela - Espanha (2007)	Adalberto D. de Carvalho e Luis R. Camarero	Não consta	Professora associada e pesquisadora do IF/Bahia.	Grupo de Pesquisa em Educação Científica e Tecnológica - GPET do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.	Não consta	09/04/2021
<b>Ana Elvira Steinbach Silva Raposo</b>	Letras (Português e Inglês) pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB (1988)	Educação/PUC-Rio (1999)	Sonia Kramer.	Doutorado em Saúde Coletiva/Ciências Humanas e Saúde pelo IMS/UERJ (2004).	Maria Andréa Rios Loyola.	Posdoctoral Scholar na University of California Los Angeles (UCLA), Graduate School of Education and Information Studies (GSEIS)	professora associada aposentada da UFPB (2018)	Grupo de Estudos Transdisciplinares em Educação e Saúde	Não consta	15/04/2020
<b>Edvaldo Souza Couto</b>	Graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Nelson Brissac Peixoto.	Doutorado em Educação (UNICAMP)	Vani Moreira Kenski	Pós-doutoramento em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Professor Titular na Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Grupo de Pesquisa Educação, Redes Sociotécnicas e Culturas Digitais e um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias.	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2	12/11/2022
<b>Márcia Ondina Vieira Ferreira</b>	Graduada em Filosofia (Licenciatura e Bacharelado - 1983)	Educação (1987) pela Universidade Federal do Rio Grande Sul	Tomaz Tadeu da Silva.	Sociologia na Universidade Complutense de Madri (Espanha, 1992)/Doutora em Sociologia pela Universidade de Salamanca (Espanha, 1997)	Mariano Fernández Enguita.	Estágio pós-doutoral na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales/Argentina (FLACSO)	Professora aposentada UFRGS/Professora permanente credenciada PPGE/UFPel	Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente, criado em 1999	Não consta	01/12/2022

<b>Rosângela Soares</b>	Graduada em Psicologia e em Licenciatura em Psicologia (1983/1989)	Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992)	Guacira Lopes Louro	Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005)	Guacira Lopes Louro	Não consta	Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE-UFRGS)	Não consta	21/09/2020
<b>Neil Franco Pereira de Almeida</b>	Licenciatura Plena em Educação Física (1994)	Mestrado (2009) UFU	Maria Veranilda Soares Mota	Educação (2014) UFU	Graça Aparecida Cicillini	Não consta	Professor adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Grupo de Estudos e Pesquisa Corporeidades[s], Culturas e Diferença (GPCD).	Não consta	28/09/2022
<b>Roney Polato de Castro</b>	Licenciatura em Ciências Biológicas UFJF (2004)	Educação pela UFJF (2008)	Anderson Ferrari.	Educação pela UFJF (2014)	Anderson Ferrari.	Não consta	Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFJF	Núcleo de Educação e Diversidade (UFJF)/Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (GESED)	Não consta	01/12/2022
<b>Sandra dos Santos Andrade</b>	Pedagogia pela UFRGS (1998)	Educação UFRGS (2002)	Dagmar Estermann Meyer.	Educação UFRGS (2008)	Dagmar Estermann Meyer.	UFRGS	Professora Associada UFRGS	Integrante do Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero (GEERGE).	Não consta	01/12/2022
<b>Carin Klein</b>	Pedagogia pela Universidade La Salle (1990)	Educação 2003 UFRGS	Dagmar Estermann Meyer.	Educação (2010) UFRGS	Dagmar Estermann Meyer.	Não consta	Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da ULBRA	Integrante do Grupo de Estudos de Educação, Sexualidade e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS)	Não consta	27/11/2022
<b>Maria Cláudia Dal'igna</b>	Pedagoga pela Unisinos (2001)	Educação UFRGS (2005)	Dagmar Estermann Meyer.	Educação UFRGS (2011)	Dagmar Estermann Meyer.	Não consta	Professora Unisinos	Lola - Grupo de Pesquisa em Trabalho Docente, Gênero e Sexualidade (Unisinos)	Não consta	31/10/2022
<b>Paula Regina Costa Ribeiro</b>	Graduação em Ciências Licenciatura Plena em Biologia pela FURG (1985)	Mestrado em Biociências pela PUCRS (1991)	Cecília Volkmer Ribeiro	Ciências Biológicas pela UFRGS (2002)	Diogo Onofre Souza.	Em 2015, realizou pós-doutorado na Escola Superior de Educação de Coimbra/Instituto Politécnico de Coimbra com a Professora Doutora Maria Filomena Rodrigues Teixeira.	Professora Titular do Instituto Federal de Educação-RS e do Programa de Pós-Graduação: Educação em Ciências da FURG	Não consta	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1C	08/11/2022
<b>Jeane Félix da Silva</b>	Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (2002)	mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2005)	Maria Eulina Pessoa de Carvalho	Educação UFRGS (2012)	Dagmar Estermann Meyer.	pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013-2015).	Professor CEDU/UFAL e do PPGE/CE/UFPB	Não consta	Não consta	28/11/2022
<b>Priscila Gomes Dornelles Avelino</b>	Educação Física pela UFRGS (2003)	Educação UFRGS (2007)	Fernando Seffner.	Educação UFRGS (2013)	Dagmar Estermann Meyer.	Universidade Federal da Bahia, UFBA (2022)	É professora do curso de Educação Física e vinculada ao Mestrado Profissional em	GEPEFE/UFRB (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Formação de Professores e Educação Física)/Núcleo CAPITU/UFRB (Gênero,	Não consta	20/11/2022

							Educação do Campo do Centro de Formação de Professores da UFRB	Diversidade e Sexualidade)		
<b>Fernando Altair Pocha</b>	Psicologia UNISINOS (2001)	Psicologia Social e Institucional (UFRGS) (2006)	Henrique Caetano Nardi.	Educação UFRGS (2011)	Guacira Lopes Louro.	Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2012)	Professor Associado da UERJ/ Faculdade de Educação/Na mesma IES é docente do quadro permanente do ProPEd e do PPGPS	GENI - Estudos de Gênero e Sexualidade/fez parte do GEERGE	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2	21/10/2022
<b>Cláudia Pereira Vianna</b>	Serviço social UNAERP (1989)	Educação PUC São Paulo (1992)	Marília Pontes Sposito.	Educação USP (1999)	Marília Pontes Sposito.	2009 - Pós-Doutorado/Universidade Autónoma de Madrid, UAM, Espanha.	Professora SÊNIOR USP	Grupo de Estudos de Gênero Educação e Cultura Sexual (EdGES)	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D	05/10/2022
<b>Dayana Bruneto Carlin dos Santos</b>	Ciências - Habilitação plena em Biologia - FACEPAL (1998)	Mestrado em Educação - PPGE - Universidade Federal do Paraná - UFPR (2010)	Maria Rita de Assis César	Educação UFPR 2017	Maria Rita de Assis César	Pós-doutora em Educação pela UFPR (2021)	Professora de Didática do DTPEn UFPR. Professora do PPGE UFPR	Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividades na Educação (LABIN/UFPR). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero (NEG/UFPR)	Não consta	14/11/2022
<b>Tiago Duque</b>	Bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais (2003) e bachar. em Ciências Religiosas (1999) PUC Campinas	Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2009)	Richard Miskolci	Ciências Sociais UNICAMP (2013)	Karla Adriana Martins Bessa	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. 2020	Professor da FACH - UFMS (Campo Grande) e do Mestrado em Educação (Pantanal - Corumbá).	Não consta	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2	05/12/2022
<b>Juliana Ribeiro de Vargas</b>	Pedagogia UFRGS (2004) e Educação Física UNISINOS (2012)	Educação 2008 (PPGEDU/UFRGS)	Maria Luisa Merino de Freitas Xavier.	Educação 2015 (PPGEDU/UFRGS)	Maria Luisa Merino de Freitas Xavier.	Educação 2020 FURG	Docente (UFRGS)	Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE/FURG)/Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS)/ Grupo de Estudos e Pesquisa em Juventudes e Educação (GEPEJE/IFSul)/Grupo de Pesquisa Cultura e Educação (GPCE/ULBRA).	Não consta	06/12/2022
<b>Joanalira Corpes Magalhães</b>	Ciências Biológicas- Licenciatura e Bacharelado na	Educação em Ciências pela UFRGS (2009)	Paula Regina Costa Ribeiro	Educação em Ciências, pelo PPG Educação em Ciências:	Paula Regina Costa Ribeiro	Pós-doutorado em Educação na UFRGS (2017)	Professora Associada do Instituto de Educação - FURG	Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE)/Grupo de Investigación en	Não consta	02/12/2022

	FURG (2006)			Química da Vida e Saúde - FURG, UFRGS E UFSM (2012)				Educación y Sociedad - GIES		
<b>Márcio Caetano</b>	História Licenciatura UERJ (1999)	Educação UFF (2005)	Mary Rangel	Educação UFF (2011)	Regina Leite Garcia	Educação UERJ 2020	Professor Associado II UFPEL	Grupo de Pesquisa Políticas dos corpos, Cotidianos e Currículos (POC's-UFPEl)	Não consta	10/10/2022
<b>Alfrâncio Ferreira Dias</b>	Pedagogia Univ. Vale do Acaraú (2004)	Educação Universidade da Madeira, UMA, Portugal. 2008	Robson Luiz de França	Sociologia UFS (2013)	Maria Helena Santana Cruz.	University of Warwick, UK (2018).	Professor Adjunto IV do DED/UFS	ConQuer - Grupo de estudos e pesquisas queer e outras epistemologias feministas	Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq - N 2	26/11/2022
<b>Gregory da Silva Balthazar</b>	História (Bacharelado e Licenciatura) PUCRS (2010)	História UFPR 2013	Renata Senna Garraffoni.	Educação UFRGS (2018)	Fabiana de Amorim Marcello.	Não consta	Professor titular da Universidade Tiradentes	Núcleo Diadorim de Estudos de Gênero (PPED/UNIT) e do Laboratório de Pesquisa e Estudos de Gênero (UNIOESTE)	Não consta	06/08/2022
<b>Leandro Teofilo de Brito</b>	Educação Física UFRJ (2006)	Educação UFRJ - 2013	Mônica Pereira dos Santos.	Educação UERJ (2018)	Miriam Soares Leite.	UERJ 2021	Professor Adjunto da UFRJ	Grupo de estudos sobre Diferença e Desigualdade na Educação Escolar da Juventude (DDEEJ)	Não consta	04/12/2022
<b>Márcio de Oliveira</b>	Pedagogia 2010 UEM	Educação UEM 2013	Eliane Rose Maio	Educação 2017 (PPE/UEM)	Eliane Rose Maio	Não consta	Professor Adjunto UFAM	NUDISEX - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual.	Não consta	28/10/2022
<b>Catharina da Cunha Silveira</b>	Pedagogia UFRGS (2011)	Educação 2014 UFRGS	Dagmar Elisabeth Estermann Meyer.	Educação 2019 UFRGS	Dagmar Elisabeth Estermann Meyer.	UNISINOS, sob supervisão da Profa. Dra. Maria Cláudia Dal'Igna	Professora da Secretaria Municipal Educação de Porto Alegre	Lola - Grupo Interstitucional de Estudos sobre trabalho docente, gênero e sexualidade/GEERGE	Não consta	29/10/2022
<b>Renata Porcher Scherer</b>	Pedagogia 2019 UFRGS/Educação Física (2007) UNISINOS	Educação UNISINOS 2015	Maria Cláudia Dal'Igna.	Educação UNISINOS 2019	Maria Cláudia Dal'Igna.	Não consta	Professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no IF-Sul-rio-grandense-	Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Docências, Pedagogias e Diferenças (GIPEDI)/ Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Profissional e Tecnológica (GEPEPT)	Não consta	01/12/2022
<b>Paulo Melgaço da Silva UNIRIO</b>	Desenho e Plástica pela Escola de Artes Plástica da FUMA (1989)	Educação pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF/UERJ (2008)	Antonio Flavio Barbosa Moreira.	Educação pela UFRJ (2014)	Ana Canen	Educação pela UFRJ (2018)	Professor e vice diretor na Escola Estadual de Dança Maria Olenewa (Theatro Municipal do Rio de Janeiro); Professor de Arte na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias,	Não consta	Não consta	30/11/2022

							Professor Redator no processo de Reestruturação Curricular de Duque de Caxias; Professor Colaborador no PPGEAC -UNIRIO			
<b>Sandro Prado Santos</b>	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas (2005)	Educação UFU (2008)	Ana Maria de Oliveira Cunha	Educação UFU (2018)	Elenita Pinheiro de Queiroz Silva	Educação PPGED/FACED/UFU 2020-2021	professor Adjunto do Instituto de Biologia (INBIO) da UFU e do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Matemática (PPGECM) - Mestrado Profissional - UFU	Não consta	Não consta	08/11/2022
<b>Lucélia de Moraes Braga Bassalo</b>	Graduação em Pedagogia UNESPA (1988)	Educação UFC (1999)	Maria Juraci Maia Cavalcante.	Educação UnB 2012	Wivian weller.	UFRN 2021	Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará - UEPA.	coordenadora do JEDS - Grupo de Pesquisa sobre Juventude, Educação e Sociabilidades, sediado na UEPA e membro do GERAJU - Grupo de Pesquisa sobre Gerações e Juventude, sediado na FE/UnB	Não consta	12/10/2022
<b>Marco Antonio Torres</b>	Psicologia UFMG (1999)	Psicologia UFMG (2005)	Marco Aurélio Máximo Prado	doutorado (2012) em Psicologia pela UFMG	Marco Aurélio Máximo Prado	UFMG 2020	Professor UFOP	Não consta	Não consta	05/10/2022

## Apêndice 4

### Outras atividades: Minicursos, Trabalho Encomendado, Sessões Especiais, Sessões Conversa/Intercâmbio.

<b>Minicurso</b>			
<b>Ano</b>	<b>GT</b>	<b>Tema</b>	<b>Responsável</b>
<b>2006</b>	23	Natureza, Cultura e as Relações de Gênero: uma proposta de formação feminista	Tânia Mara Cruz (UNISUL)
<b>2007</b>	23	Lendo as relações de gênero e intervindo nas práticas culturais e educativas para construir a equidade de gênero	Maria Eulina Pessoa Carvalho (UFPB)
<b>2008</b>	23	Gênero, ciência e tecnologia: desconstruindo desigualdades na escola	- Marília Gomes de Carvalho (CEFET-PR) - Lindamir Salet Casagrande (UTFPR) - Nanci Stanck Silva (CEFET-PR)
<b>2009</b>	23	Homossexualidades e escola	Anderson Ferrari (UFJF)
<b>2010</b>	23	Homens de verdade: corpo, futebol e masculinidades na cibercultura	Edvaldo Souza Couto (FACED/UFBA)
<b>2011</b>	7	Educação Infantil: o debate sobre diversidade e diferença na educação da infância	Anete Abramowicz (UFSCar) Tatiane Cosentino Rodrigues (UFSCar)
<b>2011</b>	23	Entre filmes, músicas, revistas... Discutindo corpos, gêneros e sexualidades nos diferentes artefatos culturais	Paula Regina Costa Ribeiro (FURG)
<b>2012</b>	23	Foucault e a Ética: a constituição de si	Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo (UNICAMP)
<b>2015</b>	23	Cancelado	
<b>2017</b>	23	Proposições educacionais em gênero-sexualidade e pluralismo democrático: desafios teóricos e políticos contemporâneos no contexto brasileiro	Fernando Seffner (UFRGS)
<b>2019</b>	23	Gênero e educação sob ataque Participantes:	Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (UFU)
<b>2021</b>	23	Desafios do transfeminismo para a docência	Eliane Rose Maio – UEM Adriana Costa de Souza - SEDUC/RS Dan Kaio Souza Lemos –

			IBRAT e consultor do Instituto Internacional Raça, Equidade e Direitos Humanos da América Latina Megg Rayara Gomes de Oliveira – UFPR Letícia Carolina Pereira do Nascimento – UFPI
<b>2021</b>	Comissão de Diversidade, Acessibilidade e Ações Afirmativas	Ações Afirmativas e Diversidade como compromisso humano	

<b>Trabalhos encomendados</b>			
<b>Ano</b>	<b>GT</b>	<b>Tema</b>	<b>Responsável</b>
<b>2006</b>	23	Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas	Guacira Lopes Louro (UFRGS)
<b>2008</b>	23	Construção e desconstrução de gênero no cotidiano da educação infantil: alguns achados de pesquisa	Maria Eulina Pessoa de Carvalho (UFPA)
<b>2009</b>	23	Políticas do pós-humano: as interfaces dos corpos, das sexualidades e das tecnologias digitais	Edvaldo Souza Couto (UFBA)
<b>2012</b>	07	Relação entre Estado e Movimentos Sociais na Produção de Políticas de Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual	Cláudia Pereira Vianna (USP) Coordenação: Maria Antônia de Souza (UTP/UEPG)
<b>2012</b>	23	Pesquisas sobre violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes e as práticas de pedofilização na contemporaneidade: uma questão de gênero?	Jane Felipe de Souza (UFRGS) Coordenação: Constantina Xavier Filha (UFMS)
<b>2013</b>	23	Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de produção do GT 23	Cláudia Maria Ribeiro (UFLA) Constantina Xavier Filha (UFMS) Coordenação: Maria Rita de Assis César (UFPR)
<b>2015</b>	23	Diversidade sexual e diversidade religiosa: desafios da abordagem na educação, a experiência de um projeto de extensão no Ceará	Marcelo Tavares Natividade (USP)
<b>2017</b>	02	Igualdade e Diferença - uma discussão conceitual ao contraponto das desigualdades	José Costa D'Assunção Barros (UFRRJ)
<b>2017</b>	23	A ideologia de gênero e seus desdobramentos na educação brasileira	Rogério Diniz Junqueira (INEP)
<b>2017</b>	09	Gênero, patriarcado, trabalho e classe	Helena Hirata (Cresppa-GTM/CNRS)
<b>2019</b>	23	Gênero, Sexualidade e Educação no	Eliane Rose Maio (UEM)

GT23 da ANPEd: narrativas de  
organização, resistência e desafios

Cláudia Vianna (USP)  
Paula Regina C. Ribeiro  
(FURG)  
Cláudia Maria Ribeiro (UFLA)  
Maria Eulina P. de Carvalho  
(UFPB)  
Dagmar Elisabeth Estermann  
Meyer (UFRGS)  
Flávia Biroli (UnB)

<b>2021</b>	23	Gênero, neoconservadorismo e democracia	Flávia Biroli (UnB)
-------------	----	---	---------------------

### Sessões especiais

Ano	GTs	Tema	Responsável	Coordenação
<b>2006</b>	08-06-12-14-16-22-23	Currículos e desconstrução da subalternidade: gênero, meio ambiente e emancipação social	- Jane Felipe de Souza (UFRGS); - Marta M. C. Almeida Pernambuco (UFRN); - Nadir Esperança Azibei (UDESC)	Antônio Carlos Rodrigues Amorim (UNICAMP)
<b>2007</b>	GT 23	Infância e juventude: gênero e sexualidade na educação	Debbie Epstein (Universidade de Cardiff, Reino Unido) Anete Abramowicz (UFSCar).	Não consta
<b>2007</b>	O GT 23 integrou a coordenação o com outros GT's, que não são citados.	Compromisso social na pesquisa em educação: gênero, meio ambiente e etnia	Jane Felipe (UFRGS)	Não consta
<b>2008</b>		Cultura visual, gênero, educação e arte	Constantina Xavier Filha (UFMS) Luciana Gruppelli Loponte (UFRGS) Susana Rangel Vieira da Cunha (UFRGS)	Rosália Duarte (PUC-Rio)
<b>2009</b>		Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidades: configurando possibilidades para as políticas educacionais	Sandra Unbehaum (FCC) Daniel Munduruku (UnB) Nilma Lino Gomes (UFMG e ABPN)	Claudia Maria Ribeiro (UFLA)
<b>2009</b>		Educação e subalternidades contemporâneas: novas configurações?	Marcos Antonio dos Santos Reigota (UNISO) Dagmar Elisabeth Estermann Meyer (UFRGS) Reinaldo Matias Fleuri	Martha Tristão (UFES)

			(UFSC)	
2010	GT03, GT 23, GT21	Movimentos Sociais, diversidades e políticas educativas	Miguel Arroyo (UFMG), Alecsandro Ratts (UFG). Ausência justificada: Jane Felipe (UFRGS)	
2010	GT21, GT23	Políticas afirmativas, gênero, raça/etnia e Direitos Humanos: um balanço de resultados no Brasil	Valter Roberto Silvério (UFsCar). Sueli Carneiro (GELEDES), Marlise Mato (UFMG).	
2011		Formação de professores, educação infantil, relações étnico-raciais e de gênero: desafios e perspectivas	Anderson Ferrari (UFJF) Petronilha Silva (UFSCar) Lucimar Rosa Dias (USP)	Leny Rodrigues Teixeira (UCG) ou Edna Castro de Oliveira (UFES) <sup>135</sup>
2011		Direitos Humanos, sujeitos e movimentos sociais: educação do campo, quilombolas, ambiental e relações de gênero	Maria do Rosário (Ministra – Direitos Humanos) Miguel Gonzales Arroyo (UFMG) Michele São (UFMT)	Reinaldo Matias Fleury (UFSC)
2013	Subárea 2 <sup>136</sup> (Apoio do GT 23 segundo relatório)	Educação popular: memórias presentes para a construção da sustentabilidade socioambiental	Marilena Loureiro da Silva (UFPA) Carlos Frederico Bernardo Loureiro (UFRJ) Selvino Heck (Secretaria de Articulação Social da Presidência da República)	José Pereira Peixoto Filho (UEMG)
2013	21, 22 e 23	Movimentos Sociais, políticas públicas e o reconhecimento do direito à diversidade/diferença.	Graciela Alonso (Universidad Nacional del Comahue, Argentina) Tatiana Lionço (UniCEUB) Alecsandro José Prudêncio Ratts (UFG)	Marco Antonio Leandro Barzano (UEFS)
2015	Subárea 2	Educação popular e EJA: ações plurais, sujeitos singulares	Miguel Gonzalez Arroyo (UFMG) Maria Teresa Esteban (UFF) Elionaldo Fernandes Julião – UFF	Maria Emília de Castro Rodrigues (UFG)

135 Há divergência entre o nome da coordenadora no *site* e no relatório de atividades.

136 GT's 03, 06, 18, 21, 22 e 23.

<b>2015</b>	Subárea 2 (GTs 03, 06, 18, 21, 22, 23)	Interculturalidade: gênero, raça, culturas indígenas e sexualidades	Kassandra da Silva Muniz (UFOP) Dora Lilia Marin-Diaz – (Universidad Pedagógica Nacional de Bogotá, Colômbia)	Constantina Xavier Filha (UFMS)
<b>2015</b>	Subárea 2 (GTs 03, 06, 18, 21, 22, 23)	Novos ativismos: características, desafios e tendências. Um balanço de junho/2013 a outubro/2015	Janice Tirelli Ponte de Sousa (UFSC) Ana Lucia de Godoy Pinheiro (UNICAMP)	Ana Karina Brenner (UERJ)
<b>2017</b>	Subárea 2 (GTs 03,06,18,21 ,22,23)	As políticas da diversidade e enfrentamento das desigualdades (Gênero e relações étnico- raciais)	Edla Eggert (PUC-RS) Fernando Altair Pocahy (UERJ) Denise Maria Botelho (UFRPE)	Maria Rita de Assis César
<b>2019</b>	Subárea 2 (GTs 03,06,18,21 ,22,23)	Interseccionalidad e e Educação: desafios teóricos e metodológicos	Patricia Hill Collins (EUA/Universidade de Maryland) Helena Hirata (Brasil/ França – USP/ Paris 8) Marília Pinto de Carvalho (USP)	Maria Carla Corrochano (UFSCar)
<b>2019</b>	Subárea 2 (GTs 03,06,18,21 ,22,23)	Infâncias, Juventudes, Velhices: olhares interseccionais em Educação	Anete Abramowicz (USP) Fernando Altair Pocahy (UERJ) Paulo César Rodrigues Carrano (UFF)	Eliane Ribeiro Andrade (UNIRIO)
<b>2019</b>	Subárea 2 (GTs 03,06,18,21 ,22,23)	Pedagogias e Pesquisas na perspectiva De(s)colonial	Vera Candau (PUC-Rio) Nilma Lino Gomes (UFMG) Joaze Bernardino Costa (UNB)	Eugênia Portela de Siqueira Marques (UFGD)
<b>2021</b>	GT's 07, 12, 21, 23	Interseccionalidad e: categoria teórica e estratégia política na pesquisa em educação	Edson Kayapó (IFT/BA); Gustavo Oliveira (UFPE); Thiago Ranniery (UFRJ).	Eugênia Portela (UFMS)
	GTs: 02, 06,12, 18, 21 e 23	Epistemologias decoloniais	Célia Xakriabá (PPGAn/UFMG); Megg Rayara Gomes de Oliveira (UFPR); João Colares da Mota Neto (UEPA).	Alik Wunder (UNICAMP)

<b>Intercâmbio/Sessão conversa</b>				
<b>Ano</b>	<b>GT</b>	<b>Tema</b>	<b>Condução</b>	<b>Coordenação</b>
<b>2006</b>	23	Gênero e sexualidade nas políticas de formação de educadores e educadoras	Cláudia Maria Ribeiro (UFLA); Francisco Potiguara Cavalcanti Júnior (MEC-Saúde e Prevenção nas Escolas)	
<b>2009</b>		Multiculturalismo, interculturalidade e diversidade: novas possibilidades	Regina Maria Leite Garcia (UFF) Reinaldo Matias Fleuri (UFSC) Jorge Teles (SECAD)	Antônio Flavio Barbosa Moreira (UCP)
<b>2013</b>	07, 21, 23	Vida e significado da participação política e da produção de Fúlvia Rosemberg para a pesquisa e os movimentos sociais brasileiros	Maria Machado Malta Campos (FCC) Maria Aparecida Silva Bento (CEERT) Cláudia Pereira Viana (FEUSP) Rita de Cássia de Freitas Coelho – (COEDI/MEC) Amélia Cristina Abreu Artes (FCC) Maria Margarida Machado (UFG, ANPEd) Convidados Especiais: Júlia Rosemberg e Familiares	Bernadete A. Gatti (FCC) Elizeu Clementino de Souza (UNEB, ANPEd)
<b>2021</b>		Amici Curiae/Atuação articulada para barrar o conservadorismo <sup>137</sup>	Salomão Barros Ximenes (UFABC) Rafael dos Santos Kirchhoff (Advogado, mestrando em Direitos Humanos e Democracia pela UFPR, presidente da ANAJUDH) Mônica Kassar (UFMS)	Coordenação: Maria Luiza Sussekind (Unirio/ANPEd)  Mediação: Denise Carrera (Ação Educativa)

137 Link de acesso à atividade: <https://www.youtube.com/watch?v=Gvf6Lqagets>.

			Maria Margarida Machado (UFG) Leandro Madureira (ANDES)	
<b>2021</b>	Diversidade, Acessibilidade e Ações Afirmativas na Anped.	Link de acesso à atividade: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=GBCQBo5eZg">https://www.youtube.com/watch?v=GBCQBo5eZg</a>	Eugênia Portela (UFMS) Leonardo Lemos de Souza (UNESP) Décio Nascimento Guimarães (IFF)	Mediação: Wilma de Nazaré Baia Coelho (UFPA)
<b>2021</b>	Múltiplas violências contra mulheres plurais <sup>138</sup>		Linda Brasil (Vereadora Aracaju) Eliza Bartolozzi – (RedStrado) Maria Leão de Aquino Silveira (Doutoranda em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da UERJ) Eronilde de Souza Fermin – (Cacica Omagua/Kambeba) Suelaine Carneiro (GELEDES) Ligia Ziggiotti de Oliveira (Univ. Positivo, vice-presidenta da ANAJUDH-LGBTI)	Maria Luiza Sussekind – UNIRIO/ANPEd  Mediação: Ana Cristina Juvenal (UFSCar/GT21)

---

138 Link de acesso à atividade: [https://youtu.be/dHOfu\\_AURm0](https://youtu.be/dHOfu_AURm0).

## Apêndice 5

### Frequência da utilização de termos nas palavras-chave de trabalhos e pôsteres apresentados no GT 23 (2004-2021)

Palavra	Contagem	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
<b>gênero</b>	112	011	gênero, gêneros
<b>sexualidade</b>	66	006	sexual, sexualidade, sexualidades
<b>educação</b>	64	006	educação
<b>escola</b>	21	002	escola
<b>políticas</b>	15	001	política, políticas
<b>docente</b>	14	001	docente, docentes
<b>currículo</b>	13	001	currículo, currículos
<b>escolar</b>	13	001	escolar
<b>infantil</b>	13	001	infantil
<b>corpos</b>	12	001	corpo, corpos
<b>culturais</b>	12	001	cultura, culturais
<b>mulheres</b>	11	001	mulher, mulheres
<b>discursos</b>	10	001	discursiva, discursivas, discurso, discursos
<b>estudos</b>	10	001	estudos
<b>formação</b>	10	001	formação
<b>juventude</b>	10	001	juventude, juventudes
<b>professores</b>	10	001	professor, professora, professoras, professores
<b>queer</b>	10	001	queer
<b>pedagogia</b>	9	001	pedagogia, pedagogias
<b>diversidade</b>	8	001	diversidade
<b>feminismo</b>	8	001	feminismo, feminismos, feminista, feministas
<b>masculinidades</b>	8	001	masculinidade, masculinidades
<b>relações</b>	8	001	relações
<b>trabalho</b>	8	001	trabalho
<b>homossexualidade</b>	7	001	homossexual, homossexualidade
<b>identidade</b>	7	001	identidade, identidades
<b>práticas</b>	7	001	prática, práticas
<b>sociais</b>	7	001	sociais

<b>teoria</b>	7	001	teoria
<b>criança</b>	6	001	criança, crianças
<b>experiência</b>	6	001	experiência, experiências
<b>feminina</b>	6	001	feminina, femininas, feminino
<b>infância</b>	6	001	infância
<b>maternidade</b>	6	001	maternidade, maternidades
<b>públicas</b>	6	001	públicas, públicos
<b>ensino</b>	5	000	ensino
<b>heteronormatividade</b>	5	000	heteronormatividade
<b>homofobia</b>	5	000	homofobia
<b>ideologia</b>	5	000	ideologia
<b>jovens</b>	5	000	jovens
<b>livro</b>	5	000	livro, livros
<b>mídia</b>	5	000	mídia, mídias
<b>poder</b>	5	000	poder
<b>violência</b>	5	000	violência
<b>biologia</b>	4	000	biologia
<b>cartografias</b>	4	000	cartografia, cartografias
<b>ciência</b>	4	000	ciência, ciências
<b>dispositivo</b>	4	000	dispositivo
<b>família</b>	4	000	família
<b>governamentalidade</b>	4	000	governamentalidade
<b>história</b>	4	000	história, histórias
<b>literatura</b>	4	000	literatura
<b>moral</b>	4	000	moral
<b>narrativa</b>	4	000	narrativa, narrativas
<b>produção</b>	4	000	produção
<b>redes</b>	4	000	rede, redes
<b>representações</b>	4	000	representação, representações
<b>social</b>	4	000	social
<b>subjativação</b>	4	000	subjativação
<b>subjetividade</b>	4	000	subjetividade, subjetividades
<b>trans</b>	4	000	trans
<b>travestis</b>	4	000	travestis
<b>adolescente</b>	3	000	adolescência, adolescente
<b>adolescentes</b>	3	000	adolescentes
<b>anped</b>	3	000	anped
<b>biopolítica</b>	3	000	biopolítica
<b>científica</b>	3	000	científica
<b>decolonialidade</b>	3	000	decolonial, decolonialidade

<b>didático</b>	3	000	didático
<b>divisão</b>	3	000	divisão
<b>docência</b>	3	000	docência
<b>física</b>	3	000	física
<b>interseccionalidade</b>	3	000	interseccionalidade
<b>pedagógico</b>	3	000	pedagógica, pedagógico
<b>performatividade</b>	3	000	performatividade
<b>periferia</b>	3	000	periferia
<b>pesquisa</b>	3	000	pesquisa
<b>raça</b>	3	000	raça
<b>religiosa</b>	3	000	religiosa, religioso, religiosos
<b>superior</b>	3	000	superior
<b>transexuais</b>	3	000	transexuais
<b>transexualidade</b>	3	000	transexualidade
<b>acadêmica</b>	2	000	acadêmica, acadêmicas
<b>adultos</b>	2	000	adultos
<b>atitude</b>	2	000	atitude
<b>Brasil</b>	2	000	Brasil
<b>controle</b>	2	000	controle
<b>corporais</b>	2	000	corporais, corporeidades
<b>cotidiano</b>	2	000	cotidiano
<b>curriculares</b>	2	000	curriculares
<b>diferença</b>	2	000	diferença
<b>digitais</b>	2	000	digitais
<b>documentos</b>	2	000	documentos
<b>educacionais</b>	2	000	educacionais
<b>envelhecimento</b>	2	000	envelhecimento
<b>escolarização</b>	2	000	escolarização
<b>estudantes</b>	2	000	estudantes
<b>estudantil</b>	2	000	estudantil
<b>feminilidades</b>	2	000	feminilidades
<b>filosofia</b>	2	000	filosofia, filosofias
<b>fronteira</b>	2	000	fronteira
<b>futebol</b>	2	000	futebol
<b>governo</b>	2	000	governo
<b>gravidez</b>	2	000	gravidez
<b>grupo</b>	2	000	grupo, grupos
<b>habitus</b>	2	000	habitus
<b>homem</b>	2	000	homem, homo
<b>igualdade</b>	2	000	igualdade

<b>lazer</b>	2	000	lazer
<b>memória</b>	2	000	memória, memórias
<b>meninas</b>	2	000	meninas, meninos
<b>metodologia</b>	2	000	metodologia
<b>negras</b>	2	000	negras, negros
<b>norma</b>	2	000	norma, normas
<b>normalidade</b>	2	000	normalidade
<b>ocupação</b>	2	000	ocupação
<b>orientação</b>	2	000	orientação
<b>para</b>	2	000	para
<b>partido</b>	2	000	partido
<b>profissional</b>	2	000	profissional
<b>pânico</b>	2	000	pânico
<b>resistência</b>	2	000	resistência
<b>revisão</b>	2	000	revisão
<b>saúde</b>	2	000	saúde
<b>sexo</b>	2	000	sexo
<b>sexuais</b>	2	000	sexuais
<b>urbana</b>	2	000	urbana
<b>vida</b>	2	000	vida
<b>visão</b>	2	000	visão
<b>zona</b>	2	000	zona, zonas
<b>2014</b>	1	000	2014
<b>abuso</b>	1	000	abuso
<b>acosta</b>	1	000	acosta
<b>aids</b>	1	000	aids
<b>alfabetização</b>	1	000	alfabetização
<b>alteridade</b>	1	000	alteridade
<b>alunas</b>	1	000	alunas
<b>amazônia</b>	1	000	amazônia
<b>ambiente</b>	1	000	ambiente
<b>amizade</b>	1	000	amizade
<b>amor</b>	1	000	amor
<b>américa</b>	1	000	américa
<b>androcêntrica</b>	1	000	androcêntrica
<b>antônia</b>	1	000	antônia
<b>aprendizagem</b>	1	000	aprendizagem
<b>aprendizagens</b>	1	000	aprendizagens
<b>apropriações</b>	1	000	apropriações

<b>arpilleras</b>	1	000	arpilleras
<b>artefatos</b>	1	000	artefatos
<b>artesanato</b>	1	000	artesanato
<b>articulação</b>	1	000	articulação
<b>ativismos</b>	1	000	ativismos
<b>ativismo</b>	1	000	ativismo
<b>audiovisual</b>	1	000	audiovisual
<b>autobiográficas</b>	1	000	autobiográficas
<b>ação</b>	1	000	ação
<b>balé</b>	1	000	balé
<b>banheiros</b>	1	000	banheiros
<b>barbie</b>	1	000	barbie
<b>bibliográfica</b>	1	000	bibliográfica
<b>biopoder</b>	1	000	biopoder
<b>bissexuais</b>	1	000	bissexuais
<b>bordado</b>	1	000	bordado
<b>bourdieu</b>	1	000	bourdieu
<b>brincadeiras</b>	1	000	brincadeiras
<b>brincar</b>	1	000	brincar
<b>brinquedo</b>	1	000	brinquedo
<b>cartilhas</b>	1	000	cartilhas
<b>catálogo</b>	1	000	catálogo
<b>ciberculturais</b>	1	000	ciberculturais
<b>ciborgue</b>	1	000	ciborgue
<b>cidadania</b>	1	000	cidadania
<b>científica</b>	1	000	científica
<b>colonial</b>	1	000	colonial
<b>comportamento</b>	1	000	comportamento
<b>computação</b>	1	000	computação
<b>conbrace</b>	1	000	conbrace
<b>conhecimentos</b>	1	000	conhecimentos
<b>consangüinidade</b>	1	000	consangüinidade
<b>consumo</b>	1	000	consumo
<b>cristãos</b>	1	000	cristãos
<b>cudefacho</b>	1	000	cudefacho
<b>curso</b>	1	000	curso
<b>cínica</b>	1	000	cínica
<b>dança</b>	1	000	dança
<b>decente</b>	1	000	decente

<b>deficiência</b>	1	000	deficiência
<b>desempenho</b>	1	000	desempenho
<b>devir</b>	1	000	devir
<b>diagnóstico</b>	1	000	diagnóstico
<b>dilema</b>	1	000	dilema
<b>direito</b>	1	000	direito
<b>diretores</b>	1	000	diretores
<b>disciplinar</b>	1	000	disciplinar
<b>discriminação</b>	1	000	discriminação
<b>dissidências</b>	1	000	dissidências
<b>distância</b>	1	000	distância
<b>dobra</b>	1	000	dobra
<b>doméstico</b>	1	000	doméstico
<b>eleição</b>	1	000	eleição
<b>empoderamento</b>	1	000	empoderamento
<b>enunciado</b>	1	000	enunciado
<b>epistemologia</b>	1	000	epistemologia
<b>escalpelamento</b>	1	000	escalpelamento
<b>escolares</b>	1	000	escolares
<b>escolas</b>	1	000	escolas
<b>esportivas</b>	1	000	esportivas
<b>estado</b>	1	000	estado
<b>estratégias</b>	1	000	estratégias
<b>estruturalismo</b>	1	000	estruturalismo
<b>estética</b>	1	000	estética
<b>evasão</b>	1	000	evasão
<b>existência</b>	1	000	existência
<b>exploração</b>	1	000	exploração
<b>expulsão</b>	1	000	expulsão
<b>extremista</b>	1	000	extremista
<b>filiação</b>	1	000	filiação
<b>floresta</b>	1	000	floresta
<b>focal</b>	1	000	focal
<b>formal</b>	1	000	formal
<b>fotos</b>	1	000	fotos
<b>fracasso</b>	1	000	fracasso
<b>fundamentalista</b>	1	000	fundamentalista
<b>gays</b>	1	000	gays
<b>gentrificação</b>	1	000	gentrificação

<b>geração</b>	1	000	geração
<b>gestão</b>	1	000	gestão
<b>habilidades</b>	1	000	habilidades
<b>homoparentalidade</b>	1	000	homoparentalidade
<b>identitários</b>	1	000	identitários
<b>imagem</b>	1	000	imagem
<b>imprensa</b>	1	000	imprensa
<b>inclusão</b>	1	000	inclusão
<b>infantis</b>	1	000	infantis
<b>inicial</b>	1	000	inicial
<b>institucionalidade</b>	1	000	institucionalidade
<b>instituição</b>	1	000	instituição
<b>instituições</b>	1	000	instituições
<b>intelectual</b>	1	000	intelectual
<b>interculturalidade</b>	1	000	interculturalidade
<b>jogos</b>	1	000	jogos
<b>jornadas</b>	1	000	jornadas
<b>judicialização</b>	1	000	judicialização
<b>laico</b>	1	000	laico
<b>latina</b>	1	000	latina
<b>lgbt</b>	1	000	lgbt
<b>lgbtfobia</b>	1	000	lgbtfobia
<b>lésbicas</b>	1	000	lésbicas
<b>madresposas</b>	1	000	madresposas
<b>marcadores</b>	1	000	marcadores
<b>medicina</b>	1	000	medicina
<b>menor</b>	1	000	menor
<b>metodológica</b>	1	000	metodológica
<b>militarizadas</b>	1	000	militarizadas
<b>miriti</b>	1	000	miriti
<b>moratória</b>	1	000	moratória
<b>movimentos</b>	1	000	movimentos
<b>mundo</b>	1	000	mundo
<b>municipais</b>	1	000	municipais
<b>mães</b>	1	000	mães
<b>nacionais</b>	1	000	nacionais
<b>negação</b>	1	000	negação
<b>neoliberal</b>	1	000	neoliberal
<b>nome</b>	1	000	nome

norte	1	000	norte
nova	1	000	nova
nísia	1	000	nísia
núcleos	1	000	núcleos
organizacional	1	000	organizacional
orkut	1	000	orkut
palavras	1	000	palavras
parâmetros	1	000	parâmetros
pastoral	1	000	pastoral
paternidade	1	000	paternidade
patologia	1	000	patologia
patologização	1	000	patologização
percepções	1	000	percepções
performance	1	000	performance
perspectiva	1	000	perspectiva
pertencimento	1	000	pertencimento
peessoas	1	000	peessoas
pibid	1	000	pibid
pierre	1	000	pierre
planos	1	000	planos
plataforma	1	000	plataforma
plutarco	1	000	plutarco
pobreza	1	000	pobreza
posição	1	000	posição
preconceito	1	000	preconceito
prevenção	1	000	prevenção
princípios	1	000	princípios
processos	1	000	processos
profissionalizante	1	000	profissionalizante
profissionalização	1	000	profissionalização
programa	1	000	programa
pronasci	1	000	pronasci
prostituição	1	000	prostituição
psiquiatria	1	000	psiquiatria
pósestruturalista	1	000	pósestruturalista
questões	1	000	questões
quilombo	1	000	quilombo
radical	1	000	radical
rcnei	1	000	rcnei

<b>reconhecimento</b>	1	000	reconhecimento
<b>redor</b>	1	000	redor
<b>região</b>	1	000	região
<b>relacionais</b>	1	000	relacionais
<b>religião</b>	1	000	religião
<b>repressão</b>	1	000	repressão
<b>revelação</b>	1	000	revelação
<b>revolucionário</b>	1	000	revolucionário
<b>ritmos</b>	1	000	ritmos
<b>romântico</b>	1	000	romântico
<b>roteiros</b>	1	000	roteiros
<b>rurais</b>	1	000	rurais
<b>rural</b>	1	000	rural
<b>saberes</b>	1	000	saberes
<b>samper</b>	1	000	samper
<b>seriada</b>	1	000	seriada
<b>sexting</b>	1	000	sexting
<b>silêncio</b>	1	000	silêncio
<b>sindicalismo</b>	1	000	sindicalismo
<b>sinônimos</b>	1	000	sinônimos
<b>situação</b>	1	000	situação
<b>socialização</b>	1	000	socialização
<b>sociologia</b>	1	000	sociologia
<b>soledad</b>	1	000	soledad
<b>soropositividades</b>	1	000	soropositividades
<b>sujeito</b>	1	000	sujeito
<b>tecnologias</b>	1	000	tecnologias
<b>texto</b>	1	000	texto
<b>teórico</b>	1	000	teórico
<b>tinder</b>	1	000	tinder
<b>transfobia</b>	1	000	transfobia
<b>transgeneridade</b>	1	000	transgeneridade
<b>transgêneros</b>	1	000	transgêneros
<b>travestilidade</b>	1	000	travestilidade
<b>violentos</b>	1	000	violentos
<b>visual</b>	1	000	visual
<b>vivível</b>	1	000	vivível
<b>vulnerabilidade</b>	1	000	vulnerabilidade
<b>ódio</b>	1	000	ódio

## Apêndice 6

### Frequência da utilização de termos nas palavras-chave de trabalhos e pôsteres apresentados fora do GT 23 (2004-2021)

Palavra	Contagem	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
<b>educação</b>	37	006	educação, educadoras
<b>gênero</b>	30	005	gênero
<b>mulheres</b>	24	004	mulher, mulheres
<b>negras</b>	13	002	negra, negras, negro, negros
<b>ensino</b>	12	002	ensino
<b>popular</b>	10	002	popular, populares
<b>currículo</b>	9	001	currículo
<b>feminismo</b>	9	001	feminismo, feminismos, feminista, feministas
<b>infantil</b>	9	001	infantil
<b>saberes</b>	9	001	saber, saberes
<b>docentes</b>	8	001	docente, docentes
<b>trabalho</b>	8	001	trabalho, trabalhos
<b>cultura</b>	7	001	cultura, culturais, culturas
<b>escola</b>	7	001	escola
<b>experiência</b>	7	001	experiência, experiências
<b>masculinidade</b>	7	001	masculinidade, masculinidades
<b>pedagogia</b>	7	001	pedagogia, pedagogias
<b>professores</b>	7	001	professor, professoras, professores
<b>sexualidade</b>	7	001	sexual, sexualidade
<b>escolar</b>	6	001	escolar
<b>formação</b>	6	001	formação
<b>infância</b>	6	001	infância
<b>juventude</b>	6	001	juventude, juventudes
<b>sociais</b>	6	001	sociais
<b>crítica</b>	5	001	crítica
<b>história</b>	5	001	história, histórias
<b>identidades</b>	5	001	identidade, identidades

<b>jovens</b>	5	001	jovens
<b>pesquisa</b>	5	001	pesquisa
<b>raça</b>	5	001	raça, raciais
<b>relações</b>	5	001	relações
<b>superior</b>	5	001	superior
<b>artesanato</b>	4	001	artesanato
<b>diferença</b>	4	001	diferença, diferenças
<b>escolares</b>	4	001	escolares
<b>prática</b>	4	001	prática, práticas
<b>representações</b>	4	001	representação, representações
<b>trajetórias</b>	4	001	trajetória, trajetórias
<b>vida</b>	4	001	vida
<b>decolonial</b>	3	000	decolonial, decolonialidade
<b>desempenho</b>	3	000	desempenho
<b>diversidade</b>	3	000	diversidade
<b>diálogo</b>	3	000	diálogo
<b>feminino</b>	3	000	feminina, feminino
<b>jovem</b>	3	000	jovem
<b>movimentos</b>	3	000	movimento, movimentos
<b>processos</b>	3	000	processo, processos
<b>sentidos</b>	3	000	sentido, sentidos
<b>social</b>	3	000	social
<b>arte</b>	2	000	arte
<b>bebê</b>	2	000	bebê
<b>campo</b>	2	000	campo
<b>colonialidade</b>	2	000	colonialidade, colonialismo
<b>continuada</b>	2	000	continuada
<b>cotidiano</b>	2	000	cotidiano
<b>creche</b>	2	000	creche
<b>crianças</b>	2	000	crianças
<b>cultural</b>	2	000	cultural
<b>curricular</b>	2	000	curricular
<b>didática</b>	2	000	didática, didático
<b>discurso</b>	2	000	discurso
<b>docência</b>	2	000	docência
<b>empoderamento</b>	2	000	empoderamento
<b>escolarizador</b>	2	000	escolarização, escolarizador
<b>estudos</b>	2	000	estudos

familiar	2	000	familiar
família	2	000	família
fundamental	2	000	fundamental
geração	2	000	geração
grupos	2	000	grupos
infantis	2	000	infantis
intercultural	2	000	intercultural, interculturalidade
interseccionalidade	2	000	interseccionalidade
investigativa	2	000	investigações, investigativa
literatura	2	000	literatura
luta	2	000	luta
manuais	2	000	manuais
militância	2	000	militância
médio	2	000	médio
mídia	2	000	mídia, mídias
narrativas	2	000	narrativas
pedagógica	2	000	pedagógica, pedagógicos
pequenininhas	2	000	pequenininhas
política	2	000	política
proeja	2	000	proeja
revista	2	000	revista
rural	2	000	rural
sexo	2	000	sexo
socialização	2	000	socialização
teoria	2	000	teoria
étnico	2	000	étnico
acadêmica	1	000	acadêmica
acesso	1	000	acesso
adolescentes	1	000	adolescentes
adultas	1	000	adultas
agrícola	1	000	agrícola
alfabetizandas	1	000	alfabetizandas
alfabetização	1	000	alfabetização
alunas	1	000	alunas
amazônicas	1	000	amazônicas
ambiental	1	000	ambiental
analfabetismo	1	000	analfabetismo
anos	1	000	anos
análise	1	000	análise
artes	1	000	artes
artesãs	1	000	artesãs
atividade	1	000	atividade

<b>atuação</b>	1	000	atuação
<b>aula</b>	1	000	aula
<b>autoadvocacia</b>	1	000	autoadvocacia
<b>autobiografia</b>	1	000	autobiografia
<b>autodeclaração</b>	1	000	autodeclaração
<b>ação</b>	1	000	ação
<b>bncc</b>	1	000	bncc
<b>brancos</b>	1	000	brancos
<b>básica</b>	1	000	básica
<b>campesina</b>	1	000	campesina
<b>camponesas</b>	1	000	camponesas
<b>cebs</b>	1	000	cebs
<b>ciberativismo</b>	1	000	ciberativismo
<b>cinema</b>	1	000	cinema
<b>ciências</b>	1	000	ciências
<b>classe</b>	1	000	classe
<b>comercial</b>	1	000	comercial
<b>comunicação</b>	1	000	comunicação
<b>comunidade</b>	1	000	comunidade
<b>conceito</b>	1	000	conceito
<b>condição</b>	1	000	condição
<b>configuração</b>	1	000	configuração
<b>consciência</b>	1	000	consciência
<b>consumo</b>	1	000	consumo
<b>contemporânea</b>	1	000	contemporânea
<b>cooperativas</b>	1	000	cooperativas
<b>corpos</b>	1	000	corpos
<b>debate</b>	1	000	debate
<b>deficiência</b>	1	000	deficiência
<b>dialógico</b>	1	000	dialógico
<b>discussão</b>	1	000	discussão
<b>dispositivos</b>	1	000	dispositivos
<b>divisão</b>	1	000	divisão
<b>documentário</b>	1	000	documentário
<b>doméstico</b>	1	000	doméstico
<b>doutoras</b>	1	000	doutoras
<b>ecofeminismo</b>	1	000	ecofeminismo
<b>economia</b>	1	000	economia
<b>empreendedorismo</b>	1	000	empreendedorismo
<b>enquadramento</b>	1	000	enquadramento
<b>escrever</b>	1	000	escrever
<b>escrevivências</b>	1	000	escrevivências
<b>escrita</b>	1	000	escrita
<b>escrito</b>	1	000	escrito
<b>estado</b>	1	000	estado

<b>estudantes</b>	1	000	estudantes
<b>estética</b>	1	000	estética
<b>etnia</b>	1	000	etnia
<b>explicadoras</b>	1	000	explicadoras
<b>expressões</b>	1	000	expressões
<b>fazeres</b>	1	000	fazeres
<b>federais</b>	1	000	federais
<b>fracasso</b>	1	000	fracasso
<b>fronteiras</b>	1	000	fronteiras
<b>física</b>	1	000	física
<b>hegemônica</b>	1	000	hegemônica
<b>heteroidentificação</b>	1	000	heteroidentificação
<b>heteronormatividade</b>	1	000	heteronormatividade
<b>homens</b>	1	000	homens
<b>identitários</b>	1	000	identitários
<b>implicada</b>	1	000	implicada
<b>imprensa</b>	1	000	imprensa
<b>incubadora</b>	1	000	incubadora
<b>individualização</b>	1	000	individualização
<b>indígenas</b>	1	000	indígenas
<b>infâncias</b>	1	000	infâncias
<b>iniciais</b>	1	000	iniciais
<b>iniciante</b>	1	000	iniciante
<b>institutos</b>	1	000	institutos
<b>interações</b>	1	000	interações
<b>internação</b>	1	000	internação
<b>invisibilidade</b>	1	000	invisibilidade
<b>jornalista</b>	1	000	jornalista
<b>jurisprudência</b>	1	000	jurisprudência
<b>justiça</b>	1	000	justiça
<b>juvenil</b>	1	000	juvenil
<b>juvenis</b>	1	000	juvenis
<b>legislação</b>	1	000	legislação
<b>leitura</b>	1	000	leitura
<b>letramento</b>	1	000	letramento
<b>libertadora</b>	1	000	libertadora
<b>linguísticas</b>	1	000	linguísticas
<b>livro</b>	1	000	livro
<b>lésbicas</b>	1	000	lésbicas
<b>magistério</b>	1	000	magistério
<b>manauaras</b>	1	000	manauaras
<b>manejo</b>	1	000	manejo
<b>matemática</b>	1	000	matemática
<b>medida</b>	1	000	medida

<b>memória</b>	1	000	memória
<b>minorias</b>	1	000	minorias
<b>moderna</b>	1	000	moderna
<b>modos</b>	1	000	modos
<b>motivação</b>	1	000	motivação
<b>museu</b>	1	000	museu
<b>mães</b>	1	000	mães
<b>método</b>	1	000	método
<b>normalista</b>	1	000	normalista
<b>nortistas</b>	1	000	nortistas
<b>noção</b>	1	000	noção
<b>ocupação</b>	1	000	ocupação
<b>parteira</b>	1	000	parteira
<b>participante</b>	1	000	participante
<b>periferia</b>	1	000	periferia
<b>permanência</b>	1	000	permanência
<b>peessoas</b>	1	000	peessoas
<b>poética</b>	1	000	poética
<b>preconceito</b>	1	000	preconceito
<b>prisional</b>	1	000	prisional
<b>produção</b>	1	000	produção
<b>profissionais</b>	1	000	profissionais
<b>profissional</b>	1	000	profissional
<b>profissão</b>	1	000	profissão
<b>provações</b>	1	000	provações
<b>puericultura</b>	1	000	puericultura
<b>pública</b>	1	000	pública
<b>qualitativa</b>	1	000	qualitativa
<b>queer</b>	1	000	queer
<b>quilombo</b>	1	000	quilombo
<b>racial</b>	1	000	racial
<b>racismo</b>	1	000	racismo
<b>reciclagem</b>	1	000	reciclagem
<b>reconhecimento</b>	1	000	reconhecimento
<b>relação</b>	1	000	relação
<b>roça</b>	1	000	roça
<b>sala</b>	1	000	sala
<b>sexismo</b>	1	000	sexismo
<b>sistema</b>	1	000	sistema
<b>sociabilidades</b>	1	000	sociabilidades
<b>socioambiental</b>	1	000	socioambiental
<b>socioeducativa</b>	1	000	socioeducativa
<b>sociologia</b>	1	000	sociologia
<b>solidária</b>	1	000	solidária
<b>sororidade</b>	1	000	sororidade

<b>subalternos</b>	1	000	subalternos
<b>subjetivação</b>	1	000	subjetivação
<b>sujeito</b>	1	000	sujeito
<b>século</b>	1	000	século
<b>tecnológica</b>	1	000	tecnológica
<b>tema</b>	1	000	tema
<b>territorialidade</b>	1	000	territorialidade
<b>transexuais</b>	1	000	transexuais
<b>transversal</b>	1	000	transversal
<b>travestis</b>	1	000	travestis
<b>traços</b>	1	000	traços
<b>universitárias</b>	1	000	universitárias
<b>urbana</b>	1	000	urbana
<b>violência</b>	1	000	violência
<b>visuais</b>	1	000	visuais
<b>vozes</b>	1	000	vozes
<b>vulnerabilidade</b>	1	000	vulnerabilidade
<b>youtubers</b>	1	000	youtubers

## Apêndice 7

### Estrutura da ANPEd<sup>139</sup>

<b>ANPEd</b> <b>Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação</b>
<p>É uma associação sem fins lucrativos e econômicos, com duração ilimitada, que congrega programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em educação, professores, professoras e estudantes vinculados (das) a estes programas e demais pesquisadores/pesquisadoras da área. Tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social.</p>
<b>Estrutura composicional e organizativa</b>
<b>Quadro associativo</b>
<b>Sócios individuais</b>
Professores/as e estudantes vinculados a PPGE's <i>stricto sensu</i> em educação e demais pesquisadores na área
<b>Sócios institucionais</b>
Coordenadores/as de Programas de Pós-Graduação em Educação
<b>Organização estrutural e funcional</b>
<b>Assembleia Geral</b>
É o órgão máximo de deliberação da ANPEd.
Composta por todas/os as/os associadas/os, a Assembleia Geral acontece de forma:
<b>Ordinária:</b> realiza-se em todas as Reuniões Nacionais;
<b>Extraordinária:</b> quando convocada pela diretoria, mas pode deliberar apenas sobre os assuntos para os quais foi convocada.
<b>Diretoria</b>
Órgão responsável pela diretoria e coordenação da entidade
Composta por um/a Presidente, cinco Vice-presidentes (de cada uma das 5 regiões geográficas do Brasil), 1º e 2º secretários/as e um/a Diretor/a financeiro/a.
<b>Conselho Fiscal</b>
Órgão encarregado da fiscalização contábil e financeira da entidade
Composto por três membras/os efetivas/os e três suplentes, eleitas/os entre as/os associadas/os individuais.

<sup>139</sup> Informações sistematizadas a partir do Estatuto da ANPEd disponível em <<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/estatuto-da-anped>>.

### Reuniões Científicas

Objetiva a socialização das pesquisas e estudos realizados na área de educação e afins, bem como propiciar intercâmbios e debates sobre temáticas de interesse da Associação

As reuniões científicas se organizam da seguinte forma:

1. reunião bienal de **caráter nacional**, sob a coordenação da Diretoria da ANPEd;
2. reuniões bienais de **caráter regional**, sob a coordenação da Diretoria da ANPEd, em parceria com os fóruns regionais de pós-graduação.

As reuniões nacionais e regionais ocorrem em anos intercalados.

#### GT's

Atualmente vigoram 23 GT's, que congregam as/os interessadas/os em pesquisar e debater determinadas temáticas da educação.

São constituídos por associadas/os individuais.

#### Comitê científico

Julga o mérito acadêmico dos trabalhos inscritos para apresentação nas reuniões científicas promovidas pela ANPEd.

Formado por professoras/es-pesquisadoras/es associados individuais de reconhecida competência acadêmico-científica.

#### FORPREd

##### Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação

É uma instância permanente da ANPEd, cujos objetivos são, entre outros, promover a articulação e o intercâmbio entre os PPGEs e acompanhar e debater as políticas de fomento e avaliação da pós-graduação em educação.

Organiza os sócios institucionais, sendo composto por uma Coordenação Nacional e uma Coordenação Regional em cada uma das cinco regiões geográficas do Brasil. Em cada uma delas há um/a coordenador/a e um/a Vice-coordenador/a.

### Outras instâncias

#### Revista Brasileira de Educação

Publica, sob a responsabilidade da ANPEd, artigos científicos de autoras/es brasileiras/os e estrangeiras/os que contribuíram para o avanço do conhecimento na área.

#### FEPAE

##### Fórum de Editores de Periódicos da Área de Educação

Objetiva promover o intercâmbio entre editoras/es de periódicos de educação, estimulando a cooperação e solidariedade institucional, com vistas a impulsionar a melhoria da política de publicação na área.